



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



KÁSSIA AGUIAR NORBERTO RIOS

**DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO A CONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS
PESQUEIROS: PESCADORES ARTESANAIS E CARCINICULTORES NO
DISTRITO DE ACUPE – SANTO AMARO (BA)**

**SALVADOR – BAHIA
2012**

KÁSSIA AGUIAR NORBERTO RIOS

**DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO A CONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS
PESQUEIROS: PESCADORES ARTESANAIS E CARCINICULTORES NO
DISTRITO DE ACUPE – SANTO AMARO (BA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Guiomar Inez Germani

SALVADOR – BAHIA
2012

R586 Rios, Kássia Aguiar Norberto.

Da produção do espaço a construção dos territórios pesqueiros: pescadores artesanais e carcinicultores no Distrito de Acupe – Santo Amaro (BA) / Kássia Aguiar Norberto Rios. - Salvador, 2012.

262f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Guiomar Inez Germani

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2013.

1. Territorialidade humana – Acupe, Santo Amaro (BA.). 2. Pesca Artesanal. 3. Aquicultura. I. Germani, Guiomar Inez. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 911.3:639.2 (813.8)

Elaborada pela Biblioteca do Instituto de Geociências da UFBA.

TERMO DE APROVAÇÃO

“Da Produção do Espaço à construção dos Territórios Pesqueiros: pescadores artesanais e carcinocultura no Distrito de Acupe – Santo Amaro (BA).”

KASSIA AGUIAR NORBERTO RIOS

BANCA EXAMINADORA



Dra. Guiomar Inez Germani

Doutor em Geografia

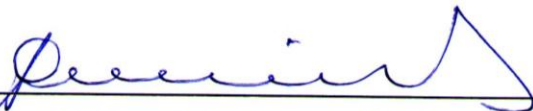
Departamento de Geografia, UFBA, Brasil.



Dra. Catherine Prost

Doutora em Geografia

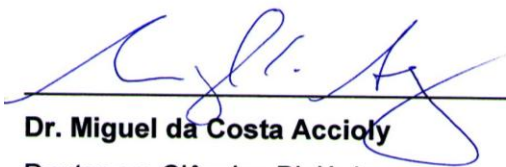
Departamento de Geografia, UFBA, Brasil.



Dr. Antonio Jeovah de Andrade Meireles

Doutor em Geografia (Física)

Departamento de Geografia, UFC, Brasil.



Dr. Miguel da Costa Accioly

Doutor em Ciências Biológicas

Departamento de Botânica, UFBA, Brasil.

Aprovado em Sessão Pública: 20/07/2012.

*Se meus joelhos não doessem mais diante de um bom motivo
que me traga fé...*

*Se por alguns segundos eu observar e só observar a isca e o
anzol...*

Ainda assim estarei pronto pra comemorar...

Se eu me tornar menos faminto e curioso...

*O mar escuro trará o medo lado a lado com os corais mais
coloridos...*

*Se eu ousar catar na superfície de qualquer manhã as palavras
de um livro sem final! Sem final!*

Valeu a pena Êh! Êh! Valeu a pena Êh! Êh!

Sou pescador de ilusões, sou pescador de ilusões!

Pescador de Ilusões. O Rappa

AGRADECIMENTOS

Inicio esse agradecimento trazendo as palavras da letra da musica apresentada na epigrafe dessa pesquisa que diz: “Valeu apena!”. Sem dúvidas, Valeu! Valeu todo o tempo dedicado, os laços construídos, o conhecimento adquirido e tudo que foi vivenciado no decorrer desses dois anos. Por isso, agradeço a todos que participaram do processo de construção dessa pesquisa...

Agradeço a Deus, por renovar minha fé a cada amanhecer, por ser o responsável por toda a trajetória traçada em minha vida até hoje e por ser quem irá me guiar daqui pra frente. A Nossa Senhora de Fátima e meu “Padim” Cicero, pela proteção destinada.

A minha família, em especial a minha avó sinônimo de força e de fé. Aos meus pais, por toda a dedicação destinada a minha educação, pelos ensinamentos de dignidade e de respeito com o próximo. Pela atenção, cuidado e amor que me fazem ser quem sou. A meu irmão, meu exemplo de sabedoria e de honestidade. Vocês são a minha vida!

A meu esposo, Ricardo Bahia, pelo amor, atenção, paciência e compreensão nos momentos mais difíceis dessa caminhada. Assim como ao profissional, geógrafo, pelas intermináveis discussões e contribuições a cerca da ciência geográfica. E principalmente por acreditar ao meu lado que é possível. Obrigada, eu te amo!

A minha família baiana em especial a minha cunhada e amiga Cris, pela amizade e compreensão destinada no decorrer desses anos. A Sergio, Marcio, Aninha e ao pequeno Miguel pela torcida.

A minha orientadora Guiomar Germani, pela relação de amizade construída, pela confiança, pelos momentos de orientação, momentos de grande aprendizado e crescimento profissional e pessoal. Não tenho palavras para agradecer e descrevê-la, simplesmente é uma mistura de conhecimento, humildade e dedicação à academia e a pesquisa.

A banca examinadora, composta pela Profa. Catherine Prost (Cathy), obrigada pelas orientações e pelas considerações realizadas. Pela calma, compreensão e carinho de sempre. Ao Prof. Jeovah Meireles, pela atenção e disponibilidade, assim como pelas importantes colaborações apresentadas e sugestões que muito contribuíram para reflexão sobre a temática pesquisada. Ao Prof. Miguel Accioly, pela atenção, pelos momentos de discussão no âmbito da Rede Interdisciplinar de Pesquisa-ação com comunidades pesqueiras tradicionais da Bahia a cerca da importância da compreensão e da realização do mapeamento dos territórios pesqueiros. Foi um prazer tê-los na construção dessa pesquisa.

A equipe: Rafaela, Hernane e Ricardo pela importante ajuda e dedicação no processo de mapeamento que será apresentado na presente pesquisa. A Pablicio também membro dessa equipe, pela participação no trabalho de campo, pelas discussões, atenção e cuidado na construção dos mapas. Em meio tantos contratempos conseguimos!

A todos os pescadores e marisqueiras de Acupe, tão importantes na construção dessa pesquisa, em especial aos que estiveram presentes nas oficinas de mapeamento dos territórios pesqueiros. Pela relação de respeito e sinceridade construída, pela atenção, dedicação e empenho, pelos momentos em que a garra e o espírito de luta de vocês falaram mais alto que o cansaço físico. Pelos ensinamentos e valores nos transmitido, pela lição de vida, de determinação e de luta desempenhada por vocês. Vocês são exemplos de luta e de vida que o Brasil precisa reconhecer e valorizar!

Aos moradores de Acupe que contribuíram no resgate histórico do Distrito, desde as conversas informais, as histórias contadas, as entrevistas cedidas, dentre outros.

Ao Grupo Audiovisual de Acupe, pela dedicação e atenção ao trabalho que vem sendo realizado junto aos pescadores de Acupe no âmbito Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras.

Ao Conselho Pastoral dos Pescadores Nacional e Regional Bahia, em especial a Gilmar, Maria Jose (Zezé), Elionice, Andrea e Marcos pela atenção, pelas contribuições e pelo belíssimo trabalho desenvolvido junto aos pescadores (as) artesanais.

Ao Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, em especial a Marizelha (Nega), pelas discussões realizadas e por nos ensinar que sempre devemos nos orgulhar do que somos, de nossas raízes, de nossa história e nunca desistir de nossos ideais. Assim como a todos os pescadores da Escola das Águas, pelo espírito de força e vontade que vigora em vocês. Sucesso na Campanha!

A Bahia Pesca, aos funcionários da sede (escritório) e da Fazenda Oruabo pela atenção destinada nas visitas e na aquisição dos dados e imagens que serão apresentadas, assim como pelas discussões realizadas.

A Universidade Federal da Bahia, por possibilitar e contribuir na minha formação acadêmica, em especial ao Programa de Pós-graduação em Geografia, aos coordenadores que estiveram presentes nesses dois anos e aos professores Ângelo Serpa, Sylvio Bandeira, pelas importantes considerações teóricas realizadas durante as disciplinas, Cristóvão Brito pelas orientações durante o Tirocínio Docente realizado com o mesmo e a Profa. Auxiliadora pela atenção e carinho de sempre.

A Dirce e Itanajara, pela atenção, paciência e dedicação sempre que necessitamos.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de pesquisa concedida e que possibilitou a realização dessa pesquisa.

A turma do ano de 2010, do Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Bahia, em especial a Lucília, Alex, Patricia, Roberta, Tiago, Cadu, Jamile, Aline, Maria e Célio, pelos inúmeros momentos de felicidades desfrutados nesses dois anos. Pelas viagens, encontros e cafés coletivos. Pelas alegrias e aflições compartilhadas, pelas inúmeras histórias vivenciadas, pela amizade estabelecida com vocês. Vocês são especiais!

Ao GeografAR, por todos os momentos partilhados. Uma mistura única de trabalho, aprendizado, experiências, conquistas e acima de tudo crescimento pessoal e profissional. Aos amigos: Edite, pelo cuidado de sempre, Profa. Gilca, Prof. Levi, Hingryd, Denilson, Ednizia pelas discussões sempre cheias de conhecimento que compartilhamos, Tiago, por compartilhar as tardes no GeografAR, em especial nos Geografandos nas Sextas e as inúmeras situações “inesperadas” advindas nestas. E a todos que compõe o GeografAR, obrigada!

A todos que estiveram presentes na construção dessa pesquisa, obrigada! Pois sem vocês nada seria possível.

Valeu apena!

RESUMO

A construção dos territórios pesqueiros no distrito de Acupe, município de Santo Amaro (BA) se dá a partir do uso e da ocupação do espaço para as diversas atividades desenvolvidas pela comunidade. O acesso à terra, assim como à água é condição indispensável para reprodução dos pescadores artesanais, tanto pelo seu lado produtivo como pelas múltiplas relações existentes entre a comunidade e os mesmos. Isso nos leva a compreender que os territórios terra e água de Acupe constituem-se numa articulação, em que os pescadores artesanais necessitam do acesso livre para a prática de suas atividades. O acesso ao território e todas as relações estabelecidas com este é condição preliminar para o desenvolvimento da comunidade. Porém, o que se destaca é que, nos últimos anos, esses territórios têm sido frequentemente apropriados por diversos empreendimentos industriais que interferem diretamente no desenvolvimento da pesca artesanal e constituem-se numa ameaça à existência e à preservação desses territórios. Em Acupe, a inserção da atividade da carcinicultura configurou-se numa forma diferenciada de produção do espaço, que revela, no desenvolvimento de suas territorialidades, as contradições existentes entre as mesmas. Não obstante, nos últimos anos, esse território tem sido o cenário de grande atração aos empreendimentos turísticos que vêm tentando aí se instalar. Tal fato faz com que estes territórios estejam atualmente em um cenário de constantes ameaças e conflitos. Nesse sentido, tornam-se cada vez mais necessárias as ações, por parte do Estado brasileiro, para a regularização destes territórios, pois, somente com a segurança do direito sobre seus territórios, os pescadores artesanais poderão continuar a desenvolver suas atividades e reproduzir-se socialmente e culturalmente. Dessa forma, o esforço realizado na presente pesquisa de identificar e demarcar o território produtivo dos pescadores artesanais de Acupe é compreendido enquanto um processo de construção, mobilização e reconhecimento da comunidade local para enfrentar o desafio traçado nos próximos três anos – período da Campanha Nacional pela Regularização dos Territórios das Comunidades Tradicionais Pesqueiras –, mas é também, principalmente, uma forma de mostrar à sociedade a importância da pesca artesanal no país e a necessidade de preservar e regularizar os seus territórios.

Palavras - chave: Pesca Artesanal. Carcinicultura. Produção do espaço. Territórios Pesqueiros.

ABSTRACT

The construction of fishing areas in the District of Acupe, municipality of Santo Amaro (BA) occurs from the use and occupation of space for the various activities undertaken by the community. Access to land and water is a prerequisite for reproduction of artisanal fishermen, both for its productive side as the multiple relationships between community and the same. This leads us to understand that land and water territories of Acupe form an articulation, where artisanal fishermen need free access to practice their activities. Access to the territory and all established relationships with it is a precondition for the development of the community. However, what stands out is that in recent years, those territories have often been appropriated by various industrial enterprises that directly interfere in the development of artisanal fisheries and constitute a threat to the existence and preservation of those territories. In Acupe, the insertion of carciniculture was configured as a distinct method of production of space, which reveals the contradictions between them within the development of their territories. Nevertheless, in recent years, this territory has been the scene of great attraction for tourism developments that are attempting to settle there. This fact places these territories to be currently in a scenario of constant threats and conflicts. In this sense it becomes increasingly necessary actions by the Brazilian government for the settlement of these territories, since only with the security of rights over their territories can the fishermen continue to develop their activities and reproduce themselves socially and culturally. Thus, the effort was made in this study to identify and demarcate the territory of production of artisanal fishermen of Acupe, understood as a process of construction, mobilization and recognition of the local community to meet the challenge present in the next three years - the period of the National Campaign for Regularization of the Territories of Traditional Fishery Communities - but is also mainly a way to show society the importance of artisanal fishery in the country and the need to preserve and regulate its territory.

Keywords: Artisanal Fishery; Carciniculture; Production of Space; Fishery Territories.

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ABCC	Associação Brasileira de Criadores de Camarão
ACCC	Associação de Criadores de Camarão de Canavieiras
APP	Área de Preservação Permanente
BNDS	Banco Nacional do Desenvolvimento
BP	Bahia Pesca
BTS	Baía de Todos os Santos
CEDESA	Centro de Desenvolvimento Social de Acupe
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CIRNE	Companhia Industrial do Rio Grande do Norte
CNISO	Comissão Nacional Independente Sobre os Oceanos
CNPA	Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores
CODEPE	Conselho de Desenvolvimento da Pesca
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONAPE	Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca
COOPEX	Cooperativa dos Criadores de Camarão do Extremo Sul da Bahia
CPP	Comissão Pastoral dos Pescadores
CPP - BA	Comissão Pastoral dos Pescadores – Regional Bahia
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DPA	Departamento de Pesca e Aquicultura
EMPARN	Empresa de Pesquisas Agropecuárias do Rio Grande do Norte
FEPEBA	Federação dos Pescadores e Aquicultores do Estado da Bahia
FISET/PESC	Fundo de Investimento Setorial para Pesca
GEOGRAFAR	A geografia dos Assentamentos na Área Rural
GEP	Grupo de Estudos Pesqueiros
GESPE	Grupo Executivo do Setor Pesqueiro
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMA	Instituto do Meio Ambiente
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INGÁ	Instituto de Gestão das Águas e Clima
INEMA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

MMA	Ministério do Meio Ambiente
MONAPE	Movimento Nacional dos Pescadores
MOPEBA	Movimento dos Pescadores da Bahia
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPP	Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PA	Posto de Atendimento
PIB	Produto Interno Bruto
PSF	Unidades de Planejamento da Saúde Familiar
RGP	Registro Geral da Pesca
SEAP / PR	Secretaria Especial da Aqüicultura e Pesca da Presidência da República
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SFPA – BA	Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura do Estado da Bahia
SRH	Superintendência de Recursos Hídricos
SUDEPE	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
ZEE	Zona Econômica Exclusiva

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização do Distrito de Acupe – Santo Amaro (BA).....	22
Figura 2	Participação nos Encontros do Movimento dos Pescadores e pescadoras artesanais.....	26
Figura 3	Oficinas de Geografia realizadas com os pescadores (as) de Acupe – Santo Amaro (BA)	27
Figura 4	Etapas dos procedimentos metodológicos.....	28
Figura 5	Categorias de Classificação da Atividade Pesqueira pela CNISO.....	34
Figura 6	Categorias de Classificação da Atividade Pesqueira por Diegues.....	35
Figura 7	Categorias de Classificação da Atividade Pesqueira por Maldonado.....	40
Figura 8	Regionalização da Aquicultura Brasileira.....	100
Figura 9	Colônia, Associações, Sindicatos e Cooperativas de Pescadores por municípios – 2012.....	106
Figura 10	Articulação em rede do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais no Território baiano – 2012.....	109
Figura 11	Atuação do conselho pastoral dos pescadores (CPP-BA) no território baiano – 2012.....	111
Figura 12	Organização político - institucional da Atividade da Pesca Artesanal no Estado da Bahia.....	112
Figura 13	Quantitativo de Pescadores (as) cadastrado no Ministério da Pesca e Aquicultura por município – 2012 – Bahia.....	116
Figura 14	Viveiros das Fazendas de Carcinicultura no Estado da Bahia.....	124
Figura 15	Áreas Potenciais do Estado da Bahia para Atividade da Carcinicultura.....	126
Figura 16	Infraestrutura da Bahia Pesca no Território baiano.....	131
Figura 17	Organização institucional da Carcinicultura no Estado da Bahia.....	133
Figura 18	Fases do cultivo do camarão –Reprodução à comercialização.....	135
Figura 19	Distribuição dos empreendimentos de Carcinicultura no Estado da Bahia por Município – 2012.....	138
Figura 20	Ruínas do engenho São Gonçalo.....	146
Figura 21	Imagem das Terras (caminhos) do Acupe Velho atualmente.....	146
Figura 22	Planta da Fazenda Acupe (esquerda) e área da Vila (direita) representada na Planta da Fazenda Acupe – 1925.....	147
Figura 23	Pescadores artesanais em seu cotidiano no distrito deAcupe.....	151
Figura 24	Entrada da sede do Distrito (rua principal), Igreja Nossa Senhora da Soledade e uma das casas mais antigas do Distrito.....	152
Figura 25	Biblioteca Comunitária, Rádio Comunitária e Centro de Formação São Benedito.....	154
Figura 26	Centro de Desenvolvimento Social de Acupe.....	155
Figura 27	Apresentação cultural do Nego em Acupe – 2012.....	156

Figura 28	Apresentação dos Caretas, Mandús e Bombachas em Acupe – 2012.....	156
Figura 29	Apresentação do grupo Samba de Roda Raízes de Acupe no Distrito – 2012.....	157
Figura 30	Atividade da Pesca e Mariscagem no distrito de Acupe (BA).....	158
Figura 31	Associação de Pescadores e Marisqueiras Ouro do Mar e Colônia de Pescadores Z-27.....	161
Figura 32	Entrega das Carroças as marisqueiras de Acupe – 2012.....	162
Figura 33	Mulheres na atividade da pesca no rio.....	164
Figura 34	Tipos de embarcações utilizadas no distrito de Acupe – Santo Amaro (BA).....	165
Figura 35	Artes de pesca utilizada em Acupe (redinha, ressa, manzuá, linha).....	166
Figura 36	Casa das redes, pescadores trabalhando nas artes de pesca e imagens dos tijupás.....	167
Figura 37	Espécies de peixes capturadas em Acupe.....	168
Figura 38	Comercialização do pescado para as peixarias, a comunidade e os atravessadores.....	168
Figura 39	Imagens do Território da pesca artesanal de Acupe.....	170
Figura 40	Território da atividade da pesca artesanal – Distrito de Acupe – Santo Amaro (BA)	171
Figura 41	Algumas espécies de marisco capturadas em Acupe.....	173
Figura 42	Prática da atividade da mariscagem em Acupe.....	174
Figura 43	Ecossistema manguezal existente em Acupe.....	175
Figura 44	Território da atividade da mariscagem - Distrito de Acupe – Santo Amaro (BA).....	176
Figura 45	Etapas da produção da farinha de mandioca na casa de farinha em Acupe.....	178
Figura 46	Arroba de piaçava e produção de vassoura.....	179
Figura 47	Produtos confeccionados com o cipó: Cestas, balaios e roda de secar peixe.....	179
Figura 48	Plantação de dendê em Acupe e pilão usado na fabricação do azeite.....	180
Figura 49	Território da agricultura e extrativismo vegetal - Distrito de Acupe – Santo Amaro (BA).....	181
Figura 50	Fazenda Experimental Oruabo – Bahia Pesca no distrito de Acupe.....	184
Figura 51	Fazenda Sinorama no distrito de Acupe.....	185
Figura 52	Viveiro da fazenda Santo Antônio (Beto Pesca).....	186
Figura 53	Imagem de satélite dos empreendimentos de carcinicultura em Acupe.....	186
Figura 54	Viveiros artesanais em Acupe.....	187
Figura 55	Etapas de produção das pós-larvas do camarão.....	188
Figura 56	Ruínas do primeiro laboratório de larvicultura da Fazenda Oruabo em Acupe.....	188
Figura 57	Distribuição dos viveiros da Fazenda Oruabo.....	189
Figura 58	Despesa dos viveiros na Fazenda Oruabo.....	189

Figura 59	Tubulação para sucção de água do mare canal de abastecimento.....	190
Figura 60	Estrutura de reprodução do bijupirá na Fazenda Oruabo.....	191
Figura 61	Obras da construção do Centro de Desenvolvimento em Tecnologia de Pescado e Qualificação Profissional na Fazenda Oruabo.....	191
Figura 62	Fazenda Sinorama no distrito de Acupe.....	192
Figura 63	Viveiro da fazenda e Distribuidora de Camarão Beto Pesca.....	193
Figura 64	Estrutura dos viveiros artesanais.....	193
Figura 65	Território da atividade da carcinicultura - Distrito de Acupe – Santo Amaro (BA).....	195
Figura 66	Território produtivo dos Pescadores (as) artesanais – Distrito de Acupe – Santo Amaro – 2012.....	199
Figura 67	Fluxos comerciais do Território dos Pescadores (as) artesanais– Distrito de Acupe – Santo Amaro – 2012.....	201
Figura 68	Mapa mental do Distrito de Acupe – Grupo 1 – Santo Amaro (BA).....	204
Figura 69	Mapa mental do Distrito de Acupe – Grupo 2 - Santo Amaro (BA).....	205
Figura 70	Mapa mental do Distrito de Acupe antes e hoje – Santo Amaro (BA).....	206
Figura 71	Rota da atividade de mariscagem - Distrito de Acupe - Santo Amaro – 2012..	211
Figura 72	Imagens dos caminhos percorrido na rota 1 pelas marisqueiras entre as cercas...	212
Figura 73	Imagens das cercas construídas em áreas de manguezais.....	213
Figura 74	Áreas desmatadas para implantação de viveiros e canais de desvio dos fluxos das águas.....	214
Figura 75	Canalização de abastecimento dos viveiros e/ou laboratórios e saída dos efluentes diretos no ambiente.....	215
Figura 76	Pescadores e Marisqueiras passando entre os viveiros no caminho de ida/volta dos territórios produtivos.....	218
Figura 77	Sistematização das principais mudanças ocorridas no território dos pescadores (as) de Acupe após a inserção da atividade da carcinicultura	218
Figura 78	Construção de muros ao redor nos ilhotes e da coroa branca, cimentos deixados no local por empresários do setor turístico.	221
Figura 79	Mapeamento dos conflitos e ameaças existentes no território dos pescadores (as) artesanais	222
Figura 80	Lançamento da Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras em Brasília.....	226

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Brasil: Produção total pesqueira e aquícola no período de 2003 - 2009 (t).....	89
Gráfico 2	Crescimento da Pesca Extrativa Marinha no Brasil no período de 2003 a 2009...	90
Gráfico 3	Produção da Pesca Extrativa Marinha das Regiões Brasileiras em de 2009.....	92
Gráfico 4	Produção Aquícola Marinha das Regiões Brasileiras em 2009.....	92
Gráfico 5	Quantitativos de empreendimentos existentes nos três Estados com maior produção de carcinicultura do Brasil.....	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Principais acontecimentos que marcaram a organização político-institucional da Pesca no Brasil – De 1500 aos dias atuais.....	69
Quadro2	Funções e serviços prestados pelos manguezais.....	209

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Evolução da Produção de Pescado (Pesca Extrativa e Aquicultura) no Brasil - 1960 / 2009.....	85
Tabela 2	Produção pesqueira e Aquícola mundial dos maiores países produtores em 2008 e 2009.....	88
Tabela 3	Produção da atividade pesqueira no Brasil no período de 2003 – 2009.....	89
Tabela 4	Produção Pesqueira e Aquícola brasileira por Regiões e Unidades da Federação em 2009.....	91
Tabela 5	Produção da Atividade da Carcinicultura no Brasil (1998 – 2010).....	95
Tabela 6	Produção da Atividade pesqueira no estado da Bahia em 2009.....	99
Tabela 7	Quantitativo de Pescadores cadastrados no RGP – 2010.....	103
Tabela 8	Colônias, Associações, Sindicatos e Cooperativas existentes no estado da Bahia em 2007 e 2012.....	107
Tabela 9	Faixa etária dos pescadores baianos cadastrados no RGP em 2010.....	114
Tabela 10	Quantidade e tipo de embarcações do estado da Bahia em 2006.....	118
Tabela 11	Quadro Geral da Carcinicultura Brasileira por Estado em 2004.....	120
Tabela 12	Quantitativo de empreendimentos de carcinicultura do estado da Bahia por Município.....	137

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	24
1.2	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	29
2	DA APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO Á CONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS: CONTRIBUIÇÕES GEOGRÁFICAS.....	30
2.1	ATIVIDADE PESQUEIRA E APROPRIAÇÃO DA NATUREZA: A PESCA ARTESANAL.....	31
2.1.1	Pescadores Artesanais.....	42
2.2	ATIVIDADE PESQUEIRA E O DESENVOLVIMENTO DA CARCINICULTURA	48
2.3	PESCADORES ARTESANAIS E CARCINICULTORES COMO PRODUTORES DO ESPAÇO GEOGRÁFICO.....	52
2.4	A CONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS.....	60
2.4.1	Território da Pesca Artesanal.....	62
2.4.2	Território da Carcinicultura.....	65
3	ATIVIDADE PESQUEIRA NO BRASIL: HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO POLITICO-INSTITUCIONAL E PRODUÇÃO DA ATIVIDADE.....	68
3.1	ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL.....	70
3.2	ORGANIZAÇÃO SOCIAL.....	79
3.3	A RELAÇÃO PRODUÇÃO X INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA NO BRASIL.....	84
4	ATIVIDADE PESQUEIRA NO ESTADO DA BAHIA: MAPEAMENTO DAS ATIVIDADES DA PESCA ARTESANAL E DA CARCINICULTURA.....	96
4.1	A PESCA ARTESANAL.....	102
4.1.1	Organização político-institucional do Estado.....	104
4.1.2	Espacialização da pesca artesanal no Estado.....	113
4.2	A CARCINICULTURA.....	120
4.2.1	O processo de ocupação do litoral baiano pela atividade da carcinicultura.....	122
4.2.2	Organização institucional da atividade no Estado.....	128
4.2.3	Espacialização da Carcinicultura no Estado.....	134

5	PESCADORES ARTESANAIS E CARCINICULTORES NO DISTRITO DE ACUPE (BA): CONTRADIÇÕES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO LOCAL	141
5.1	O DISTRITO DE ACUPE “UMA COMUNIDADE TRADICIONAL DE PESCADORES (AS) ARTESANAIS”.....	143
5.1.1	A produção do espaço em Acupe hoje: aspectos sociais,econômicos e culturais.....	151
5.2	PESCADORES E MARISQUEIRAS DE ACUPE (BA): SABERES E PRÁTICAS NA RELAÇÃO COM A NATUREZA.....	159
5.2.1	Organização institucional da atividade.....	160
5.2.2	Estrutura produtiva e comercial da pesca artesanal.....	163
5.2.3	A mariscagem e a importância do ecossistema manguezal.....	172
5.2.4	A agricultura e o extrativismo vegetal em Acupe.....	177
5.3	TERRITÓRIOS PESQUEIROS E AS CONTRADIÇÕES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO.....	182
5.3.1	A inserção da atividade carcinicultura no Distrito.....	184
5.3.2	Estrutura Produtiva e comercial dos empreendimentos de cultivo de camarão em viveiro.....	187
5.3.3	Território da carcinicultura.....	194
6	TERRITÓRIOS TERRA E ÁGUA: DAS CONTRADIÇÕES A LUTA PELA PERMANÊNCIA NOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS.....	196
6.1	OS TERRITÓRIOS TERRA E ÁGUA EM ACUPE.....	198
6.2	MUDANÇAS TERRITORIAIS OCORRIDAS A PARTIR DA INSERÇÃO DA CARCINICULTURA.....	207
6.3	A LUTA DOS PESCADORES(AS) ARTESANAIS DE ACUPE NA DEFESA DE SEUS TERRITÓRIOS.....	219
6.3.1	A realização da Campanha como forma de reconhecimento, mobilização e luta pelos direitos das comunidades tradicionais pesqueiras.....	225
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	227
	REFERENCIAS.....	235
	ANEXOS.....	243

1 INTRODUÇÃO

A atividade pesqueira no Brasil é exercida pelo homem no decorrer de sua história como forma de garantir sua sobrevivência e reprodução social, seja como fonte de alimentação, como mercadoria utilizada para troca por outros produtos necessários a sua sobrevivência ou enquanto fonte de emprego e renda direta ou indireta. Nesta última, atuando nos demais ramos de comercialização, confecção e industrialização dos produtos necessários à reprodução da atividade.

Tal atividade pode ser desenvolvida através da pesca extrativa e da aquicultura, em que compreendemos a pesca extrativa como “a retirada de organismos aquáticos da natureza sem seu prévio cultivo; este tipo de atividade pode ocorrer em escala industrial ou artesanal, tanto no mar como no continente” (SEBRAE, 2008, p.8).

Com relação à aquicultura, esta pode ser definida como o “processo de produção em cativeiro de organismos com *habitat* predominantemente aquático, tais como peixes, rãs, camarões, entre outras espécies” (SEBRAE, 2008, p.8). Assim como a pesca extrativa, esta também pode ser classificada em continental ou marinha, sendo esta última subdividida em carcinicultura, piscicultura, cultivo de algas, ostreicultura dentre outros.

No Brasil, podemos destacar duas características importantes no setor pesqueiro: a primeira refere-se à pesca artesanal – categoria praticada na pesca extrativa; e a segunda, a expansão das atividades industriais – característica do modo de produção capitalista –, ocupando, principalmente, as áreas das comunidades tradicionais pesqueiras.

Atualmente, existem no país mais de 800 mil pescadores (as) artesanais cadastrados (as) no Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Estes compõem as inúmeras comunidades tradicionais pesqueiras existentes no país que, em sua maioria, sobrevivem direta/indiretamente do desenvolvimento da pesca artesanal e da mariscagem, portanto, sendo esta, muitas vezes, a sua única fonte de renda familiar (MPA, 2012).

Com a expansão do capitalismo, a evolução das tecnologias e modernizações no setor industrial, novas formas de apropriação da natureza e ocupação do espaço foram desenvolvidas. Com isso, observa-se um desenvolvimento predatório, baseado na expansão do capital, o que tem comprometido a existência de diversas comunidades tradicionais que se apropriam da natureza de forma interativa e respeitosa e dependem diretamente da mesma para sua reprodução. Com a inserção das novas formas de apropriação em suas áreas de uso,

tais comunidades têm seu desenvolvimento comprometido, devido à diferenciação de apropriação/produção existente entre as mesmas (DIEGUES, 2004).

Nesse contexto, estão as comunidades tradicionais pesqueiras que representam exemplos de formas sociais de produção, por não se inserirem no sistema produtivo dominante. Estas são muitas vezes desarticuladas e obrigadas a dividir seu espaço de uso com empreendimentos econômicos, comprometendo o desenvolvimento de suas atividades. “A expansão do modelo urbano-industrial nas zonas pesqueiras de característica artesanal tem levado ao aumento relativo da degradação dos recursos naturais – base de sobrevivência das comunidades tradicionais –, e em alguns pontos à destruição de seu *habitat*” (DIEGUES, 2004, p.6). Além da inserção de diferenciadas formas de produção social que se instalam e materializam-se no espaço dessas comunidades.

A essa expansão, inserimos o desenvolvimento da maricultura – prática de aquicultura no mar –, em especial a carcinicultura¹ que implica na utilização do espaço marinho para implantação do empreendimento e desenvolvimento da atividade. Pois a instalação das fazendas de cultivo de camarão em viveiro ocorre em sua maioria sobre o ecossistema manguezal, ambiente que compõe o espaço de uso das comunidades tradicionais pesqueiras e é compreendido na presente pesquisa como,

Ecossistema costeiro, de transição entre os ambientes terrestre e marinho, característico de regiões tropicais e subtropicais, sujeito ao regime das marés. É constituído de espécies vegetais lenhosas típicas (angiospermas) além de micro e macroalgas (criptógamas), adaptadas à flutuação de salinidade e caracterizadas por colonizarem sedimentos predominantemente lodosos, com baixos teores de oxigênio. Ocorre em regiões costeiras abrigadas e apresenta condições propícias para alimentação, proteção e reprodução de muitas espécies animais [...] (SCHAEFFER-NOVELLI, 1995, p. 7).

Com a ocupação destas áreas pelos empreendimentos relacionados à carcinicultura, há a retirada da vegetação de mangue² para inserção dos viveiros, a canalização dos fluxos da maré e dos estuários e, muitas vezes, a apropriação privada do espaço, impedindo o acesso da comunidade local a seus territórios pesqueiros (CARDOSO, 2003).

Assim, estas populações se veem ameaçadas, já que as mudanças ocorridas com a inserção da carcinicultura em seus territórios comprometem, na maioria das vezes, a

¹ A carcinicultura é a criação de camarões em viveiros, podendo ser: em água salgada (marinha) e em água doce. Ambas necessitam de um laboratório onde serão criadas as larvas (larvicultura). Logo após a eclosão, estas passam por alguns estágios de desenvolvimento (náuplios, protozoéa e mísis), para assim chegarem à condição de pós-larvas e serem inseridas em seus viveiros (ABCC, 2009).

² Os mangues correspondem a um tipo de vegetação arbóreo-arbustiva, que se desenvolve principalmente nos solos lamosos dos rios tropicais e subtropicais ao longo da zona de influência das marés. Outra característica importante das áreas de mangue refere-se a sua localização, ou seja, entre a terra e o mar, uma localização única, na qual desenvolvem-se espécies vegetais e animais que dependem diretamente das condições existentes nesse ambiente.

sustentabilidade da atividade e a própria sobrevivência das comunidades. Nesse sentido, Mello contribui dizendo que

A introdução da aquicultura do camarão em todo o mundo tem sido um processo permeado pela destruição dos recursos hídricos, pela contaminação de lençóis freáticos, pela restrição do acesso das populações aos manguezais, pela intensificação da concentração da posse da terra, pela privatização dos recursos hídricos e pela desestruturação dos meios de vida de grupos ribeirinhos e litorâneos, criando pobreza, miséria ou “desemprego rural” em áreas que tinham o mangue como a garantia de subsistência e reprodução a parcelas significativas da população (MELLO, 2008, p. 45).

Para Diegues, as sociedades contemporâneas se veem dentro de um desafio histórico imposto pelo capitalismo: como desenvolver, na prática, as atuais formas de apropriação da natureza e ocupação do espaço, conciliando-as com uma utilização racional e não predatória da natureza? Assim como conciliá-las com as formas de apropriação mais tradicionais, a exemplo de pescadores artesanais, quilombolas, camponeses, que se utilizam dos recursos naturais para garantir sua sobrevivência e reprodução social? (DIEGUES, 2004).

Nesse cenário, incluímos as comunidades tradicionais pesqueiras do estado da Bahia. O litoral baiano possui uma extensão de mais de 1.000 km e uma área de quase 100.000 mil hectares de manguezais, que atualmente é responsável direta/indiretamente pela renda econômica de aproximadamente 200.000 mil habitantes (RAMOS, 2002; MPA, 2012).

Desde a década de 1970, tem-se observado a inserção dos empreendimentos de carcinicultura no litoral de diversos municípios baianos, principalmente no território das comunidades tradicionais pesqueiras. Dentre eles, encontra-se o município de Santo Amaro, situado no sul do Recôncavo Baiano que, de acordo com a divisão territorial datada de 1993, é constituído por três distritos, sendo eles: Santo Amaro (sede), Oliveira dos Campinhos e Acupe, este último, recorte espacial desta pesquisa, em destaque na figura 1.

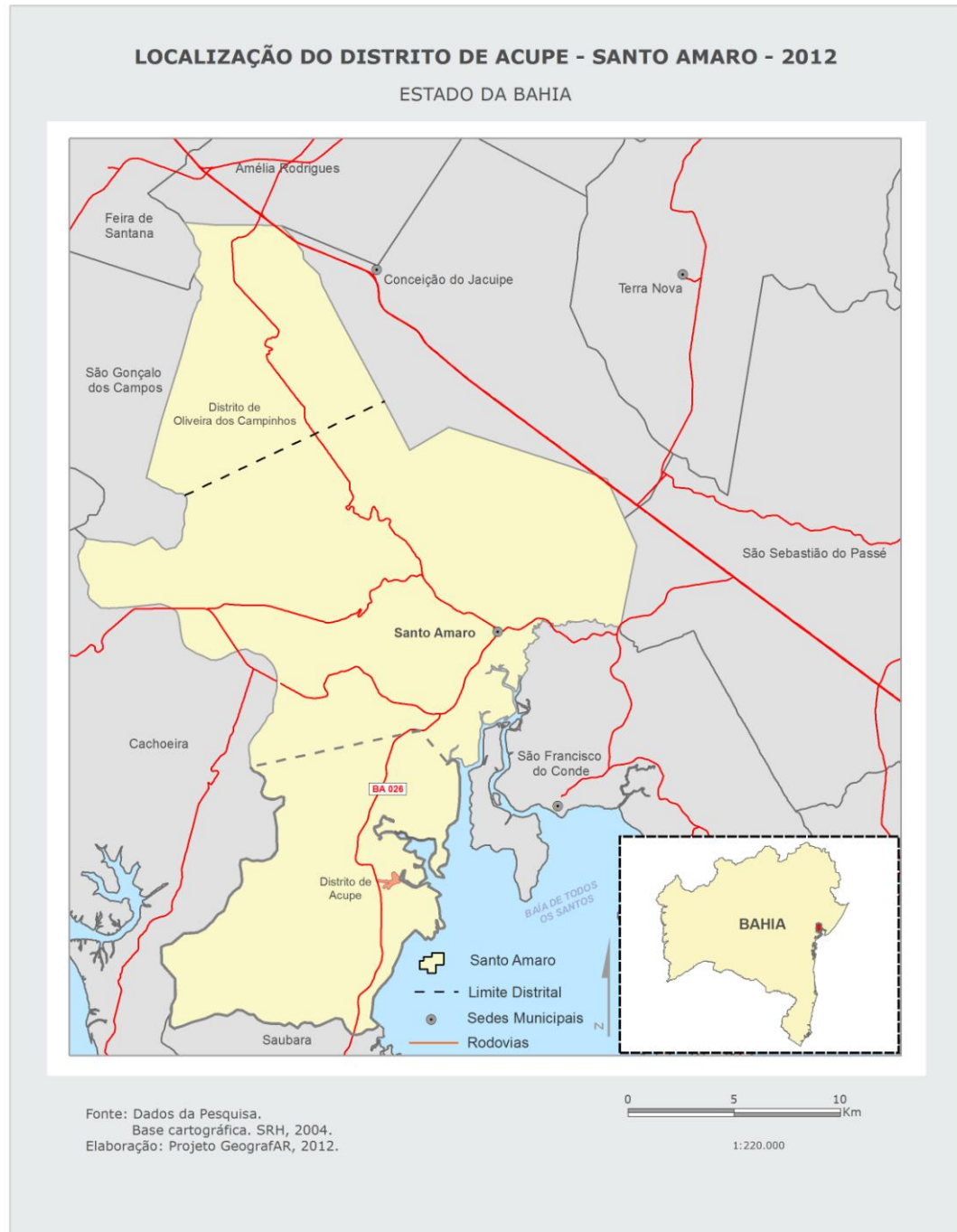
O distrito de Acupe - Santo Amaro (BA), de acordo com o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, possui 7.451 mil habitantes, porém, de acordo com estimativas dos órgãos locais (administração, posto de saúde, dentre outros), o mesmo possui mais de 10 mil habitantes.³

A principal atividade econômica é a pesca artesanal e a mariscagem (siri, ostra, caranguejo entre outros). Essa última é realizada nas áreas de manguezal e no seu entorno.

³³ Essa diferença se dá segundo os moradores e os órgãos locais, devido a problemas existentes no momento da contagem populacional realizada no Distrito pelo IBGE. Um exemplo é a divergência existente na inserção de algumas comunidades no recorte espacial definido para a contagem populacional que compõe o banco de dados do Censo Demográfico do IBGE. Pois, segundo os moradores de Acupe, há comunidades pertencentes ao Distrito que não são inseridas na contagem. Daí, dentre outros fatores, a diferença existente entre os dados do IBGE e dos órgãos locais.

Porém há alguns pescadores que desenvolvem as atividades da agricultura e do extrativismo vegetal como forma de complementar a renda familiar.

FIGURA 1



O território tradicional pesqueiro em Acupe é considerado pelos pescadores como o “espaço de moradia, de trabalho e de vivência onde estes se reproduzem social, cultural e economicamente” (MPP, 2012, pág. 6). Sua construção se dá a partir da articulação dos ambientes marítimos e terrestres, tendo, na sua interface, o manguezal, ecossistema de suma importância para o desenvolvimento da atividade da pesca artesanal que discutiremos posteriormente.

Nesse sentido, destacamos que o processo que envolve os empreendimentos de carcinicultura é diferenciado do processo dos pescadores artesanais. A estrutura de produção do camarão em viveiro difere da pesca artesanal e da mariscagem realizada pela comunidade, a iniciar pelo desmatamento do mangue, que é realizado para implantação dos viveiros de cultivo de camarão, visto que este é o espaço, por exemplo, que as marisqueiras trabalham na captura dos mariscos. O que ressalta as diferenças e contradições no uso compartilhado do mesmo espaço por ambas as atividades.

Atualmente, a atividade da carcinicultura no distrito de Acupe vem sendo desenvolvida através de três empreendimentos industriais e por diversos “viveirinhos artesanais”. Os “viveirinhos artesanais” pertencem, em sua maioria, aos moradores da própria comunidade e possuem uma estrutura simples que se restringe à fase de engorda do camarão. De acordo com a comunidade local, estes se desenvolveram a partir da inserção dos empreendimentos industriais.

Os empreendimentos industriais, assim como os “viveirinhos artesanais”, encontram-se em sua maioria inseridos em áreas de manguezal, que, por sua vez, compõem o território pesqueiro da comunidade local. Não obstante, a inserção da carcinicultura em Acupe ocasionou diversas mudanças nesse território.

Nesse contexto, a partir de uma análise geográfica – área do conhecimento em que essa pesquisa foi desenvolvida – passamos a compreender o espaço de Acupe enquanto um espaço social, em que a produção se dá no âmbito das relações sociais, relações estas que se estabelecem entre a sociedade e a natureza, mediadas pelo trabalho humano (SANTOS, 2004).

Assim, à medida que pescadores artesanais e carcinicultores se apropriam da natureza e retiram os recursos necessários à sua sobrevivência, os mesmos estão produzindo o espaço local. Cabe destacar que estes possuem formas e lógicas diferenciadas na apropriação da natureza, que por sua vez serão refletidas na produção do espaço local e na construção dos territórios pesqueiros.

Por sua vez, a implantação dos empreendimentos de carcinicultura ocasiona mudanças significativas na sociedade e na natureza, ao mesmo tempo em que constrói espaços diferenciados, seguindo lógicas de apropriação da natureza e produção social que diferem das comunidades tradicionais locais. Diversas vezes impõe às comunidades locais novos meios de subsistência e reprodução social, transformando o espaço dessas comunidades num espaço em disputa.

Isso ressalta a importância da verificação de mudanças ocorridas no espaço e no modo de sobrevivência atual da comunidade após a inserção da carcinicultura, em paralelo com o contexto histórico das mesmas na sua relação com a natureza, que podem ser visualizadas na produção do espaço local.

Nesse cenário, temos como objetivo central analisar e compreender como se dá a produção do espaço no distrito de Acupe – Santo Amaro (BA) – pela atividade pesqueira, mediante a atuação de distintas formas de apropriação da natureza – pesca artesanal e carcinicultura –, assim como a relação dos territórios terra e água após a inserção das fazendas e as consequências para a comunidade tradicional pesqueira local.

Para tal, buscamos, ao longo desta pesquisa, desenvolver uma metodologia e estrutura de apresentação da dissertação que levasse ao esclarecimento das questões colocadas, as quais apresentaremos nos itens a seguir.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A realização de uma pesquisa científica requer o diálogo contínuo entre o teórico e o empírico, em alguns casos, destacando principalmente a aproximação com os sujeitos analisados. Nesta pesquisa, a articulação entre os conceitos utilizados e a pesquisa de campo foi de suma importância para a elucidação das questões e objetivos apresentados.

Nesse processo, buscamos seguir algumas etapas e procedimentos metodológicos que permitiram chegar à discussão aqui apresentada. Conforme citado, um dos principais procedimentos adotados foi o levantamento de bases teóricas acerca da atividade pesqueira no Brasil e em especial ao desenvolvimento das atividades da pesca artesanal e da carcinicultura.

A primeira parte consistiu na pesquisa bibliográfica, ou seja, no levantamento de bases teóricas essenciais para o desenvolvimento da pesquisa, das teorias aplicadas à Geografia, em especial à questão da produção do espaço e à dos territórios pesqueiros, garantindo, assim, consistência em suas bases teóricas para a reflexão do objeto em estudo.

Além destas, foi realizado um levantamento de teses, dissertações, livros e artigos, em especial os inseridos na temática que envolve a pesquisa. Estes substanciaram o embasamento teórico e a compreensão das contradições existentes nas diferentes formas de apropriação na natureza realizadas pelos pescadores artesanais e carcinicultores, assim como as contradições existentes nesse processo.

O segundo procedimento metodológico adotado foi o levantamento documental e estatístico, tendo como principais fontes o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Bahia Pesca e a Associação Brasileira de Criadores de Camarão (ABCC).

Nessa etapa, realizamos uma análise estatística da produção da atividade pesqueira no estado, assim como uma caracterização quantitativa dos pescadores e dos empreendimentos de cultivo de camarão existentes no mesmo.

O levantamento documental permitiu compreender como vem sendo desenvolvida a organização político-institucional da atividade no estado, assim como entender como se dá o processo de inserção e licenciamento dos empreendimentos de carcinicultura no mesmo.

Também foi realizado um levantamento cartográfico do estado da Bahia, em especial do litoral do distrito de Acupe – Santo Amaro (BA), junto à base cartográfica da Superintendência de Estudos Econômicos (SEI), e à Bahia Pesca, que serviu de auxílio na realização das oficinas de Geografia, assim como na confecção dos mapas apresentados.

O terceiro procedimento adotado nesta pesquisa foi o trabalho de campo. Durante os dois anos de realização desta pesquisa, buscamos construir uma relação de aproximação e mútuo respeito com os sujeitos analisados. A confiança estabelecida entre pesquisador – pesquisados foi de suma importância para os resultados obtidos. Assim, esse procedimento foi dividido em quatro principais etapas:

a) *Observação participante* nos encontros do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (Nacional e Bahia); nas oficinas do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP – Regional Bahia) e nos seminários de preparação para a Campanha Nacional em Defesa dos Territórios das Comunidades Tradicionais Pesqueiras.

Esses momentos foram de grande conhecimento e aprendizado sobre as questões que envolvem os pescadores artesanais na constante luta em defesa de seus territórios.

b) *Participação nas passeatas, ocupações* realizadas pelos pescadores artesanais e no lançamento da Campanha Nacional pela Regularização dos Territórios das Comunidades Tradicionais Pesqueiras, realizada em Brasília, em junho de 2012.

Foi possível uma maior aproximação com os sujeitos analisados e a realização de algumas entrevistas com os pescadores (as) artesanais. Cabe destacar a participação no lançamento da campanha citada, em Brasília, onde foi possível compartilhar importantes discussões acerca da atividade da pesca artesanal no país, principalmente no que tange às constantes ameaças e conflitos que as comunidades tradicionais pesqueiras do país vêm passando.

Além disso, foi um momento histórico no que tange à pesca artesanal do país, visto o objetivo proposto na campanha, que é a regularização dos territórios das comunidades tradicionais pesqueiras do país. Uma das etapas previstas é a demarcação desses territórios, a qual fizemos o esforço de realizar na comunidade pesqueira de Acupe.

Figura 2. Participação nos Encontros do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

c) *Entrevistas estruturadas* com os representantes da organização institucional da atividade pesqueira do estado da Bahia, no distrito de Acupe – Santo Amaro (BA), com as lideranças dos movimentos sociais. Sendo destacadas as entrevistas realizadas com as lideranças do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP – Regional Bahia), da Associação Remanescente de Quilombos de Acupe e da Empresa Bahia Pesca, nesta última, em especial os responsáveis pela administração da atividade da carcinicultura desenvolvida pela mesma.

Essas entrevistas possibilitaram, principalmente, compreender como se dá o desenvolvimento das atividades da pesca artesanal e da carcinicultura no estado e as contradições existentes nesse processo.

d) *Realização de oficinas de Geografia* onde, ao mesmo tempo em que o pesquisador adquire informações sobre seu tema, possibilita aos sujeitos participantes da mesma uma forma de se analisarem e tentarem compreender tal fenômeno mediante a perspectiva geográfica.

Na pesquisa de campo realizada no distrito de Acupe, buscamos, dentre os objetivos, compreender principalmente qual a importância da atividade da pesca artesanal para a comunidade, assim como se dá a construção dos territórios da pesca artesanal e da carcinicultura no distrito.

Nesse processo, foi fundamental a discussão de alguns conceitos geográficos, assim como de outras ciências, a exemplo dos conceitos de espaço geográfico, territórios terra e água (territórios pesqueiros), identidade e cultura. Para tal, optamos pela realização de oficinas de Geografia, onde buscamos discutir os conceitos citados a partir da concepção que os pescadores artesanais locais tinham sobre estes. Tais discussões contribuíram na caracterização e compreensão da importância dos territórios pesqueiros para a comunidade local.

Figura 3. Oficinas de Geografia realizadas com os pescadores(as) de Acupe – Santo Amaro (BA).



Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

Durante as oficinas, foram resgatadas também as histórias da origem do distrito, as características da formação de sua população, as atividades econômicas que eram desenvolvidas, dentre outras, assim como o processo de instalação dos empreendimentos de carcinicultura no mesmo.

Um dos resultados dessa etapa foi a construção de mapas mentais que refletiam a imagem que os pescadores artesanais locais têm sobre seu território. A partir de uma divisão aleatória em grupos, os pescadores construíram seus mapas mentais e apresentaram aos outros grupos, possibilitando um amplo debate sobre as características do território tradicional pesqueiro do distrito.

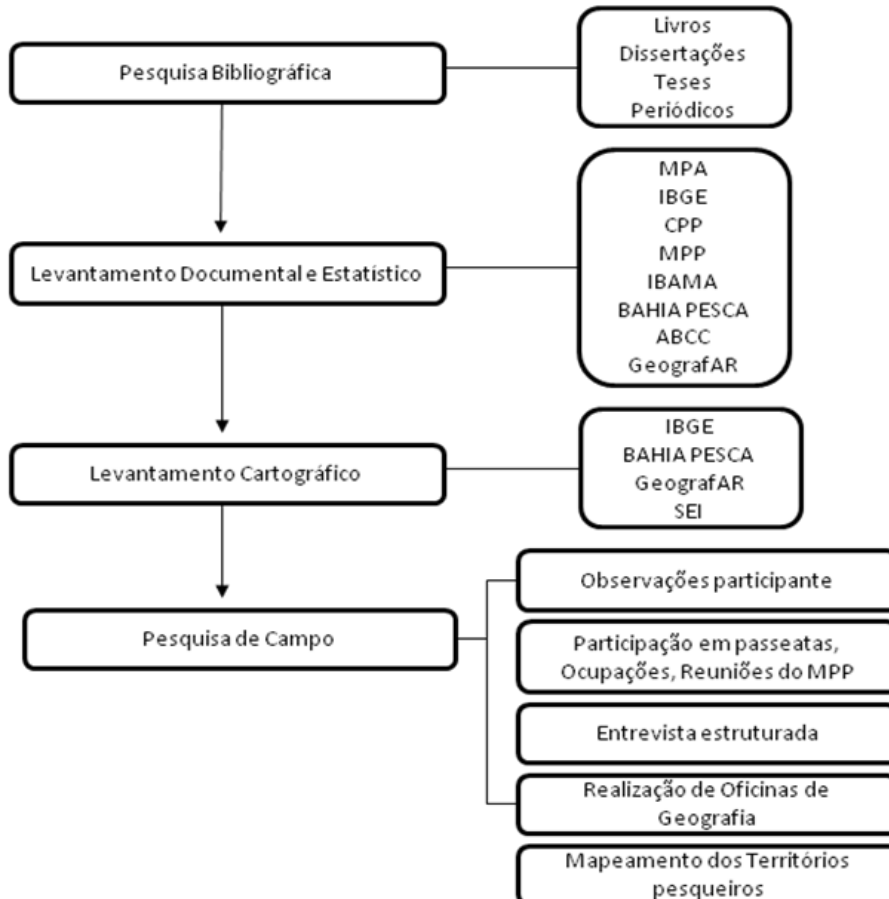
A partir da construção desses mapas, trabalhamos oficinas voltadas à cartografia, à utilização de GPS e à produção de mapas temáticos. Esses momentos foram de suma importância para o esforço realizado nesta pesquisa de delimitar o território dos pescadores artesanais de Acupe, além de constituir como um exercício para a comunidade frente aos objetivos propostos na campanha que se inicia.

e) Mapeamento dos territórios pesqueiros: essa etapa consistiu inicialmente no trabalho de reconhecimento do território pesqueiro através de imagens de satélite e cartas topográficas da região. Posteriormente foi realizado o esforço de demarcação dos territórios pesqueiros através da captura de pontos georreferenciados dos possíveis limites do mesmo.

Essa etapa possibilitou a construção de mapas temáticos que apresentam a espacialização dos territórios produtivos dos pescadores artesanais de Acupe, assim como a identificação das áreas apropriadas pela atividade da carcinicultura.

Nesse contexto, os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, em síntese, esboçados na figura 4, possibilitaram a elucidação das questões apresentadas.

Figura 4. Etapas dos procedimentos metodológicos.



Elaboração: Kássia Rios, 2012.

1.2 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A apresentação da pesquisa encontra-se estruturada em cinco capítulos. No primeiro, “Da apropriação do espaço à construção dos territórios pesqueiros: contribuições geográficas” realiza-se uma reflexão sobre as distintas classificações existentes no desenvolvimento da atividade pesqueira, destacando principalmente a pesca artesanal e a carcinicultura. A partir deste, faz-se uma análise geográfica de como se dá a produção do espaço e as construções das territorialidades por ambas as atividades.

No segundo capítulo, “Atividade pesqueira no Brasil: histórico da organização político-institucional e produção da atividade”, analisa-se como vem sendo desenvolvida a organização político-institucional da atividade pesqueira no Brasil e as consequências desta em sua produção.

O terceiro capítulo, “Atividade pesqueira no estado da Bahia: mapeamento das atividades da pesca artesanal e da carcinicultura”, traz a espacialização da atividade pesqueira na Bahia. Inicialmente, pela pesca artesanal, sua organização, distribuição dos pescadores, produção, frota pesqueira dentre outros. Posteriormente, faz-se uma análise do processo de ocupação do litoral baiano pela carcinicultura, assim como sua produção, organização atual e distribuição dos empreendimentos.

O quarto capítulo, “Pescadores artesanais e carcinicultores do distrito de Acupe (BA): contradições na produção do espaço local”, dedica-se à compreensão da importância do desenvolvimento da pesca artesanal para a comunidade no decorrer de sua história. A seguir é feita a análise e a espacialização dos territórios da pesca artesanal e da carcinicultura, assim como as contradições existentes nesse processo.

No quinto capítulo, “Territórios terra e água: das contradições à luta pela permanência nos territórios pesqueiros”, analisa-se, a partir da articulação dos territórios terra e água, quais as mudanças territoriais ocorridas a partir da inserção da carcinicultura no distrito, assim como a luta dos pescadores(as) locais na defesa de seus territórios, destacando a participação destes na Campanha Nacional pela Regularização dos Territórios das Comunidades Tradicionais Pesqueiras.

2 DA APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO À CONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS: CONTRIBUIÇÕES GEOGRÁFICAS

É nesse território que construímos nossos laços e nossas histórias, é nele que vejo minhas raízes... e isso me preocupa, pois vejo que se não formos percebidos pelos grandes, tudo se acabará... nós que fazemos parte da história de nosso país.

(Pescadora - Pernambuco⁴)

A origem da atividade pesqueira no Brasil “remonta a períodos pré-históricos quando do estabelecimento dos primeiros agrupamentos humanos no território. Nos sambaquis⁵ espalhados pelo litoral, os vestígios arqueológicos apontam para o uso que as populações ancestrais faziam do mar para compor sua dieta alimentar” (CARDOSO, 2009, 2). O que de certa forma confirma a relação existente desde os primórdios entre o homem e o ambiente marítimo.

No Brasil, inicialmente, tal atividade era predominantemente exercida de maneira artesanal, através de funções que visavam à própria subsistência das famílias indígenas. Os instrumentos utilizados eram tradicionais e confeccionados por eles mesmos. Exemplos das técnicas de pesca indígenas herdadas desse período são: as canoas, as jangadas e as redes tecidas com fibras vegetais, que no decorrer dos anos foram aperfeiçoadas e são utilizadas até os dias atuais.

Nesse sentido, Silva afirma que “algumas destas técnicas foram incorporadas e modificadas pelos escravos africanos e pelos europeus. Estes últimos também contribuíram com técnicas novas, legadas de suas culturas e civilizações” (SILVA, 1988, 32).

A utilização dessas técnicas, sua modernização e os objetivos de seu desenvolvimento são algumas das características que são observadas no decorrer da história e nas distintas formas de realização da atividade. É nesse cenário que se dá a passagem referida no título dessa pesquisa, ou seja, é a partir dessa apropriação da natureza que se dará a construção dos territórios pesqueiros.

A atividade pesqueira, conforme já mencionado, possui diversas modalidades de sua prática. Na presente pesquisa, restringimo-nos à pesca marítima, mais especificamente à

⁴Depoimento de uma pescadora de Pernambuco, em 2011.

⁵Os sambaquis são depósitos construídos pelo homem, compostos de materiais orgânicos, calcários, que foram empilhados ao longo do tempo e sofrem ação do intemperismo, ocorrendo uma fossilização química, difundindo o cálcio em toda a estrutura e petrificando os detritos e ossadas porventura ali existentes. No Brasil, os sambaquis são distribuídos por toda a costa. Estudos recentes sugerem que os sambaquis tenham sido produzidos por povos que viveram na costa brasileira entre 8 mil e 2 mil anos antes do presente.

atividade da pesca artesanal – modalidade essa presente na pesca extrativa marinha – e à atividade da carcinicultura – presente na aquicultura.

Nesse contexto, buscamos compreender a importância da atividade pesqueira no estado da Bahia e como esta vem sendo desenvolvida, principalmente no que tange à pesca artesanal e suas características; para posteriormente analisar como a atividade da carcinicultura, ao se inserir nas áreas de comunidades tradicionais pesqueiras, ocasiona mudanças significativas ao território destas, chegando em alguns momentos a comprometer a sobrevivência das mesmas.

Para tal, torna-se de suma importância, inicialmente, compreender e caracterizar a atividade da pesca artesanal no contexto da pesca extrativa marinha, diferenciando-a das demais práticas através de sua forma de apropriação e relação com a natureza.

Por se tratar de uma pesquisa geográfica, objetivamos a compreensão e análise do espaço geográfico, neste caso específico do espaço produzido pela atividade pesqueira, no qual a atividade da pesca artesanal e a atividade da carcinicultura são vistas aqui como responsáveis pela produção/organização do espaço pesqueiro.

Dessa forma, a partir da relação de apropriação da natureza estabelecida por ambas as atividades, buscamos neste capítulo analisar e compreender como estas atividades, ao se apropriarem da natureza, produzem espaço e, à medida que se apropriam deste, constituem suas territorialidades, criando, portanto, seus territórios.

2.1 ATIVIDADE PESQUEIRA E APROPRIAÇÃO DA NATUREZA: A PESCA ARTESANAL

A natureza é nosso único bem, é dela que a gente tira nosso comer do dia-a-dia, é nela que a gente trabalha...

(Pescadora –Bahia⁶)

A atividade pesqueira se desenvolve de distintas formas, seja no ambiente onde esta é realizada ou em sua forma de organização produtiva. Características como os objetivos da realização dessa atividade, sua organização e o grau técnico de instrumentos e capital utilizado no desenvolvimento da mesma irão diferenciá-las dentro do setor pesqueiro.

De acordo com as classificações legais estabelecidas pelos Decretos/Leis da pesca no Brasil, os pescadores podem ser classificados, segundo a Lei nº. 11.959, de 29 de junho de

⁶Depoimento de uma pescadora do estado da Bahia, obtido em pesquisa de campo. Agosto de 2011.

2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras e revoga a Lei nº. 7.679/88 e os dispositivos do Decreto-Lei nº. 221/67, em pescadores amadores e pescadores profissionais (Anexo 1).

Os pescadores amadores praticam a pesca sem fins econômicos, por lazer ou esporte. Já os pescadores profissionais são aqueles que “trabalham por conta própria, muitas vezes no âmbito familiar, ou para empresas pesqueiras. [...] que realizam a pesca para fins comerciais, como geração de renda” (CARDOSO, RAUBER, BERWALDT, 2006, p. 45).

A pesca profissional, segundo ainda os Instrumentos Normativos, de 2010, voltados à atividade pesqueira no Brasil, é caracterizada por ser a principal atividade realizada pela empresa ou pessoa enquanto profissão, visando sua comercialização.

A categoria pescador profissional é dividida em Pescador Profissional na Pesca Artesanal e Pescador Profissional na Pesca Industrial, em que o primeiro realiza a atividade de forma autônoma ou em família, são os donos do meio de produção ou possuem acesso a esses meios, através de contratos de parceria. O segundo, por sua vez, realiza a atividade como empregado, assalariado, sem ser o dono dos meios de produção.

Na pesca industrial os referenciais de composição nos botes de trabalho são os interesses da empresa e não os laços sociais e afetivos dos pescadores. Nesse contexto, as relações são indiferentes, com exigências maiores de especialização técnica. O pescador assalariado ressent-se principalmente da dissociação do produto de seu trabalho e do seu distanciamento dos processos decisórios relativos à pesca. Regra geral, ocorre que os pescadores apenas participam da captura, ficando o desembarque, o processamento e a distribuição do pescado ao encargo das equipes de terra (MALDONADO, 1986, p. 26).

Tal classificação dá suporte aos órgãos responsáveis pela gestão da atividade, como é o caso do MPA, que em sua classificação institucional segundo Kuhn, “o Pescador Profissional na Pesca Artesanal (PPPA) aparece como uma variação da categoria Pescador Profissional, sendo que esta também incorpora o Pescador Profissional na Pesca Industrial” (KUHN, 2009, p. 69).

Segunda a autora, essa classificação adotada pelo MPA não leva em conta as demais características dos pescadores artesanais, como a cultura, a tradição e a relação que os mesmos têm com a atividade da pesca, muitas vezes sua única fonte de renda e sobrevivência. Por esse motivo os mesmos “não se identificam apenas como um grupo profissional” (KUHN, 2009, 69).

Cabe ressaltar que, ao por a categoria pesca artesanal junto à pesca industrial, ambas como ramos da pesca profissional, os pescadores artesanais muitas vezes são vistos de forma incorreta, sem que haja políticas voltadas para suas reais necessidades que se diferenciam

bastante das necessidades da pesca industrial, pois na há a preocupação em mencionar as características socioculturais específicas da prática da pesca artesanal e das comunidades que a desenvolvem.

Muitas vezes, os subsídios destinados à pesca industrial não têm aplicabilidade na pesca artesanal, o que ocasiona, na maioria das vezes, o esquecimento dessa última, quadro bastante presente no país.

Esse quadro aumenta à medida que cresce a política de expansão da indústria pesqueira, a qual tem por objetivo principal a expansão da industrialização da pesca e do desenvolvimento no país, o que acaba aumentando a falta de políticas específicas voltadas à pesca artesanal. Segundo Kuhn, o atual órgão gestor da atividade pesqueira no Brasil, o MPA

Que acumulou todas as funções da antiga Secretaria, assim como ela, não elaborou políticas específicas para a pesca artesanal, preocupando-se em executar ações para o incentivo e aumento da produção de pescado no país, nas modalidades extrativas e aquícolas, como por exemplo, a Cessão das Águas Públicas da União para fins de Aquicultura e o fortalecimento da maricultura (KUHN, 2009, p. 69 - 70).

Podemos observar que a classificação oficial da atividade pesqueira no Brasil não abrange toda a diversidade de pescadores existente na realidade do país, o que acaba prejudicando algumas categorias que são “esquecidas” e/ou incorporadas a outras que não condizem com sua prática e necessidades.

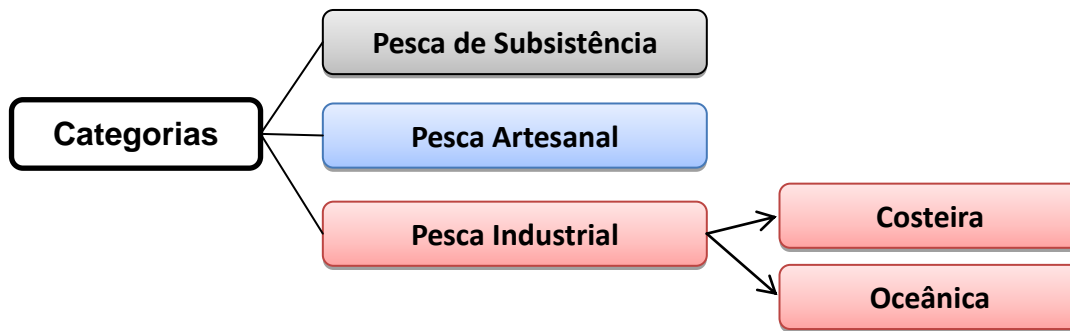
Tais considerações são reforçadas quando analisamos outras classificações existentes que levam em consideração os aspectos socioeconômicos da atividade. Segundo a Comissão Nacional Independente Sobre os Oceanos (CNISO),

Entende-se por pesca todo ato com o objetivo de retirar, colher, apanhar, extrair ou capturar quaisquer recursos pesqueiros em ambientes aquáticos, podendo ser exercida em caráter científico, econômico/comercial, amadorístico ou de subsistência (CNISO, 1998, p. 103).

A pesca extrativa marinha no Brasil pode ser classificada nas seguintes categorias: pesca de subsistência, pesca artesanal, pesca industrial costeira e pesca industrial oceânica (CNISO, 1998), como podemos observar na figura 5.

Nessa classificação, a pesca de subsistência se caracteriza pela objetividade de sua realização, sem fins comerciais, visando apenas à obtenção do pescado para sua alimentação e pelas técnicas utilizadas, no caso, rudimentares.

Figura 5. Categorias de Classificação da Atividade Pesqueira pela CNISO.



Fonte: CNISO, 1998.

Elaboração: Kássia Rios, 2011.

A pesca artesanal tem a objetividade comercial, porém sem vínculo industrial comercial. As técnicas utilizadas são artesanais, porém mais dotadas de tecnologia que a pesca de subsistência. Em sua maioria utiliza-se de pequenas ou médias embarcações de madeira que operam em áreas limitadas, junto à costa. A pesca industrial costeira se caracteriza por sua maior autonomia,

[...] capazes de operar em áreas distantes da costa, efetuando a exploração de recursos pesqueiros, os quais podem apresentar-se relativamente concentrados em áreas geográficas. Tais embarcações dispõem de apetrechos de capturas mecanizados, propulsão com motores *diesel* de potência mais elevada e equipamentos eletrônicos de navegação e detecção de cardumes. O material do casco pode ser de aço ou de madeira (CNISO, 1998, p. 119).

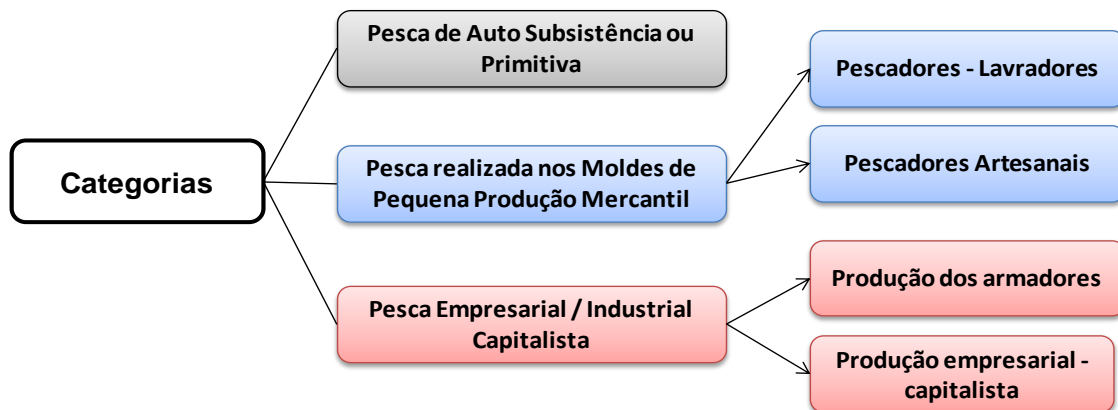
A pesca industrial oceânica é pouco praticada no país, sua prática pode ocorrer na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) como também em alguns casos em áreas de outros países.⁷

É dotada de grande autonomia, com industrialização do pescado a bordo e emprega sofisticados equipamentos de navegação e detecção de cardumes e ampla mecanização. As embarcações são quase todas arrendadas de países estrangeiros (CNISO, 1998, p. 119).

Outra classificação, importante sobre a atividade pesqueira é a realizada pelo sociólogo Antonio Carlos Diegues. Para o autor, a atividade pesqueira no Brasil poderia ser classificada em três categorias principais (Figura 6).

⁷As Zonas Econômicas Exclusivas (ZEEs) de espaço marítimo são áreas declaradas pelos países costeiros que vão além de suas águas territoriais, sendo responsáveis por sua gestão e podendo utilizar-se de seus recursos. As ZEEs são delimitadas por uma linha a 200 milhas da costa, porém essa extensão pode variar de acordo com a extensão da plataforma continental.

Figura 6. Categorias de Classificação da Atividade Pesqueira por Diegues.



Fonte: DIEGUES, 1983.
Elaboração: Kássia Rios, 2011.

A primeira categoria proposta por Diegues, denominada Pesca de Auto Subsistência ou Primitiva, concordando com a classificação da CNISO, é caracterizada pela inexistência de fins comerciais, tendo como base uma economia voltada para produção de valores de uso. Segundo Diegues, tal atividade hoje é,

Praticamente desaparecida do litoral brasileiro, com alguma ocorrência em locais distantes do Amazonas, praticada seja dentro dos quadros das tribos indígenas ou de pequenos agrupamentos ribeirinhos. [...] Em nenhum momento há a mediação da moeda nas trocas existentes e o eventual excedente produzido é utilizado dentro do princípio de reciprocidade ou de padrões redistributivos (DIEGUES, 1983, p. 149).

Dessa forma, compreendemos que a atividade da pesca de subsistência se caracteriza por uma produção mínima que visa à própria subsistência das famílias/grupos que a praticam, sem a existência de excedente e, portanto, de comercialização. O produto, ou seja, o pescado geralmente é consumido imediatamente, pois, por se tratar de uma atividade que se utiliza de técnicas rudimentares e basicamente manuais, não há conservação do pescado.

Outra característica marcante nessa atividade é o conhecimento que os pescadores detêm do mar, sendo este passado dos mais velhos aos mais novos, uma tradição que se passa a todos que compõem a família/grupo. Estes pescadores conciliam a pesca a outras atividades de subsistência, também visando ao seu valor de uso, sem a mediação de intermediários ou produção de excedentes visando à comercialização, à troca.

A segunda categoria, a Pesca realizada dentro dos Moldes de Pequena Produção Mercantil, caracteriza-se principalmente pela existência do valor de troca na produção, ou seja, o produto, no caso o pescado, é obtido visando à sua comercialização, fato este que se diferencia da pesca de subsistência, que visa ao valor de uso. Outro fator importante nessa

categoria é a existência de terceiros na atividade, mas não necessariamente na captura direta do pescado, como os artesãos que constroem as canoas, os quais fazem parte do processo, porém não diretamente na captura do pescado.

Nessa atividade, os instrumentos de trabalho, se comparados à pesca de subsistência, já são mais aperfeiçoados. Os pescadores utilizam redes, canoas, espinhéis⁸, que podem ser de propriedade familiar ou individual. Essa propriedade dos meios de produção irá caracterizar a apropriação final do produto, que será definida pelo sistema de partilha ou quinhão (após a divisão de um todo, é entregue a parte que cabe a cada um receber).

Como já trabalhado, essa categoria de pesca realizada dentro dos moldes de pequena produção mercantil visa à comercialização do produto. Segundo Diegues, a mesma pode ser dividida em dois subtipos: os pescadores-lavradores e os pescadores artesanais.

Os pescadores - lavradores têm a pesca como “uma atividade ocasional do pequeno agricultor, restrita em geral a períodos de safra (tainha, por exemplo) [...] A pesca é uma atividade complementar destinada a produzir valores de troca” (DIEGUES, 1983, p. 152).

O pescado é capturado em áreas restritas (lagunas e baías fechadas, por exemplo), devido à falta de conhecimento e experiência dos mesmos para ir a áreas além desses espaços. Até mesmo porque a característica principal desse subtipo é que o pescador-lavrador não tem sua sobrevivência baseada somente na pesca, sua base de produção é a lavoura em sua propriedade, onde o mesmo tem o controle da atividade.

Esse pequeno produtor não trabalha somente como pescador [...] é na lavoura que se definem ainda as condições de sua produção [...] ele se sente mais à vontade junto à casa de fazer farinha, no cultivo do seu pequeno pomar, que no calão do seu picaré (DIEGUES, 1983, p. 153).

Sua comercialização é realizada em geral pelos mesmos intermediários que também comercializam o excedente agrícola desses pequenos produtores, fazendo, portanto, o contato destes com o mercado. Se o excedente produzido vier a aumentar, a relação de dependência com o intermediário aumentará proporcionalmente.

Sendo assim, os pescadores-lavradores têm na pesca uma atividade complementar a sua sobrevivência, sendo a maior parte de sua produção destinada ao uso e as demais utilizadas como importante meio de troca, comercialização. Os instrumentos de produção utilizados são aparelhos fixos, linha, pequenas redes de emalhar, embarcações a remo ou vela,

⁸O espinhel é um aparelho de pesca constituído por um número variável de anzóis que funciona de forma passiva, com as iscas atuando na atração do peixe. Um espinhel é formado pela linha principal (madre), linhas secundárias (alças) e o anzol. Existem dois tipos de espinhéis: de fundo, que permanece fixo ao fundo com emprego de âncoras ou poitas, e de superfície, que é deixado à deriva sustentado por boias (GEP, 2011).

ambos em geral de propriedade familiar. Sua produção é reduzida e em geral a conservação do pescado é feita através da salga/secagem.

Atualmente, destaca-se que diversas comunidades tradicionais pesqueiras do país, com a instalação da rede de energia elétrica em suas comunidades, vêm desenvolvendo o processo de conservação dos pescados em geladeiras e/ou freezers. Tal fato nos remete às considerações de Diegues; Maldonado, quando apontam que a caracterização das comunidades tradicionais de pescadores artesanais e/ou lavradores não deve ser restrita ao tipo de instrumentos de produção utilizados por estas, como alguns pesquisadores consideram, mas principalmente à relação entre essas comunidades e a natureza, ou seja, às inúmeras relações existentes para além das técnicas/instrumentos utilizados na captura.

Em algumas abordagens sobre a produção do pescador-lavrador, a mesma é vista como uma unidade camponesa de produção. Segundo Andrade, o camponês se caracteriza por ser “aqueles que ainda têm o controle de pequenas porções de terra, como proprietários, arrendatários ou meeiros e que cultivam-nas visando ao auto-abastecimento e à venda do excedente” (ANDRADE, 1989, p. 6).

A produção dos pescadores-lavradores é vista dentro dessa unidade, por se tratar de uma atividade de produção e consumo que é desenvolvida no âmbito familiar. Os mesmos são os proprietários dos meios de produção e essa produção visa à sua sobrevivência, com a comercialização do excedente sem acúmulo contínuo de capital. Estes pescadores não foram ainda expropriados inteiramente dos meios de produção. Alguns destes ainda têm a sua porção de terra, onde desenvolvem suas atividades agrícolas e, juntamente com a pesca, garantem a renda familiar.

Os pescadores artesanais, segundo subtipo dessa classificação, irão se diferenciar dos pescadores-lavradores principalmente pelo objetivo de sua produção, que passa de uma atividade complementar à principal atividade realizada pelos pescadores. Para eles, essa produção também estará visando à venda. Porém, os pescadores-lavradores comercializavam a menor parte de sua produção, já os pescadores artesanais irão comercializar a maior parte de sua produção, ou seja, é a principal atividade realizada para sua sobrevivência. Ressaltamos que, mesmo em alguns casos, quando a pesca não é a única atividade realizada pelos pescadores artesanais, esta continua sendo a principal.

Dessa forma, por se tratar da principal fonte de renda, o excedente produzido será maior e a distribuição, que no subtipo anterior era mais igualitária, agora será diferenciada; pois agora os instrumentos de produção não serão, em geral, familiares e sim individuais, o

que faz com que os donos dessas embarcações exijam maior parte da divisão da produção, alegando gastos com a manutenção das embarcações, por exemplo.

Sobre os instrumentos de produção, estes já têm certo avanço tecnológico “como a introdução da embarcação motorizada, das redes de náilon, de novos processos de organização e transporte do pescado” (DIEGUES, 1983, p. 154). Como consequência desse avanço, as áreas exploradas são mais amplas, portanto, exigem um maior conhecimento por parte dos pescadores, este que é passado dos mais velhos aos mais novos, como uma tradição familiar.

No que tange a produção em percentual, está será maior dependendo do meio ambiente físico ao qual a atividade é praticada. A sua divisão será realizada pelo sistema de partes sobre o quantitativo capturado ou através da remuneração em dinheiro e, na comercialização, há, além dos intermediários individuais já presentes nos pescadores-lavradores, também as firmas de compra.

Assim, o pescador artesanal vive e se reproduz tendo como principal atividade a pesca, que, através de sua comercialização, possibilita a compra dos demais produtos necessários a sua sobrevivência. Mesmo este retirando parte de sua produção para o consumo próprio e de sua família, o mercado é o principal objetivo de sua produção, caracterizando a pesca artesanal como uma pequena produção mercantil. Nesse sentido, Diegues diz que

O excedente reduzido e irregular, a baixa capacidade de acumulação, a dependência total *vis-à-vis* ao intermediário, a propriedade dos meios de produção, o domínio de um saber baseado na experiência (e que constitui sua profissão), são elementos que caracterizam ainda a pequena produção mercantil (DIEGUES, 1983, p. 155).

A terceira categoria apontada por Diegues é a Pesca Empresarial/ Industrial Capitalista, que é dividida em dois subtipos: a produção dos armadores e a produção empresarial capitalista.

A produção dos armadores, aqueles que são proprietários de várias embarcações, caracteriza-se pela presença de “terceiros” na produção, em que os donos das embarcações não participam da captura. Para tal atividade, é destinada a responsabilidade a outra pessoa, no caso em questão ao mestre, que detém o conhecimento e a experiência necessária, sendo o responsável pelo barco no momento da captura.

Além do mestre, são embarcados vários tripulantes com funções diferenciadas, “ligadas à direção (mestres), à casa de máquinas (motoristas), à preparação do “rancho” (cozinheiros) e ao manejo das redes e equipamentos de pesca (os homens do convés)” (DIEGUES, 1983, p. 155). Podemos perceber que nesse subtipo não há ainda a substituição

das tarefas manuais pelas máquinas, característica essa que veremos fortemente na produção empresarial capitalista.

O espaço de captura dessa produção é a plataforma continental e a identificação dos cardumes é feita através de aparelhos de detecção. Por possuírem tecnologia mais avançada, essas embarcações podem ficar no mar durante alguns dias, com a conservação do pescado sendo realizada através do gelo ou resfriamento a bordo.

A sua comercialização é feita por empresas especializadas no comércio de pescado. Por se tratar de um subtipo presente dentro da produção capitalista, a produção de excedente e acumulação capitalista é frequente, porém moderada se comparada à produção empresarial-capitalista.

O segundo subtipo dessa categoria, a produção empresarial-capitalista, é caracterizado pelo grande porte produtivo e pela intensa produção de excedente e acumulação capitalista.

Os meios de produção estão nas mãos de uma empresa de pesca que detém inúmeras embarcações grandes e motorizadas. Por se tratar de uma categoria que detém grandes avanços tecnológicos, há grande mecanização dos aparelhos de pesca que atuam nos limites da plataforma continental e nos oceanos, com considerável escala de produção que são comercializados no setor de comercialização da própria empresa (empresas integradas verticalmente, possuindo diversos setores, de captura, beneficiamento, comercialização) (DIEGUES, 1983). A detecção dos cardumes é feita através de aparelhos eletrônicos e os tripulantes em geral recebem treinamento para a obtenção do conhecimento necessário à realização de suas atividades.

Sobre a remuneração da força de trabalho, Diegues nos informa dizendo que “o regime de salário mensal ou semanal torna-se o mais generalizado, ainda que, em alguns casos, os pescadores recebam uma porcentagem sobre o valor global da produção” (DIEGUES, 1983, p.156). Dessa forma, compreendemos que a produção empresarial/capitalista é uma

atividade voltada totalmente para a produção de mercadorias: a reprodução dos meios e agentes de produção passa pela extração da mais-valia dos trabalhadores do mar, que não mais possuem o conhecer e *savoir-faire* que caracterizava o pescador artesanal, possuidor de um *métie* (DIEGUES, 1983, pág. 156).

Podemos perceber que as classificações realizadas pela CNISO e por Diegues seguem conceituações baseadas em critérios socioeconômicos, que abrangem outras categorias específicas não contempladas pela classificação oficial.

Nesse sentido, observamos que a atividade pesqueira se desenvolve de distintas maneiras. Diferenciação essa, que ganha ainda mais significância quando passamos a analisar

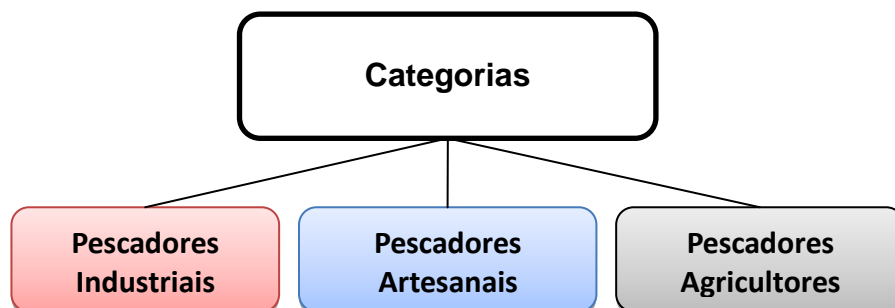
as características específicas de cada tipo de pescador que a exerce. Assim, a antropóloga Maldonado, diz que

Os elementos mais frequentes na classificação dos pescadores são os seguintes: a forma de propriedade das embarcações e do instrumental de trabalho, o sistema de divisão do produto, a constituição e o referencial de recrutamento dos grupos de trabalho, o acesso aos lugares de pesca e, naturalmente, as relações que prevalecem entre os membros das tripulações (MALDONADO, 1986, p. 13).

As palavras da autora apontam as características já mencionadas nas classificações da CNISO, de Diegues e dos Instrumentos Normativos que regulam a pesca no Brasil. Podemos observar a diferenciação das categorias apresentadas pelos mesmos a partir da propriedade dos meios e instrumentos de trabalho, das áreas em que estas categorias realizam a captura, a remuneração do produto capturado, dentre outras características abordadas.

Uma das características bastante utilizadas na análise das classificações da atividade pesqueira é seu tipo de produção, através do qual Maldonado classifica e descreve os tipos de pescadores como: pescadores agricultores, pescadores artesanais e pescadores industriais, conforme observamos na figura 7.

Figura 7. Categorias de Classificação da Atividade Pesqueira por Maldonado.



Fonte: MALDONADO, 1986.
Elaboração: Kássia Rios, 2011.

Segundo a autora, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) define os pescadores como sendo aqueles que

[...] se dedicam à captura de pescado e exercem as funções de membros das tripulações de barcos pesqueiros, executando diversas tarefas de pesca de altura – no caso dos pescadores marítimos – ou tarefas específicas da pesca de água doce e águas costeiras (MALDONADO, 1986, p. 11).

Dessa forma, os pescadores agricultores são aqueles que conciliam a pesca com a agricultura, ou seja, pescam e plantam para garantir sua sobrevivência, consumindo o produto e comercializando-o para adquirir novos produtos necessários a sua reprodução.

Os pescadores agricultores, assim como os pescadores-lavradores da classificação de Diegues, realizam a atividade de maneira simples, com pequena produção obtida na unidade familiar, sem a geração de excedentes ou acúmulo de capital. As atividades de pesca e agricultura são divididas entre os homens, mulheres e, às vezes, crianças da família, ficando, em alguns casos, as mulheres e as crianças responsáveis pela agricultura, enquanto os homens praticam a pesca.

Como se trata de uma pequena produção e sem a utilização de técnicas ou instrumentos modernos de pesca, a prática de ambas as atividades garante aos pescadores e suas famílias a sobrevivência em épocas menos propícias à prática de uma delas. Além da prática da agricultura, muitas famílias também trabalham no artesanato, seja para produzir seus instrumentos de trabalho ou para a obtenção de renda.

A segunda categoria de Maldonado refere-se aos pescadores artesanais, cuja descrição corrobora com a realizada por Diegues. Os pescadores artesanais se caracterizam, principalmente, pela prática da pesca como principal atividade de sobrevivência e pelas relações estabelecidas entre estes e o ambiente no qual desenvolvem suas atividades pesqueiras, diferenciando-o do pescador industrial (terceira categoria de sua classificação). Visto que este participa somente da captura do pescado, como empregado em empresas de pesca, sem nenhum poder de decisão. As demais atividades (comercialização, beneficiamento) são realizadas por outros setores da empresa.

Para a presente pesquisa, procuramos agrupar características em comum apontadas pela CNISO, Diegues e Maldonado, além de acrescentar alguns posicionamentos observados em campo. Dessa forma, sintetizando-as, tomamos como ponto inicial a classificação da atividade pesqueira em três segmentos: Pesca de Subsistência, Pesca Artesanal e Pesca Industrial. Como mencionado anteriormente e também reforçado pelas palavras de Maldonado sobre a OIT, a atividade pesqueira pode ser classificada em marítima ou continental. Ressaltamos que na presente pesquisa, restringimo-nos à pesca realizada no ambiente marítimo, mais especificamente, nesse momento, à pesca artesanal.

2.1.1 Pescadores Artesanais

No Brasil, os dados relativos ao quantitativo de pescadores cadastrados demonstram que, em 2010, havia 856.231 pescadores cadastrados no Registro Geral da Pesca (RGP) do MPA, sendo 504.678 mil do sexo masculino e 348.553 do sexo feminino. Porém, em entrevista à Agência Sebrae de Notícias, em abril de 2011, a ex-ministra da Pesca e Aquicultura, Ideli Salvatti, afirmou que o Cadastro Nacional de Pescadores conta em cerca com um milhão de pescadores artesanais, sendo estes responsáveis por grande parte da produção nacional. Tal quantitativo confirma a representatividade socioeconômica da atividade no país, abordada anteriormente. Segundo Prost,

A pesca é uma das atividades mais antigas do Brasil, já presente entre os povos indígenas e na sociedade colonial e perpetuada enquanto pesca artesanal ou industrial. A partir dos anos 1960, através de incentivos fiscais e creditícios, é encorajada a modernização da pesca, processo que favoreceu principalmente o setor industrial. Todavia, a pesca artesanal continua detendo um considerável peso econômico e social, especialmente nos Estados do Nordeste e Norte (PROST, 2007, p. 139).

Na presente pesquisa, a pesca artesanal é compreendida, em síntese, como uma profissão desenvolvida pelos pescadores artesanais, que traz consigo características particulares em seu desenvolvimento, seja na sua relação sociocultural com os pescadores e suas famílias ou na sua relação com a natureza. Essas características irão diferenciá-los das demais categorias. De acordo com Diegues,

Os pescadores artesanais se identificam com um grupo possuidor de uma profissão. Esta é entendida como o domínio de um conjunto de conhecimentos e técnicas que permitem ao produtor subsistir e se reproduzir enquanto pescador. [...] O que caracteriza o pescador não é somente o viver da pesca, mas é sobretudo a apropriação real dos meios de produção; o controle do como pescar e o que pescar, em suma o controle da arte de pesca. O domínio da arte exige dele uma série de qualidades físicas e intelectuais que foram conseguidas pelo aprendizado na experiência, que lhe permitem se apropriar também dos segredos da profissão (DIEGUES, 1983, pág. 197-198).

Por se tratar da principal atividade desenvolvida por esse grupo, ou seja, a forma com que estes se apropriam da natureza para garantir sua sobrevivência e reprodução social, os pescadores artesanais constroem acima de tudo uma relação cultural com sua profissão, são conhecimentos e experiências passadas dos mais velhos aos mais novos, conhecimentos estes que se distinguem dos conhecimentos científicos, dos conhecimentos empregados pelos pescadores industriais através da maquinização da pesca. Outro fator que os diferencia é a

propriedade dos meios de produção, visto que os pescadores artesanais são os donos dos seus instrumentos de trabalho, enquanto os pescadores industriais trabalham com os instrumentos de seus patrões e/ou empresas de pesca.

Os pescadores autônomos, sozinhos ou em parcerias, participam diretamente da captura, usando instrumento relativamente simples. A remuneração é feita pelo sistema tradicional de divisão da produção em “partes”, sendo o produto destinado preponderantemente ao mercado. Da pesca retiram a maior parte de sua renda, ainda que sazonalmente possam exercer atividades complementares (DIEGUES, 1995, p. 108).

Trata-se de uma atividade realizada com base familiar. “Um dos traços que prevalecem entre pescadores artesanais é a importância da família como base de produção e consumo” (MALDONADO, 1986, p. 18). Ressaltamos que a produção dos pescadores artesanais é voltada a sua comercialização. Embora haja a retirada de parte da produção para seu consumo e de sua família, a maior parte é destinada à comercialização, como forma de garantir os demais recursos necessários a sua sobrevivência. “A principal característica dessa forma de organização é a produção de valor de troca em maior ou menor intensidade, isto é, o produto final, o pescado, é realizado tendo-se em vista sua venda” (DIEGUES, 1983, p. 149).

Essa comercialização é realizada de forma indireta pelo pescador, pois depende dos intermediários, denominados aqui de atravessadores. São estes os responsáveis pela relação do pescador com o mercado. Destacamos que essas relações nem sempre são positivas, pois muitas vezes os pescadores sentem-se explorados.

Nas instâncias em que a relação é tensa e conflituosa, os pescadores percebem com bastante clareza a exploração a que esse tipo de relação os submete, fazendo-os dependentes dos intermediários à medida que estes lhes proporcionam empréstimos e financiamentos de materiais (MALDONADO, 1986, p. 52).

Em alguns lugares, devido à exploração dos atravessadores, as mulheres dos pescadores são encarregadas da comercialização do peixe em mercados, feiras etc., reforçando a idéia da pesca artesanal como uma atividade de base familiar. É nessa base familiar que são construídas as experiências e os conhecimentos sobre a pesca e o ser pescador. Experiência essa que se difere das técnicas criadas por aqueles que têm horários e lugares para pescar, definidos pelos patrões, características da pesca industrial. Todo seu conhecimento é adquirido através da prática diária no mar, do contato com as espécies e principalmente das experiências dos mais velhos. Segundo Diegues,

A liberdade caminha junto com o conhecer adquirido ao longo dos anos de experiência. O conhecer do velho pescador se traduz pela sabedoria, algo distinto do

saber-fazer. A sabedoria não diz respeito ao manuseio de um apetrecho de pesca, mas onde e quando utilizá-lo. A sabedoria, o pescador a adquire não somente pela experiência, mas indo pescar e ouvindo os mais velhos (DIEGUES, 1983, p. 195).

Sobre a liberdade que os pescadores dizem possuir e se diferenciar dos pescadores industriais, Ramalho contribui quando diz que

A própria liberdade que os pescadores acreditam possuir plenamente tem a ver com a percepção de sua relação com o tempo natural do ambiente aquático (mares e rios), levando-os a não serem reféns de horários rigorosos de trabalho como funcionários de empresas. Seus horários são determinados pela precisão das leituras que fazem acerca dos ritmos e movimentos das marés e cardumes, resultantes de seu espaço ecológico de trabalho [...] cobrando deles entendimento das peculiaridades do recurso natural (RAMALHO, 2006, p. 51).

Nesse sentido, a liberdade e o conhecimento do mar são características específicas da pesca artesanal. “Esse conhecimento do mar e o manejo dos instrumentos de pesca é visto como elemento viabilizador, por excelência, da pesca artesanal” (MALDONADO, 1986, pág.37). Segundo Diegues, o pescador artesanal

[...] é um pequeno produtor que participa diretamente do processo de pesca, dono de um cabedal enorme de conhecimentos e dos instrumentos de trabalho, operando seja em unidades familiares seja com “camaradas” ou companheiros. O excedente produzido é relativamente pequeno e as técnicas de captura são em geral simples, mas adaptadas aos ecossistemas litorâneos tropicais maçados por um grande número de espécies de pescado (DIEGUES, 1995, p. 86).

Dessa forma, compreendemos que o pescador artesanal tem o conhecimento necessário à prática de sua atividade, o mesmo sabe diferenciar os tipos de ventos, as marés e os períodos indicados à captura e ao tipo de captura, um conhecimento tradicional que o caracteriza enquanto pescador artesanal. De acordo com Ramalho,

Ser pescador artesanal é tornar-se portador de um conhecimento e de um patrimônio sócio-cultural, que lhe permite conduzir-se ao saber o que vai fazer nos caminhos e segredos das águas, e amparar seus atos em uma complexa cadeia de inter-relações ambientais típicas dos recursos naturais aquáticos (RAMALHO, 2006, p. 52).

Esse conhecimento tradicional “pode ser definido como o saber-fazer – a respeito do mundo natural, sobrenatural – gerado no âmbito da sociedade não urbana/industrial, transmitido, em geral, oralmente de geração em geração” (DIEGUES, 2004, p. 14). Sendo assim, a relação com a natureza desenvolvida por esses pescadores, ou seja, a forma com que estes se apropriam da mesma, organizam-se e desenvolvem suas atividades é caracterizada por extremos laços de identidade, através dos quais são desenvolvidos valores simbólicos e

materiais. O mar, a pescaria, tornam-se uma extensão de sua vida, não se trata somente de um ambiente marítimo do qual os mesmos retiram o pescado, é um ambiente acima de tudo, respeitado por estes.

É no oceano, ou no mar, que os pescadores se lançam todos os dias para pescar e conviver num certo tempo e espaço, e a terra é o *substratum*, o território de convivência social, cultural e afetiva, passando a significar a ampliação da vida de relações entre eles. Assim, ao explorarem o oceano/mar e os recursos deste, os homens elaboram diversos modos de apropriação social, econômica e cultural ligados ao ambiente marinho. As práticas socioculturais da “gente do oceano/mar” dão às comunidades pesqueiras características identitárias e culturais, pois passam a ser uma das dimensões da vida social dos pescadores, um espaço de crenças, mitos e utopias, e adquirem valor simbólico e material para a reprodução da condição humana dos pescadores (SILVA, 2010, p. 59).

Nesse sentido, pensar e/ou conceituar o pescador artesanal somente por seus instrumentos de pesca, pelo porte de suas embarcações ou por seu nível de produção (como alguns instrumentos normativos definem) é desconsiderar toda uma forma de organização de trabalho desenvolvida por estes e suas relações socioculturais com a atividade. Ao desconsiderar isto, desconhecem, também, a dimensão do que significa desestruturar uma comunidade tradicional pesqueira e o próprio desenvolvimento da atividade da pesca artesanal. Para Cardoso,

Em realidade, a questão conceitual sobre a pesca artesanal é bem mais ampla. A chamada pesca artesanal envolve uma diversidade de modalidades técnicas, modos de apropriação dos recursos pesqueiros, forma de organização da produção e distribuição dos rendimentos. Sua definição não deve apenas estar atrelada à questão instrumental tecnológica empregada nas capturas e sim às formas de organização social das pescarias (CARDOSO, 2001, p. 35).

Essa relação com a natureza se caracteriza principalmente pela objetividade com que os mesmos se apropriam dela, sendo a garantia de sua sobrevivência o seu maior objetivo. Ressaltamos que sua relação com a natureza se dá a partir do momento em que os pescadores se organizam enquanto produtores e estabelecem suas relações de trabalho, entram no mar e retiram dali os recursos necessários a sua sobrevivência. Pois a forma com que os mesmos se organizam, demonstra as bases de sua relação com a natureza. Assim,

Os traços considerados característicos dos pescadores, que correspondem, em grande medida a certas características do mar e da pesca, constituem a identidade do pescador. Parecem-me ser a resultante de uma relação de troca com a natureza, em que a reciprocidade é o princípio orientador da organização do trabalho, presidindo também as relações sociais nas comunidades marítimas. Essa troca com a natureza se evidencia em muitos grupos pela contrapartida do homem aos recursos que o meio lhe oferece, sendo o mar objetivo de grande respeito (MALDONADO, 1986, p. 34).

Cabe ressaltar que essa apropriação realizada pelos pescadores se dá na articulação dos ambientes marítimos e terrestres, pois no mar o pescador captura o pescado e realiza grande parte de profissão, mas é na terra onde este complementa sua atividade, seja na comercialização do pescado, no seu próprio consumo, na fabricação dos instrumentos de pesca entre outros. Mas, principalmente, é na terra onde este reside e se reproduz enquanto ser social, retirando do mar os recursos necessários a essa reprodução.

Essa relação com a natureza não é exclusiva dos homens da família. Como abordado anteriormente, a pesca artesanal é uma atividade de base familiar, que muitas vezes envolve as mulheres e os filhos; seja na comercialização do pescado, onde em muitas comunidades a mulher é a responsável, seja na própria captura, no caso das marisqueiras.

Trabalhamos até o momento a figura do pescador artesanal, que vai ao mar capturar o pescado, mas há também outras atividades desenvolvidas dentro do contexto da pesca artesanal, a exemplo da mariscagem, os coletores de caranguejos e os extrativistas espalhados pelo litoral brasileiro.

Por bastante tempo, as marisqueiras não foram reconhecidas como pescadoras, como responsáveis pelo desenvolvimento de uma atividade que se dá além de suas obrigações do lar. Só a partir da década de 1970 que a atividade da mariscagem é reconhecida pelos órgãos gestores da atividade pesqueira no Brasil (no caso, pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE)), como uma atividade que integra o setor pesqueiro e estas passam a ser classificadas como pescadoras. Ressaltamos que a atividade de mariscagem é realizada por homens, mulheres e crianças, mas, nesse momento específico da discussão, estamos nos referindo à figura da mulher, a marisqueira.

Nesse contexto, Maldonado contribui quando descreve o momento histórico em que escreveu o seu livro “Os Pescadores do Mar”, de 1986. A mesma relata que,

Atualmente no Norte e no Nordeste do Brasil, as marisqueiras e as coletoras de sargaço e caranguejo, assim como as mulheres que fazem a pequena pesca, ou pesca de mar raso, estão se inscrevendo na Sudepe como pescadeiras, num movimento de apropriação em termos produtivos e institucionais do espaço feminino por elas ocupado no mar (MALDONADO, 1986, p. 21).

Apesar da maioria dos conceitos relacionados à pesca não incluir a figura da mulher marisqueira, a mesma integra a atividade da pesca, pois desenvolve a mariscagem como uma profissão que garante a renda econômica de sua família. Assim como a captura realizada no mar pelos pescadores artesanais, a mariscagem também é uma atividade tradicional. Seu

desenvolvimento é característico das populações litorâneas e ribeirinhas do país, uma atividade que é passada de mãe para filha, uma tradição familiar.

No que tange à prática da atividade, as marisqueiras fabricam seus próprios “instrumentos de coleta de moluscos e crustáceos, chegando a adentrar-se no mar para trabalhar, mas sem ultrapassar os limites do mar de terra” (MALDONADO, 1986, pág. 22). Os limites do mar são traçados pelos pescadores (as), de acordo com a atividade que realizam e os instrumentos utilizados. Segundo Woortmann,

O mar se subdivide em mar de fora, mar alto, ou mar grosso, espaço do trabalho masculino por excelência, e em mar de dentro (entre a praia e os arrecifes) onde tanto homens como mulheres exercem atividades produtivas. (WOORTMANN, 1991, p. 3).

No “mar de fora”, os pescadores realizam as suas pescarias, a captura do pescado em seus barcos e canoas, adentrando o mar, até onde seus instrumentos de trabalho permitem ir com segurança. No “mar de dentro”, tanto mulheres, homens e algumas crianças realizam a atividade da mariscagem, também respeitando os limites impostos pela natureza (onde podem encontrar os crustáceos e moluscos) e seus limites físicos, já que em sua maioria trata-se de um trabalho manual.

O que nos leva a perceber que a atividade da pesca artesanal “é responsável por um elevado nível de emprego nas comunidades litorâneas nos setores da captura, beneficiamento e comercialização do pescado” (DIEGUES, 1995, pág.105). Ressaltamos que na presente pesquisa, quando nos referimos à atividade da pesca artesanal, estaremos abrangendo também a mariscagem, pois a compreendemos como integrante da pesca artesanal.

Nesse contexto, conforme abordado na introdução, dentre seus objetivos, a presente pesquisa propõe-se a compreender como se dá a produção do espaço pela atividade pesqueira, no recorte espacial do distrito de Acupe – Santo Amaro (BA), mais especificamente a partir das atividades da pesca artesanal e da carcinicultura. Até o momento, trabalhamos a atividade da pesca artesanal e como esta se apropria da natureza. No próximo tópico nos debruçaremos a compreender a inserção da atividade da carcinicultura no Brasil, assim como o seu desenvolvimento e apropriação da natureza.

2.2 ATIVIDADE PESQUEIRA E O DESENVOLVIMENTO DA CARCINICULTURA

Esse agronegócio do mar vem sendo cada vez mais apoiado pelo Estado e cada vez cresce mais... e olha que dizem que eles lá tão passando por problemas.

(Pescadora – Sergipe⁹)

A produção da atividade pesqueira é derivada de dois sistemas produtivos, a pesca extrativa e a aquicultura. A aquicultura é uma prática antiga da humanidade, segundo Camargo e Pouey há alguns registros da mesma no decorrer da história da humanidade.

O cultivo controlado ou semi-controlado de animais aquáticos pelo homem é uma atividade que teve início na China, há uns 4.000 anos aproximadamente, com o monocultivo da carpa. Mas, antes disto, os chineses já utilizavam as macroalgas marinhas como fonte de alimento. Documentos históricos parecem sugerir que os chineses, de certa forma, as cultivavam em estruturas submersas na água, confeccionadas com varas de bambu. Pode-se perceber, então, que o oriente foi o berço da aquíicultura, e não é coincidência que hoje, o continente asiático responda por cerca de 90% da produção mundial dos alimentos provenientes da água, sendo que a China é responsável por mais da metade dessa produção (CAMARGO; POUEY, 2005, p. 393).

Como abordado anteriormente, a aquicultura é o cultivo de organismos predominantemente com *habitat* aquático. Assim como a pesca extrativa, esta pode ser dividida em marinha ou continental. Na aquicultura marinha, ou seja, na maricultura, temos o desenvolvimento das atividades da ostreicultura – cultivo de algas –, da carcinicultura, dentre outros. Ressaltamos que na presente pesquisa nos restringiremos a maricultura, mais especificamente à atividade da carcinicultura.

Países do sudoeste da Ásia já cultivavam camarão “a partir da construção de diques na costa para conter as pós-larvas nativas e propiciar seu posterior amadurecimento” (PASSOS, 2010, p. 11). Com a consolidação da atividade, principalmente com a produção das pós-larvas, o continente asiático passou a ser um dos maiores produtores aquícolas mundiais, mantendo-se até hoje em tal colocação.

No Brasil, a história da carcinicultura iniciou-se na década de 1970, quando o governo estadual criou o “Projeto Camarão”, no Rio Grande do Norte, pioneiro na atividade no Brasil. A estratégia de implantação do projeto justificava-se como alternativa para substituir a extração do sal, atividade tradicional do estado que se encontrava em crise. Nessa mesma

⁹Depoimento de um pescador de Sergipe, no Encontro do Movimento dos Pescadores (as) do Brasil, em Olinda (PE) em 2011, cuja temática discutida foi “Estratégias em Defesa dos Territórios Pesqueiros”.

época, “também foram iniciadas pesquisas nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que resultaram na obtenção da desova em ambiente controlado e na produção das primeiras pós-larvas em laboratório [...]” (GESTEIRA; PAIVA, 2003, p. 24). Essa produção em laboratório foi a primeira da América Latina.

A primeira fase de implantação do cultivo de camarão no Brasil (1978 – 1984) se caracteriza pelo cultivo da espécie importada *Marsupenaeus japonicus*, oriunda do Japão. Diversos estudos e trabalhos foram realizados pela Empresa de Pesquisas Agropecuárias do Rio Grande do Norte (EMPARN) para adaptação da espécie às condições locais. Em 1981, foi realizado em Natal o I Simpósio Brasileiro de Cultivo de Camarão, um evento importante na divulgação da adaptação da espécie no Brasil, como também para a abertura de diversas fazendas de cultivo do camarão em viveiro no Brasil (ABCC, 2010).

Outro acontecimento importante desta época foi à decisão da Companhia Industrial do Rio Grande do Norte (CIRNE) em transformar algumas de suas salinas em fazendas de cultivo de camarão. Cabe salientar que a questão climática favorável desse período – um período longo de estiagem – coincidiu com a fase de adaptação da espécie no Brasil.

Os resultados iniciais do cultivo da espécie importada foram favoráveis, o que de certa forma trouxe incentivos e financiamentos ao desenvolvimento da atividade. Posteriormente, em 1984, com o início de um período de chuvas no Nordeste e, portanto, variabilidade de salinidade nas águas estuarinas, algumas dificuldades em manter a reprodução da espécie foram apresentadas, o que descartava a viabilidade de desenvolvimento da carcinicultura com tal espécie.

Com o insucesso da espécie no Brasil, a segunda fase da evolução da carcinicultura se caracteriza pela inserção de espécies nativas (*Farfantepenaeus subtilis*, *Farfantepenaeus paulensis* e *Litopenaeus Schimitti*) e pelo cultivo por parte de alguns empresários de espécies exóticas, a exemplo do *Penaeus Monodon*. O cultivo das espécies nativas demonstrou-se viável produtivamente por alguns anos, durante sua fase de reprodução e larvicultura, porém, na fase de engorda, o cultivo da espécie mostrou-se inviável; pois em termos financeiros essa produtividade cobria apenas os gastos diretos com a produção da espécie, e em alguns casos nem chegava a cobrir. Esse insucesso financeiro levou à desativação de alguns empreendimentos e, portanto, à inviabilidade da produção da espécie (ABCC, 2010).

A terceira fase da carcinicultura no Brasil se caracteriza pelo sucesso obtido, na década de 1980, nos testes com a espécie *Litopenaeus vannamei*. Essa espécie já era cultivada no Equador e no Panamá. Assim, após a fase de estudos e testes da espécie nas condições e clima do Brasil, a mesma demonstrou resultado viável à sua produção. Com a dominação da

espécie por profissionais e laboratórios brasileiros na década de 1990, a carcinicultura obteve altos índices de produtividade. A partir desse momento, a espécie tornou-se a única cultivada no Brasil. De acordo com Carvalho,

O Litopenaeus vannamei, também conhecido como camarão branco (White shrimp), é uma espécie exótica, originária do Pacífico. Tem como substrato preferido fundos de lama [...] é uma espécie tolerante à salinidade[...] resistente ao manuseio dando bons resultados em cultivos intensivos, apresentando boa taxa de sobrevivência (CARVALHO, 2004, p. 53).

Nesse sentido, Gesteira e Paiva contribuem quando dizem que,

Em verdade, o ciclo de expansão da carcinicultura brasileira se iniciou em meados da década de 90 do século passado, quando foi introduzida a espécie exótica *Litopenaeus vannamei*, originária do Pacífico – do Golfo da Califórnia ao norte do Peru. Daí em diante foi marcante o crescimento da carcinicultura nacional, quando foram dominadas e aperfeiçoadas as técnicas de reprodução, larvicultura e engorda da espécie (GESTEIRA; PAIVA, 2003, p. 25).

A partir do domínio da reprodução da espécie, conforme já mencionado, o Brasil consolidou o desenvolvimento da atividade e expandiu-a pelo litoral do país. Nesse contexto, a partir das considerações trabalhadas, podemos observar que a atividade da carcinicultura, assim como a pesca artesanal abordada anteriormente, possui seus modos particulares e característicos de se apropriar da natureza e desenvolver suas atividades. Ressaltamos que, no primeiro caso, trata-se de uma atividade realizada nos moldes tradicionais e no segundo passamos a visualizar a estrutura de uma empresa industrial com técnicas e objetivos diferenciados em seu desenvolvimento.

Outra questão é o espaço onde alguns desses empreendimentos são instalados. Na época de implantação da atividade, foram utilizadas as estruturas das antigas salinas para inserção dos empreendimentos, porém, com a expansão da atividade, na década de 1990, muitas fazendas foram instaladas no Nordeste, algumas em salinas desativadas, outras em áreas de uso de comunidades tradicionais, como pescadores, indígenas e quilombolas, comprometendo, muitas vezes, a permanência e desenvolvimento social e econômico dessas populações. Nesse contexto, Diegues nos contempla dizendo que:

[...] no Brasil, os “viveiros” do Nordeste, muitos deles construídos em áreas de mangue ou adjacentes a este, constituem uma prática tradicional da região. No entanto, há apenas poucas décadas, esse panorama se alterou com grandes áreas de mangue sendo cortadas para dar lugar à carcinicultura para a exportação (DIEGUES, 2001, p. 206).

Ressaltamos que, na presente pesquisa, conforme já abordado, restringimo-nos à análise das atividades da carcinicultura e da pesca artesanal, uma vez que o espaço em que a maioria dos empreendimentos são inseridos é o mesmo utilizado pelos pescadores artesanais. Trata-se de duas formas distintas de se apropriar da natureza e desenvolver suas atividades, que utilizam o mesmo espaço – o manguezal – que é utilizado por muitas comunidades de pescadores artesanais para a captura de mariscos, dentre outras atividades. Na carcinicultura, o mangue é o espaço em que, muitas vezes, os viveiros de cultivo do camarão são instalados. Há inicialmente o desmatamento da vegetação para posteriormente a implantação dos viveiros. Segundo Melo,

As fazendas de camarão são preferencialmente alocadas em estuários e áreas de manguezal, que oferecem as condições ambientais ideais para este sistema de produção, no qual o uso intensivo dos recursos hídricos é um fator decisivo: para cada tonelada de camarão produzida são necessários entre 50 e 60 milhões de litros d'água. Assim, a instalação de fazendas de camarão se dá normalmente em áreas preservadas, habitadas por populações costeiras que vivem do extrativismo de mariscos, moluscos, camarão e peixes (MELO, 2007 *apud* PASSOS, 2010, p. 7).

Essa diferenciação entre as formas de apropriação da natureza e desenvolvimento da atividade ocasionam, conseqüentemente, contradições na produção do espaço local. De um lado, temos uma prática tradicional da atividade pesqueira, em que pescadores e marisqueiras desenvolvem suas atividades de maneira artesanal, em que o homem é o principal agente de sua realização, e de outro, uma empresa econômica industrial que desenvolve suas atividades através da utilização de máquinas e novas tecnologias.

Os processos que envolvem ambas as atividades se diferenciam a partir do momento em que, para a realização do empreendimento pela carcinicultura, há o desmatamento das áreas de mangue para dar lugar aos viveiros de cultivo do camarão, enquanto para a pesca artesanal, essas áreas são suas principais fontes de recursos naturais.

Dessa forma, buscando dialogar a atividade pesqueira (pesca artesanal e carcinicultura) com a ciência geográfica, área do conhecimento em que esta pesquisa é desenvolvida, compreendemos que à medida que os pescadores artesanais e carcinicultores se apropriam da natureza e ali se organizam e desenvolvem suas atividades, eles produzem espaço.

Este espaço irá conter as características socioculturais de quem o produziu/produz e, por se tratar se um processo em constante movimento, o tempo histórico e a objetividade de sua apropriação/organização irão caracterizar a produção do mesmo, ou seja, a produção do espaço da pesca artesanal e do espaço da carcinicultura.

2.3 PESCADORES ARTESANAIS E CARCINICULTORES COMO PRODUTORES DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Pode vê que aqui tudo é parte do que a gente faz, tem rede espalhada pelas ruas, tem peixe secando, tem marisqueira catando seus mariscos, as nossas casas são casas de pescador e aqui é uma vila de pescadores [...] aí chega os cativeiro e uns muda o caminho que a gente ia mariscar e pescar, outros coloca cerca nos caminhos.

(Pescador – Bahia)¹⁰

No presente item, partimos da ideia de se construir um diálogo entre a atividade pesqueira e a ciência geográfica, tendo como objetivo analisar as contradições existentes entre as atividades da pesca artesanal e da carcinicultura. Dessa forma, compreendendo ambas as atividades como distintas em sua forma de apropriação da natureza e produtoras do espaço geográfico, é que buscamos caracterizar e analisar como se dá o processo de produção do espaço por essas atividades e como este interfere/condiciona a produção do espaço em que as mesmas estão inseridas.

As contradições existentes no setor pesqueiro brasileiro se dão em sua maioria entre formas de produção diferenciadas, onde ambas utilizam um espaço em comum para o desenvolvimento de suas atividades, ocorrendo em alguns casos disputas pela apropriação e utilização dos mesmos. São nessas disputas, entre grupos e lógicas de apropriação da natureza distintas, que observamos as características do capitalismo impondo novas condições a grupos diferenciados dentro do mesmo, como por exemplo, a divisão de um mesmo espaço de uso por comunidades tradicionais e empresas industriais (pescadores artesanais e carcinicultura).

Percebemos que a lógica empregada pelo capitalismo possui uma noção de ocupação do espaço que não contempla as diferentes formas de apropriação da natureza, em que

A natureza é percebida em sentido homogêneo e estático, reduzida a um empreendimento econômico ou a uma matéria prima inerte; as formas sociais distintas do modelo dominante são tidas como atrasadas, anacrônicas, historicamente inferiores (DIEGUES, 2004, p.6).

Podemos observar que isto também ocorre nas áreas pesqueiras, construídas a partir da apropriação da natureza mediada pelo trabalho humano. Os pescadores artesanais exercem determinado domínio sobre o espaço onde vivem e trabalham e lutam pelo seu reconhecimento frente às demais esferas sociais.

¹⁰Depoimento de um pescador do estado da Bahia. Setembro de 2011.

Sendo assim, é na disputa por estas áreas de uso de comunidades tradicionais locais e também de interesse de produtores industriais que observamos os conflitos no setor pesqueiro. A diferenciação na forma de apropriação e produção de ambas as atividades consolida as contradições existentes entre as mesmas.

Nessa perspectiva, pensar o espaço produzido pela atividade pesqueira na presente pesquisa é pensá-lo como espaço geográfico, objeto de estudo da Geografia, compreendida como ciência social e que objetiva o estudo da sociedade em seus processos de produção do espaço. Isso remete-nos a entender, inicialmente, o que compreendemos pelo conceito de **espaço geográfico**. Para tal, valemo-nos de uma pequena contextualização acerca deste conceito, fundamental para a ciência geográfica e para a análise a ser realizada nesta pesquisa.

Na década de 1970, observamos o surgimento da geografia crítica, corrente esta do pensamento geográfico fundada no materialismo histórico e dialético. O desenvolvimento desta análise baseada na teoria marxista deve-se às contradições sociais e espaciais que se intensificaram, na década de 1960, nos países centrais e periféricos, durante a crise do capitalismo.

A efetivação da análise marxista do conceito de espaço aparece a partir da obra de Henri Lefébvre denominada Espaço e Política. Nessa obra, o autor explica que o espaço “desempenha um papel ou uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema” (LEFÉBVRE, 2008, p.52). Para Lefébvre o espaço é o lócus da reprodução da sociedade, onde:

[...] não se pode dizer que o espaço seja um produto como um outro, objeto ou soma de objetos, coisa ou uma coleção de coisas, mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que se trata simplesmente de um instrumento, o mais importante dos instrumentos, o pressuposto de toda a produção e de toda troca. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção (LEFÉBVRE, 2008, p.48).

Assim, a partir da década de 1970, “esta concepção de espaço marca profundamente os geógrafos que adotaram o materialismo histórico e dialético como paradigma” (CORREA, 1995, 26). Para Santos (2008),

[...] o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual (SANTOS, 2008, p.12).

Dessa forma, compreendendo o espaço geográfico a partir da perspectiva do materialismo histórico dialético e, como espaço social, espaço do homem, onde este vive e trabalha, onde se dá a história, elegemos o espaço produzido pela atividade pesqueira, no

recorte espacial do distrito de Acupe – Santo Amaro (BA) como objeto de estudo desta pesquisa, a partir da análise do espaço de pescadores artesanais e fazendeiros, que constituem a sociedade que o anima, atribuindo-lhe conteúdo, vida.

Nesse processo histórico de construção do espaço geográfico, é que observamos a materialização das contradições entre os agentes que o produzem. “As contradições no espaço não advêm de sua forma racional, tal como ela se revela nas matemáticas. Elas advêm do conteúdo capitalista” (LEFEBVRE, 2008, p.57).

Assim, através da produção realizada pelos diversos agentes, ou seja, carcinicultores e pescadores artesanais, os mesmo produzem o espaço geográfico local. Dessa forma, a partir de uma análise geográfica do espaço, entendemos que “o espaço que nos interessa é o espaço humano ou social [...] (SANTOS, 2004, p.151), pois é neste que observamos o desenvolvimento e a materialização dos processos sociais.

A partir do momento em que compreendemos Acupe como um espaço social, entendemos que a produção deste se dá no âmbito das relações sociais, relações estas que se estabelecem entre o homem e a natureza, mediadas pelo trabalho humano. Pois,

A natureza sempre foi o celeiro do homem, ainda quando este se encontrava em sua fase pré-social. Mas, para que o animal homem se torne o homem social, é indispensável que ele também se torne o centro da natureza. Isto ele consegue pelo uso consciente dos instrumentos de trabalho. Nesse momento a natureza deixa de comandar as ações dos homens e a atividade social começa a ser uma simbiose entre o trabalho do homem e uma natureza cada vez mais modificada por esse mesmo trabalho (SANTOS, 2004, p. 201-202).

Cabe ressaltar que,

[...] não se trata aqui do exame de conexões entre homem e quadro natural, com eventuais relações de causalidade entre eles. Do ponto de vista da teoria marxista sobre essa questão, trata-se, isto sim, de se investigar essa relação como intercâmbio material, processo no qual o trabalho humano é a categoria central. A ótica, portanto, é eminentemente social, o que pressupõe, desde o início uma relação permanente de apropriação da natureza pelo homem (MORAES; COSTA, 1987, p. 74).

Dessa forma, podemos compreender que, à medida que o homem estabelece suas relações de trabalho com a natureza – estas que variam de acordo com suas necessidades e períodos históricos –, há conjuntamente, na produção dos instrumentos de trabalho necessários a sua sobrevivência, a produção do espaço. Assim, podemos entender que o “ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço” (SANTOS, 2004, p. 202).

Essa relação homem-natureza, mediada pelo trabalho, estabelece-se na medida em que o ser humano, a partir de um ideal, desenvolve ações (trabalho) se apropriando dos recursos

da natureza, criando formas úteis à vida humana. Ou seja, este tem um objetivo idealizado ao retirar da natureza os recursos necessários ao desenvolvimento de instrumentos que serão úteis ao seu desenvolvimento.

Ainda nesse sentido, Carlos, quando aborda a **produção do espaço**, contempla-nos dizendo que:

A noção de produção do espaço associar-se-ia, assim, ao processo de constituição da humanidade do homem, o ser humano ao longo da história produzindo e produzindo a si próprio no ato de produção do espaço. Neste raciocínio é possível definir o espaço como condição, meio e produto do processo de reprodução da sociedade. [...] Assim no longo processo histórico, o espaço aparece no processo constitutivo de uma segunda natureza, apesar de, em cada momento histórico, essa produção ganhar um sentido específico dado pelo desenvolvimento de determinada sociedade (CARLOS, 2009, p. 77).

E assim, a chamada Primeira Natureza, “bruta” e natural, transforma-se em Segunda Natureza, socializada através do trabalho humano, da produção humana. Dessa forma, podemos entender que quando o homem produz, ele produz um espaço diferenciado.

À medida que os pescadores artesanais produzem seus instrumentos de trabalho necessários à sobrevivência e reprodução social, produzem espaço, este que reflete a forma de apropriação da natureza, as técnicas e o contexto histórico que caracterizam a organização espacial local. Compreendendo assim a “produção do espaço como produto histórico, condição necessária da realização da vida material [...]” (CARLOS, 2009, p. 78).

Nesse sentido, os pescadores são vistos como um grupo que, mesmo estando inserido no sistema capitalista, possui um modo diferenciado dentro do mesmo. Sua lógica de apropriação da natureza, do espaço, é centrada na aquisição de meios para a sobrevivência e reprodução social.

Cabe ressaltar que as contradições existentes nas distintas formas de apropriação da natureza só são dadas a partir do momento em que há uma valorização diferenciada do espaço, visto que, a partir do momento em que uma sociedade habita o espaço, há uma valorização do mesmo em decorrência da relação sociedade-espaço, mediada pelo trabalho humano. Pois,

Em qualquer época e em qualquer lugar, a sociedade, em sua própria existência, valoriza o espaço. O modo de produção entra aí, portanto. Não como uma panacéia teórica, mas como mediação particularizadora. Cada modo de produção terá assim o seu modo particular de valorização [...] Assim, a relação sociedade-espaço é, desde logo, uma relação valor-espaço, pois substantivada pelo trabalho humano. Por isso a apropriação dos recursos próprios do espaço, a construção de formas humanizadas sobre o espaço, a perenização (conservação) desses construtos, as modificações, quer do substrato natural, quer das obras humanas, tudo isso representa criação de valor (MORAES; COSTA, 1987, p. 122 –123).

Assim, “sendo o espaço (e tudo que nele contém) uma condição universal e preexistente do trabalho, ele é, desde logo, um *valor de uso*, um bem de utilidade geral (MORAES; COSTA, 1987, p. 123). Enquanto esse espaço não é motivo de interesse do capitalismo, as comunidades tradicionais, por exemplo, seguem sua lógica de apropriação/produção sem interferência dos interesses das formas de apropriação/produção características do capitalismo.

Mas, a partir do momento em que se empregam as características próprias de produção capitalista na apropriação da natureza, o valor atribuído ao espaço tem significado diferenciado das comunidades locais, em que é atribuído pelos capitalistas, principalmente, o valor de troca. Pois, “o modo de produção capitalista assenta-se, fundamentalmente, na produção de valores de troca, sendo a mercadoria sua unidade elementar” (MORAES; COSTAS, 1987, p. 149). Daí o surgimento de valorizações diferenciadas do espaço.

Para Moraes e Costa, o valor é “antes de tudo uma categoria social. Não há valor sem trabalho” (MORAES; COSTA, 1987, p. 110). Os autores, baseados na concepção de Marx, analisam o valor em seu duplo significado, ou seja, o **valor de uso e o valor de troca**.

O primeiro expressa a substância mesma do valor, o seu fundamento material. Ele exprime a utilidade dos produtos para satisfação das necessidades humanas, sendo a materialização mesma do trabalho humano. [...] Nesse sentido, a história humana, até o advento do capitalismo, é marcada basicamente pela produção de valores de uso. Com a intensificação do comércio e da produção de mercadorias, a ênfase passará a ser a produção de valores de troca. Contudo, o valor de uso continua tendo uma existência real, só que agora como veículo do valor de troca. Este fundamenta-se na utilização do produto para o consumo alheio, o que o torna apto à troca (MORAES; COSTA, 1987, p. 110-111).

Assim, a inserção de empreendimentos de cultivo de camarão nesse espaço constitui-se em uma nova forma de apropriação da natureza. Sua produção é característica específica do modo capitalista de produção. Nesse sentido, o espaço que, para os pescadores tem principalmente seu valor de uso, para os carcinicultores terá também/principalmente o valor de troca. Cabe ressaltar que, na análise de produção do espaço,

[...] a idéia de produção está ligada ao conceito marxista de trabalho e as noções de transformação e mudança. A “produção” implica também em organização do trabalho e dos meios necessários para sua realização enquanto produção de valor (GODOY, 2004, p.32).

Observa-se que antes a sociedade se organizava e extraía da natureza o necessário para consumo próprio, ou seja, destinava àquele espaço um valor de uso, em que seus excedentes eram insignificantes. “Com a expansão do comércio e o aumento da produtividade, elas

passaram a se organizar para produzir *valores de troca*, ou seja, *mercadorias*” (MORAES; COSTA, 1987, p. 83).

Nesse contexto, analisando as contribuições de Moraes e Costa, compreendemos que desde logo o espaço tem seu valor de uso e que este adquire o valor de troca a partir de sua apropriação visando à comercialização, ou seja, à produção de mercadorias. Na atividade pesqueira, a pesca de subsistência era caracterizada pelo prevalecimento do valor de uso, pois não havia a comercialização do pescado, o mesmo era capturado somente para o consumo familiar.

Na atividade da pesca artesanal, o espaço terá inicialmente o valor de uso e posteriormente o valor de troca, pois como vimos os pescadores artesanais capturam o pescado, objetivando sua comercialização, ou seja, enquanto mercadoria para troca. O que os distingue da carcinicultura é a priorização desse valor, a forma de apropriação e produção e o objetivo final dessa comercialização.

Pois, na apropriação da natureza pelo pescador artesanal, a objetividade é a comercialização, mas esta comercialização visa à garantia de sua sobrevivência e a aquisição de outras mercadorias e serviços necessários a esta.

Dessa forma, a produção é quantificada de pequena a média, com utilização principalmente de instrumentos tradicionais de propriedade individual/familiar. O retorno financeiro da comercialização do pescado não é voltado à acumulação de capital nem à maximização do mesmo e sim à garantia de sua sobrevivência. Nesse caso, dificilmente haverá investimento na produção e nos instrumentos visando ao aumento desta. Trata-se de uma categoria que, mesmo estando inserida no modo de produção capitalista, desenvolve-se de maneira diferenciada dentro do mesmo.

Na atividade da carcinicultura, a produção se dá de maneira industrial, com a utilização de novas tecnologias e máquinas, o que ressalta a diferença na forma e no valor empregados na apropriação da natureza. Nesse sentido, concordamos quando Moraes e Costa afirmam que

A produção industrial em larga escala amplia consideravelmente a quantidade e a diversidade dos produtos, seja pela diversificação do consumo, seja pela introdução de novas tecnologias de acesso aos recursos naturais. O processo de apropriação se acentua e torna-se cada vez mais um processo social geral. Entre homem produtor e a natureza, colocam-se agora a tecnologia, as máquinas e os novos usos que não se limitam mais à satisfação das necessidades elementares de subsistência (MORAES; COSTA, 1987, p. 87).

No desenvolvimento da carcinicultura, podemos observar as principais características do modo de produção capitalista, ou seja, um modo concentrador e expansionista, em que cada vez mais se busca a maximização dos lucros através da ampliação de mercadorias produzidas. Apesar de ambos os valores coexistirem em ambas as apropriações, para os carcinicultores há a priorização do valor de troca, enquanto que para os pescadores artesanais há a priorização do valor de uso. “Na lógica do capital, o espaço é apropriado como “valor de troca” (como também reserva de valor) e , na perspectiva de reprodução da vida, o espaço é apropriado pelos grupos sociais como “valor de uso” ”(GERMANI, 2009, p. 365).

Na carcinicultura, a produção fundamenta-se em um consumo externo, alheio (MORAES; COSTA, 1987). O retorno financeiro oriundo da comercialização é investido no desenvolvimento da atividade, como forma de ampliar a produção, cada vez mais maximizando os lucros da atividade e ampliando o capital dos empresários. Daí a priorização do valor de troca.

A inserção de empreendimentos de cultivo de camarão em áreas de comunidades tradicionais, de pescadores artesanais que encontram seu meio de reprodução e subsistência através da apropriação da natureza, pela pesca e mariscagem, interfere no modo de vida e organização social das mesmas. A iniciar pela implantação dos empreendimentos, que no processo de construção dos viveiros, há o desmatamento do mangue e a canalização das águas dos braços de rios, interrompendo o fluxo das marés nos bosques de mangues. A limpeza dos viveiros é realizada com produtos químicos, além do processo de resfriamento e beneficiamento que também utilizam alguns produtos químicos e os produtos utilizados para engorda do camarão, que são ambos devolvidos ao manguezal, prejudicando diversas espécies (MANGUEMAR BAHIA, 2007).

Ressaltamos que é nesse espaço onde alguns desses empreendimentos são implantados, onde se desenvolvem as atividades da pesca artesanal; sendo assim, muitas vezes essas atividades ficam comprometidas/modificadas com a inserção desses empreendimentos, principalmente no que tange ao acesso a esses lugares e às condições físicas do mesmo para o desenvolvimento das atividades.

Assim, compreendemos que são nessas diferentes formas de apropriação do espaço que as contradições entre os agentes que o produzem se manifestam. À medida que as contraditórias formas de produção se materializam, há igualmente a produção de um espaço diferenciado, onde, muitas vezes, transformações são impostas à comunidade local.

Dessa forma, passamos a compreender os pescadores e os carcinicultores como agentes produtores do espaço em Acupec e esta apropriação

[...] revela no conteúdo de suas formas as mesmas contradições que o produziram. Essas, por sua vez, geravam também as condições de reprodução das relações sociais. Nesse sentido o espaço é resultado e, ao mesmo tempo, condição da reprodução social (GODOY, 2004, p.31).

Nesse sentido, consideramos que essa produção é entendida como uma produção social, histórica, que o espaço é compreendido na presente pesquisa como produto e condição humana, e, ao mesmo tempo, que pescadores e marisqueiras o produzem e, para garantir sua reprodução, organizam-no.

Assim, as produções humanas distribuídas sobre o espaço em Acupe constituem ao mesmo tempo sua organização espacial. De acordo com Corrêa (2002),

A organização espacial, ou seja, o conjunto dos objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da Terra, é assim um meio de vida no presente (produção), mas também uma condição para o futuro (reprodução). [...] Como tal, refletirá as características do grupo que a criou. Em uma sociedade de classes, a organização espacial refletirá tanto a natureza classista da produção e do consumo de bens materiais, como controle exercido sobre as relações entre as classes sociais que emergiram das relações sociais ligadas à produção (CORREA, 2002, p. 55-56).

O espaço assim,

[...] constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação [...] sempre que a sociedade (a totalidade social), sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto os velhos como os novos) assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial (SANTOS, 2008, p. 67).

Nesse contexto, compreendemos que a atividade da carcinicultura produz/organiza um espaço diferenciado dos pescadores artesanais. As contradições se originam a partir das diferentes formas de apropriação da natureza, sendo na utilização de um espaço em comum por ambas as atividades, onde observamos a materialização das contradições existentes.

No caso de Acupe (BA), esse espaço é entendido a partir da relação dos territórios terra e água articulado com os territórios da pesca artesanal e da carcinicultura; pois são nos territórios terra e água onde pescadores artesanais trabalham e residem, constroem suas territorialidades e criam relações de dependência com o mesmo, constituindo assim, o território da pesca artesanal. Por sua vez, esses territórios terra e água também são apropriados pela atividade da carcinicultura, em que a mesma constrói suas territorialidades e desenvolve suas relações de produção com a natureza.

Dessa forma, a ocupação de um espaço por atividades que se inserem de modo diferenciado na lógica do modo de produção capitalista ocasiona, conseqüentemente, contradições nas formas de apropriação/produção do espaço local.

Como podemos observar, essas contradições são observadas e repercutidas na relação dos territórios terra e água desde a implantação da atividade, seu desenvolvimento e a organização socioespacial e econômica local. Pois compreendemos que os ambientes marítimos e terrestres, na presente análise, não podem ser visualizados nem compreendidos separadamente, a iniciar pelo espaço onde alguns desses viveiros são instalados, no manguezal, ambiente este que não é somente terra nem somente água.

Nesse sentido, “a análise do espaço apresenta-se como reveladora das relações sociais; tanto no que se refere à sua produção quanto ao caminho de sua produção” (CARLOS, 2009, p.78).

A compreensão da relação dos territórios terra e água no desenvolvimento das atividades da pesca artesanal e da carcinicultura permite-nos analisar como são construídos os territórios de ambas as atividades e como estes influenciam/condicionam a produção do espaço local. Para tal, tem-se a necessidade de entender, inicialmente, o que compreendemos pelo conceito de **território** na presente pesquisa, para posteriormente discutirmos os territórios das atividades pesqueiras presentes no distrito de Acupe (BA).

2.4 A CONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS

Esse aqui é nosso território, que a gente defende e luta contra os que querem nos tirar daqui, ele é nosso, onde a gente trabalha e vive.
(Pescador – Bahia)¹¹

Na perspectiva de entender a importância da análise do espaço geográfico em sua totalidade, para a compreensão das contradições existentes na produção do mesmo, é que buscamos analisar como se dão as contradições entre pescadores artesanais e carcinicultores, dentro da relação dos territórios terra e água, a partir dos territórios da atividade da pesca artesanal e da carcinicultura. De acordo com Moraes *apud* Cardoso,

Com a chamada Geografia Crítica, este conceito foi retrabalhado a partir da proposição marxista de que a definição do território passa pelo uso de que a sociedade faz de uma determinada porção do globo, a partir de uma relação de apropriação, qualificada pelo trabalho social (MORAES, 1984 *apud* CARDOSO, 2003, p. 120).

¹¹Depoimento de um pescador do estado da Bahia. Setembro de 2011.

Sendo assim, é no sentido de entender o território a partir da apropriação e do uso que a sociedade faz do espaço geográfico, que procuramos compreender como se dá a relação dos territórios da pesca artesanal e da carcinicultura em Acupe. Segundo Raffestin,

[...] o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sitagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Tal abordagem proposta por Raffestin critica a abordagem realizada por Ratzel, em que “o território é a expressão legal e moral do Estado, a conjunção do solo e do povo, na qual se organizara a sociedade” (SAQUET; SOUZA, 2009, p. 33). Para Raffestin, o território é formado pelas relações de poder multidimensionais, sendo a territorialidade frutos destas (SAQUET; SOUZA, 2009). Haveria assim o Poder com “P” maiúsculo, que se refere ao Estado e sua soberania e o poder com “p” minúsculo, que se refere e se manifesta através das relações sociais.

No caso dos pescadores artesanais, o território é formado a partir da apropriação do espaço, onde os agentes sociais estabelecem as suas relações de poder, com “p” minúsculo, portanto, construindo suas territorialidades.

Dessa forma, considerando o território como espaço apropriado, observamos em Acupe a apropriação do espaço por diferentes agentes, em especial pelo pescadores artesanais e carcinicultores. Estes estabelecem suas relações de poder sobre o mesmo e ali desenvolvem suas atividades, projetam trabalho humano. “O território nessa perspectiva é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

A territorialidade nesse contexto “pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” (RAFFESTIN, 1993, p.160).

Nessa perspectiva, Cardoso enfatiza que o “território poderia então ser definido como uma porção do espaço terrestre sobre o qual um agente qualquer exerce um domínio, através do poder gerado por acordos, coesões, ou instrumentos de dominação” (CARDOSO, 2003, p. 120). Segundo o mesmo

Podemos entender que existem territórios não apenas como espaços nacionais, geridos por um Estado, mas também no interior dos países, tais como territórios indígenas, territórios quilombolas e mesmo territórios pesqueiros. Estes podem ser delimitados formal ou informalmente garantindo a reprodução dos pescadores (CARDOSO, 2003, p. 120).

Dessa forma, o espaço geográfico é visto como espaço social, condição e meio de reprodução das relações sociais. “Porém, o espaço geográfico não é apenas o palco, receptor de ações, substrato. Ele tem um valor de uso e um valor de troca, distintos significados e é elemento constituinte do território, pois eles são indissociáveis” (SAQUET, 2010, p. 77).

Assim, as comunidades tradicionais pesqueiras se apropriam do espaço na medida em que estas estabelecem suas relações com a natureza, ambas mediadas pelo trabalho humano sejam através da pesca, da mariscagem, da moradia, da comercialização; onde também desenvolvem uma relação de poder sobre o espaço em que se apropriam para sua própria subsistência e reprodução social.

2.4.1 Território da Pesca Artesanal

Nesse caso, para os pescadores artesanais, conceituamos território, quando os mesmos se apropriam do espaço, desenvolvendo ali suas atividades, criando relações de poder com o mesmo e demarcando tal espaço (marítimo ou terrestre) como o seu território de uso, ou seja, de uso da comunidade local para a garantia de sua sobrevivência. Projetando no espaço sua relação com a natureza, mediadas pelo trabalho humano, ou seja, através da pesca e da mariscagem, dentre outros. Criando e delimitando **o território da pesca artesanal**. Nesse sentido Maldonado contribui quando diz

No mar, os territórios são mais do que espaços delimitados. São lugares conhecidos, nomeados, usados e defendidos. A familiaridade de cada grupo de pescadores com cada uma dessas áreas marítimas cria territórios que são incorporados a sua tradição. Na mesma medida em que é um recurso ou um espaço de subsistência, o território encompasa também a noção de *lugar*, mediante a qual os povos marítimos definem e delimitam o mar (MALDONADO, 1994, p. 105).

Observa-se que o território ganha, além da delimitação de uso por parte dos pescadores, o sentido de conhecimento, de interação e incorporação à vida dos mesmos; pois é, no espaço apropriado por estes para garantia de sua sobrevivência que é criada uma relação de conhecimento, de identificação e de pertencimento, de interação entre homem e natureza.

Raffestin corrobora dizendo que “falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 153).

Ressaltamos que, quando tratamos da delimitação, área física, os territórios pesqueiros “podem ser delimitados formal ou informalmente garantindo a reprodução dos pescadores” (CARDOSO, 2003, p. 120) e comunidades tradicionais ali existentes. Ainda nesse sentido, na atividade pesqueira, mais precisamente na pesca artesanal e na mariscagem,

É importante destacar que os limites dos territórios produtivos nem sempre são claramente definidos e que eles obedecem a lógicas distintas. [...] os limites dos territórios de mariscagem são impostos pelo ecossistema manguezal (KUHN, 2009, p. 48).

Concordamos com Kuhn (2009) quando observamos que o território da pesca artesanal em Acupe não tem uma limitação clara. A atividade da mariscagem, por exemplo, se dá, como exposto pela autora, obedecendo aos limites do manguezal. Como na pesca artesanal, os pescadores geralmente vão para o mar a maioria em canoas, eles têm seus limites estabelecidos tanto pelo mar como pela força humana.

Dessa forma, compreendemos que o território da pesca artesanal é construído a partir da relação dos territórios terra e água, onde os pescadores desenvolvem as atividades de pesca e captura como também onde residem, confeccionam seus instrumentos de trabalho e comercializam seu produto.

Percebe-se que o território da pesca artesanal não se restringe ao ambiente marítimo, incorpora também o ambiente terrestre, onde os mesmos desenvolvem outras atividades. De acordo com Cardoso,

A atividade pesqueira é uma atividade humana que representa uma modalidade de uso do espaço. Sua especificidade reside na articulação dos meios aquático e terrestre, sendo que o primeiro comporta os processos de apropriação da natureza e o segundo significa os espaços de morada do pescador e o da realização do pescado enquanto mercadoria (CARDOSO, 2003, p. 119).

Observamos a construção do território dos pescadores artesanais e marisqueiras, na medida em que estes exercem suas atividades, sejam em água ou na terra, ambas caracterizadas pela lógica empregada pelos mesmos na apropriação do espaço em que as formas tradicionais e os instrumentos de produção são as características principais do território da pesca artesanal; pois o “pescador é aquele que conhece os caminhos do mar e do estuário, o que produz um sentimento de pertença a um grupo e, conseqüentemente, a um território” (RAMALHO, 2006, pág.57).

É na relação dos territórios terra e água que observamos a materialização das contradições existentes entre os diferentes agentes que se apropriam do espaço. O mar é o lugar onde os pescadores capturam o pescado, onde desenvolvem a maioria de suas

atividades, mas é na terra onde estes complementam o desenvolvimento da atividade, como, por exemplo, a comercialização. É na terra onde os pescadores se desenvolvem enquanto seres sociais, criando suas relações com o espaço e suas territorialidades. Sendo assim ambos os espaços são complementares na vida dos pescadores artesanais.

Ressaltamos que a principal atividade econômica realizada por essas comunidades é a pesca e a mariscagem, que sobrevivem basicamente do extrativismo em áreas de manguezais e no seu entorno. Segundo Prost,

Os manguezais são considerados ecossistemas-chave em razão de sua riqueza em biodiversidade e dos serviços ambientais que eles proporcionam, fazendo deles áreas de notável importância ecológica. Graças aos efeitos da complexa dinâmica de marés que submerge regularmente seu substrato, esses ecossistemas são enriquecidos ao reter os sedimentos fluviais na baixa do nível da água. Em virtude desse processo, destacamos, entre os serviços ambientais, o de viveiro e de local de alimentação para muitas espécies, fixas ou migrantes, da fauna terrestre, aquática ou ainda de pássaros. **Nessa interface entre meios terrestre e aquático**, os manguezais oferecem uma grande variedade de recursos naturais, base de sustentação de populações costeiras há séculos [...] (PROST, 2007, 154)(Grifo nosso).

Percebe-se que a relação entre as comunidades tradicionais com as áreas de mangue é de grande importância e, de certa forma, dependência para sobrevivência e reprodução social das mesmas. Considerando, como exposto anteriormente, o território da pesca artesanal como a área que pescadores e marisqueiras utilizam para o desenvolvimento de suas atividades e sendo nestas onde os empreendimentos de cultivo de camarão se instalam, podemos considerar que é neste espaço onde ocorrem, inicialmente, os conflitos.

Assim, a inserção de empreendimentos relacionados à carcinicultura no território da pesca artesanal constitui-se em formas de apropriação/produção diferenciadas em um espaço de uso comum. Pois, a carcinicultura assim como a pesca artesanal, também constrói seu território. Na medida em que os empreendimentos se apropriam do espaço e instalam os viveiros, desenvolvem a produção do camarão e posteriormente comercializam o produto, estes constroem o **território da carcinicultura**, onde os carcinicultores criam suas relações de poder com o local e estabelecem suas relações de produção e desenvolvimento da atividade.

2.4.2 Território da Carcinicultura

Conforme supracitado, a atividade da carcinicultura também constrói seu território à medida que se apropria do espaço e ali estabelece suas relações de produção. Salientamos que, na apropriação da natureza pela atividade da carcinicultura, há uma diferenciação entre as formas desta e da pesca artesanal, pois o desenvolvimento da carcinicultura compromete, muitas vezes, a realização da pesca e da mariscagem. Há nesse processo a ocupação de um espaço em comum, o manguezal, por ambas as atividades.

Essa diferenciação entre as formas de apropriação da natureza e o desenvolvimento da atividade ocasionam, conseqüentemente, contradições na produção do espaço local. De um lado temos uma prática tradicional da atividade pesqueira, em que pescadores e marisqueiras desenvolvem suas atividades de maneira artesanal, em que o homem é o principal agente em sua realização e, de outro, uma empresa econômica industrial que desenvolve suas atividades através da utilização de máquinas e novas tecnologias.

Os processos que envolvem ambas as atividades se diferenciam a partir do momento em que, para a realização do empreendimento pela carcinicultura, há o desmatamento das áreas de mangue para dar lugar aos viveiros de cultivo do camarão, enquanto que, para a pesca artesanal, essas áreas são suas principais fontes de recursos naturais.

Outra questão importante que nos demonstra a relação dos territórios terra e água na materialização dessas contradições é a comercialização dos produtos. Podemos observar que, embora as atividades ocorram no ambiente marítimo e no mangue, a materialização dessas contradições pode ser observada também em terra, influenciando na comercialização do produto, na economia local.

As fazendas, por produzirem em grande escala, podem revender a um preço inferior, além de oferecer o crédito, obrigando muitas vezes pescadores a comercializarem seu pescado a preços inferiores, para não haver a perda do mesmo em decorrência do tempo, ocasionando uma disputa desigual entre pescadores e carcinicultores. Essas contradições na comercialização do pescado podem ser observadas na maioria das comunidades que sobrevivem da pesca artesanal e vêm implantadas em seu espaço fazendas de cultivo de camarão.

A esse respeito Kuhn, em sua dissertação sobre o Território dos pescadores de São Francisco do Paraguaçu, ao abordar a carcinicultura nas entrevistas com pescadores e intermediários de São Francisco do Paraguaçu, revela-nos que: “Com a atividade em

crescimento no Nordeste do Brasil, a carcinicultura age sobre o preço do pescado produzido pela pesca artesanal” (KUHN, 2009, p.103).

Ainda nessas entrevistas, a autora traz em sua pesquisa relatos que acusam o preço do camarão de viveiro mais barato que do pescador artesanal, ressalta ainda a questão do prazo, motivo de preferência dos restaurantes, além de algumas origens desse camarão, vindo de outros municípios/ distritos baianos, a exemplo do distrito de Acupe (BA), como também de outros estados, a exemplo do Ceará, ambos interferindo na comercialização dos camarões capturados pelas comunidades tradicionais pesqueiras.

Nessa perspectiva, entendemos que a carcinicultura, além das consequências locais referentes à sua produção, interfere na comercialização de outras comunidades que sobrevivem da pesca artesanal. Nesse sentido Cardoso nos diz que,

Se a apropriação da natureza por parte dos pescadores – através de seu processo de trabalho e de construção do conhecimento dos elementos naturais que interagem nas pescarias – produz um primeiro nível de territorialidade na atividade pesqueira, aquele do conhecimento, do pertencimento ao meio e da apreensão dos processos naturais, os pescadores artesanais em sua prática e em seu movimento social defrontam-se com outros níveis da territorialidade nas pescarias (CARDOSO, 2003, p. 2).

Dessa forma, podemos observar que o território construído pela atividade da carcinicultura interfere em diversas escalas e dimensões no desenvolvimento da atividade da pesca artesanal, ocupando espaços até então apropriados por pescadores e marisqueiras. Daí o surgimento de alguns conflitos. Segundo Melo,

A partir de 2000, observa-se a intensa expansão dos conflitos no litoral nordestino, em função da implantação de fazendas de camarão nos territórios das populações tradicionais, como pescadores, indígenas e quilombolas. A carcinicultura vem se apropriando de forma privada de territórios de uso comum e comprometendo a viabilidade das atividades que sustentam o modo de vida desses grupos sociais extrativistas e de amplos setores da população que têm no manguezal a garantia de sua segurança e soberania alimentar (MELLO, 2008, p. 43).

Nesse contexto, ressaltamos que, embora os territórios da pesca artesanal não sejam oficializados por titulação de propriedade, há necessidade da apropriação dos mesmos pelos pescadores para o desenvolvimento de suas atividades. Por exemplo, para que as marisqueiras desenvolvam suas atividades de captura do marisco, há uma necessidade de que aquele território por elas apropriado esteja livre para a utilização do mesmo, nesse caso, não somente disponível, mas também em condições favoráveis.

Com o desenvolvimento da carcinicultura em alguns espaços, essa disponibilidade é comprometida, como também as condições físicas, naturais desse espaço. Cabe salientar a

necessidade por parte de marisqueiras e pescadores artesanais da utilização desses espaços, onde sua atividade é realizada. Com a indisponibilidade de acesso e física, tal atividade correrá o risco de ser extinta. Visto que

Os manguezais apresentam elevada fragilidade frente aos processos naturais e às intervenções humanas na zona costeira, sobretudo aqueles localizados na porção nordeste do Brasil onde as condições climáticas adversas e um processo acelerado de ocupação da zona costeira, que inclui a carcinicultura e a expansão urbana, dentre outras atividades, resultam em pressões ambientais permanentes sobre esses ecossistemas (MAIA *et al*, 2005, p. 6).

Assim, considerando como o território da carcinicultura, o espaço por esta apropriado, desde a implantação do empreendimento, construção da infraestrutura da fazenda, até a comercialização do camarão, observamos que a inserção da atividade da carcinicultura em áreas de uso de comunidades tradicionais pesqueiras constitui-se em novas e diferentes formas de apropriação da natureza. A partir do momento em que esta se territorializa, há uma produção diferenciada do espaço por parte dos carcinicultores, em que as contradições são observadas no desenvolvimento de ambas as atividades e na própria organização espacial e econômica local.

É nessa perspectiva que buscamos, através da análise do **espaço geográfico**, entender como se dá a **produção do espaço** no distrito de Acupe, a partir das contradições existentes nos valores atribuídos ao mesmo (**valor de uso e valor de troca**), na construção do **território da pesca artesanal** e do **território da carcinicultura**.

3 ATIVIDADE PESQUEIRA NO BRASIL: HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO POLITICO-INSTITUCIONAL E PRODUÇÃO DA ATIVIDADE

As reportagens que a gente lê nos jornais, nas revistas e também vê na TV, dizem que a pesca é uma atividade importante para a soberania alimentar do país e que a pesca artesanal é responsável por mais de 65% do pescado produzido. Os números que a gente produz são grandes, mas o número de políticas que vem sendo criadas no decorrer da história que nem sequer tem nosso nome são maiores ainda. Cria órgão, muda o chefe, mas é sempre a mesma coisa, só os grandes são vistos. Nós que não busque nossas lutas não viu!

(Pescador - Bahia¹²)

O desenvolvimento da atividade pesqueira no Brasil, conforme trabalhado no capítulo 2, dá-se de diversas formas. Cada período histórico traz consigo características individuais que se diferenciaram a partir de sua relação com a natureza, seus objetivos, técnicas utilizadas e grau de modernização. Essas características, dentre outras, são observadas nas inúmeras categorias existentes na atividade.

Outra característica importante, também observada no decorrer na história da atividade pesqueira, é a forma com que vem sendo desenvolvida a sua organização político-institucional, assim como os reflexos desta para a atividade e os pescadores.

Assim, na perspectiva de compreender a história e a importância da pesca no Brasil, relacionando esses momentos com a realidade atual, apontamos alguns importantes acontecimentos dessa trajetória que marcaram/marcam como se davam/dão os processos de territorialização da atividade pesqueira no Brasil, a partir de sua organização institucional e social. Para tal, organizamos essa trajetória a partir dos principais acontecimentos que marcaram a organização da atividade pesqueira no país (Quadro1).

¹²Depoimento de um pescadora Bahia, no Encontro do Movimento dos Pescadores (as) do Brasil, em Olinda (PE), em 2011.

Quadro 1. Principais acontecimentos que marcaram a organização político-institucional da Pesca no Brasil – De 1500 aos dias atuais.

Data	Principais Acontecimentos
1602	Pesca da Baleia no estado da Bahia
1818	Criação da Colônia de Pesca Nova Ericeira(SC)
1846	Criação da Capitania dos Portos
1881	Decreto 8.338
1919	Criação Oficial das primeiras Colônias
1923	Criação da Diretoria da Pesca e Saneamento do Litoral
1923	Criação dos Estatutos da Confederação, Federações e Colônias
1933	Criação da Divisão da Caça e Pesca
1934	Código de Caça e Pesca
1945	Criação da Caixa de Crédito da Pesca
1961	Conselho de Desenvolvimento da Pesca (CODEPE)
1962	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE)
1967	Estabelecimento de incentivos fiscais
1973	Portaria 471 do Ministério da Agricultura, definindo as Colônias como Organização de Classe
1968	Surgimento da Pastoral dos Pescadores
1989	Criação do Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE)
1989	Extinção da SUDEPE
1989	Criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
1998	Criação do Departamento de Pesca e Aqüicultura (DPA)
2003	Criação da Secretaria Especial da Aqüicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP / PR)
2004	Criação do Conselho Nacional de Aqüicultura e Pesca (CONAPE)
2009	Transformação da SEAP/ PR em Ministério da Pesca e Aqüicultura (MPA)
2009/2010	Criação do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)

Fonte: CNISO, 1998; CPP, 2010.

Elaboração: Kássia Rios.

Dessa forma, para uma melhor compreensão do histórico da organização da atividade pesqueira do país, analisaremos a atuação dos órgãos institucionais e em seguida como as organizações representativas profissionais e os movimentos sociais vêm atuando nesse processo.

3.1 ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

De acordo com a Comissão Nacional Independente sobre os Oceanos (CNISO), a atividade pesqueira que era realizada pelos indígenas do Brasil era desenvolvida a partir da utilização de técnicas e instrumentos tradicionais. Estes foram aperfeiçoados a partir da ocupação do território pelos portugueses que um século depois, a partir de 1602, começaram a desenvolver no litoral brasileiro a pesca da baleia, mais especificamente no Recôncavo Baiano, litoral do estado da Bahia. “A atividade baleeira forneceu carne, toucinho e azeite para iluminação pública por mais de dois séculos” (CARDOSO, 2009, p. 2).

Geralmente os barcos baleeiros eram tripulados por dez homens, dos quais oito eram remeiros, um era o patrão e um outro era físgador. [...] O físgador ficava de pé, na proa, com um ferro na mão. [...] Quando a baleia se mostrava numa posição favorável, o mesmo arremessava o ferro que trazia na mão em direção à baleia. [...] Ferida a baleia, separava-se da haste a figa, que ficava presa ao barco por uma corda. [...] O preparo do óleo era feito na costa, entre outros lugares, em Itaparica, Bahia, no Rio de Janeiro e em Bertioga, São Paulo. As baleias eram puxadas pelos arpões presos a cordas, até as refinações (SILVA, 1988, p. 36).

Após esse procedimento de levar a baleia até as refinações, era feito o corte da mesma, retirando toda sua gordura e pondo-a em tachos para seu aquecimento. Não havia na época instrumentos direcionados para tal atividade, o azeite era preparado basicamente pela ação do fogo sobre a gordura (SILVA, 1988).

Nesse período cabe destacar que já era perceptível o interesse do Estado pelo controle da atividade pesqueira o qual, através da criação de algumas regras, buscou comandar a prática da pesca da baleia. Porém, somente no ano de 1818, observamos de fato a criação de um órgão de controle da atividade.

Neste ano foi criada pela Marinha portuguesa a primeira Colônia de Pesca do Brasil, a Colônia de Pesca Nova Ericeira, em Porto Belo (Santa Catarina). Sobre esta, destacamos algumas características de sua criação e organização, que contribuíram para o insucesso da mesma. Longe de ser um órgão representativo dos interesses dos pescadores, sua criação foi apenas mais uma forma do Estado Colonial ter o controle sobre a atividade pesqueira.¹³

A Nova Ericeira tornou-se mais um dos departamentos da Marinha Portuguesa e não um lugar onde os pescadores poderiam reunir-se e lutar por seus interesses e direitos particulares, com representantes escolhidos pelos mesmos para estar à frente de seus

¹³ Vê a respeito no livro: “A Nova Ericeira” (NUNES, 2009).

interesses, característica essa que perceberemos presente no decorrer da história da atividade pesqueira até os dias atuais.

Nos anos seguintes, destacamos a emancipação política da Colônia portuguesa (1822), em que o Estado deixa de ser colonial e transforma-se em imperial. Nesse ano é criada também a Marinha de Guerra Brasileira e posteriormente, em 1846, a Capitania dos Portos. Esta última estabeleceu obrigatória a matrícula de todos os pescadores do país na Capitania.

A partir dessa matrícula, os pescadores passaram a ser vistos como reservas navais e poderiam ser recrutados pela capitania a qualquer momento, pois os mesmos possuíam localização e conhecimentos necessários sobre o território que poderiam ser úteis em caso de guerra. Segundo Silva,

A regulamentação dos pescadores, entretanto, não se produziu por uma pressão destes, de baixo para cima, mas bem ao contrário, foi imposta de cima para baixo, pela Marinha de Guerra. Em sua essência, não era a melhoria das condições de vida e trabalho dos pescadores que estavam em jogo. A matrícula e o arrolamento estatístico dos pescadores, longe disso, era apenas “um método mais equilibrado” de recrutar contingentes para a Marinha de Guerra em substituição aos repressivos métodos do recrutamento forçado (SILVA, 1988, p. 126).

O processo de regulamentação e a responsabilidade pelo mesmo foram oficializados pela Capitania dos Portos através do Decreto 447 de 1846, que estabelecia aos secretários responsáveis pela capitania fazer a matrícula de todos os pescadores e suas embarcações, assim como um mapa dos mesmos, discriminando suas especificidades. Em 1847, os primeiros estados brasileiros a criarem suas Capitâncias dos Portos foram: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Maranhão e Pará.

Além da regulamentação dos pescadores, o decreto também dividiu os pescadores em distritos, que eram compostos por pescadores que residiam nas cidades e/ou vilas. Também era nomeado um responsável pela organização e administração dos mesmos. Esses distritos da pesca “são considerados até hoje os embriões do que viriam a ser as Colônias de Pescadores” (KUHN, 2009, p. 65).

Como já abordado, nessa época (1822 - 1881), a organização institucional da atividade pesqueira era realizada pelo Ministério da Marinha através das Capitâncias dos Portos e dos Distritos de Pesca. No ano de 1881, o Decreto 8.338 transferiu a organização da atividade ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras.

Porém, os anos seguintes serão marcados pela constante transferência da organização institucional da atividade pesqueira entre estes dois Ministérios, originando a criação de alguns órgãos, a exemplo da Diretoria da Pesca e Saneamento do Litoral, criada pelo

Ministério da Marinha em 1923, com o objetivo de controlar a matrícula dos pescadores e sua organização em Colônias, assim como a criação dos estatutos destas, das confederações estaduais e da Confederação Nacional dos Pescadores.

Sobre a criação e organização das Colônias, cabe destacar algumas características importantes. A primeira refere-se à sua essência de existir enquanto organização de representação profissional da atividade, que se difere das organizações institucionais. As Colônias têm por objetivo principal representar os pescadores artesanais frente a seus direitos. Porém, a forma com que as mesmas foram criadas e vêm atuando no decorrer dos anos “distorce” esse papel.

Cabe destacar que no Brasil há um sistema formado pela Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA), por 25 Federações Estaduais e por aproximadamente 1.037 Colônias. Esse sistema funciona na seguinte escala: em nível municipal existem as Colônias, que são associadas às federações, estas a nível estadual, que são associadas à Confederação Nacional, com sede em Brasília (DF). Segundo Kuhn,

É o pagamento dos pescadores que sustenta esse sistema [...] do valor total arrecadado pelas Colônias no país, 12% é repassado para as respectivas Federações Estaduais, que por sua vez repassam 10% para a Confederação Nacional (KUHN, 2009, p. 71).

As federações estaduais funcionam como órgãos representativos da classe. Outros exemplos de órgãos representativos da classe são as Cooperativas e os Sindicatos dos pescadores que têm dentre seus objetivos representar os pescadores artesanais na luta pelos seus direitos sociais, por créditos para melhorias no desenvolvimento de suas atividades, auxiliando os mesmos quanto às legislações ambientais, dentre outros.

No que tange à atuação das Colônias de pesca na organização da atividade pesqueira no país, destacamos que a atuação dessas vêm sendo marcada por grandes conflitos de interesses presentes desde a sua época de criação.

As Colônias de pesca datam o ano de 1919, quando foi criada a Campanha de Nacionalização e Organização da Pesca no Litoral Brasileiro. Cabe ressaltar que estas foram criadas sob a organização do Estado, sendo este responsável por seu controle e pela nomeação de seus presidentes. Muitas vezes as pessoas nomeadas para os cargos eram alheias à atividade pesqueira, ocasionando conseqüentemente conflitos de ideias e interesses, atuando de certa forma, mais aliada aos interesses do Estado do que como representante dos pescadores. Segundo Maldonado,

As colônias de pescadores são entidades associativas cuja estrutura contém características opostas enquanto representantes de classe dos pescadores e, por outro lado, enquanto organizações de caráter cooperativista, representativas dos interesses do Estado. [...] a interferência dos Ministérios encarregados da pesca e do mar também fazem com que a estrutura das colônias seja até mesmo contrária aos interesses e problemas dos pescadores, a quem em princípio deveriam representar (MALDONADO, 1986, págs. 48 - 49).

Atualmente, ainda podemos observar a insatisfação por parte dos pescadores com a presidência e atuação de algumas Colônias, pois os mesmos não se sentem representados na luta por seus interesses, vendo as Colônias como representantes dos interesses do Estado.

Essa característica é presente desde a formação das primeiras Colônias, quando o Estado considerou “as populações pesqueiras e seus botes como instrumento de defesa nacional” (MALDONADO, 1986, p. 48) tendo, portanto assumido o controle e a organização das Colônias. A exemplo da Colônia Nova Ericeira, abordada anteriormente, cuja criação e organização já manifestava interesses alheios aos pescadores, um dos motivos que a levou ao insucesso. Segundo Diegues,

Em 1973, pela portaria 471 do Ministério da Agricultura, as Colônias foram definidas como “organização de classe”. No entanto mantinha-se a estrutura autoritária e corporativista das Colônias, uma vez que os presidentes das Federações, que reuniam as Colônias de um determinado Estado, podiam intervir nas Colônias. [...] Na maioria dos casos os presidentes de Colônias sequer eram pescadores e sim políticos locais, comerciantes, etc. Isso ocorria, na maioria dos casos, porque nenhum pescador poderia manter sua família com as poucas contribuições de seus associados. Além disso, sem recursos pra melhorar as condições de vida de seus membros, as Colônias tinham poucos atrativos sobre os pescadores. Esses somente se filiavam porque necessitavam do aval das Colônias para registrar suas embarcações (DIEGUES, 1995, p. 121).

Mesmo após a definição da Portaria, percebemos que a estrutura autoritária continuou, ocasionando a revolta de inúmeros pescadores, que a partir da década de 60 iniciaram as suas movimentações e reivindicações.

Esse quadro demonstra uma das principais características das Colônias de pesca existentes no Brasil, pois apesar de serem formas de organização que deveriam estar junto aos pescadores na reivindicação de seus direitos, representando-os nas demais esferas, estas em sua maioria acabam se aliando ao Estado, atuando mais próximo a este do que aos pescadores. Essa característica vem sendo mantida há mais de 90 anos, desde a criação das Colônias de pesca no Brasil.

No ano de 1923, a gestão da atividade pesqueira era do Ministério da Marinha, competência esta que durou até 1933, quando o Ministério da Agricultura Comércio e Obras

torna-se o responsável pela gestão da atividade e cria a Inspetoria de Caça e Pesca. Este após algumas mudanças de nome passou a ser chamada de Divisão de Caça e Pesca.

No ano posterior, em 1934, foi criado o primeiro código de pesca do país, o Código de Caça e Pesca – Decreto 23.672. As determinações presentes no código passavam ao Ministério da Agricultura toda a responsabilidade pela administração, direção e fiscalização dos pescadores e materiais respectivos em todo o Brasil.

Em 1938, é aprovado o novo Código de Pesca – Decreto-Lei 794 –, determinando uma maior fiscalização e controle do Estado sobre a atividade pesqueira. Nesse período, ainda, destacamos a criação da Caixa de Crédito da Pesca, em 1945, que tinha por finalidade fornecer empréstimos aos pescadores. Cabe ressaltar que este órgão, assim como a Divisão de Caça e Pesca, foi extinto, em 1962, com a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE).

A SUDEPE teve sua origem em 1961, através do Conselho de Desenvolvimento da Pesca (CODEPE), sendo este subordinado à Presidência da República e responsável pela organização, planejamento e pesquisa do setor pesqueiro. A criação deste Conselho se deu de forma provisória, atuando durante um ano, enquanto preparava-se a criação da SUDEPE, realizada em 1962. De acordo com Cardoso,

A partir da década de 60 as políticas do Estado brasileiro caminham para a “modernização” e industrialização da pesca, tendo por base a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE e de uma política de fomento e subsídio para a criação de uma pesca empresarial no país (CARDOSO, 2009, p. 3).

O período seguinte, de 1964 a 1985, período do governo militar, é marcado pelos estabelecimento de incentivos fiscais, ocasionando o crescimento da atividade pesqueira em curto prazo. Este crescimento, em alguns casos, ocasionou o esgotamento de alguns recursos pesqueiros.

Em um primeiro momento, tal política promoveu a expansão das capturas, saltando de cerca de 300.000 toneladas de pescado produzido nos anos de 1960, para uma faixa de 900.000 toneladas ao longo de 1970 e 1980. Após vinte anos de incentivos, os estoques explorados passaram a declinar e as empresas começaram a fechar suas portas, aliado a denúncias e investigações relativas ao desvendamento de processos de desvio dos recursos destinados ao setor (CARDOSO, 2009, p. 3).

Esses incentivos destinados à atividade pesqueira foram estabelecidos a partir do Decreto-Lei 221, em 1967, que institui um novo Código de Pesca e a implementação de inúmeros incentivos fiscais ao setor. Cabe ressaltar que a gestão da SUDEPE foi marcada por

uma dubiedade de consequências: apesar de ter ocasionado um imenso crescimento na atividade pesqueira, o valor da produção da pesca atingiu somente o total de 75% do valor aprovado em incentivos fiscais para as empresas, ou seja, abaixo do esperado.

Além disso, ocasionou em alguns casos, devido à forma desordenada e incompatível com os recursos, o esgotamento de alguns destes. Neste último caso, ressaltamos ainda a interferência dessa política frente aos pescadores artesanais, seja pela exclusão destes do processo de recebimento dos incentivos fiscais, como também pela interferência da atividade industrial em suas áreas de pesca.

A sobrepesca de algumas espécies, a pesca predatória de outras tantas e a destruição de ecossistemas de alta produtividade são algumas das consequências que acompanharam o desenrolar do projeto de modernização do setor pesqueiro, contribuindo para a redução do pescado situado junto à costa. Ainda junto à costa, nas áreas de atuação da pesca artesanal, verificou-se um aumento da disputa pelo pescado (CARDOSO, 2001, p. 80-81).

Tal política se desenvolveu de forma insustentável tanto no que se refere aos processos econômicos, quando aos socioambientais. Todas essas consequências desastrosas ocasionaram a extinção da SUDEPE, em fevereiro de 1989. De acordo com Cardoso, a política da SUDEPE “tinha como premissa a transformação do setor pesqueiro de pesca artesanal em pesca moderna, tendo por base a industrialização” (CARDOSO, 2001, p. 80).

No mesmo ano, 1989 – ano de extinção da SUDEPE – é criado, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), passando ao Ministério a responsabilidade pela organização e controle da atividade pesqueira no país. Após anos intercalando entre os Ministérios da Marinha e o da Agricultura, a atividade pesqueira se encontrava sob responsabilidade da área ambiental.

Como a atividade estava passando por intensos problemas de sustentabilidade em seus recursos, decorrentes das políticas trabalhadas na SUDEPE, as ações realizadas pelo IBAMA tinham mais o caráter de fiscalização, conservação e preservação do que o próprio desenvolvimento da atividade, diferentemente da SUDEPE, que prezou o desenvolvimento da atividade por quase 27 anos, período em que esteve responsável pela gestão da atividade.

Outra ação desenvolvida pelo IBAMA na fiscalização da atividade foi a organização estatística da produção da atividade pesqueira. Os dados foram divulgados até o ano de 2006/2007 através da Estatística da Pesca, documento este que trazia informações referentes à produção pesqueira anual, exportação e importação, discriminada por pesca marinha e continental, assim como outros sub setores. A partir do ano de 2008, as informações

referentes à estatística pesqueira passaram a ser coletados pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) e posteriormente pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

Como já citado, o setor pesqueiro, até a extinção da SUDEPE e a criação do IBAMA, tinha como características da política que o gestava, a liberação de inúmeros incentivos fiscais a empresários da atividade, visando o fomento da atividade pesqueira industrial. Com a mudança de gestão para o IBAMA, prezando mais pela fiscalização e preservação dos recursos, houve uma insatisfação dos empresários e uma forte pressão política por parte dos mesmos.

Como consequência desta atitude dos empresários, foi criado em 1995, o Grupo Executivo do Setor Pesqueiro (GESPE), vinculado à Presidência da República, que tinha dentre suas competências propor a política nacional de pesca e aquicultura, assim como coordenar as suas ações. Dois anos após a criação do GESPE, devido à forte pressão do setor produtivo, algumas competências, que eram do atual gestor da atividade – o IBAMA –, foram transferidas ao Ministério da Agricultura, ficando a gestão da atividade dividida entre o Ministério da Agricultura, responsável pelo fomento da atividade e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), responsável pela conservação e preservação dos recursos.

Três anos após essa divisão, em 1998, é criado no Ministério da Agricultura (MA) o Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA), visando ao desenvolvimento da atividade, continuando a divisão de competências existente entre o IBAMA/MMA e o DPA/MA.

Em 2003, com o governo de Luís Inácio Lula da Silva, foi criada a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR). Esta foi

[...] criada, através da Medida Provisória Nº 103, de 1º de janeiro de 2002, a Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura da Presidência da República - SEAP/PR que teve como principais objetivos: aproveitar o potencial do país com medidas, programas e projetos para a pesca artesanal, organizar e manter o Registro Geral da Pesca; normatizar e estabelecer medidas que permitam o aproveitamento sustentável dos recursos pesqueiros altamente migratórios e dos que estejam subexplorados ou inexplorados e supervisionar, coordenar e orientar as atividades referentes às infra-estruturas de apoio à produção e circulação do pescado e das estações e postos de aquicultura (SILVA; SOARES; SANTOS; SILVA 2010, p. 1).

A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), além de suas competências específicas, ficou responsável também pelas atribuições que eram desempenhadas pelo DPA. E o IBAMA continuou a desenvolver suas obrigações já anteriormente estabelecidas, mantendo a divisão de competências mencionada nos parágrafos anteriores.

Nota-se que a atividade pesqueira até então nunca havia sido gestada diretamente por um órgão exclusivo da atividade e isso era um dos motivos das constantes reivindicações do

setor industrial. Assim, a SEAP veio, de certa forma, atender à solicitação destes: um órgão que tinha caráter exclusivo aos assuntos e interesses da gestão da atividade pesqueira e aquícola do país.

Dentre suas competências, a SEAP, além de promover o desenvolvimento da pesca e aquicultura no país, deveria promover a execução de medidas, projetos de apoio à atividade da pesca artesanal, até então despercebida pelas políticas implantadas pelos órgãos anteriores. De acordo com Knox,

[...] parece que toda iniciativa legislativa nas décadas de 70 e 80 está voltada para a atividade pesqueira e o ordenamento da pesca industrial. Quando se referem aos trabalhadores (estivadores e pescadores) é apenas estabelecendo normatizações (instrumentos protetores, local de trabalho, quantidade de horas) para o trabalho de bordo. A pequena pesca, a pesca artesanal não aparecia como elemento dinamizador da economia, nem da economia local. Sua importância, assim como a agricultura familiar, que envolve diversas famílias e comunidades inteiras, não é percebida (KNOX, 2008, p. 5).

A prática dessas políticas voltadas diretamente ao fomento da atividade industrial só fez com que aumentassem os problemas enfrentados pela pesca artesanal. Cenário este que podemos visualizar até os dias atuais, com as inúmeras mobilizações realizadas pelos pescadores artesanais em busca de políticas voltadas à pesca artesanal e à garantia de suas condições de trabalho frente aos grandes empreendimentos e à pesca industrial. Essa é uma das lutas mais fortes e frequentes enfrentadas pela pesca artesanal, ou seja, a garantia de seus direitos enquanto pescadores artesanais, que na maioria das vezes dependem diretamente da pesca e da mariscagem para sobreviverem.

Outro órgão criado em 2004 foi o Conselho Nacional da Aquicultura e Pesca (CONAPE), que tinha dentre suas atribuições acompanhar o desenvolvimento do setor pesqueiro e aquícola, subsidiando a formulação e a implementação das políticas públicas. O CONAPE é composto por 54 conselheiros, sendo 50% da administração federal e 50% da sociedade civil, esta última composta por organizações dos movimentos sociais, área acadêmica e pesquisa, trabalhadores da pesca e aquicultura, dentre outros.

Como abordado anteriormente, a atividade pesqueira era regida pelo Decreto-Lei 221, de 1967. Essa lei durou até junho de 2009, quando foi promulgada a nova Lei de Pesca – nº 11.959 –, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura, garantindo o uso sustentável, a preservação e conservação dos recursos pesqueiros.

Com relação à SEAP, no dia 29 de junho de 2009, dia de São Pedro, padroeiro dos pescadores, este órgão foi transformado no Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) através

da lei nº 11.958. Foi a primeira vez em que a organização da atividade pesqueira ficou sob a competência de um ministério criado, exclusivamente, para a gestão da atividade. Diferentemente dos anos anteriores, que tal gestão ficou intercalando entre Ministérios da Marinha e da Agricultura e, por fim, pelo Ministério do Meio Ambiente, que não eram exclusivos ao setor pesqueiro. Atualmente o MPA é o gestor da atividade pesqueira e aquícola do país.

Assim a Lei nº 11.958 de 26 de junho de 2009 dispôs sobre a transformação da SAEPR em Ministérios da Pesca e Aquicultura (MPA), sendo um marco histórico e uma vitória para o setor pesqueiro nacional. [...] Além da criação do ministério foi sancionada também a nova Lei da Pesca e Aquicultura (No 11.959/2009), que tramitava no congresso nacional há cerca de 14 anos e, assim uma mudança importante aconteceu e se passou a considerar pescadores e aquicultores como produtores rurais, com a condição de ter acesso a recursos mais baratos para financiar a produção e reconheceu também, como trabalhadoras da pesca, as mulheres que desempenham atividades complementares à pesca artesanal, estabelecendo que as mulheres tenham direitos iguais aos pescadores (SILVA; SOARES; SANTOS; SILVA 2010, p.1).

Outra questão importante no que tange à organização institucional da atividade pesqueira no Brasil é a mudança de Ministros que vem ocorrendo nos últimos anos. No ano de 2010, o MPA estava sob a responsabilidade do Ministro Altemir Gregolin, que exerceu o cargo por quase 4 anos (04/2006 – 12/2010). No ano de 2011, com a mudança de governo, o Ministério passou a ser ocupado pela Ministra Ideli Salvatti, exercendo o cargo durante um ano, quando passou o mesmo, em 2012, ao atual Ministro da Pesca e Aquicultura Marcelo Crivela.

Cabe destacar a falta de conhecimento sobre a atividade pesqueira no país por parte desses Ministros, uma vez que, além de sua formação profissional ser em outras áreas, suas experiências profissionais também são em áreas alheias ao cargo que assumem. A indicação política aliada à falta de conhecimento da área e ao pouco tempo de execução do cargo traz dificuldades à estruturação do MPA, assim como a sua efetiva atuação.

Visto que as mudanças de Ministros e as consequências advindas destas, na maioria das vezes são reproduzidas nas Superintendências Estaduais e em seu corpo técnico, que por sua vez são refletidas diretamente na gestão da atividade.

3.2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A história da organização político-institucional da atividade pesqueira no Brasil, conforme observado no quadro 01, vem sendo estruturada a partir das organizações institucionais, das organizações de representação profissional e das organizações sociais. Esta última, principalmente durante o período militar, quando foram organizadas diversas passeatas e manifestações pelos pescadores, devido à revolta com a atual presidência e atuação das Colônias, assim como a poluição ambiental do Nordeste.

Nesse período começaram as lutas pela tomada democrática da presidência de várias Colônias (Santarém e Aranaí no Pará, Goiana em Pernambuco, Pitimbu na Paraíba, Penedo em Alagoas, entre outros). [...]No entanto, é importante frisar que a maioria das Colônias de Pescadores ainda estão controladas por “pelêgos” ou por pessoas alheias à categoria como comerciantes, vereadores, funcionários, etc (DIEGUES 1995, p. 122 -123).

Essa luta, assim como outras em prol dos direitos dos pescadores artesanais do Brasil, tem como órgão de assessoria e apoio o Conselho Pastoral dos Pescadores, que surgiu em 1968, ligado à Conferência Nacional dos Bispos no Brasil. A Pastoral atua como um reforço na luta dos pescadores, inserindo novas temáticas como comercialização, aposentadoria e previdência social, dentre outras. De acordo com o CPP,

A história dos pescadores/as do Brasil está marcada por dois momentos: o primeiro quando eles foram involuntariamente “alistados” pela Marinha do Brasil pra garantir a soberania nacional e o controle da produção [...] o segundo nasce a partir do Frei Alfredo Schnuettgen e a vontade de contribuir com a transformação da vida da categoria, oprimida e excluída das políticas sociais. Esse momento ocorreu no final dos anos 60 com a criação da Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP), no Nordeste brasileiro, iniciativa que se expandiu ao norte e sul do país. Posteriormente passou a ser chamado de Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), como é conhecido até hoje (CPP, 2011, p.1).¹⁴

O CPP encontra-se organizado a partir da CPP Nacional, cujo presidente atual é o Bispo Dom José Haring e subdivide-se em regionais: Regional Norte (Pará), Regional Ceará, Regional Bahia (Sergipe), Regional Nordeste (Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas) e os Estados do Sul e do Sudeste que são articulados pelo CPP Nacional (Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo), retomando também as articulações com os estados

¹⁴Trecho retirado da publicação da CPP em comemoração aos “40 anos de caminhada aos lados dos pescadores e pescadoras artesanais em defesa da vida” no ano de 2011.

de Minas Gerais e Espírito Santo. No que se refere à atuação do CPP no estado da Bahia, esta será abordada no próximo capítulo.

A partir das lutas e reivindicações dos pescadores artesanais, surge, na década de 1980, a Constituinte da Pesca. Formada no período que antecede a Constituição de 1988, a Constituinte tinha como objetivo discutir e elaborar as propostas dos pescadores artesanais, objetivando a inclusão das mesmas na nova Constituição.

No ano de 1985, a Confederação Nacional de Pescadores fez uma convocação a todas as Federações Estaduais, encaminhando a realização de assembleias, e que elessem delegados para compor um grupo que veio a denominar-se de “Movimento Constituinte da Pesca”. Este movimento teve como finalidade discutir, elaborar e apresentar propostas aos deputados e senadores constituintes, reivindicando a inclusão das propostas dos pescadores artesanais na nova Constituição (FURTADO; LEITÃO, 2009, p. 2).

Após a promulgação da nova Constituição, a pesca artesanal e os pescadores tiveram alguns avanços importantes: a Constituição brasileira de 1988 reconhece o pescador artesanal, “e seu órgão de classe, as Colônias de Pescadores, é equiparado aos Sindicatos, sem dúvida graças à Constituinte” (HIJEN; FERREIRA, 2002, p. 5).

Nesse contexto é que é observada a necessidade de se dar continuidade a um movimento articulado nacionalmente que atuasse representando os pescadores artesanais em suas lutas. Nas reuniões realizadas com as lideranças, estas passaram a se questionar como poderiam se organizar nacionalmente com o objetivo de uma melhor gestão dos interesses dos pescadores artesanais, abrangendo todos os estados, municípios e comunidades.

Dessa forma, em 1989, foi consolidada a criação do Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), com sustentação financeira do Conselho Pastoral dos Pescadores e atuação de alguns parceiros. O MONAPE tinha o objetivo de auxiliar a organização dos pescadores e a luta pelos direitos dos mesmos, principalmente com a Constituição de 1988, despertando o interesse nacional dos pescadores de incluir suas reivindicações na nova Constituição, conforme explicado anteriormente.

O MONAPE atuava nacionalmente a partir da participação de uma pessoa de cada estado na Diretoria. Porém, nesse processo, destacamos que havia estados com participação mais forte, a exemplo do Maranhão, Pará, Pernambuco e alguns estados cuja representação não se deu de forma articulada, a exemplo do estado da Bahia, que não tinha uma relação próxima com o MONAPE.

Antigamente o MONAPE se identificou por sua luta, lutou muito, combateu bastante, ajudou bastante na luta pelos direitos dos pescadores artesanais, nas leis

etc. Depois disso o movimento ganhou outro rumo, virou uma associação e acomodou-se deixando os estados sozinhos na sua luta e não em nível nacional pelo Monape. Ficou viciado nos grandes projetos e acabou se complicando com o resultado desses. Alguns estados se mantiveram, continuaram lutando, se organizando, como é o caso do estado da Bahia (Depoimento de Pescadora – MPP).

Com o sucesso inicial desses projetos, o MONAPE deixa, em parte, de ser um movimento, de lutar e representar os pescadores artesanais para fazer e se especializar em fazer grandes projetos e assim arrecadar recursos; tornando-se um vício para alguns integrantes do mesmo e causou insatisfação aos pescadores artesanais. Com essas transformações, o MONAPE passa a ter sua independência em relação à Pastoral, porém continua ainda ligado à mesma.

Como na época, o MONAPE já não era mais considerado por diversos pescadores do país como seu órgão representativo, a vontade dos pescadores de se organizarem e lutarem por seus objetivos fez com que as articulações locais/estaduais crescessem e pensassem uma nova estratégia para tentar reativá-lo. Pois como este já existia, seria mais fácil reativá-lo com os interesses iniciais, do que criar outra organização.

Dessa forma, integrantes de vários estados participaram de alguns seminários e assembleias, a fim de conhecer como estava o MONAPE, suas condições, objetivos e planejamentos. Nesses encontros, foi observado que o mesmo encontrava-se totalmente desorganizado e com diversos vícios, resultantes dos antigos projetos realizados.

Nesse contexto, o Movimento dos Pescadores da Bahia, Piauí, Pernambuco, Ceará, dentre outros, sabendo que iria haver eleição para a coordenação do MONAPE, decide montar uma chapa para concorrer às eleições e tentar reativá-lo com outras visões e objetivos.

Assim, foram chamados representantes de cada estado (Bahia, Ceará, Alagoas, Sergipe, dentre outros), formando uma chapa e concorrendo à eleição em 2005. Essa chapa venceu e, nos anos de 2006/2007, reativou o Movimento, com a proposta de uma visão e uma metodologia diferenciada da que vinha sendo desenvolvida pelo mesmo.

Porém, mesmo com a vitória dessa chapa na eleição, ficaram alguns vícios de projeção partidária, pois em alguns cargos foram mantidas pessoas da antiga organização que acabavam influenciando os novos integrantes. Além disso, a situação do MONAPE não se encontrava favorável, pois alguns dos projetos e recursos recebidos pelo mesmo não tinham sido desenvolvidos como planejado, o que lhes deixou um quadro de várias dívidas de prestação de contas dos projetos, ocasionando conseqüentemente diversos problemas ao

órgão. A nova chapa tentou reativá-lo realizando avaliações e planejamentos do mesmo, dentre outras ações, mas não obteve êxito devido aos problemas já existentes.

Essa situação causou grande tristeza principalmente aos pescadores mais antigos do Nordeste, em especial aos de Pernambuco, que participaram ativamente da fundação do MONAPE junto ao CPP.

Durante esse período de contradições entre pescadores artesanais e MONAPE, cabe destacar que alguns estados, a exemplo da Bahia que não tinha ligação direta com o MONAPE, continuaram lutando, porém com outras visões, a exemplo do Movimento dos Pescadores da Bahia (MOPEBA), atuando principalmente no Recôncavo Baiano e no Rio São Francisco. O MOPEBA lutou e combateu na defesa dos pescadores artesanais da Bahia, tanto nos órgãos ambientais quanto nos órgãos gestores da atividade no estado e nas políticas públicas criadas por estes.

Como consequência do fracasso de reativação do MONAPE, os pescadores artesanais optaram por encerrar suas atividades junto ao mesmo e passaram a pensar uma nova estratégia de organização dos pescadores, com outro nome e com visões e metodologias diferenciadas.

Cabe destacar que de início havia sido decidido entre os pescadores e as lideranças acabar com o MONAPE e criar uma nova forma de organização, porém, alguns destes optaram, posteriormente, por manter o mesmo, mantendo o caráter de associação adquirido anteriormente e o nome de Associação do Movimento Nacional dos Pescadores (AMONAPE).

Nesse contexto é que surge o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. Segundo alguns dos integrantes do Movimento, o marco inicial da formação do mesmo se deu no ano de 2009, na I Conferência Nacional da Pesca Artesanal, realizada em Brasília e se consolidou no ano de 2010, em uma assembleia realizada no distrito de Acupe – Santo Amaro (BA), na qual resultou “A Carta do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais” (Anexo 2), da qual destacamos o trecho:

Somos 65 homens e mulheres de 11 estados brasileiros, pertencemos ao Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais, estivemos reunidos em assembleia, de 05 a 09 de abril de 2010, em Acupe de Santo Amaro, Recôncavo Baiano, e redefinimos os princípios, objetivos e estratégias para o fortalecimento da luta dos pescadores e pescadoras artesanais no Brasil. Decidimos assumir um novo nome para o movimento com objetivo de simbolizar o rompimento com um modelo institucional e representativo que não foi capaz de acolher as lutas e sonhos dos povos das águas. Assim, não estamos vinculados a qualquer instituição [...] (Trecho da Carta do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, 2010).

Como podemos observar em 2010, o MPP consolida uma atuação nacional e uma nova forma de organização e de luta dos pescadores artesanais do país, visando suprir as necessidades deixadas em segundo plano pelo MONAPE e representar os pescadores na luta por seus interesses e direitos. A coordenação nacional é composta por duas pessoas de cada estado (Bahia, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Minas, Paraíba, Paraná, Pará, Rio Grande do Norte, Minas).

O MPP, nesse contexto, vem atuando no âmbito nacional e tendo suas representações no âmbito estadual e local. Há estados onde observamos uma participação mais ativa, a exemplo da Bahia, Ceará, Pernambuco. Enquanto alguns estão reiniciando sua participação, a exemplo do Maranhão, que ainda traz resquícios do MONAPE. Outros como o Acre, Santa Catarina, Rio de Janeiro e São Paulo estão atualmente buscando se articular junto ao MPP.

Podemos observar que os pescadores artesanais vêm sempre buscando através das organizações sociais suprir as inúmeras carências deixadas pelas organizações institucionais e de representação profissional. A falta de representatividade e apoio, dentre outras, foram fatores que motivaram os pescadores a estarem se organizando e lutando por seus interesses a partir de outras formas.

Uma dessas formas são as Associações, criadas com o objetivo de suprir a falta de representatividade por parte das Colônias e demais órgãos institucionais e/ou representativos da classe, assim como de ser um espaço onde os pescadores pudessem se reunir e discutir suas reais necessidades e interesses.

Nesse cenário, compreendemos que a organização político-institucional da atividade pesqueira no Brasil encontra-se estruturada a partir de quatro principais eixos: organização institucional, organização de representação profissional, organizações sociais e organizações de assessoria e apoio à atividade e aos pescadores. Essas organizações foram sendo criadas/reformuladas e assumiram competências no decorrer da história da atividade pesqueira no país. Os reflexos dessas mudanças/reformulações podem ser observados no quantitativo de produção pesqueira no decorrer dos anos, conforme observaremos a seguir.

3.3 A RELAÇÃO PRODUÇÃO X INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA NO BRASIL

Podemos observar que a organização institucional da atividade pesqueira passou por diversas mudanças até os dias atuais. À medida que essa organização institucional mudava, a produção da atividade também oscilava, obtendo pontos máximos de produção em alguns momentos, outros obtendo declínios, ou seja, era o reflexo das políticas implementadas na gestão da atividade. Como exemplo, podemos citar a implementação dos incentivos fiscais na atividade em 1967, na época da SUDEPE, que ocasionou um aumento representativo na produção pesqueira do país e trouxe também consequências sociais, econômicas e ambientais para o país.

Cabe destacar que quando abordamos a atividade pesqueira, estamos nos referindo às atividades da pesca extrativa e da aquicultura e que compreendemos a pesca extrativa como “a retirada de organismos aquáticos da natureza sem seu prévio cultivo; este tipo de atividade pode ocorrer em escala industrial ou artesanal, tanto no mar como no continente” (SEBRAE, 2008, p. 8). Dessa forma, passamos a definir pesca extrativa marítima e continental como sendo:

A pesca marítima é aquela que se faz no mar territorial, na plataforma continental, na zona econômica exclusiva e nas áreas de alto-mar adjacentes a esta última, e também aquela praticada em baías, enseadas, angras, braços de mar ou áreas de manguezais, consideradas as águas, neste caso, como interiores, classificação que não deve ser confundida com a das águas doces (rios, ribeirões, lagos, lagoas, açudes etc.), que se denominam continentais (CNISO, 1998, p.103)

Com relação à aquicultura, esta pode ser definida como

[...] o processo de produção em cativeiro, de organismos com habitat predominantemente aquático, tais como peixes, rãs, camarões, entre outras espécies. Pode ser continental ou marinha, sendo esta última subdividida em carcinicultura, piscicultura, cultivo de algas, ostreicultura dentre outros (SEBRAE, 2008, p.8).

Nesse contexto, ao analisar os dados estatísticos da atividade pesqueira no recorte temporal de 1960 a 2009, (Tabela 1), observaremos que a mesma se caracteriza pela existência de alguns períodos distintos, os quais buscamos analisar juntamente com seus órgãos gestores, através de três fases.

A justificativa do recorte se dá a partir da análise dos acontecimentos supracitados, tomando como ponto inicial a criação da SUDEPE, em 1962, órgão que, após ser implantado, trouxe significativas mudanças ao setor pesqueiro. O que nos leva neste momento a uma

periodização, de 1960 a 2009, dividida em três fases, em que procuramos agrupar os acontecimentos de acordo com sua organização institucional e similaridade.

Tabela 1 - Evolução da Produção de Pescado (Pesca Extrativa e Aquicultura) no Brasil - 1960 / 2009

Ano	Produção / toneladas	Ano	Produção / toneladas
1960	281 512	1985	971 537
1961	330 140	1986	941 712
1962	414 640	1987	934 408
1963	421 356	1988	830 102
1964	377 008	1989	798 638
1965	422 289	1990	633 599
1966	435 787	1991	669 149
1967	429 422	1992	665 786
1968	500 387	1993	675 756
1969	501 197	1994	697 577
1970	526 292	1995	652 910
1971	591 543	1996	693 172
1972	604 673	1997	732 258
1973	698 802	1998	710 703
1974	815 720	1999	744 597
1975	759 792	2000	843 376
1976	658 847	2001	939 756
1977	752 607	2002	1 006 869
1978	806 328	2003	990 272
1979	858 183	2004	1 015 914
1980	822 677	2005	1 009 073
1981	833 164	2006	1 050 808
1982	833 933	2007	1 072 226
1983	880 969	2008	1 156 423
1984	958 908	2009	1 240 813

Fonte: CNISO, 1998; IBAMA, 2005; MPA, 2010.

Adaptação: Kássia Rios, 2011.

Os primeiros anos (1960 a 1985) da tabela 01 se caracterizam inicialmente pela tendência de crescimento atingido nos anos de 1960 a 1962, período em que a atividade pesqueira tinha como órgão gestor o Ministério da Agricultura. Em 1962, ressaltamos a criação da SUDEPE, cujas políticas de gestão objetivavam a modernização e industrialização da pesca, o que manteve a produção do setor pesqueiro parcialmente estável até o ano de 1967. Assim como a criação da SUDEPE marca consideravelmente esta fase com sua política de fomento da atividade, o estabelecimento de incentivos fiscais instituídos conjuntamente ao

Código de Pesca, em 1967, pelo Decreto 221 traz mudanças significativas à produção do setor.

Ao analisarmos os dados da tabela 1, verificaremos que a produção pesqueira saltou de 429.422 mil toneladas em 1967 para 815.729 mil toneladas em 1974, este fato se deu devido aos inúmeros incentivos destinados aos seus produtores. Esse avanço em curto prazo cumpria o principal objetivo da SUDEPE e do Decreto 221. Segundo Abdallah e Bacha,

Essa política de incentivos possibilitou o surgimento de um parque industrial de qualidade para o processamento do pescado, permitindo a ocupação de áreas novas de pesca por frota nacional e contribuindo, assim, para o aumento da produção e da conseqüente exportação do produto (ABDALLAH; BACHA, 1999, p. 10).

Cabe destacar que, apesar da atividade pesqueira ter captado recursos financeiros suficientes para investir na indústria do pescado, a mesma não destinou recurso algum em pesquisas sobre as condições dos estoques pesqueiros, o que ocasionou sérias conseqüências ao desenvolvimento da atividade.

Os anos seguintes, de 1975 a 1980, tiveram como característica na produção pesqueira uma oscilação sem caráter definido, ora positivo ora negativo. Nesse período destacamos a criação do Fundo de Investimento Setorial para Pesca (FISSET/PESCA), supervisionado pela SUDEPE, que objetivava controlar os recursos fiscais destinados aos produtores. Pois, além de haver desvios de recursos para interesses diferenciados dos até então aprovados pela SUDEPE, muitos produtores, mesmo tendo condições, não investiam recursos próprios, visando ao recebimento dos incentivos fiscais. Este fato resultou numa maior fiscalização no recebimento e utilização dos incentivos recebidos, mantendo essa oscilação na produção da atividade.

O aumento que observamos, de 1981 a 1985, deu-se devido às restrições de importações existentes na época,

[...] a crise do petróleo em 1974 marcou um retomo às políticas "voltadas para dentro". O crescimento subsequente nos preços do petróleo e a elevação das taxas de juros em 1979, bem como a crise da dívida em 1983 também contribuíram para que as restrições à importação permanecessem prioritárias na agenda do Governo. Por isso, as principais características desse período foram a reintrodução das políticas restritivas à importação (PORTUGAL, 1994, pág 244).

A restrição nas importações contribuiu para um novo salto produtivo da atividade pesqueira, principalmente a partir de 1983, quando a produção obteve um quantitativo de 880.969 mil toneladas. Esse período de grande produtividade da atividade pesqueira se estendeu até o ano de 1985, quando, em decorrência da falta de pesquisas sobre a capacidade

dos recursos pesqueiros e técnicas de pesca e da exploração desordenada destes, ocorreram a sobrepesca de alguns estoques e a “redução” de sua produção a partir de 1986.

A partir do ano de 1986 a 1994, é iniciada, conforme dados da tabela 1, uma redução na produção do setor, saindo de 971.537 mil toneladas produzidas em 1985 para 798.638 mil toneladas em 1989. Tal fato concretiza a política insustentável seja socialmente, economicamente ou ambientalmente, conforme descrita anteriormente, aplicada pela SUDEPE através da utilização dos incentivos fiscais. Como consequência dessa desastrosa atuação da SUDEPE, a mesma foi extinta em 1989.

Neste mesmo ano, com a gestão da atividade pesqueira sendo passada ao IBAMA/MMA, iniciou-se um processo de “recuperação dessas áreas de sobrepesca”, pois sua nova política de gestão, por se tratar de um órgão ambiental, preocupava-se mais com a preservação e a sustentabilidade da atividade, através da fiscalização da mesma, do que com o fomento da atividade.

Essa redução observada na estatística pesqueira, no período de extinção da SUDEPE e de organização do IBAMA, dar-se-á principalmente pela mudança nos instrumentos de pesca até então utilizados que, devido à falta de pesquisas sobre as técnicas de pesca adequadas aos estoques pesqueiros do país, muitas vezes eram utilizados de forma incorreta e sem fiscalização.

Dessa forma, com o IBAMA atuando mais rigorosamente na fiscalização da atividade e com a diminuição da produção ocorrida na gestão anterior, a produção pesqueira se manteve parcialmente estável até o ano de 1994, embora em números consideravelmente menores do que os obtidos no início da década de 80.

Com as fortes reivindicações dos produtores do setor e a criação do GESPE e posteriormente do DPA, dividindo assim a gestão da atividade, a produção pesqueira retorna a crescer, a partir de 1996, visto que nessa época a mesma iniciava a contar com a política do DPA que visava ao desenvolvimento da atividade no país.

A partir de 1995, a atividade pesqueira começa a apresentar um índice de crescimento, saindo de 652.910 mil toneladas produzidas em 1995 para 843.376 mil toneladas produzidas em 2000. Esse crescimento se dá em parte pela redução da forte exploração pesqueira até então realizada. Há conseqüentemente um início de recuperação dos estoques pesqueiros. A partir do ano de 2000, percebemos que a produtividade pesqueira retoma sua linha de crescimento contínuo, obtendo no ano de 2009 uma produção de 1.240.813 milhão de toneladas.

Parte desse crescimento se deu devido à criação da SEAP, posterior MPA, pois, com a criação de um Ministério exclusivo para a gestão da atividade pesqueira, diversas políticas foram implementadas no desenvolvimento da atividade, principalmente as políticas de incentivo à aquicultura, além da ampliação de espécies capturadas e da frota pesqueira.

Ao analisarmos os dados estatísticos do MPA referente aos 30 maiores países produtores pesqueiros mundiais, nos anos de 2008 e 2009, observamos que entre estes encontram-se países como China, Indonésia, Índia, Peru, Japão e Brasil. Este último ocupando, em 2009, o 18º lugar entre os países listados e com a participação de 0,86 % do total produzido (MPA, 2010; MPA, 2011) (Tabela 2). Ressaltamos que esse quantitativo refere-se à produção total dos países referente à pesca e à aquicultura.

Tabela 2. Produção Pesqueira e Aquícola mundial dos maiores países produtores em 2008 e 2009.

Posição	País	Produção (t)	
		2008	2009
1º	China	57.827.007	60.474.939
2º	Indonésia	8.860.745	9.815.202
3º	Índia	7.950.287	7.845.163
4º	Peru	7.448.994	6.964.446
5º	Japão	5.615.779	5.195.958
6º	Filipinas	4.972.358	5.083.131
7º	Vietnã	4.585.620	4.832.900
8º	Estados Unidos	4.856.867	4.710.453
9º	Chile	4.810.216	4.702.902
10º	Rússia	3.509.646	3.949.267
11º	Mianmar	3.168.562	3.545.186
12º	Noruega	3.279.730	3.486.277
13º	Coréia do Sul	3.274.572	3.199.177
14º	Tailândia	3.204.293	3.137.682
15º	Bangladesh	2.563.296	2.885.864
16º	Malásia	1.757.348	1.871.971
17º	México	1.745.757	1.773.644
18º	Brasil	1.156.423	1.240.813
19º	Marrocos	1.003.823	1.173.832
20º	Espanha	1.167.323	1.171.508
21º	Islândia	1.311.691	1.169.597
22º	Canadá	1.108.049	1.107.123

Fonte: MPA, 2011.

Adaptação: Kássia Rios, 2011.

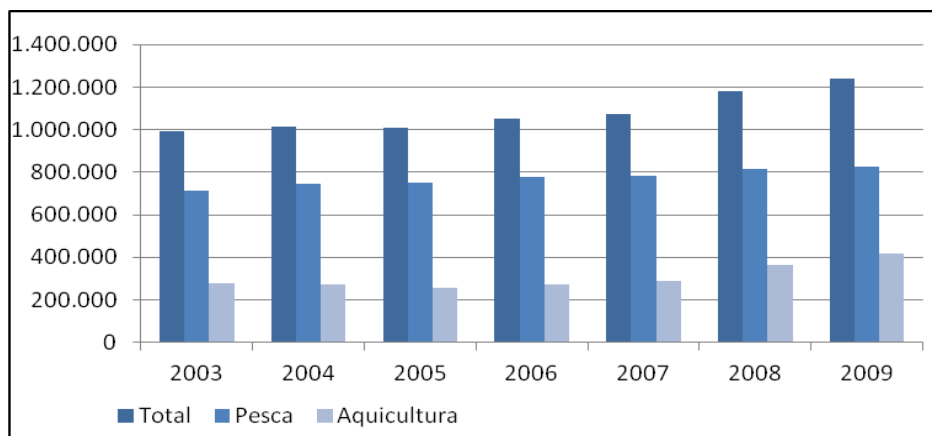
No que tange internamente à produção pesqueira nacional (pesca extrativa e aquicultura), o Brasil vem demonstrando um estável crescimento. Em 2003, obteve uma produção de 990.272 mil toneladas e em 2009 chegou a 1.240.813 milhão de toneladas (tabela 01), destacando principalmente a participação da pesca extrativa em relação à aquicultura no país, como demonstra a tabela 3 e o gráfico 1.

Tabela 3. Produção da atividade pesqueira no Brasil no período de 2003 – 2009

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Pesca Marinha	484.592	500.116	507.858	527.871	539.966	556.167	585.671
Pesca Continental	227.551	246.100	243.434	251.241	243.210	261.282	239.492
Total Pesca	712.143	746.216	751.292	779.112	783.176	817.449	825.163
Pisicultura	177.125	180.730	179.746	191.183	210.644	282.008	337.353
Carcinicultura	90.196	75.895	63.134	65.000	65.000	70.251	65.189
Aquicultura							
Outros	11.433	13.693	15.530	16.161	13.405	13.107	13.107
Total Aquicultura	278.754	270.318	258.410	272.344	289.049	365.366	415.649
Total Geral	990.272	1.015.914	1.009.073	1.050.808	1.072.226	1.182.817	1.240.813

Fonte: MPA, 2010.

Gráfico 1. Brasil: Produção total pesqueira e aquícola no período de 2003 - 2009 (t)



Fonte: MPA, 2010.

Elaboração: Kássia Rios, 2011.

De acordo com os dados apresentados na tabela 3 e no gráfico 1, nesse mesmo período, a produção aquícola obteve um quantitativo de 278.128 mil toneladas (2003). Logo em seguida, nos anos de 2004 e 2005, passou por um momento de crise na atividade, reduzindo seus números de produção e se restabelecendo aos poucos a partir de 2006, alcançando em 2009 uma produção de 415.649 mil toneladas, como demonstra o gráfico 1.

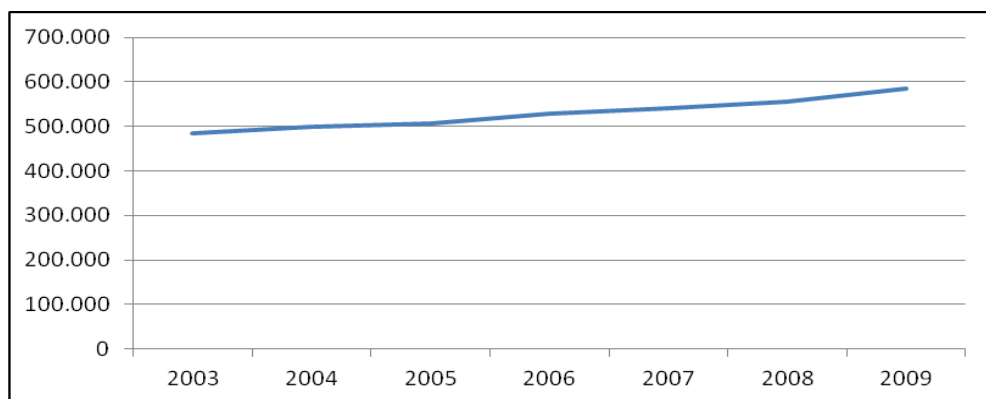
Após um contínuo crescimento, a produção aquícola marinha declinou a partir de 2003, devido principalmente a dois fatores: às doenças enfrentadas pelos empreendimentos de carcinicultura marinha e à valorização do real frente ao dólar. Em 2007, a produção se estabilizou tornando a se elevar em 2008, com o foco de comercialização voltado para o mercado interno (MPA, 2010, p. 46).

No contexto mundial de produção da aquicultura (marinha e continental), o Brasil ocupa atualmente o 17º lugar entre os trinta maiores produtores aquícolas mundiais, com o quantitativo de 415.649 mil toneladas produzidas, em 2009.

Nesse contexto, passamos a analisar a participação das regiões brasileiras na produção pesqueira nacional. Porém ressaltamos que na presente pesquisa nos restringimos à atividade pesqueira marítima, tanto no que se refere à pesca extrativa, quanto à aquicultura.

No Brasil, a pesca extrativa marinha contém os maiores índices de produção do país e vem demonstrando um estável crescimento, ainda que em números pequenos, mas constantes. Em 2003, a pesca extrativa marítima era de 484.592 mil toneladas e em 2009 foi de 585.671 mil toneladas (Tabela 3 e gráfico 2).

Gráfico 2. Crescimento da Pesca Extrativa Marinha no Brasil no período de 2003 a 2009.



Fonte: MPA, 2010.

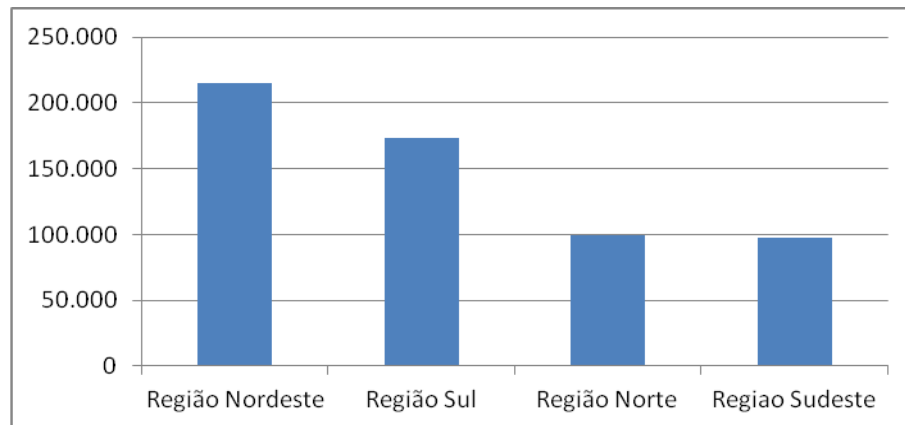
Elaboração: Kássia Rios, 2011.

Com destaque para a região Nordeste, com uma produção, no ano de 2009 de 215.255 mil toneladas, representando 36,4% da produção nacional e tendo a atividade como importante fonte de renda e emprego em diversos estados. Em seguida, temos as regiões Sul (30%), Norte (16,9%) e Sudeste (16,7%), como podemos observar na tabela 4 e no gráfico 3.

Tabela 4. Produção Pesqueira e Aquícola brasileira por Regiões e Unidades da Federação em 2009.

Regiões e Estados	Produção Pesqueira - 2009				
	Total (t)	Pesca (t)		Aquicultura (t)	
		Marinha	Continental	Marinha	Continental
BRASIL	1.240.813	585.671	239.943	78.296	337.353
NORTE	265.775	99.056	130.691	246	35.782
Acre	5.104	0	1.568	0	3.536
Amapá	18.052	7.008	10.392	0	653
Amazonas	81.345	0	71.110	0	10.235
Pará	138.050	92.048	42.082	246	3.674
Rondônia	11.782	0	3.603	0	8.178
Roraima	3.899	0	397	0	3.503
Tocantins	7.543	0	1.538	0	6.004
NORDESTE	415.723	215.226	69.995	62.859	67.643
Alagoas	17.479	8.994	416	192	7.876
Bahia	121.255	83.537	17.687	6.023	14.008
Ceará	88.694	23.816	11.549	20.516	32.812
Maranhão	71.182	41.380	28.152	252	1.398
Paraíba	13.373	8.987	1.814	1.461	1.111
Pernambuco	23.774	15.020	3.349	3.518	1.888
Piauí	9.950	3.019	1.783	1.640	3.508
Rio Grande do Norte	56.689	24.888	4.237	26.478	1.086
Sergipe	13.327	5.583	1.008	2.779	3.957
SUDESTE	178.638	97.754	21.265	780	58.839
Espirito Santo	20.175	13.102	832	611	5.630
Minas Gerais	18.809	0	8.875	0	9.934
Rio de Janeiro	62.952	57.090	1.064	26	4.771
São Paulo	76.702	27.561	10.495	143	38.503
SUL	308.647	173.636	5.516	14.411	115.084
Paraná	39.896	6.094	1.823	1.101	30.879
Rio Grande do Sul	69.345	18.636	3.155	21	47.533
Santa Catarina	199.406	148.907	539	13.288	36.672
CENTRO-OESTE	72.030	0	12.025	0	60.005
Distrito Federal	1.308	0	282	0	1.026
Goiás	17.296	0	1.332	0	15.964
Matro Grosso	36.071	0	5.560	0	30.511
Mato Grosso do Sul	17.355	0	4.851	0	12.504

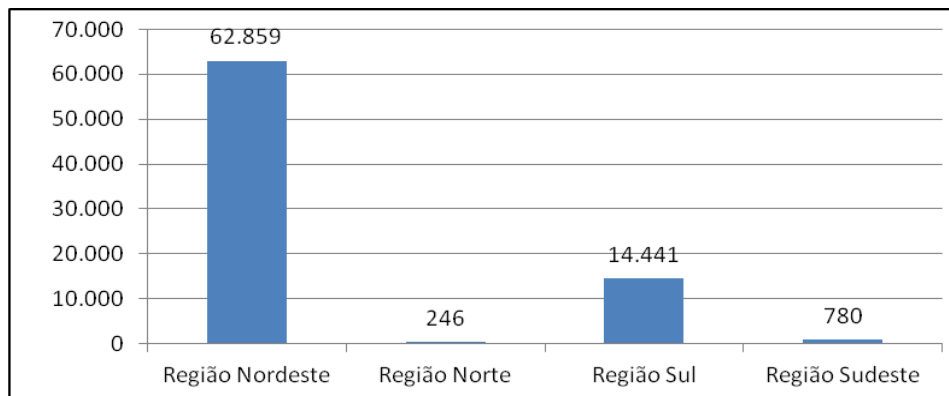
Fonte: MPA, 2011.

Gráfico 3. Produção da Pesca Extrativa Marinha das Regiões Brasileiras no ano de 2009.

Fonte: MPA, 2010.

Elaboração: Kássia Rios, 2011.

No que tange à produção aquícola marinha, a região Nordeste se destaca como a maior produtora nacional, com 62.859 mil toneladas produzidas em 2009, representando cerca de 80% do total nacional. Seguida pelas regiões Sul, (14.441), Sudeste (780) e Norte (246) toneladas produzidas em 2009, representando aproximadamente 80%, 18%, 0,9% e 0,3% respectivamente. (Gráfico 4).

Gráfico 4. Produção Aquícola Marinha das Regiões Brasileiras em 2009.

Fonte: MPA, 2010.

Elaboração: Kássia Rios, 2011.

Cabe destacar que grande parte da produção do Nordeste é proveniente da atividade da carcinicultura, principalmente nos estados do Rio Grande do Norte, Ceará, maiores produtores da atividade no país, portanto tendo grande contribuição quantitativa na produção aquícola dos estados e da região. Já a produção da região Sul, caracteriza-se pelo desenvolvimento das

atividades da mitilicultura (cultivo de mexilhões) e da ostreicultura (cultivo de ostras) em Santa Catarina.

De acordo com Mendonça, “a faixa costeira do Nordeste abriga grande parte da indústria de camarão nacional, além de centros de processamento para o mercado e dos laboratórios de larvicultura” (MENDONÇA, 2005, p. 45).

Ao analisarmos os dados da tabela 3 e 4, observamos que das 78.296 mil toneladas produzidas em 2009 no Brasil pela aquicultura marinha, 65.189 mil toneladas foram produzidas pela carcinicultura. Segundo Diegues,

A produção aquícola brasileira começou a crescer mais rapidamente depois de 1995 com o aumento da carcinicultura, apesar da aquíicultura comercial ter demonstrado um crescimento constante, sobretudo a partir da década de 2.000. [...] Esse aumento da participação da aquíicultura tanto continental como marítima deve-se, em grande parte, à quase estagnação das capturas extrativas e a investimentos maiores em estruturas produtivas, sobretudo nas de cultivo de camarão (carcinicultura) para exportação (DIEGUES, 2006, pág.2- 3).

A produção da atividade da carcinicultura no Brasil pode ser analisada a partir de três principais fases: a) o processo de expansão, b) os momentos de crise e c) o início de sua recuperação.

Tabela 5. Produção da Atividade da Carcinicultura no Brasil (1998 – 2010)

Ano	Produção (t)
1998	7250
1999	15000
2000	25000
2001	40000
2002	60128
2003	90196
2004	75895
2005	65000
2006	65000
2007	65000
2008	70000
2009	65198
2010	80000

Fonte: MPA, 2010; MPA, 2011; ABCC, 2011.

Elaboração: Kássia Rios, 2011.

A primeira fase se dá a partir da década de 1990 até o ano de 2003. Nessa, a expansão da produção se deu gradativamente, obtendo seu pico máximo de produção em 2003, com aproximadamente 91.000 mil toneladas, como podemos observar na tabela 5. O

aumento na cotação do dólar na época foi um dos fatores que impulsionaram a carcinicultura no Brasil, chegando a exportar cerca de 70% da sua produção (MPA, 2010). Outro ponto importante dessa época foi a ampliação das fazendas de cultivo de camarão, principalmente no Nordeste.

De 2004 a 2007, a atividade da carcinicultura passou por sérios momentos de crises, a iniciar pela queda da cotação do dólar, o que fez cair o número de exportações.

A contínua e crescente desvalorização do dólar americano (USD), a partir de 2005, contribuiu para a redução sistemática das exportações, uma vez que a receita em reais (R\$) dessas transações sofreu uma redução da ordem de 42% em 2007, comparado com 2003, enquanto os custos de produção aumentaram significativamente, especialmente no tocante ao salário mínimo (58%); diesel (34%) e energia (25%), o que sem dúvida, afetou sobremaneira a competitividade das exportações de camarão cultivado do Brasil (ROCHA, 2008, pág.21).

Outro fator condicionante à queda na produção da atividade foram as doenças nos viveiros de camarão que ocorreram na época, pois

A incidência de doenças foi sem dúvidas a principal responsável pelas perdas econômicas e conseqüente descapitalização setorial, sendo que, no caso da Mionecrose Infecciosa (IMN), cuja virulência esteve sempre relacionada aos distúrbios ambientais, associados as excessivas chuvas e inundações em 2004, responsáveis pelo carreamento de resíduos de agrotóxicos, de esgotos domésticos, de lixo e outros rejeitos industriais prejudiciais ao meio ambiente (ROCHA, 2008, pág.21).

A produção que, em 2003, obteve aproximadamente 91.000 mil toneladas caiu 65.000 mil toneladas em 2007. Como a cotação do dólar continuava em declínio e o setor se recuperava das doenças nos viveiros de camarão, a solução encontrada foi a comercialização do camarão no mercado interno. O que antes representava menos de 25% do destino final do pescado passou a representar, em 2007, mais de 70%. Assim, no ano de 2008 (início da terceira fase), observamos o início de uma recuperação do setor, quando a produção obteve um quantitativo de 70.000 mil toneladas.

De 2006 a 2008, a produção se manteve entre 70.000 mil toneladas, como nos aponta Rocha e Rocha,

[...] os graves problemas causados pela incidência do vírus da mionecrose infecciosa (IMNV) no Nordeste e da mancha branca (WSSV) em Santa Catarina, aliados à perda de competitividade das exportações, pela forte desvalorização do dólar (US\$), sem qualquer apoio financeiro ou o correspondente aumento dos preços no mercado internacional, manteve o setor praticamente estagnado e, produzindo no mínimo de sua capacidade em 2005, 2006 e 2007 (ROCHA e ROCHA, 2009, p.21).

No ano de 2009, a produção que havia iniciado a se recuperar caiu novamente para 65.000 mil toneladas. Dessa vez, o motivo foi relacionado aos fatores climáticos, devido às chuvas que causaram enchentes nos estados do Rio Grande do Norte e do Ceará. Como estes são os maiores produtores da atividade no país, as enchentes nos mesmos foram as responsáveis pela queda na produção nacional, no ano de 2009 (MPA, 2010). No ano de 2010, a carcinicultura obteve uma produção de 80 mil toneladas, demonstrando uma recuperação parcial do setor após o período de crise em decorrência das chuvas (ABCC, 2011).

Nesse cenário, podemos observar que a atividade da carcinicultura apesar de ter passado por distintas fases de produção (incluindo momentos de crise) e atualmente encontrar-se em processo de recuperação, a mesma continua sendo inserida e/ou desenvolvida nos territórios das comunidades tradicionais pesqueiras.

A carcinicultura, conforme já abordado, foi inserida no Brasil a partir de uma estrutura industrial que, ao ser desenvolvida utilizando um espaço em comum com os pescadores artesanais, ocasiona mudanças significativas ao mesmo. Essas mudanças podem comprometer o desenvolvimento da pesca artesanal, que por sua vez refletirá na garantia de sobrevivência da comunidade local.

Esse quadro pode ser observado na maioria dos estados brasileiros onde a carcinicultura vem sendo desenvolvida, a exemplo do estado da Bahia e da comunidade pesqueira de Acupe – Santo Amaro (BA).

É nesse contexto que passamos a analisar, no próximo capítulo, como se dá a espacialização da atividade pesqueira na Bahia, mais especificamente a pesca artesanal e a carcinicultura. Visto que se torna fundamental, no presente momento, compreender como se dá o desenvolvimento da pesca artesanal no estado, sua importância, sua organização político-institucional, sua produção, dentre outros.

Assim como também compreender como a atividade da carcinicultura foi inserida no estado e como esta vem sendo organizada e desenvolvida. Pois a partir desse cenário podemos analisar quais as contradições existentes entre ambas as atividades e suas consequências para as comunidades tradicionais pesqueiras do estado, a exemplo da comunidade de Acupe – Santo Amaro (BA).

4 ATIVIDADE PESQUEIRA NO ESTADO DA BAHIA: MAPEAMENTO DAS ATIVIDADES DA PESCA ARTESANAL E DA CARCINICULTURA

A pesca da Bahia é a nossa pesca, somos nós que damos aqueles números grandões que eles mostram todo ano. Somos nós, pescadores artesanais que fazemos a pesca da Bahia... e não esses empresários que querem tirar nossos territórios.

(Pescador - Bahia¹⁵)

O estado da Bahia, segundo o Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, possui uma população de 14.016.906 milhões de habitantes distribuídos em uma área de 564.830,859 km² e em 417 municípios.

O litoral do estado possui uma extensão de aproximadamente 1.188 km, representando 14,5% de todo o litoral brasileiro e “abriga importantes estuários ao longo de 40 bacias hidrográficas e quase 100.000 hectares de manguezais.” Em 2002, estimava-se “uma população humana diretamente envolvida com esse ecossistema em torno de 95.000 habitantes” (RAMOS, 2002, p.11). Atualmente, estima-se que esse número tenha ultrapassado 200.000 mil habitantes, já que só de pescadores cadastrados no MPA, em 2010, temos mais de 109.000 mil, somando-se a suas famílias, obteríamos essa estimativa.

Esses habitantes compõem as inúmeras comunidades tradicionais pesqueiras existentes no estado, que sobrevivem direta/indiretamente das atividades da pesca e da mariscagem que é realizada nas áreas de manguezais.

Os manguezais constituem um dos ecossistemas mais produtivos do planeta, não somente por se apresentarem como importante fonte de nutrientes e abrigo para espécies características desses ambientes e de águas adjacentes, mas também pela importância tanto nutritiva quanto sócio-econômica de comunidades alocadas em seus arredores. O manguezal é um sistema costeiro tropical, dominado por espécies vegetais típicas, às quais se associam outros componentes da flora e da fauna adaptados a um substrato periodicamente inundado pelas marés, com grandes variações de salinidade (HADLICH; OLIVEIRA; YAMAGUCHI; UCHA, 2007, p. 925).

As áreas de manguezais do estado, segundo Queiroz e Celino *apud* Oliveira apresentam uma grande extensão

[...] na região sul, onde as condições climáticas favorecem o crescimento de bosques no interior de baías e foz dos principais rios do estado, distribuindo-se ao longo de 932 km de costa. As maiores concentrações vegetacionais estão localizadas entre os

¹⁵Depoimento de um pescador do estado da Bahia, em conversas com integrantes do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP). Salvador, Julho de 2011.

municípios de Valença e Maraú, e nos municípios de Canavieiras e Caravelas. No norte da Bahia e na região do Recôncavo existem cerca de 10.000 hectares de manguezais. De Valença a Mucuri, a área estimada é de 70 mil hectares. [...] Com destaque para as zonas existentes antes na Baía de Camamu (OLIVEIRA, 2000 *apud* QUEIROZ; CELINO, 2008, p. 39).

Algumas das principais áreas do estado com a presença de manguezais que são utilizadas por comunidades tradicionais pesqueiras são: a Baía de Todos os Santos (BTS), a segunda maior baía do mundo e a maior do Brasil; a Baía de Iguape, uma das baías existentes dentro da BTS e a Baía de Camamu, terceira maior baía do país e segunda maior do estado (QUEIROZ; CELINO, 2008).

A pesca no estado da Bahia se caracteriza por ser uma importante atividade desenvolvida por diversas comunidades litorâneas e ribeirinhas como forma de garantir seu sustento econômico e alimentar, tendo estas construído fortes relações com o ecossistema manguezal ao longo da história.

Cabe destacar que, conforme abordado no segundo capítulo, a atividade pesqueira passou por diversos processos históricos, envolvendo sua produção, gestão, criação de movimentos organizados etc. Nesse processo histórico, destacamos a participação dos pescadores em diversos marcos históricos do país. Silva (1988), em seu livro “Os Pescadores na História do Brasil”, organizado pela Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP) traz um resgate histórico da participação dos pescadores na história do Brasil, nos movimentos sociais, a exemplo da Cabanagem do Pará e da abolição dos escravos no Ceará. No estado da Bahia, o autor destaca dois marcos importantes: a pesca da baleia e a Guerra da Independência da Bahia.

A pesca da baleia foi introduzida no estado em 1602, pelo português Pedro Urecha que, após algum tempo, retornou a Portugal com seus barcos cheios de azeite, visualizando na atividade uma possível lucratividade, principalmente porque naquele momento não era necessário o pagamento de nenhuma tarifa para a sua prática.

Alguns anos depois, observando a regularidade da atividade e essa tendência lucrativa, foram instituídos os contratos de pesca da baleia, que limitavam os anos nos quais poderiam desenvolver a atividade. Foram criadas as Feitorias da Pesca, lugares onde as instalações de desenvolvimento da atividade ficavam (embarcações, instrumentos de pesca, caldeiras etc).

Na Bahia, a Feitoria da Pesca se localizava em Itaparica. Assim, essa atividade passou a ser monopólio da coroa portuguesa até 1798, quando o contrato da pesca foi abolido (SILVA, 1988). “Essa prática teve seu declínio nos anos de 1970, embora desde meados do

século XIX já houvesse sinais da sua decadência, motivada, principalmente, pela concorrência com as baleeiras norte-americanas” (KUHN, 2009, p. 97).

Na Guerra de Independência (1822 - 1823), a participação dos pescadores teve relevante importância para garantir a defesa do território baiano. Como exemplo temos os conflitos na Vila de Cachoeira, onde os pescadores participaram em jangadas e canoas da batalha em mar, vencendo a nau portuguesa. Como também em Itaparica, onde

os pescadores itaparicanos que eram, na ilha, o único grupo mobilizável e estrategicamente aparelhado para uma guerra de “guerrilha” no mar, formaram uma flotilha com seus barcos de pesca e levantaram fortins no passo do Funil – entre a ilha de Itaparica e a contra costa – e atacaram as linhas de abastecimento da cidade de Salvador e da esquadra portuguesa. [...] Foram massacrados pelos pescadores itaparicanos, que se mantiveram no bloqueio (SILVA, 1988, p. 86).

Tais fatos demonstram que os pescadores sempre estiveram presentes no estado, deixando um importante legado histórico e cultural, que até hoje é passado dos pais para os filhos. Além disso, como observado, a atividade pesqueira constitui-se em uma importante atividade econômica que garante a sobrevivência de inúmeras comunidades tradicionais pesqueiras do estado, que, embora estejam inseridas no modo de produção capitalista, seguem uma linha de desenvolvimento diferenciada. Nesse contexto Kuhn nos aponta que,

É necessário romper com a visão errônea e preconceituosa sobre a pesca artesanal, de que esta é uma atividade atrasada e em extinção. Responsável por metade do pescado produzido no Brasil, a pesca artesanal já mostrou que longe de ter desaparecido, a atividade reconquista a cada momento histórico, o seu protagonismo na produção, por vezes ofuscado por outros direcionamentos políticos insustentáveis, como foi o exemplo da pesca industrial na década de 60 (KUHN, 2009, p.93).

No estado da Bahia, verifica-se facilmente a afirmativa acima, pois a pesca extrativa realizada no estado é especificamente artesanal e embora esteja frequentemente ameaçada por diversos empreendimentos industriais, turísticos etc, a mesma representa a única fonte de economia de muitas famílias e também representa a maior parte do quantitativo de produção pesqueira do estado.

Conforme já abordado, no segundo capítulo e em destaque na tabela 4, a região Nordeste se destaca com o maior quantitativo de produção pesqueira das regiões brasileiras, responsável por 37% da produção da pesca extrativa e por 80% da produção aquícola nacional. Destacamos a participação do estado da Bahia, o terceiro maior produtor do país (atrás dos estados de Santa Catarina e Pará) e o primeiro da região Nordeste.

Ao analisarmos separadamente, na tabela 4, a pesca extrativa e a atividade aquícola, observamos que a Bahia se mantém na 3ª posição na produção da pesca extrativa do país e na 8ª posição na produção da atividade aquícola. Essa última posição se dá devido ao fato de que os demais estados que estão em posições superiores (São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, dentre outros) possuem altos números de produção aquícola continental e outros (Ceará, Rio Grande do Norte e Santa Catarina) possuem maiores números também, ou especificamente, na produção aquícola marinha, devido ao desenvolvimento da atividade da carcinicultura (MPA 2010; 2011).

Em 2009, o estado produziu 121.255 mil toneladas, sendo 101.224 mil toneladas pela pesca extrativa e 20.031 mil toneladas pela aquicultura, representando 84% e 16%, respectivamente, da produção total do estado (Tabela 6).

Tabela 6. Produção da Atividade Pesqueira no estado da Bahia em 2009

Total (t)	Pesca (t)		Aquicultura (t)	
	Marinha	Continental	Marinha	Continental
121.255	83.537	17.687	6.023	14.008

Fonte: MPA; 2010; 2011.

Podemos observar, de acordo com a tabela 6, que essa produção advém em sua maioria da pesca extrativa, principalmente a marinha que, em 2009, representou 68% do total produzido no estado, e 82% da produção da pesca extrativa.

Como no estado não há ocorrências da pesca industrial, a produção extrativa se dá basicamente pela pesca artesanal. De certa forma, reforça a afirmativa de que o desenvolvimento da atividade e a segurança das condições naturais do ambiente em que esta se desenvolve são de suma importância para a permanência da atividade e sobrevivência das comunidades que a realizam.

No que tange à atividade aquícola do estado, segundo a Bahia Pesca¹⁶, a atividade se divide em marinha e continental, sendo a marinha constituída exclusivamente pela atividade da carcinicultura, como podemos observar na figura 8.

¹⁶Entrevista com funcionários da Bahia Pesca. Pesquisa de Campo. Setembro de 2011.

Figura 8. Regionalização da Aqüicultura Brasileira.

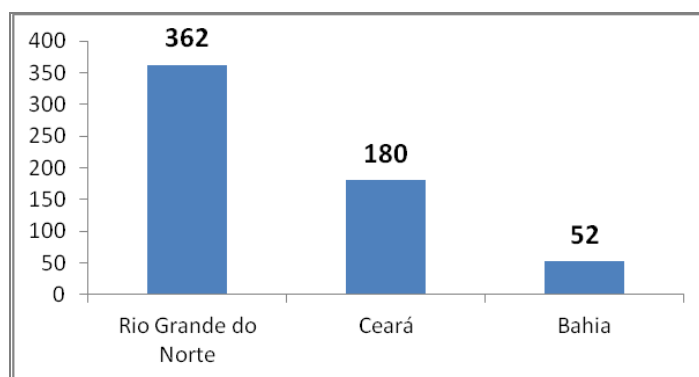


Fonte: MPA, 2011.

De acordo com a ABCC, os três estados com maior produção no Brasil são: Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia, com 362, 180, 52 empreendimentos respectivamente (Gráfico 5).

Com base na tabela 6 e no gráfico 5, podemos observar que, embora o estado da Bahia seja considerado o 3º maior produtor de carcinicultura do país, a atividade representa somente 30% a produção aquícola total do estado e 5% da produção pesqueira total do mesmo.

Gráfico 5. Quantitativos de empreendimentos existentes nos três estados com maior produção de carcinicultura do Brasil.



Fonte: ABCC, 2010; 2011; Bahia Pesca, 2011.

No que tange à produção aquícola continental, esta foi responsável, em 2009, por 70% da produção aquícola do estado. Segundo a Bahia Pesca, essa produção se dá principalmente pela produção de Tilápia e em mínima proporção pela produção de Tambaqui.

Nesse contexto, cabe destacar que, embora a carcinicultura não apareça de forma expressiva nos dados quantitativos de produção da atividade pesqueira do estado, esta, desde sua implantação, tem sido o alvo de diversas discussões e estudos na sociedade como um todo. Pois, conforme já abordado no segundo capítulo, os empreendimentos são inseridos em sua maioria em áreas de manguezais, ocasionando diversos impactos ambientais e sociais, principalmente para as comunidades tradicionais que residem e desenvolvem suas atividades de pesca e mariscagem nessas áreas.

Os espaços utilizados e apropriados pelos pescadores artesanais – compreendidos aqui como territórios da pesca artesanal –, ao serem ocupados pelas fazendas de carcinicultura, muitas vezes têm suas condições naturais modificadas e comprometidas, desestruturando as comunidades e comprometendo a sua própria sobrevivência.

Estas novas condições levam por um lado as comunidades a reivindicarem e lutarem pela defesa e permanência de seus territórios pesqueiros, e por outro à realização de estudos acerca dos impactos dessa atividade e suas consequências para as comunidades locais.

Temos como objetivo, no presente capítulo, analisar e compreender a espacialização da atividade pesqueira no estado da Bahia, sua organização institucional e suas características produtivas, a partir do mapeamento das atividades da pesca artesanal e da carcinicultura.

4.1 A PESCA ARTESANAL

Sou pescador artesanal sim, com muito orgulho. A gente tem uma vida de luta, de trabalho e de muita força para manter nossa pesca nos dias de hoje. Se a gente luta é porque a gente gosta e é feliz com o que faz.

(Pescador - Bahia¹⁷)

O desenvolvimento da atividade da pesca artesanal na Bahia é de suma importância para diversas comunidades tradicionais existentes no estado, pois esta é muitas vezes a única fonte de renda familiar.

De acordo com os dados do Registro Geral da Pesca (RGP)¹⁸, de 2010, o estado possui 109.396 mil pescadores cadastrados, sendo 54.991 mil do sexo masculino e 54.405 mil do sexo feminino, representando cerca de aproximadamente 50,2% e 49,7% respectivamente do total (tabela 7).

A tabela 7 apresenta o número de pescadores cadastrados por unidade da federação e por sexo. Como podemos observar, o estado da Bahia ocupa o segundo lugar na região Nordeste em quantidade de pescadores cadastrados e o terceiro lugar no país.

Segundo o MPA – BA, no ano de 2011, o quadro baiano não é muito diferente do de 2010. O número de pescadores cadastrados no RGP do estado foi de 113.377 mil, com um aumento de 3.981 mil em relação a 2010.

Podemos observar, na tabela 7, que a Bahia possui um significativo quantitativo de pescadores cadastrados no RGP. Cabe destacar que, segundo o MPA – BA e o MPP, há diversos pescadores distribuídos pelo país que não são cadastrados no RGP, como também muitos têm sua licença suspensa. Segundo o MPA, dentre os fatores de suspensão da licença está o fato de que alguns possuem vínculo empregatício, outros recebem algum tipo de benefício previdenciário, dentre outros.

¹⁷Depoimento de um pescador do estado da Bahia, em trabalho de campo, Julho de 2011.

¹⁸ O Registro Geral da Pesca (RGP) é um cadastro realizado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) que serve, dentre outros, para ter o controle da atividade no país. Este concede ao pescador profissional uma carteira que lhe dá o direito a exercer a atividade da pesca e dá acesso aos benefícios disponibilizados pelo Governo Federal, a exemplo do Seguro Defeso. A estatística pesqueira realizada pelo MPA é realizada com base nesse cadastro.

Tabela 7. Quantitativo de Pescadores cadastrados no RGP – 2010.

Região e Estados	Pescadores Cadastrados no RGP - 2010		
	Masculino	Feminino	Total
BRASIL	504.678	348.553	853.231
NORTE	198.386	132.363	330.749
Acre	4.708	2.829	7.537
Amapá	7.522	6.097	13.619
Amazonas	44.792	20.121	64.913
Pará	128.320	64.936	223.501
Rondônia	4.181	2.973	7.154
Roraima	4.729	3.033	7.762
Tocantins	4.134	2.129	6.263
NORDESTE	200.460	172.327	372.787
Alagoas	13.566	15.403	28.969
Bahia	54.991	54.405	109.396
Ceará	21.957	5.960	27.693
Maranhão	56.303	60.208	116.511
Paraíba	16.141	5.960	22.101
Pernambuco	4.532	4.064	8.596
Piauí	14.419	6.034	23.453
Rio Grande do Norte	9.510	6.472	15.982
Sergipe	9.041	11.045	20.086
CENTRO-OESTE	11.340	5.012	16.352
Distrito Federal	175	13	188
Goiás	1.690	1.021	2.711
Mato Grosso	6.022	2.058	8.080
Mato Grosso do Sul	3.453	1.920	5.373
SUDESTE	55.816	19.109	74.925
Espírito Santo	9.226	7.229	16.455
Minas Gerais	16.343	5.824	22.170
Rio de Janeiro	9.821	1.191	11.012
São Paulo	20.423	4.865	25.288
SUL	23.676	19.742	58.418
Paraná	6.850	3.495	10.345
Rio Grande do Sul	12.177	4.568	16.745
Santa Catarina	19.649	11.679	31.328

Fonte: MPA, 2011.

Adaptação: Kássia Rios, 2011.

Conforme abordado no segundo capítulo, a atividade pesqueira possui atualmente como órgão gestor o MPA, responsável pelo funcionamento e controle do RGP. Além do Ministério, os pescadores encontram-se organizados em outras instâncias (Federações, Colônias, Associações, dentre outros), que vão desde a escala nacional às escalas locais.

Nesse momento, torna-se necessário analisar como se dá a organização político-institucional dos pescadores artesanais do estado da Bahia.

4.1.1 Organização político-institucional do estado

A organização institucional da atividade pesqueira na Bahia em nível federal se dá pelo MPA, representado através da Superintendência Federal do Estado. Porém, conforme abordado no capítulo 2, há outras organizações que atuam nesse processo, a exemplo das organizações de representação profissional.

Esta última atua em nível estadual através da Federação dos Pescadores e Aquicultores do Estado da Bahia (FEPESBA). É responsável pela organização das 80 Colônias existentes no estado¹⁹. No estado existem também 7 Cooperativas de Pescadores e Marisqueiras e 7 Sindicatos, ambos atuando na representação profissional da classe.

Segundo o presidente da FEPESBA, a Federação funciona como órgão representativo de classe e tem como principal função auxiliar e representar os pescadores na luta por seus direitos sociais, pela melhoria de suas atividades, dentre outros.

Porém, segundo alguns pescadores do MPP – BA, a relação com a FEPESBA é bastante complexa, pois a mesma reforça o caráter representativo de algumas Colônias existentes no estado.

Para eles as nossas organizações não servem de nada, não devem ser vistas nem reconhecidas. Para eles, o único órgão representativo dos pescadores deve ser as colônias. Mas se muitas colônias não agem de acordo com nossos interesses, o que vamos fazer? Por isso nós nos organizamos de outras formas e lutamos por nossos direitos. Em alguns lugares até a relação das Colônias com a Federação é complicada, dependendo da postura que assumem (Pescador – Bahia²⁰).

Podemos observar, na relação entre pescadores e FEPESBA, as mesmas características e conflitos existentes desde a criação das primeiras Colônias que serviam mais para representar os interesses do estado do que os dos pescadores.

Esse quadro reforça a necessidade da criação de outras formas de organização e representação dos pescadores artesanais do estado. Tal fato é confirmado quando observamos que os pescadores artesanais vêm desenvolvendo outras formas de organização, diferente das Colônias e das organizações de representação profissional.

¹⁹Esse quantitativo refere-se às Colônias cadastradas no MPA no ano de 2011.

²⁰ Depoimento de um pescador do estado da Bahia, em pesquisa de Campo, realizada em 2011.

Uma dessas formas, conforme já citado, são as Associações de Pescadores, que nos últimos anos aumentaram no estado em aproximadamente 90%. Essas são criadas com o objetivo de suprir as inúmeras lacunas deixadas pelas demais organizações e que trabalharemos no item a seguir. No estado da Bahia, 154 Associações encontram-se cadastradas no MPA em 2012.

Na figura 9, podemos observar como as Associações, Colônias, Sindicatos e Cooperativas estão espacializadas no estado. Ao total existem no estado 80 Colônias, 154 Associações, 7 Cooperativas e 7 Sindicatos (MPA, 2012).

As Colônias e Associações encontram-se situadas principalmente no Recôncavo Baiano, com destaque também para os municípios localizados no litoral sul do estado e próximos ao rio São Francisco. Em relação às Associações existentes no interior do estado, de acordo com Kuhn, estas estão “provavelmente articulando pescadores e aquicultores de rios e barragens” (KUHN, 2009, p.79).

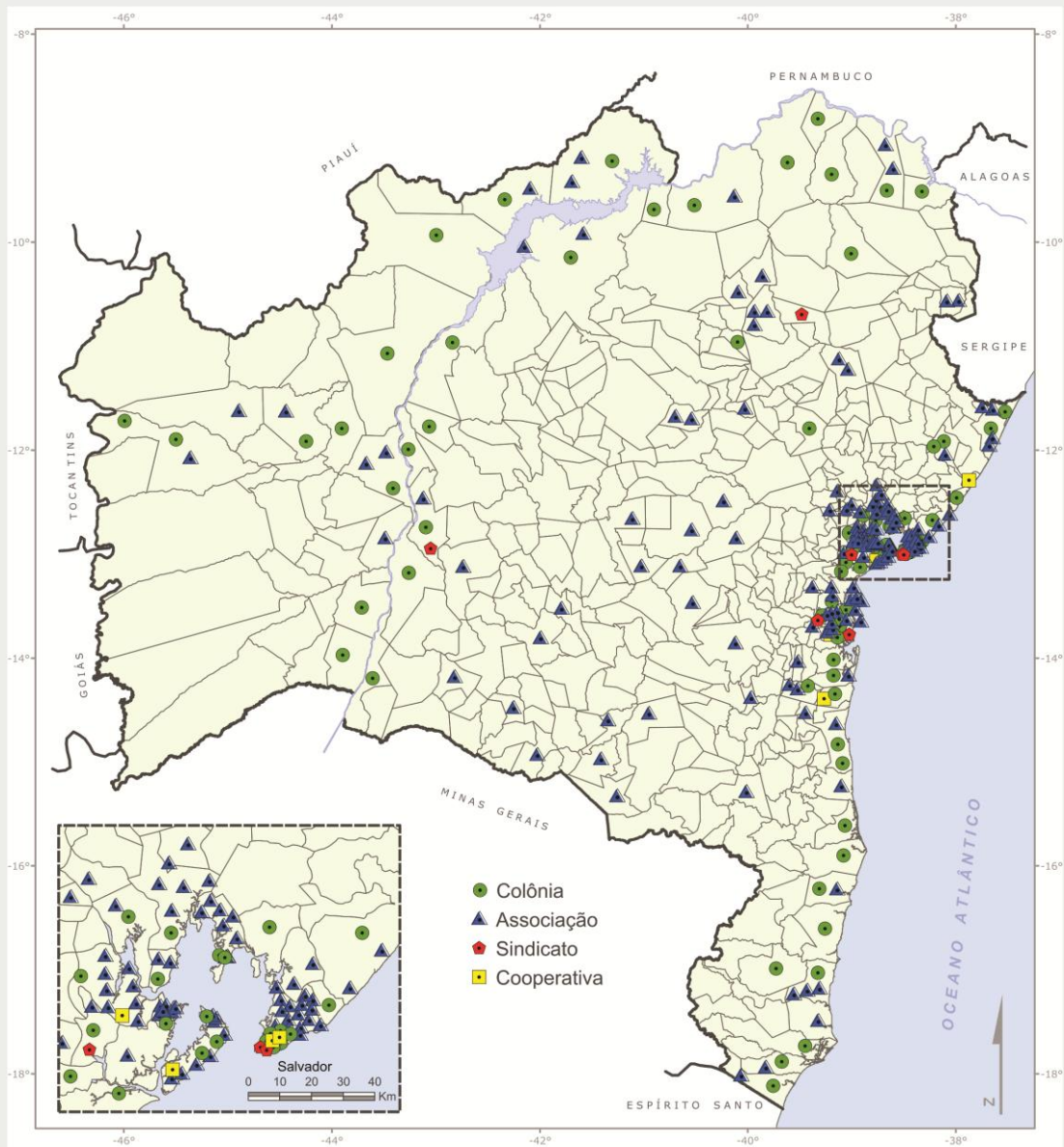
As Cooperativas encontram-se situadas principalmente no litoral baiano. Estas que, em sua maioria, são de comercialização, compram os pescados na mão dos pescadores e revendem aos diversos compradores com que a mesma possui contato. Quanto aos Sindicatos, cinco dos sete existentes se concentram também no Recôncavo Baiano e no litoral. De acordo com o presidente do Sindicato dos pescadores, marisqueiras e assemelhados de Plataforma, com sede em Salvador (BA), os Sindicatos atuam como órgãos de classe dos trabalhadores e

Foram criados para dar suporte aos pescadores que estavam desagregados das colônias, uma vez que não há colônias em todos os municípios e muitas delas não expõem diretamente os direitos dos pescadores. Assim esses pescadores são cadastrados nos sindicatos e, a partir disso, têm direito à aposentadoria, seguro defeso, as pescadoras a salário maternidade, dentre outros direitos (Entrevista – Pesquisa de campo, 2012).

Segundo o mesmo, os pescadores que são cadastrados nos sindicatos não são cadastrados nas Colônias e vice-versa. Estes possuem um número de matrícula nos Sindicatos que é utilizado para seu cadastramento junto ao MPA, à Caixa Econômica, à Receita Federal, ao INSS, dentre outros órgãos.

FIGURA 9

**COLÔNIAS, ASSOCIAÇÕES, SINDICATOS E COOPERATIVAS DE PESCADORES POR MUNICÍPIO, 2012
ESTADO DA BAHIA**



Fonte: MPA, 2012.
Base cartográfica. SRH, 2004.
Elaboração: Projeto GeografAR, 2012.
Obs: Localizações dos dados não georreferenciadas.

0 60 120 180 240 Km

Se compararmos os dados do ano de 2011 com os dados do ano de 2007, quando havia no estado 74 Colônias, 88 Associações, 2 Sindicatos e 1 Cooperativa, observaremos que o maior crescimento das organizações se deu nas Associações, nos Sindicatos e nas Cooperativas (Projeto GeografAR, 2008).

Tabela 8. Colônias, Associações, Sindicatos e Cooperativas existentes no estado da Bahia em 2007 e 2012.

Tipo	Nº em 2007	Nº em 2012
Colônia	74	80
Associação	88	154
Sindicato	2	7
Cooperativa	1	7

Fonte: GeografAR, 2008; MPA, 2012.

O aumento nas Colônias se deu pelo acréscimo destas em municípios que não existiam anteriormente: Serra do Ramalho, Curaçá, Ponto Novo, Abaré, Wanderley e Chorrocho. Provavelmente os pescadores dessas regiões não eram cadastrados em Colônias ou eram cadastrados em Colônias situadas nas proximidades.

Cabe destacar que existem diversos pescadores no estado da Bahia que, mesmo tendo Colônias situadas em seus municípios de moradia e trabalho, cadastram-se em Colônias situadas em municípios vizinhos.

Ao analisar as Associações, observamos que estas tiveram um crescimento significativo em quatro anos (66 associações). Esse acréscimo se deu principalmente pela necessidade de outros órgãos de representatividade por parte dos pescadores, devido às contradições existentes entre pescadores e Colônias de alguns municípios. Muitos pescadores encontravam-se insatisfeitos com a atuação das Colônias, uma vez que estas na maioria das vezes colocavam em segundo plano as necessidades e os interesses dos pescadores.

Uma característica importante nesse período relatada pelos pescadores foi o crescimento e a união do MPP, em que muitos pescadores passaram a tomar conhecimento de seus direitos e foram incentivados a lutar por esses. Assim, a insatisfação por parte de algumas comunidades com as Colônias fizeram com que novas Associações fossem criadas, com o objetivo de dar o suporte de que os pescadores precisavam, representando-os frente aos seus direitos e buscando melhorias sociais para as comunidades.

Outros fatores que também contribuíram para esse crescimento foi a criação de Associações em municípios onde não existem Colônias – devido à necessidade de um lugar onde os pescadores pudessem se reunir e pensar juntos melhorias para o desenvolvimento da

atividade e da comunidade – e a criação de outras Associações em municípios onde já existem as mesmas, principalmente no Recôncavo Baiano e no litoral do estado, com destaque para os municípios de Salvador (16 Associações), Salinas da Margarida (7 Associações), Valença (4 Associações), Vera Cruz (5 Associações) que tiveram mais Associações criadas.

Cabe destacar que alguns desses municípios também têm sofrido nos últimos anos diversos impactos relacionados à inserção de atividades industriais em seus territórios pesqueiros. Daí, também, pensarmos a criação de algumas dessas Associações como estratégias de organização e luta pelos direitos dos pescadores artesanais.

Em relação às Cooperativas, no ano de 2007, existia somente uma no município de Entre Rios. Nos dados do ano de 2011, destacamos a criação de mais 6 organizações nos municípios de Salvador (2), Ituberá, Itacaré, Maragojipe e Vera Cruz. Já os Sindicatos foram criados mais 5, nos Municípios de Salvador (onde já existia um), Nazaré, Cansanção, Paratinga e Taperoá.

No estado da Bahia, outra forma de organização que vem ganhando um amplo destaque nas lutas e conquistas realizadas pelos pescadores é o MPP, uma organização social, conforme já citado, que surgiu no ano de 2009, após a desarticulação com o MONAPE.

O MPP atua na Bahia através de sua representação estadual – o Movimento dos Pescadores e Pescadoras - Bahia (MPP-BA) –. Essa atuação vem sendo desenvolvida em rede, principalmente nos territórios de identidade: Sertão São Francisco; Velho Chico, Extremo Sul, Litoral Sul, Baixo Sul, Recôncavo, Metropolitana de Salvador e Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte. Inserindo nestes as Ilhas de Maré, dos Frades, Itaparica, dentre outras, como podemos observar na figura 10, que traz a espacialização da atuação do MPP-BA nos territórios de identidade da Bahia.

Cabe destacar também a existência das articulações locais, constituídas pelas comunidades que estão espacialmente próximas, a exemplo da Articulação Subaé, Articulação Local do Iguape e Articulação Local Norte da BTS, dentre outras que desenvolvem estratégias de articulação e atuação nas comunidades que compõem a referida articulação, a partir das necessidades locais.

Nesse sentido, o MPP – BA vêm atuando em rede no estado, articulando os territórios de identidade envolvidos e os municípios inseridos nestes, promovendo ações que visem a uma melhor organização e representatividade dos pescadores artesanais, fazendo a articulação interna dos pescadores do estado, assim como da Bahia com os demais estados integrantes do Movimento. Esse modelo de articulação em rede é sugerido e adotado pelo MPP em suas representações em todos os estados integrantes do mesmo.

FIGURA 10



Além das reuniões nos estados, são realizadas sempre reuniões da coordenação nacional, onde os representantes dos estados apresentam as situações atuais dos mesmos, as dificuldades e as estratégias pensadas, dentre outras, para que sejam discutidas com todo o movimento. Na organização dos estados, esse quadro de representantes é ampliado, visando a uma melhor gestão e participação dos pescadores no Movimento.

Conforme apontado no capítulo 2, além da atuação das organizações sociais, a atividade pesqueira no Brasil conta com o auxílio de algumas organizações de assessoria e apoio, a exemplo do CPP.

No estado da Bahia, a atuação do CPP inicia-se no Vale do São Francisco, em 1980. Inicialmente nos municípios em torno da barragem do Sobradinho e posteriormente em outras regiões do Vale, articulando as comunidades na luta pela revitalização do rio São Francisco.

No ano de 2000, o CPP amplia sua atuação para o litoral da Bahia, a partir de um diagnóstico realizado nas regiões de Maragogipe e Ilha de Maré, o que caracterizou os conflitos existentes na região e possibilitou uma articulação junto às comunidades tradicionais pesqueiras ali existentes. Foram posteriormente realizados cursos de capacitação / formação de multiplicadores.

[...] o CPP está desenvolvendo um projeto denominado Curso de Capacitação de Multiplicadores sobre Direitos Trabalhistas e Previdenciários. Trata-se da formação de 25 lideranças em cada comunidade, e tem por finalidade desencadear um processo organizativo mais orgânico entre estas comunidades. Neste sentido o CPP prioriza a parceria com organizações locais nas comunidades de pescadores (Trecho do Relatório da Assembléia de Fundação da Regional Bahia do CPP, 2001, p. 8-9).

As atividades do CPP junto às comunidades se dão de forma bastante articulada, são realizados cursos de agentes multiplicadores, que têm por objetivo formar lideranças para que estas possam trabalhar em suas bases questões sobre a legislação pesqueira, direitos dos pescadores (as) artesanais, educação ambiental e práticas pesqueiras.

A CPP-Regional Bahia tem como objetivo também assessorar as comunidades na luta por políticas públicas, nos conflitos com empresários, na preservação do meio ambiente, estimular suas organizações, dentre outros.

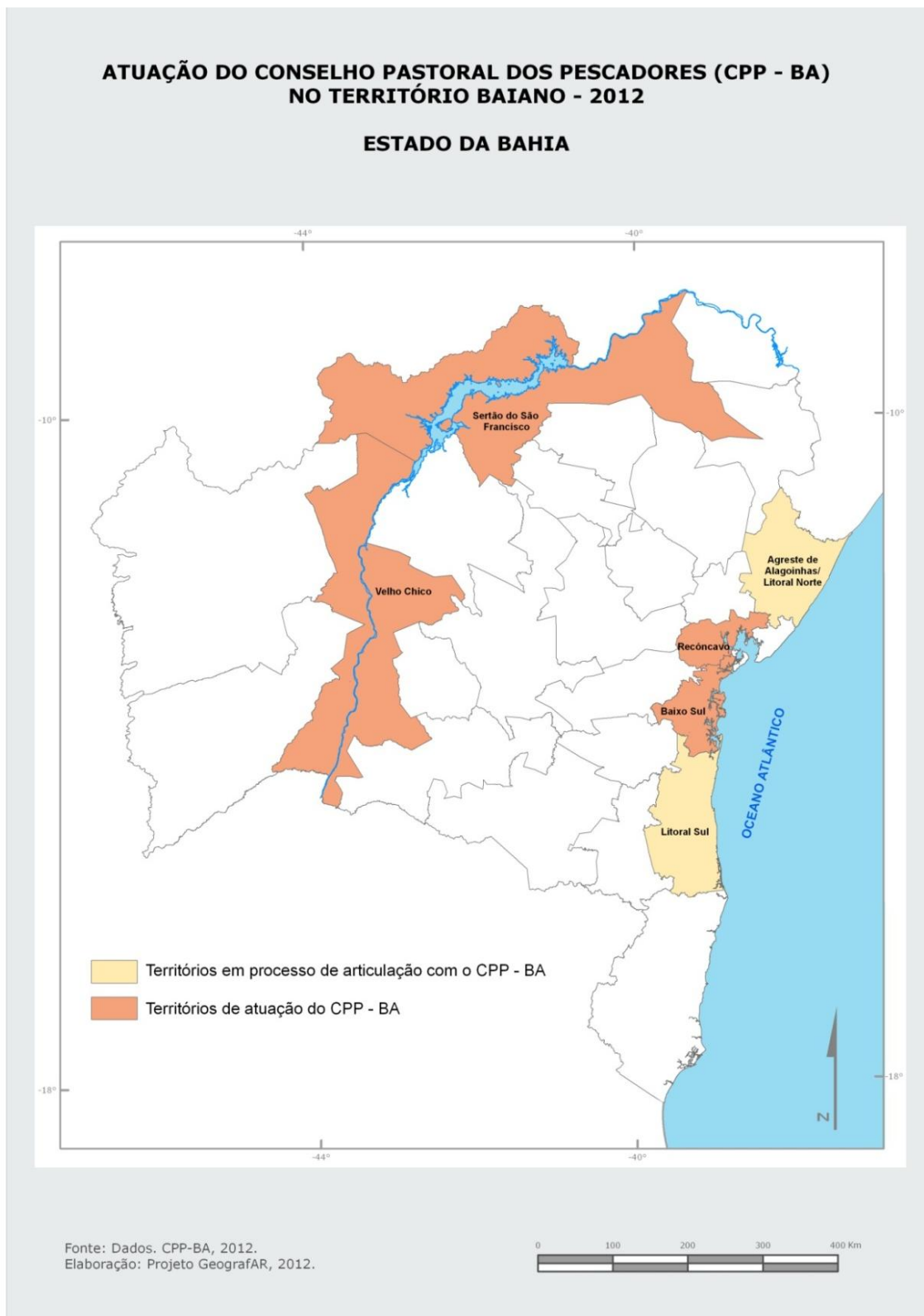
Em entrevista com um dos agentes do CPP, o mesmo relatou que os temas a serem discutidos e trabalhados nos cursos oferecidos pelo CPP se dão a partir das necessidades das comunidades; estas direcionam as questões a serem trabalhadas. A partir da demanda das comunidades são pensadas estratégias de apoio a estas e montados projetos de atuação nas comunidades (Entrevista com Agente da CPP - BA – 2011).

Assim esses “animadores comunitários” têm o papel de fortalecer as relações na comunidade à qual pertencem, agregando mais pescadores na luta e conscientizando-os de seus direitos e deveres.

Atualmente, o CPP vem atuando nos territórios de identidade do sertão do São Francisco, Velho Chico, do Recôncavo e do Baixo Sul. Mas também vem buscando articulações junto às comunidades do litoral norte e do litoral sul, como podemos observar na

figura 11, que apresenta a espacialização das áreas de atuação do CPP na Bahia, a partir dos territórios de identidade, em 2012, além dos territórios que se encontram em processo de articulação.

FIGURA 11



A organização político-institucional da atividade pesqueira na Bahia encontra-se estruturada a partir das organizações institucionais representadas pela Superintendência de Pesca e Aquicultura do Estado da Bahia, pelas organizações de representação profissional, através da FEPEBA, das Colônias de pesca existentes no estado, assim como pelas Cooperativas e pelos Sindicatos (figura 12).

No âmbito da organização social, existem as Associações de pesca, o MPP- BA, a partir do qual existem as articulações locais, dentre outras. Essas atuam com o auxílio de algumas organizações de assessoria e apoio, a exemplo do CPP, que é representado no estado através da regional Bahia.

Figura 12. Organização político - institucional da Atividade da Pesca Artesanal no Estado da Bahia.



Elaboração: Kássia Rios, 2011.

Podemos observar que a atividade da pesca artesanal no estado da Bahia encontra-se organizada a partir de uma atuação interescalar, com destaque para as organizações sociais e de apoio que vêm atuando no estado enquanto órgãos de representação dos pescadores em diversas lutas.

Cabe destacar que, segundo os pescadores do MPP, a relação entre essas organizações na maioria das vezes é conflituosa, pois há divergência em alguns interesses. Além disso, os pescadores questionam que as suas reais necessidades e dificuldades, na maioria das vezes, não são colocadas em pauta nas reuniões, na elaboração de políticas públicas e na destinação de incentivos para o desenvolvimento da atividade da pesca artesanal.

Uma das questões que mais tem causado impactos aos pescadores artesanais da Bahia é a inserção de empreendimentos industriais (turísticos, aquicultura, portuária, dentre outras) em seus territórios. Nesse sentido, as organizações sociais e de apoio têm auxiliado e representado os pescadores em ocupações, passeatas, audiências, dentre outras e além disso promovem frequentes seminários no âmbito nacional, regional e local para discutir as dificuldades enfrentadas pelos pescadores e articular estratégias e realizar palestras, oficinas e cursos de formação com os pescadores artesanais, visando a uma melhoria nas condições de desenvolvimento de suas atividades.

Assim a espacialização da atividade no estado vai sendo desenhada tanto pela distribuição dos pescadores pelo território, como pela atuação dessas organizações, dentre outras características. Tal afirmativa pode ser observada inicialmente através da atuação do MPP-BA em rede pelo território baiano (Figura 10), assim como será completada no próximo tópico, em que analisaremos a espacialização da atividade da pesca artesanal no estado da Bahia.

4.1.2 Espacialização da pesca artesanal no Estado

O estado da Bahia, de acordo com os dados do MPA, possui atualmente 113.377 mil pescadores cadastrados na RGP, com participação significativa das mulheres, conforme abordado anteriormente (MPA, 2011). Segundo o MPP, esse fato se dá principalmente pela constante inserção das mulheres nas atividades que garantem o sustento econômico das famílias. Muitas delas adquirem os conhecimentos com suas mães, pais e avós, colocando-os em prática ainda jovens. Como muitas famílias têm somente a pesca artesanal como fonte de renda familiar, junta-se à cultura herdada dessas comunidades tradicionais a necessidade do desenvolvimento da atividade para garantir sua sobrevivência.

Conforme trabalhado no segundo capítulo, quando abordamos a atividade da pesca artesanal, estamos inserindo também a atividade da mariscagem, praticada principalmente pelas mulheres. Porém, cabe destacar que as atividades desenvolvidas pelas mulheres não se restringem à captura de mariscos, ao beneficiamento de produtos. Em muitos casos, há presença de mulheres na pesca em alto mar, junto aos pescadores.

A antiga concepção de que a pesca era atividade somente dos homens foi transformada, principalmente, após o reconhecimento próprio das mulheres enquanto

pescadoras artesanais. Pois, a partir desse reconhecimento particular, estas passaram a ocupar seu papel na luta e na defesa dos seus direitos frente à sociedade.

Atualmente, esse reconhecimento ainda é pequeno, frente à importância das mulheres no desenvolvimento da atividade, mas as pescadoras vêm ganhando um importante espaço nos principais movimentos e organizações da atividade no país. Na Bahia, podemos destacar a presença de diversas mulheres ativas no MPP – BA, nas Associações, dentre outras organizações, a exemplo das comunidades tradicionais pesqueiras de Ilha de Maré, Acupe, São Francisco do Paraguaçu, dentre outras.

No que tange à idade dos pescadores baianos, com base nos dados estatísticos do MPA, a Bahia possuía, em 2010, a maior parte dos pescadores cadastrados com faixa etária de 30 a 39 anos, com 31.802, representando 29% do total. Outra característica importante é a participação dos pescadores na faixa etária de 60 a 69 anos, com 4.175 mil pescadores, representando 3,8% do total (tabela 9).

Tabela 9. Faixa etária dos pescadores baianos cadastrados no RGP em 2010.

Faixa etária	Nº de Pescadores	% do total
< 20 anos	500	0,457
20 - 29 anos	23.981	21,92
30 - 39 anos	31.802	29,07
40 - 49 anos	29.150	26,64
50 - 59 anos	19.586	17,90
60 - 69 anos	4.175	3,81
> 70 anos	202	0,18
Total	109.396	100

Fonte: MPA, 2012.

Podemos observar a presença, embora pequena, dos pescadores com idade inferior aos 20 anos, como também superior aos 70 anos. Esses dados são confirmados quando observamos alguns depoimentos dos pescadores do estado.

Aquí a gente pesca desde novinho, nossos pais e os mais velhos ensinam pra gente e quando a gente tá pronto para ir pro mar, a nossa responsabilidade é igual a dos outros, trazer o peixe para a família e para vender (Pescador – Bahia).²¹

A gente pesca, aprende a pescar pequeno, aprende a mexer nas redes, conhecer os peixes e tudo mais. Porque quando a gente fica adulto a gente tem que ensinar o mesmo para os nossos filhos e assim vai indo. A gente pesca até o dia que nossa saúde e a idade não deixa mais, aí ou a gente manda os outros pescar e divide ou os nossos filhos assumem o barco (Pescador – Bahia).²²

²¹Depoimento de um pescador do estado da Bahia em atividade de Pesquisa de Campo, 2010.

²²Depoimento de um pescador do estado da Bahia em atividade de Pesquisa de Campo, 2010.

Assim, os depoimentos e os números apresentados acima reforçam a afirmativa que a atividade da pesca artesanal se caracteriza por ser uma atividade que tem em seu desenvolvimento toda uma cultura, um cabedal de conhecimentos tradicionais que são passados de geração em geração e que garantem, em parte, a existência das comunidades tradicionais pesqueiras distribuídas no território baiano.

Nesse contexto é que passamos a analisar a distribuição dos pescadores artesanais do estado a partir da escala municipal. O estado da Bahia possui 417 municípios, dentre os quais, segundo dados do MPA, os pescadores artesanais encontram-se distribuídos em 101 destes, como podemos observar na figura 8, que mostra a espacialização do quantitativo de pescadores artesanais por município na Bahia (MPA, 2012).

Cabe destacar que esses dados são adquiridos a partir do cadastramento dos pescadores no RGP, portanto pode haver municípios que tenham pescadores artesanais, porém estes não estejam cadastrados na RGP.

Dos 101 municípios baianos onde há registros de pescadores artesanais, alguns destes se destacam com números significativamente superiores a outros, a exemplo do município de Xique-Xique, com 7.107 mil pescadores cadastrados, representando o maior quantitativo de pescadores por município do estado. Seguem-se a ele os municípios de Sento Sé, Salinas da Margarida, Salvador, Vera Cruz, Santo Amaro, Maragojipe, Saubara, Casa Nova, dentre outros, representando os municípios com maior quantitativo de pescadores cadastrados.

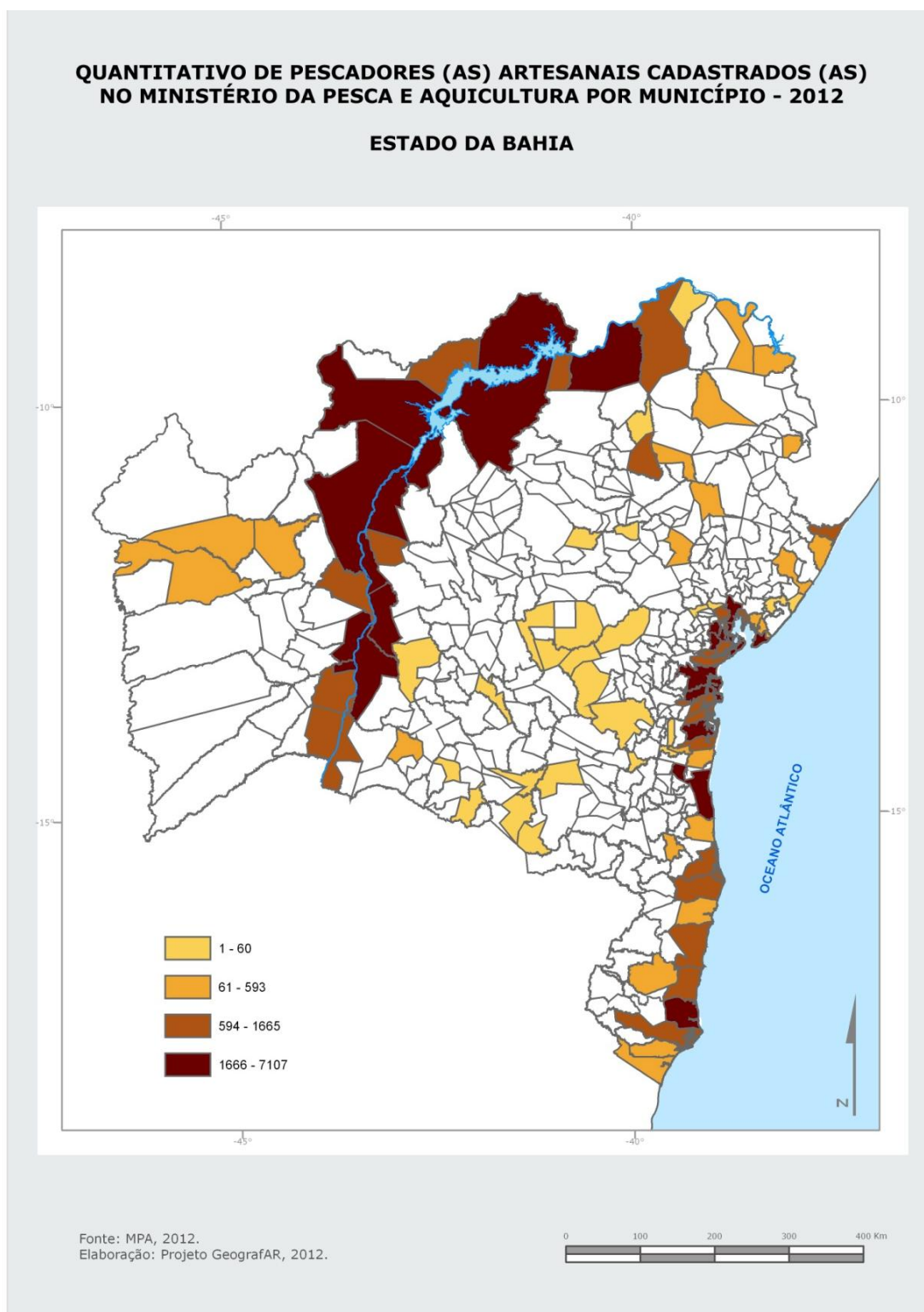
Com base na figura 13, observa-se que a maior parte dos pescadores artesanais do estado encontra-se centralizada em algumas regiões. O entorno do rio São Francisco, o Recôncavo Baiano e alguns municípios do litoral Norte e Sul, são as principais destas regiões. Tem destaque a região Metropolitana de Salvador, onde se encontram alguns dos municípios com maior quantitativo de pescadores.

Por outro lado, observamos a região sudoeste do estado com quantidades bastante inferiores às demais regiões. A exemplo dos municípios de Maracas (60 pescadores), Andaraí (13 pescadores), Rio de Contas (40 pescadores), Caraíbas (33 pescadores), Piritiba (38 pescadores) dentre outros que possuem menos de 100 pescadores cadastrados. Esses pescadores desenvolvem suas atividades ao longo dos rios que estão localizados na região, a exemplo do rio de Contas.

Outro dado importante na espacialização da pesca artesanal é a estrutura da frota pesqueira do estado. Em relação a esta estrutura existem duas fontes principais no estado, uma é o MPA - BA, que realiza essa estatística através do RGP, com o cadastramento da frota no

próprio Ministério e a outra se refere aos censos realizados pelo IBAMA em parceria com BAHIA PESCA/SEAP, dentre outras.

FIGURA 13



Os dados do MPA - BA são adquiridos através do cadastramento da frota pesqueira no RGP. Esse cadastro é realizado através da vinda do pescador ao Ministério e emissão de uma licença para a embarcação pescar.

Cabe destacar que nem todos os pescadores possuem esse cadastro, devido a fatores como: muitas comunidades pesqueiras se localizam longe do município de Salvador, onde está localizado a sede do MPA – BA, portanto, não têm condições de se dirigir até o órgão; muitos não sabem da necessidade desse cadastramento, devido à falta de campanhas informativas e de conscientização direta nas comunidades pesqueiras.

No ano de 2011, foram cadastradas no RGP apenas 3.431 mil embarcações, sendo estas classificadas em três categorias: embarcações a remo, embarcações a motor e embarcações a vela, como podemos observar no anexo 3.

De acordo com o IBAMA, o estado da Bahia possui mais de 20 mil embarcações, sendo cerca de 60% artesanais. Só na Bacia do Rio São Francisco existem 11.344 mil embarcações (IBAMA, 2008). Dessa forma, o número total de embarcações cadastradas no MPA equivale a menos de 30% do total. Essa diferença se dá principalmente em consequência da metodologia de cadastramento realizada pelo MPA (Entrevista – pesquisa de campo, 2011).

Outro fator importante é que, das embarcações cadastradas no RGP, a maioria é motorizada (2.321), representando cerca de 70% do total cadastrado no MPA. E no estado, mais de 60% das embarcações são a remo, o que amplia o quadro das embarcações não cadastradas no estado e, portanto, não contabilizadas na estatística do MPA.

Podemos observar também que há diversos municípios que possuem comunidades pesqueiras (de acordo com a figura 13) e não aparecem nos dados de embarcações cadastradas no RGP, como também há alguns que aparecem com quantidades significativamente inferiores às existentes, a exemplo do município de Salvador que apresenta somente 150 embarcações cadastradas (MPA, 2011).

Outra fonte que destacamos na presente pesquisa são os censos que foram realizados pelo IBAMA²³, que utilizavam metodologias diferenciadas do MPA. No IBAMA, os dados são obtidos através de pesquisas diretas nas comunidades, sem a necessidade do deslocamento dos pescadores. O último levantamento realizado pelo IBAMA foi no ano de 2007, porém só tivemos acesso aos dados relacionados até o mês de junho. Dessa forma, trabalharemos com

²³Ressaltamos, conforme mencionado anteriormente, que esses censos foram realizados pelo IBAMA em parceria com a BAHIA PESCA, SEAP, dentre outros.

os dados do ano de 2006.²⁴ Ressaltamos que este aborda principalmente os municípios litorâneos do estado.

De acordo com a tabela 10, o estado da Bahia contava com 11.429 mil embarcações no ano de 2006, classificadas em 9 categorias: bote a remo, canoa a remo, bote de alumínio, jangada, barco a vela, bote motorizado, canoa a motor, saveiro e lancha industrial pequena; com destaque para a canoa a remo (6.519 mil) que representa mais de 50% da frota pesquisada no estado.

Em seguida temos os saveiros (2.575 mil), botes a remo (1.101 mil), botes motorizados (562), barcos a vela (238), jangada (201), bote de alumínio (201), canoa a motor (31) e lancha industrial pequena (1), nessa respectiva ordem, como podemos observar na tabela 10.

Tabela 10. Quantidade e tipo de embarcações do estado da Bahia em 2006.

Tipo de embarcação	Quantidade
Canoa a remo	6.519
Saveiros	2.575
Botes a remo	1.101
Botes morotizados	562
Barcos a vela	238
Jangada	201
Bote de Alumínio	201
Canoa a motor	31
Lancha industrial pequena	1
Total	11.429

Fonte: IBAMA, 2007.

No que tange à distribuição por municípios, destacamos Salvador com o maior quantitativo de embarcações (1.648 mil) seguido dos municípios de Maragogipe (936) e Camamu (688) (IBAMA, 2007). Podemos observar que os municípios de Salvador e Camamu, destacados como os principais em termos de quantitativo de embarcações do estado, aparecem no cadastro do MPA com números significativamente inferiores, resultado das diferentes metodologias utilizadas na formação do banco de dados. Quanto ao município de Maragogipe, este não aparece no cadastro do MPA.

Cabe destacar que, para trafegar, essas embarcações precisam estar inscritas na Marinha, onde as embarcações ganham uma “placa” (identificação da embarcação) e uma “carteirinha” (documento/licença para navegar), com os dados de inscrição da mesma. Essa

²⁴Mas, no ano de 2008, o IBAMA publicou uma Estatística de Desembarque Pesqueiro específica dos Municípios que compõem a Baía do Rio São Francisco.

inscrição é dispensada para embarcações a vela e a remo e obrigatória para embarcações motorizadas.

No estado da Bahia, a maioria das embarcações não se encontram inscritas na Marinha e os motivos apontados pelos pescadores são: o desconhecimento da obrigatoriedade do cadastramento, a burocracia existente no processo de cadastramento e, para alguns, a distância que os mesmos têm que percorrer de seu município de origem aos postos da Marinha para a realização da inscrição. Tais fatos, de certa forma, dificultam ainda mais uma precisão na estatística da frota pesqueira do estado.

No que tange às estatísticas supracitadas, percebemos que a diferença principal entre as duas fontes é a metodologia utilizada na captação dos dados, pois no MPA o cadastramento depende da vinda do pescador ao Ministério para a realização do cadastro e, nos censos do IBAMA, são feitas visitas diretas às comunidades pesqueiras. Essa diferença reflete diretamente nos números finais.

Dessa forma, podemos observar que a estatística pesqueira aparece como um grande desafio aos seus órgãos gestores e à criação de políticas voltadas ao setor, pois revela a necessidade urgente de um levantamento estatístico preciso e com uma metodologia diferente da que vem sendo adotada atualmente pelo MPA.

Tais mudanças seriam estratégicas para a obtenção de uma estatística pesqueira concreta do estado e conseqüentemente para o desenvolvimento e aplicação de políticas no setor, principalmente em relação aos empreendimentos industriais (turística, portuária, carcinicultura, dentre outros) que vêm sendo inseridos nas áreas das comunidades pesqueiras do estado. A análise dos dados estatísticos pesqueiros é uma das formas de compreender o quanto a atividade da pesca artesanal é importante para alguns municípios e assim como um empreendimento industrial irá impactar as comunidades pesqueiras que ali vivem.

A atividade da pesca artesanal no estado da Bahia se destaca por sua importância no sustento econômico de diversas famílias, sendo a principal atividade desenvolvida como forma de garantir sua sobrevivência e reprodução social. É portanto necessária a garantia do desenvolvimento dessas atividades, bem como as condições naturais do espaço onde estas são desenvolvidas.

Não ter esses dados estatísticos, de certa forma, exime e camufla os impactos que as atividades industriais têm ocasionado nas comunidades tradicionais pesqueiras em que são inseridas, ou seja, faz desconhecer o número de pescadores que estão sendo desestruturados com a inserção dessas novas atividades, a exemplo da carcinicultura.

Nesse contexto inserimos a atividade da carcinicultura no estado, que, nas últimas décadas, vem sendo o motivo de diversos conflitos com os pescadores artesanais, visto que o seu desenvolvimento se dá principalmente nos espaços onde as comunidades pesqueiras vivem e desenvolvem suas atividades.

4.2 A CARCINICULTURA

Quando a gente vai pescar só vê esses cativeiro... em tudo quanto é lugar tem esses cativeiro, é na Bahia, no Ceará e eles tão aumentando, é cada viveiro grandão.. Aqui na Bahia, mesmo tem um monte deles..nas comunidades sempre o povo fala deles.

(Pescador – Bahia)²⁵

A atividade da carcinicultura que foi implantada no país na década de 1970, a partir de 1990 tem um processo de expansão principalmente no litoral nordestino, visto que a atividade passava de um cultivo extensivo, com baixa densidade para um desenvolvimento intensivo, com o aumento das áreas de produção e altos índices de produtividade e rentabilidade, fatores determinantes para o desenvolvimento da carcinicultura no país.

Se observarmos a tabela 11, perceberemos que em 2004 o Brasil contava com 997 produtores de camarão em viveiro, representando uma área de 16.598 mil hectares. Desse total mais de 70% dos hectares se encontravam nos estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia, os maiores produtores de camarão do país.

Tabela 11. Quadro Geral da Carcinicultura Brasileira por Estado em 2004.

Estado	Nº de Produtores		Área		Produção		Produtividade (Kg/ha/ano)
	Nº	%	ha	%	Ton	%	
RN	381	38,2	6.281	37,8	30.807	40,6	4.905
CE	191	19,2	3.804	22,9	19.405	25,6	5.101
BA	51	5,1	1.850	11,1	7.577	10,0	4.096
PE	98	9,8	1.108	6,7	4.531	6,0	4.089
PB	68	6,8	630	3,8	2.963	3,9	4.703
PI	16	1,6	751	4,5	2.541	3,3	3.383
SC	95	9,5	1.361	8,2	4.267	5,6	3.135
SE	69	6,9	514	3,1	2.543	3,4	4.947
MA	7	0,7	85	0,5	226	0,3	2.659
PR	1	0,1	49	0,3	310	0,4	6.327
ES	12	1,2	103	0,6	370	0,5	3.592
PA	5	0,5	38	0,2	242	0,3	6.368
AL	2	0,2	16	0,1	102	0,1	6.375
RS	1	0,1	8	0,0	20	0,0	2.500
TOTAL	997	100,0	16.598	100,0	75.904	100,0	4.573

Fonte: ABCC, 2011.

²⁵ Depoimento de um pescador do estado da Bahia. Setembro de 2011.

Em 2011, esses estados (Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia) possuíam respectivamente 362, 180, 52 produtores. Ao compararmos os dados do ano de 2004 e de 2011, destacamos uma redução no quantitativo de fazendas nos dois primeiros estados e o aumento de uma fazenda no terceiro. Quanto à diferença desses dados, ressaltamos que algumas fazendas foram desativadas ou abandonadas após o período de crise da atividade, principalmente após as enchentes ocorridas nos estados e as oscilações do câmbio, mencionadas no capítulo 01 (Bahia Pesca, 2011; ABCC, 2011).

Mas o que se destaca aqui no desenvolvimento dessa atividade é a forma com que esta se apropria da natureza e a destruição dos locais por ela apropriados.

A aquicultura marinha tem sido implantada em áreas costeiras alagadas, sobretudo em regiões tropicais e subtropicais, onde estas áreas são dominadas por florestas de mangue. A destruição de manguezais para implantação de viveiros de cultivos constitui-se, presentemente, no maior impacto ambiental decorrente da maricultura (NASCIMENTO, 1998, p.47).

A expansão da atividade da década de 1990 fez com que áreas de manguezais onde se localizam diversas comunidades tradicionais fossem ocupadas por fazendas, ocasionando assim mudanças no espaço onde as mesmas foram inseridas e trazendo implicações às comunidades que ali residem e sobrevivem da pesca e mariscagem realizadas nas áreas em torno do ecossistema.

Esse quadro pode ser observado na maioria dos estados produtores de camarão em viveiros, onde são frequentes os conflitos entre empresários e comunidades tradicionais pesqueiras. Cada vez mais, áreas de uso dessas comunidades são ocupadas pelos empreendimentos, a exemplo do estado da Bahia, terceiro maior produtor do país, que possui alguns municípios com a presença da atividade em áreas de uso de comunidades tradicionais, onde pescadores(as) reclamam que a inserção das fazendas trouxe diversas modificações no desenvolvimento de suas atividades, comprometendo até mesmo a sua sobrevivência.

Diversos estudos foram realizados no estado, caracterizando as áreas onde as fazendas estão sendo inseridas, o desenvolvimento da atividade e os impactos socioambientais decorrentes destas, a exemplo do Mapeamento dos Conflitos Sócio-Ambientais relativos à carcinicultura no estado da Bahia realizado pela Rede MangueMar Bahia, no ano de 2007, em seis municípios baianos com a presença da atividade da Carcinicultura: Canavieiras, Salinas da Margarida, Acupe - Santo Amaro, Jandaíra, Valença e Caravelas (MANGUEMARBAHIA, 2007).

Dentre as principais conclusões do mapeamento, destacam-se: (1) As fazendas de camarão instaladas na Bahia tiveram sua implantação e expansão amplamente financiadas por investimentos públicos, oriundos tanto do BNDES, como do Banco do Nordeste, sem que haja o respeito às normas ambientais vigentes. (2) As fazendas de camarão são grandes geradoras de desemprego onde se instalam, na medida em que afetam de forma direta e irreversível o prolífico ecossistema manguezal, onde se reproduzem as espécies estuarinas e marinhas que compõem a base da produção pesqueira brasileira. (3) As multas aplicadas pelas agências ambientais públicas mostram-se necessárias, porém insuficientes para proteger a população. [...] (4) A desigualdade social distintiva da sociedade brasileira se reproduz na esfera ambiental (MELLO, 2008, p. 45).

O Mapeamento também caracterizou os impactos socioambientais existentes nos municípios como decorrência da inserção das fazendas de cultivo do camarão. Exemplos desses impactos diagnosticados são: desmatamento dos manguezais, poluição das águas, conflitos diretos com os empresários, redução das espécies, caminhos modificados, dentre outros (MANGUEMARBAHIA, 2007). Esses impactos ambientais refletem diretamente/indiretamente nas comunidades pesqueiras do estado. Segundo Mello, “na Bahia, a carcinicultura em larga escala é uma das atividades que, nos últimos anos, vem agravando o quadro de injustiça ambiental relativo às populações extrativistas, isto é, pescadores e marisqueiras da zona costeira do Estado” (MELLO, 2008, p. 42).

4.2.1 O processo de ocupação do litoral baiano pela atividade da carcinicultura

A história da atividade da carcinicultura na Bahia inicia poucos anos após a implantação da atividade no Brasil. A primeira fazenda implantada no estado foi em 1979, a Fazenda Pescon localizada no município de Salinas da Margarida. Como podemos observar nas palavras da Profa. Iracema Nascimento (1982),

Atualmente a Bahia já conta com uma fazenda de camarões implantada em Salinas da Margarida, e diversas outras em fase de implantação, é um dos Estados onde essa atividade se mostra das mais promissoras (NASCIMENTO, 1982, p. 6).

A Fazenda Pescon foi construída a partir da estrutura herdada de uma salina existente no município. Possui uma área de aproximadamente 320 hectares, sendo 240 de produção, distribuídos em 13 viveiros de engorda. No início da implantação, a espécie cultivada era a *Japonicus* e somente após o sucesso com a espécie *Vannamei*, a fazenda passou a cultivá-la.

Cabe destacar que o estado da Bahia foi o primeiro a desenvolver o cultivo da espécie *Litopenaeus Vannamei*, no início da década de 1990, passando esta após alguns anos a ser cultivada em outros municípios e estados, principalmente após o domínio da produção da espécie quando alguns laboratórios passaram a produzi-la e comercializá-la. Esta espécie é hoje cultivada nas fazendas de todo o país.

No município de Salinas das Margaridas, também foi implantada nesse processo inicial a Fazenda Salinas Camarões Cultivados. Posteriormente, foi instalada no município de Valença a fazenda Maricultura da Valença, essa que ficou conhecida como a “cabeça do cultivo do *Vannamei*”, já que a mesma foi a pioneira no cultivo da espécie e a partir desta a produção e cultivo da espécie disseminou pelo país. A sua produção comercial iniciou no ano de 1992.

Atualmente, a fazenda Maricultura da Valença desenvolve todos os estágios de produção do camarão, desde a reprodução à engorda dos camarões. Possui uma área de 950 hectares, com aproximadamente 150 hectares de produção divididos em viveiros de engorda, com 10 hectares, e viveiros berçários com 1 hectare (MARICULTURA, 2011).

Outra fazenda criada durante a década de 1990 foi a Fazenda Experimental Oruabo da Bahia Pesca, uma empresa de economia mista, que faz parte da Secretaria de Agricultura. A Bahia Pesca foi criada em 1982, com o objetivo principal de fomentar a atividade pesqueira no estado. Tal fato irá corroborar para que posteriormente haja a criação de projetos de incentivo ao desenvolvimento da carcinicultura no estado.

A fazenda Oruabo está localizada no distrito de Acupe em Santo Amaro (BA) e sua instalação se deu em uma área de uma antiga salina existente no distrito. Possui 120 hectares, sendo 80 de espelhos de água, que comportam 12 viveiros de 1 a 15 hectares.

Na época, com o quadro favorável de desenvolvimento da carcinicultura no país, foi desenvolvido em Brasília um projeto de incentivo ao camarão, através de financiamentos aos empresários para o cultivo da espécie. Isto serviu de atrativo a algumas empresas do ramo da construção civil a investirem na atividade, a exemplo do Grupo OAS e do Grupo MPE. Como o setor da construção civil na época não estava em alta e de certa forma a construção dos viveiros fazia parte de rol de suas atividades, os empresários visando lucros com a carcinicultura resolveram investir na mesma.

Figura 14. Viveiros das Fazendas de Carcinicultura no Estado da Bahia.



Fonte: Bahia Pesca, 2011.

Algumas pesquisas apontam que foi nesse período que iniciam a instalação de fazendas em áreas de manguezais e/ou a ampliação da área das fazendas já existentes em direção à vegetação. Com incentivos, crédito, acompanhamento de engenheiros e/ou técnicos e lucratividade da atividade, o número de fazendas/viveiros se ampliou no estado, seja de grupos empresariais, seja de empresários particulares e/ou pequenos produtores.

Uma das empresas que se desenvolveram na época foi a Valença da Bahia Maricultura do Grupo MPE, que iniciou sua atuação na atividade da carcinicultura no estado, em 1990. Atualmente a mesma possui quatro fazendas de cultivo do camarão: a Fazenda Bahia (Valença), Fazenda Valença (Valença), Fazenda Sohagro (Valença) e a Salinas (Salinas da Margarida).

Após alguns anos de sua instalação, a Fazenda Pescon foi vendida a Maricultura e desde 1996, pertence ao GRUPO MPE (Montagens e Projetos Especiais S/A). Segundo Paiva, na Fazenda Pescon “a produção era de 100 quilos por hectare de pesca em 1978 e 1979, hoje é de três mil e quinhentos quilos, após 23 anos de operação” (PAIVA, 2001, p. 3).

Outro fator importante ao desenvolvimento da carcinicultura na Bahia foi um programa criado pela Bahia Pesca, após sua consolidação no Estado, para ampliar a atividade da carcinicultura. O governo criou um tipo de financiamento específico para o cultivo do camarão e começou a subsidiar pequenos produtores na criação de viveiros de engorda, principalmente localizados no município de Salinas das Margaridas e suas proximidades. Pois, como no município já havia laboratórios de produção de larvas do camarão, a condução destas até os viveiros era feita de forma rápida e eficaz.

Assim foram construídos vários viveiros de engorda em sequência ao outro e, quando estes entravam na fase de despesca, a água dos viveiros, rica em nutrientes, era jogada no ambiente, juntando-se a água do mar que passava em determinada direção ao longo da costa em direção aos viveiros seguintes, assim as demais fazendas pegavam águas sempre advindas dos viveiros anteriores, tal fato fez com que fosse eutrofizando a água e assim, fungos, parasitas e bactérias apareceram/aumentaram e foram reduzindo a qualidade da água que atingia os viveiros. Como consequência, houve um decréscimo da produtividade dos mesmos (Notas de entrevista – Iracema Nascimento, 2011).

Não obstante, na época, iniciou-se a contaminação de alguns viveiros com a mancha branca no país. Cabe ressaltar que essa doença já veio com a espécie *Vannamei*, porém a doença não prolifera sozinha, ela precisa de alguns fatores como a qualidade ruim das águas, dentre outros. Assim, com a eutrofização das águas nos viveiros, os vírus proliferaram mais rapidamente e se desenvolveram. Esse fato fez com que diversos viveiros fossem desativados.

Essa é uma questão levantada pela Profa. Iracema Nascimento. Sempre nos projetos de carcinicultura, há uma exigência dos órgãos gestores pela atividade no estado, da realização do tratamento da água antes de sua devolução ao ambiente, porém a maioria dos produtores nunca realiza tal procedimento, pois, para tal, teriam que ficar com os viveiros parados, diminuindo conseqüentemente sua produção e lucro.

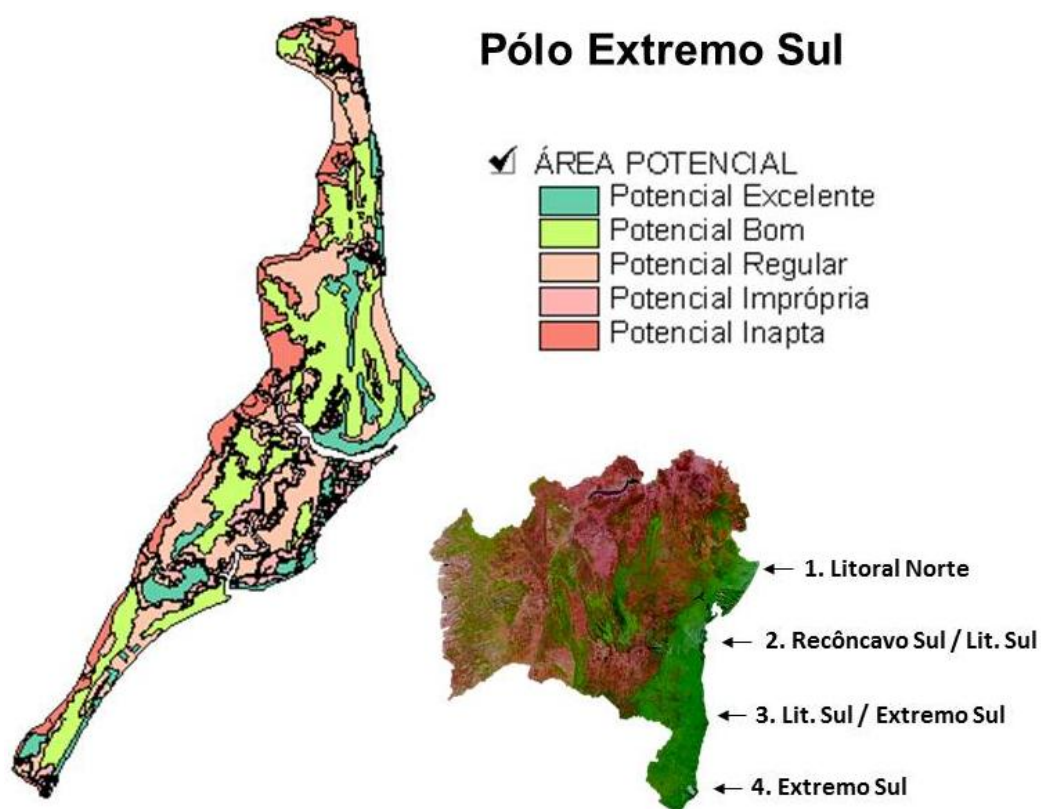
Na opinião da Profa. Iracema Nascimento, o governo propiciou a ampliação do programa de incentivo ao camarão, mas falhou ao não dar o acompanhamento técnico-científico durante todo o processo de instalação e, principalmente, no desenvolvimento da atividade (Notas de entrevista – Iracema Nascimento, 2011).

Uma característica importante no desenvolvimento da atividade foi a criação do Macrodiagnóstico do Potencial da Bahia para a Carcinicultura Marinha, feito pela Bahia Pesca, publicado no ano de 2003. Segundo a empresa, o mapeamento utilizou os processos de mapas em base digital, imagens de satélite, levantamento de campo, fotos, informações de infraestrutura e dados ambientais.

O Macrodiagnóstico identificou e dividiu o estado em quatro pólos potenciais para o desenvolvimento da carcinicultura: Litoral Norte; Recôncavo Sul/Litoral Sul; Litoral Sul/Extremo Sul e Extremo Sul. Estes foram subdivididos de acordo com seus potenciais: Potencial Excelente; Potencial Bom; Potencial Regular; Potencial Imprópria e Potencial Inapta como podemos observar no Pólo Extremo Sul na figura 15.

Dentre os resultados obtidos, destaca-se a vantagem da Bahia sobre os demais estados através da disponibilidade da área adequada para o cultivo, a presença de infraestrutura em várias destas; o preço acessível das terras, como também a presença da empresa de fomento no estado, a Bahia Pesca.

Figura 15. Áreas Potenciais do Estado da Bahia para Atividade da Carcinicultura



Fonte: Bahia Pesca, 2011. Adaptação: Kássia Rios, 2011.

Ao total foram avaliados 459.740 mil hectares; destes, 100.000 hectares foram considerados como áreas potenciais. Porém, o que se questiona é que esse Macrodiagnóstico abriu diversas áreas do estado para investimentos na atividade e dentre as áreas tidas como potenciais estão as ocupadas por comunidades tradicionais pesqueiras.

Na Bahia, observa-se um marco institucional importante, que definiu a abertura de territórios para atração de investimentos empresariais para sua região costeira: trata-

se do Macrodiagnóstico do Potencial da Bahia para Carcinicultura Marinha, lançado pela Bahia Pesca no ano de 2003. [...] O estudo em questão identifica grandes áreas de uma série de municípios, com destaque para Canavieiras e Caravelas, como ideais para a implantação de fazendas e camarão. Desse modo, a Bahia Pesca desenhou uma espécie de zoneamento econômico que **liberou territórios para o investimento de capital e expandiu a fronteira da acumulação para áreas onde predominavam atividades produtivas tradicionais, como a pesca e a mariscagem** (MELLO, 2008, p. 43) (grifo nosso).

A apropriação das áreas de uso de pescadores(as) artesanais por empreendimentos de carcinicultura vem expandindo os conflitos no litoral do estado. Pois, além de modificar o espaço das comunidades, estes muitas vezes colocam cercas em torno de seus viveiros, que por sua vez estão em áreas de mangue, dificultando assim o acesso dos pescadores a suas áreas de pesca e mariscagem.

Se observarmos as políticas públicas existentes no estado voltadas ao setor pesqueiro, perceberemos que estas privilegiam o desenvolvimento da aquicultura e que a pesca artesanal é vista sempre em segundo plano. Cada vez mais há uma valorização capitalista da terra e da água, em especial dos territórios pesqueiros. Enquanto as comunidades veem aquele espaço como de sustentabilidade de sua família, de uso coletivo da comunidade, os empresários o veem como fonte de lucro.

Como consequência, muitos pescadores estão perdendo seus territórios: áreas de mariscagem já não são mais possíveis de acesso e/ou não dão mais a quantidade e qualidade dos mariscos de antes; os caminhos já não são os mesmos, dentre outras modificações. Segundo os pescadores, “os grandes empresários e até mesmo o Estado se apropriam de suas áreas como se eles fossem invisíveis e que a pesca artesanal, por ser uma atividade tradicional, muitas vezes é tida como atrasada e sem grandes perspectivas de incentivos” (Pesquisa de Campo, 2011).

Nesse contexto, a Bahia que teve a implantação da carcinicultura na década de 1980 com o apoio e incentivo do Estado, hoje é o terceiro maior produtor de camarão em viveiro do país. Nos anos de 2008 e 2009, sua produção foi de respectivamente 6.490 e 6.023 mil toneladas (MPA, 2011).

Apesar da atividade ter passado por diversas crises nos últimos anos, o que ocasionou uma significativa redução em sua produtividade. Atrelado a esses dados, temos uma população em cerca de 200.000 mil pessoas no estado que sobrevivem direta/indiretamente da pesca artesanal. Com a forma com que a carcinicultura vem se apropriando da natureza, essa população tem o desenvolvimento de suas atividades comprometido e/ou impedido.

Atualmente, o órgão gestor da atividade da carcinicultura, assim como da atividade da pesca artesanal, é o Ministério da Pesca e Aquicultura, porém há outros órgãos responsáveis pela organização e fiscalização que vão desde a escala nacional às escalas locais.

4.2.2 Organização institucional da atividade no Estado

A atividade da carcinicultura tem como órgão gestor principal em nível nacional o Ministério da Pesca e Aquicultura, este é o responsável pela organização e/ou criação de políticas voltadas ao desenvolvimento da atividade. Nos estados, como já abordado na organização da pesca artesanal, o MPA atua através de suas superintendências federais e, no caso do estado da Bahia, temos a Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura do Estado da Bahia (SFPA – BA).

Por se tratar de uma atividade que requer o licenciamento ambiental, há no estado órgãos que, dentre suas atividades, são responsáveis pelo licenciamento e fiscalização da carcinicultura, são eles: o IBAMA e o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA). Segundo o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) em sua Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997, o licenciamento ambiental é compreendido como,

[...] procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso (CONAMA, 1997, p. 644).

Dessa forma, a carcinicultura, por se utilizar dos recursos ambientais, por cultivar uma espécie exótica e por ser considerada poluidora/degradante do meio ambiente, há para sua instalação e desenvolvimento a necessidade de uma licença ambiental. Quanto ao fornecimento dessa licença, a Resolução também aplica que o IBAMA é o órgão responsável pelo licenciamento de “empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental de âmbito nacional ou regional” (CONAMA, 1997, pág.645)(Anexo 4).

No que tange aos empreendimentos e atividades de impacto ambiental que excedam os limites municipais e localizados/desenvolvidos em mais de um município, cabe ao órgão estadual o licenciamento dos mesmos. Assim como os empreendimentos e atividades de impactos ambiental local, cabe ao órgão municipal o licenciamento dos mesmos (CONAMA, 1997).

No estado da Bahia, o órgão responsável pelo licenciamento das fazendas de carcinicultura é o INEMA, porém há casos, quando o impacto do empreendimento e/ou sua instalação resulta em interferência em grandes áreas e/ou atividades já existentes, que podem ser realizados pelo IBAMA.

O INEMA é um órgão estadual que tem trabalhado ações de Proteção ao Meio Ambiente, Biodiversidade, Recursos Hídricos e Mudanças do Clima. Este foi criado no ano de 2011, a partir da junção do Instituto do Meio Ambiente (IMA) (antigo Centro de Recursos Ambientais) e do Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ), antiga Superintendência de Recursos Hídricos (SRH) (INEMA, 2011).

De acordo com os dados obtidos junto à Bahia Pesca, a principal legislação estadual que regula atualmente a atividade da carcinicultura é a Resolução CONAMA nº 312, de 10 de outubro de 2002. Esta dispõe dentre outras, sobre o porte dos empreendimentos, sobre o sistema de cultivo (extensivo, intenso, semi-intensivo).

No estado há também a Norma Técnica NT – 001/99. Nesta são estabelecidos critérios que irão definir o licenciamento do empreendimento no estado. Na Norma Técnica, são definidos critérios, assim como na Resolução CONAMA, quanto ao tipo de cultivo (extensiva, semi-intensiva, intensiva e super-intensiva); quanto ao nível de poluição (pequeno, médio e alto); o porte do empreendimento (micro, pequeno, médio, grande e excepcional – de acordo com os hectares) e, também, a especificidade de licenciamento que a atividade necessita para seu desenvolvimento (Anexo 5). Porém, de acordo com a Bahia Pesca, a Norma Técnica NT – 001/99 não está mais sendo utilizada para classificação dos empreendimentos no estado. É, portanto, utilizada para tal atividade a Resolução CONAMA – 312/2002.

Segundo os critérios da legislação do CONAMA e da Norma Técnica anteriormente utilizada para o licenciamento de alguns empreendimentos considerados de médio a grande porte, poderão ser solicitados Estudos de Impacto Ambiental, dentre outros relatórios. Já os empreendimentos considerados de pequeno porte, podem ser licenciados através de um processo simplificado, desde que aprovado pelo Conselho Ambiental. (CONAMA, 2002)

A Resolução CONAMA nº 312, de 10 de outubro de 2002, define no Art. 4º “Para efeito desta Resolução, os empreendimentos individuais de carcinicultura em áreas costeiras serão classificados em categorias de acordo com a dimensão efetiva de área inundada” (CONAMA, 2002, pág. 2). Assim os empreendimentos são classificados em: pequeno (até 10 ha), médio (maior que 10 ha / até 50 ha) e grande (maior que 50 ha).

Cabe destacar que na classificação dos empreendimentos que era adotada pela Norma Técnica NT – 001/99 do estado da Bahia eram considerados de pequeno porte os empreendimentos de até 50 ha (o que na Resolução CONAMA se refere aos de médio porte) e os que possuem até 10 ha são considerados como de micro porte. Mas a diferença maior está nos empreendimentos considerados de grande porte: para a Norma Técnica, estes iniciam em 200 ha, enquanto para o CONAMA esses iniciam em 50 ha.

Alguns pesquisadores apontam essa diferença na classificação dos empreendimentos como uma das causas dos problemas existentes no desenvolvimento do estado, pois muitas vezes o empreendimento é classificado em uma categoria que não condiz com seu grau de impacto ao meio ambiente, nem de exigências para o licenciamento.

No que tange à fiscalização dos empreendimentos em atividade, esta compete ao IBAMA, porém segundo o INEMA, o mesmo atua em alguns casos também na parte de fiscalização dos empreendimentos, quando da solicitação do setor responsável pelo licenciamento.

Podemos observar que a atividade da carcinicultura no estado possui diversos instrumentos legais que regem o seu desenvolvimento, incluindo normas sobre as áreas permitidas para sua instalação.

A Resolução CONAMA nº 312, de 10/10/2002, traz em seu Art. 2º que “É vedada a atividade de carcinicultura em manguezal”, e complementa no parágrafo único que “A instalação e a operação de empreendimentos de carcinicultura não prejudicarão as atividades tradicionais de sobrevivência das comunidades locais”. Porém, o que se verifica é que muitas fazendas existentes no estado estão inseridas em áreas de manguezais e prejudicaram/prejudicam diversas comunidades tradicionais pesqueiras que residem e sobrevivem das atividades desenvolvidas nas áreas onde os empreendimentos são instalados. Não obstante, muitos empreendimentos não são licenciados e outros foram embargados e/ou estão pagando multas, mesmo assim estes continuam em funcionamento e alguns ainda ampliaram suas áreas de produção.

No estado, além do IBAMA e do INEMA que são responsáveis pela fiscalização e licenciamento da atividade, há também a empresa Bahia Pesca, uma empresa de economia mista, criada em 1982, vinculada à Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, que tem como objetivo fomentar a pesca e aquicultura através da implantação de projetos de natureza econômica, social e ambiental.

A Bahia Pesca atua no fomento da atividade pesqueira no estado em mais de 20 municípios, e sua sede se localiza na capital no município de Salvador. A atuação da empresa

no território baiano se dá através das estações de piscicultura, dos escritórios regionais, dos terminais pesqueiros, das unidades simplificadas de beneficiamento de pescado e da fazenda Oruabo em Acupe - Santo Amaro (BA).

Figura 16. Infraestrutura da Bahia Pesca no Território baiano



Segundo um dos gerentes da empresa, a Bahia Pesca vem atuando de forma ampla junto à atividade pesqueira no estado, além do fomento à aquicultura e pesca. A mesma realiza ações e projetos voltados à pesca artesanal, a exemplo de: repovoamento dos manguezais, desde 2008 (no distrito de Acupe e em Camamu); distribuição de 280 Kit marisqueiras e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), que são compostos por: chapéu, blusa e calça anti-UV, luva, bota, fogão, panela, mesa e pia; ampliação de sedes de Colônias de Pescadores (Municípios de Barra, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Morpará, Sento Sé, etc.), dentre outras ações.

Cabe destacar aqui que essas ações são importantes para a atividade pesqueira do estado, principalmente para a pesca artesanal, porém a forma com que algumas destas vêm se desenvolvendo não condiz com seus objetivos propostos e nem as reais necessidades dos pescadores. Por exemplo, o repovoamento dos manguezais é uma ótima iniciativa em favor do

ecossistema, porém muitos dos manguezais onde são colocados os caranguejos já não possuem o seu equilíbrio natural, muitos já estão contaminados por substâncias químicas e/ou degradados.

Além disso, muitos pescadores questionam que não há um acompanhamento por parte da empresa e/ou terceiros do crescimento da espécie, ocorrendo que muitas delas não atingem o crescimento adequado. Cabe então que, além do repovoamento e acompanhamento do crescimento da espécie, sejam feitos estudos das condições ambientais do ecossistema e, principalmente, sejam pensadas estratégias para recuperação deste.

Em relação à carcinicultura, como abordado no tópico anterior, a Bahia Pesca realizou o Macrodiagnóstico de áreas potenciais para o desenvolvimento da atividade. Nesse foram identificados 100.000 ha de áreas potenciais para a carcinicultura e, desse total, aproximadamente 2% são utilizadas atualmente.

Dessa forma, um dos objetivos da Bahia Pesca, como empresa de fomento da atividade, é ampliar significativamente a atividade no estado. Nesse sentido, a empresa vem desenvolvendo diversas estratégias no decorrer dos anos de incentivo à atividade, como também auxilia e instrui alguns proprietários que estão iniciando seus cultivos. Destacamos que a Empresa também vende pós-larvas²⁶ de camarão que são produzidas na Fazenda Oruabo (Acupe – Santo Amaro) para diversos aquicultores.

Outras formas de organização constituídas pelos carcinicultores são as Cooperativas de produção e comercialização e as Associações. Sobre as Associações, destacamos a existência em nível nacional da Associação Brasileira de Criadores de Camarão (ABCC), com sede em Natal (RN), que tem como objetivo a manutenção e o desenvolvimento da atividade no país. No estado da Bahia destacamos a Associação de Criadores de Camarão de Canavieiras (ACCC), que tem como objetivo lutar pelos interesses dos associados e buscar o desenvolvimento da atividade, através de projetos, parcerias e outras ações.

No que tange às Cooperativas no estado da Bahia e de acordo com os dados obtidos, destacamos a Cooperativa dos Criadores de Camarão do Extremo Sul da Bahia (COOPEX), formada por 26 cooperados da região (BAHIA PESCA, 2011).

A COOPEX é uma cooperativa de produção criada a partir de diversos empresários que se articularam para buscar maiores índices de produção e lucro. De acordo com alguns pescadores da região, “a COOPEX juridicamente é uma cooperativa, mas na verdade ela atua

²⁶O processo de cultivo de camarão em viveiro se divide em três etapas principais: reprodução, larvicultura e engorda. O estágio de pós-larvas se dá a partir da segunda etapa – larvicultura –. Nesse estágio os camarões já estão prontos para ir aos viveiros de engorda.

na região como uma grande empresa que tem como objetivo aumentar os lucros de seus cooperados” (Entrevista – Pesquisa de campo, 2011).

Cabe destacar que em 2006 a cooperativa requereu o licenciamento de uma área com 1.517 mil hectares no município de Caravelas (BA), para a implantação de um empreendimento de cultivo de camarão. A área em questão é composta por manguezais, lagoas, que são utilizados por inúmeras famílias para o desenvolvimento da pesca e da mariscagem.

Esse fato fez com que a comunidade pesqueira da região buscasse se organizar e articular estratégias para lutar contra a inserção do empreendimento, principalmente após a liberação da licença de localização cedida pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEPRAM). Atualmente, como o processo de licenciamento da atividade está suspenso no estado, o empreendimento teve seu licenciamento/inserção parado.

Nesse contexto, podemos compreender que a organização político-institucional da atividade da carcinicultura na Bahia encontra-se estruturada da seguinte maneira: em nível nacional há o MPA, principal órgão gestor da atividade, que atua no estado através da Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura do estado da Bahia. Na parte de fiscalização e licenciamento da atividade, temos em nível nacional o IBAMA, que atua no estado através da Superintendência do IBAMA na Bahia e o INEMA em nível estadual, que atua principalmente no licenciamento da atividade. No âmbito da organização social, existe em nível nacional a ABCC e no municipal a ACCC e, no âmbito da organização dos criadores/produtores, destacamos em nível regional a COOPEX (Figura 17).

Figura 17. Organização político-institucional da Carcinicultura no Estado da Bahia.



Elaboração: Kássia Rios, 2011.

4.2.3 Espacialização da Carcinicultura no Estado

Atualmente, o estado da Bahia possui, segundo dados obtidos na Bahia Pesca, 52 fazendas de cultivo de camarão espalhadas em seu território.

As fazendas de camarão (ou *carcinicultura*) são um conjunto de grandes tanques e canais, construídos sobre os manguezais desmatados, um ambiente artificial para o qual os recursos hídricos disponíveis são bombeados continuamente e onde são introduzidas pós-larvas de camarão de uma espécie exótica conhecida como *Litopenaeus vannamei*. Os manguezais são os alvos referenciais dos produtores, uma vez que aí se encontra uma proporção de água doce e salgada ideal para o crescimento das pós-larvas (MELO, 2008, p. 42).

Uma característica importante dos empreendimentos é o tipo de produção desenvolvida, pois “o processo de criação de camarão em cativeiro envolve diversas etapas, que vai desde a fase da larva do camarão até seu beneficiamento, para posteriormente comercialização” (ALBUQUERQUE, 2005, p. 16).

Inicialmente, esse processo se divide em três etapas: a reprodução (laboratórios), a larvicultura e engorda (viveiros). A primeira fase de cultivo do camarão é a reprodução e se dá inicialmente nos plantéis de reprodutores. Nessa etapa, o objetivo é prepará-los para reproduzir comercialmente. Esse processo dura em média 10 meses. Após essa fase, inicia-se o processo em si da larvicultura e se divide em duas etapas: a primeira é realizada após a desova e eclosão dos ovos e “ocorre em galpões fechados, com rígido controle de assepsia e temperatura” (ALBUQUERQUE, 2005, p. 18).

A segunda etapa se dá nos *raceways* que são tanques a céu aberto e sem o controle de temperatura. “Nessa fase os camarões estão no estágio de pós-larvas [...] Após 10 dias, as larvas estão prontas para a venda comercial” (ALBUQUERQUE, 2005, p.18). Quando as pós-larvas já estão prontas para a comercialização e reprodução comercial, as mesmas passam para a etapa das fazendas de engorda. Nestas são inseridas nos viveiros berçários até atingir o desenvolvimento necessário para ir aos viveiros de engorda (esse processo dura em média 30 a 45 dias) onde ficarão até atingirem o tamanho comercial.

Na etapa das fazendas de engorda, o cultivo do camarão pode ser classificado em três modelos: o monofásico, quando o desenvolvimento das pós-larvas se dá diretamente nos viveiros de engorda; o bifásico, quando as larvas passam por uma espécie de berçário, até chegar ao desenvolvimento adequado para ir aos viveiros de engorda e o trifásico, quando antes das duas etapas supracitadas, as larvas são depositadas em pré-berçários para sua adaptação (PASSOS, 2010).

Após a fase de engorda, quando o camarão está no tamanho adequado, que de acordo com o porte dos viveiros varia de 3 a 4 meses, é realizada a despesca dos camarões, que consiste na retirada dos camarões dos viveiros de engorda para, posteriormente à fase de beneficiamento, realizar sua comercialização.

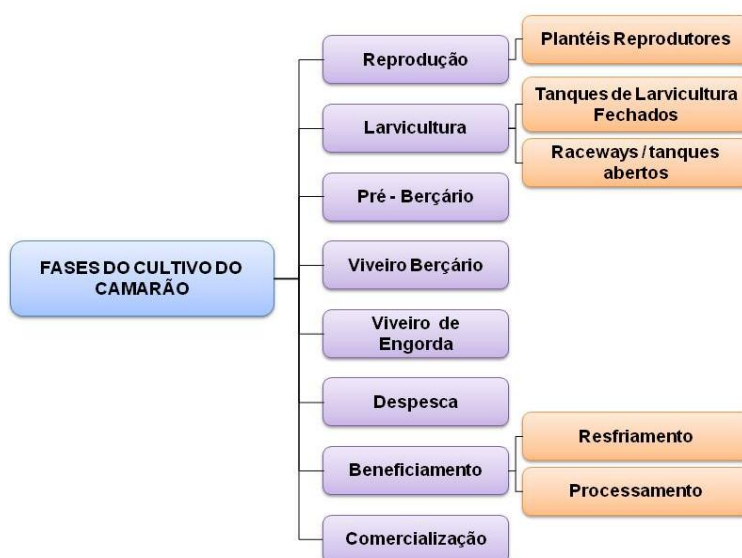
[...] quando se abrem as comportas de despesca, os camarões são arrastados com a água que, passando por uma rede colocada na abertura da comporta, propicia a retenção dos camarões. Da rede, os camarões são armazenados em caixas plásticas perfuradas, que são mergulhadas em uma solução fraca de bissulfito de sódio²⁷ e imediatamente retirados e transportados em caminhões frigoríficos para o centro de industrialização (NASCIMENTO, 1982, p. 10).

No beneficiamento, os camarões são classificados e passam por outros procedimentos necessários antes da realização de seu congelamento e, posteriormente, sua comercialização (mercado interno/mercado externo). Nesse contexto, Albuquerque nos explica que,

O beneficiamento ocorre em duas fases consecutivas: o resfriamento e o processamento. O processo de resfriamento deve ser rápido e manter a temperatura do camarão abaixo de 5°C. [...] O processamento envolve a classificação do camarão, o descabeçamento e/ou descascamento, embalagem e congelamento (ALBUQUERQUE, 2005, p. 29).

Em síntese, compreendemos que o processo de cultivo de camarão em cativeiro se desenvolve em três etapas: reprodução, larvicultura e engorda. As demais subetapas e procedimentos para a comercialização do camarão são apresentados na figura 18.

Figura 18. Fases do cultivo do camarão –Reprodução à comercialização.



Fonte: ALBUQUERQUE, 2005. Adaptação: Kassia Rios, 2011.

²⁷A utilização do bissulfito se dá para evitar manchas escuras no camarão, pois o aparecimento destas interfere no valor comercial do mesmo.

No estado da Bahia, a maioria dos empreendimentos não desenvolve todas as etapas produtivas. Apenas três fazendas desenvolvem todo o ciclo produtivo, as demais se concentram principalmente na etapa de engorda do camarão nos viveiros. Segundo a Bahia Pesca, apenas as fazendas Lusomar (Jandaíra), Oruabo (Acupe - Santo Amaro) e um laboratório em Canavieiras desenvolvem o processo de reprodução das larvas. As demais compram destas fazendas e/ou trazem de outros estados.

Na etapa das fazendas de engorda, de acordo com a classificação nos sistemas monofásico, bifásico e trifásico, os empreendimentos baianos se concentram basicamente no sistema monofásico e bifásico. Segundo alguns produtores, essa concentração se dá tanto pelo tamanho do empreendimento (que não permite/favorece as três etapas), quanto pelo custo econômico (já que os viveiros teriam que ser divididos em três “produções”, com características e alimentação diferenciadas).

Nessa perspectiva, torna-se fundamental ressaltar que os órgãos que possuem cadastro da atividade é o INEMA (responsável pelo licenciamento), o IBAMA (onde é feito um registro da atividade) e a Bahia Pesca (empresa de fomento), porém, desde 2007 o licenciamento da atividade da carcinicultura está suspenso por liminar da justiça. Essa decisão foi tomada a partir da constatação dos diversos impactos socioambientais e econômicos que a atividade vinha ocasionando nos locais onde a mesma era inserida, bem como pela invasão de APP, dentre outros. Isso significa que a maioria dos empreendimentos de cultivo de camarão do estado está sem licenciamento. Os que têm licenciamento, devido ao prazo de vencimento, devem estar no final dos prazos estabelecidos.

No ato de emissão do licenciamento, é colocado o período pelo qual o mesmo estará licenciado, após este prazo o mesmo deverá renovar sua licença. Esse prazo se difere do tipo de licenciamento. Por exemplo, a Licença de Operação têm validade de no mínimo 2 e no máximo 8 anos e a Licença Simplificada tem validade de no máximo 3 anos. Nesse contexto, ressaltamos que o quantitativo de fazendas que estamos trabalhando na presente pesquisa é correspondente aos dados obtidos junto à Bahia Pesca, e foram adquiridos a partir de um levantamento estatístico realizado nos anos de 2004/2005.

Porém, ressaltamos que, segundo algumas pesquisas realizadas no estado, assim como as informações adquiridas junto a alguns municípios, o número real de fazendas existentes é superior. Portanto, há no estado outras fazendas de pequeno a médio porte que não se encontram nesse levantamento estatístico, nem nos cadastros dos órgãos responsáveis, principalmente após a suspensão da emissão das licenças.

De acordo com os dados obtidos, a atividade encontra-se presente no litoral baiano, desde o Litoral Norte ao Litoral Sul, mas especificamente nos municípios de Taperoá, Maraú, Valença, Salinas das Margaridas, Jaguaripe, Santo Amaro, Saubara, Jandaíra, Aratuípe e Canavieiras (tabela 12 e na figura 19).

Podemos observar na tabela 12 e figura 19 que a maior concentração dos empreendimentos se dá nos municípios de Canavieiras (21 empreendimentos), Salinas das Margaridas (11 empreendimentos) e Jaguaripe (8 empreendimentos). Porém, há municípios como Valença que possui 4 empreendimentos, com área total de produção com mais de 800 hectares, superior ao município de Salinas das Margaridas, que possui cerca de 300 hectares de produção.

Tabela 12. Quantitativo de empreendimentos de carcinicultura do estado da Bahia por Município.

Municípios	Nº de Empreendimentos	Municípios	Nº de Empreendimentos
Aratuípe	1	Salinas das Margaridas	11
Canavieiras	21	Santo Amaro	2
Jaguaripe	8	Saubara	1
Jandaíra	1	Taperoá	1
Maraú	2	Valença	4
Total			52

Fonte: Bahia Pesca, 2011.

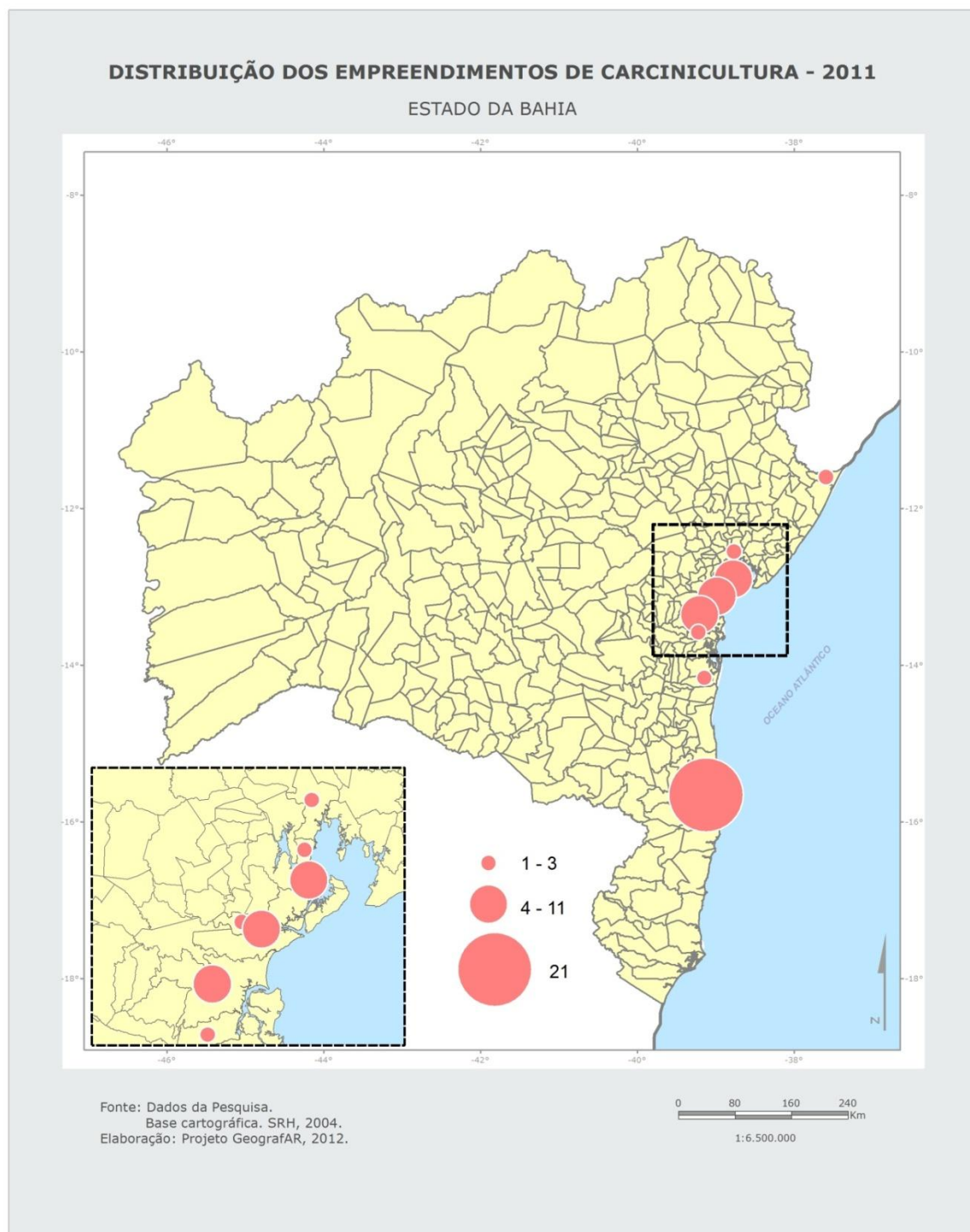
Em Valença, destacamos a Fazenda Maricultura da Bahia, com 520 hectares de área de viveiros, segundo dados da Bahia Pesca, a maior área de produção de camarão do estado. Anteriormente, o empreendimento também praticava a reprodução das larvas de camarão; atualmente esta vem adquirindo de outros laboratórios. Outras fazendas se destacam no estado, a exemplo da fazenda Lusomar, localizada no município de Jandaíra. O empreendimento possui aproximadamente 395 hectares que comportam mais de 100 viveiros e desenvolve todo o ciclo produtivo do camarão.

Em relação à área total de produção dos empreendimentos, verificamos que estes ocupam aproximadamente 2.600 mil hectares, 2,6% da área tida como potencial para o desenvolvimento da atividade no Macrodiagnóstico realizado pela Bahia Pesca, o que desperta o interesse da empresa para o desenvolvimento da atividade no estado.

Como mencionado anteriormente, a classificação do porte das fazendas se dá a partir dos hectares de sua área inundada (área de produção). Ao unir os dados dos empreendimentos baianos com os critérios de classificação da Resolução CONAMA 312/2002, obtemos no

estado: 6 empreendimentos de pequeno porte, 35 de médio porte e 11 de grande porte. Portanto, o perfil dos empreendimentos do estado se caracteriza por ser de médio porte.

FIGURA 19



No que tange à comercialização, esta se diferencia de acordo com os empreendimentos. Segundo os dados obtidos junto à Bahia Pesca, a comercialização das fazendas no estado se dá principalmente para os municípios de Valença, Salvador e no Recôncavo, porém algumas fazendas comercializam para outros estados, a exemplo de Valença, Canavieiras, que comercializam também para os estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro e São Paulo.

Antes da crise enfrentada pela atividade nos anos de 2004/2005, a carcinicultura no estado chegou a exportar, nos anos de 2002/2003, mais de 20.000 mil dólares em camarão. A exportação dos produtos se dava principalmente pelas Fazendas de Valença e pela Fazenda Lusomar (município de Jandaíra) para a Europa e o Japão. Porém, com as crises enfrentadas pela atividade e a queda no dólar, esses números foram reduzidos significativamente, tornando a exportação do camarão desvantajosa para os empreendimentos. Assim, a comercialização do camarão passou a se dar mais no âmbito estadual e nacional.

Nesse contexto, a questão que se coloca no desenvolvimento da atividade da carcinicultura no estado é a forma com que esta vem se apropriando do espaço, que em sua maioria é de uso de comunidades tradicionais pesqueiras.

Podemos observar que a legislação para implantação do empreendimento segundo a Resolução CONAMA 312/2002 deixa claro a ilegalidade da inserção dos viveiros em áreas de manguezais, não somente isso como também instrui que esses empreendimentos não poderão interferir/prejudicar o desenvolvimento das comunidades tradicionais ali existentes. Porém, o que se observa é que a maioria das fazendas do estado está inserida em área de manguezais e conseqüentemente vem interferindo diretamente/indiretamente nas atividades desenvolvidas pelas comunidades tradicionais que ali existem.

Outra questão importante é a utilização da Norma Técnica NT – 001/99 como um dos instrumentos para licenciamento das fazendas. A partir de sua leitura, observamos, conforme supracitado, que a mesma possui algumas “aberturas” que podem ampliar os impactos causados pela atividade. A exemplo, a diferenciação na classificação dos empreendimentos quanto a seu porte (área inundada) possui números significativamente inferiores em relação à Resolução CONAMA 312/2002, visto que essa classificação irá direcionar a forma com que o processo de licenciamento do empreendimento será conduzido.

Segundo alguns estudos realizados no estado, muitos empreendimento de médio porte tiveram processos simplificados de licenciamento por serem classificados como micro ou pequeno porte, uma vez que estes, segundo o CONAMA, são classificados como de médio porte, exigindo portanto um licenciamento mais rígido. Não obstante, os empreendimentos

existentes no estado, mesmo estando o licenciamento suspenso, desde 2007, encontram-se em sua maioria desenvolvendo normalmente suas atividades de produção. Além disso, algumas fazendas ampliaram sua área de produção e outras iniciaram suas atividades de construção dos viveiros e produção.

Tal fato faz com que frequentemente vejamos diversas comunidades de pescadores(as) artesanais denunciando esses empreendimentos e reivindicando do Estado e órgãos medidas para que esses empreendimentos não continuem a se apropriar de seus territórios. De acordo com Soares *et al.*,

O litoral do estado da Bahia abriga 347 comunidades pesqueiras, distribuídas em 44 municípios agrupados em 5 setores de pesca: Litoral Norte, Baía de Todos os Santos/Recôncavo, Baixo Sul, Litoral Sul e Extremo Sul. O setor da Baía de Todos os Santos/ Recôncavo abrange 15 municípios e 173 comunidades pesqueiras [...], totalizando 16 municípios com a inclusão de São Félix (SOARES *et al.*, 2009, p. 161).

Como podemos observar, esses setores da pesca são os mesmos setores onde a atividade da carcinicultura está inserida. A exemplo do município de Santo Amaro que, de acordo com a divisão territorial de 1993, é constituído por Santo Amaro (sede) e os distritos de Campinhos e Acupe. Este último é caracterizado por ter como principal atividade econômica a pesca artesanal e a mariscagem que é realizada nas áreas de manguezais e em seu entorno.

Porém, desde o ano de 1982, alguns empreendimentos de cultivo de camarão em viveiro vêm sendo inseridos no distrito, principalmente em áreas de uso da comunidade local, aqui compreendidas enquanto território da pesca artesanal. Dessa forma, à medida que esses empreendimentos são inseridos nesses territórios, há uma disputa pelo uso do mesmo entre pescadores(as) artesanais e carcinicultores. Não obstante, na maioria das vezes, esses empreendimentos ocasionam diversos impactos ambientais, comprometendo, portanto, além da acessibilidade da comunidade ao seu território, a qualidade do mesmo.

Nesse contexto é que passamos a analisar, no 4º capítulo, o distrito de Acupe (BA) – área de estudo deste trabalho – a partir da produção do espaço realizada pelos pescadores artesanais e carcinicultores.

5 PESCADORES ARTESANAIS E CARCINICULTORES NO DISTRITO DE ACUPE (BA): CONTRADIÇÕES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO LOCAL

Acupe é assim, uma vila de pescador artesanal. A gente vive da pesca, do que os mangues e o mar nos dá e aqui tudo que a gente faz é direto pra pesca, a gente prepara as rede, concerta os barco, vai pro mangue, depois cata os marisco, vende... a gente vive da pesca e tem orgulho dela, porque de fome a gente não morre e nem desempregado fica... agora é preciso de nosso território a gente cuidar.

(Pescador – Acupe²⁸)

O litoral do estado da Bahia é caracterizado pela presença de diversas comunidades pesqueiras, algumas delas localizadas principalmente no Recôncavo Baiano, a exemplo, o município de Santo Amaro.

O município de Santo Amaro, conhecido como Santo Amaro da Purificação, localizado no Recôncavo Baiano, teve sua ocupação, desde 1557, com a chegada dos primeiros colonos e, após algumas décadas, a instalação do Engenho do Conde. Em 1717, Santo Amaro é elevado à Vila e, no ano de 1837, à categoria de município. Este é composto, segundo a divisão territorial de 1993, além da sede do município, pelos distritos de Acupe (criado em 1715) e Campinhos (criado em 1718) (PAIM, 1994).

Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), Santo Amaro ocupa uma área territorial de 492.912 mil km² e possui 57.800 mil habitantes, distribuídos na sede de Santo Amaro (45.897 mil hab), Campinhos (4.452 mil hab) e Acupe (7.451 mil hab). De acordo com o Boletim da Pesca Marítima e Estuarina do Nordeste do Brasil (2006), o município de Santo Amaro possui três comunidades pesqueiras: o distrito de Acupe e os subdistritos²⁹ de Itapema e São Brás, que têm como principal atividade econômica a pesca artesanal e mariscagem.

No MPA, o município de Santo Amaro totaliza 3.768 mil pescadores cadastrados no RGP e representa o 5º município com maior quantitativo de pescadores do estado, atrás dos municípios de Salinas da Margarida, Salvador, Sento Sé e Vera Cruz.

Porém, conforme já mencionado, nem todos os pescadores e marisqueiras são cadastrados. Nos trabalhos de campo realizados junto às comunidades, estas estimam que

²⁸ Depoimento de um pescador do distrito de Acupe (BA), em pesquisa de campo. Janeiro de 2012.

²⁹ Classificação adotada pela Prefeitura Municipal de Santo Amaro. Segundo a mesma, além da Sede Santo Amaro e dos distritos de Acupe e Oliveira dos Campinhos, possui alguns subdistritos, a exemplo de Itapema, São Brás, Pedra dentre outros. Como possui, também, alguns vilarejos, a exemplo do Bangala, onde está localizado o Assentamento Santa Catarina, desde o ano de 1992.

existem no total cerca de 6 mil pescadores e marisqueiras, reforçando a afirmativa de que uma estatística pesqueira baseada nos dados do RGP foge significativamente do quantitativo real de pescadores existentes do estado.

Nesse contexto, destacamos o distrito de Acupe, conhecido por ter uma das maiores comunidades pesqueiras do estado e uma área de pesca rica em diversas espécies (Figura 1). Segundo Souto, essa diversidade e riqueza de espécies se dão, dentre outros motivos, pelo “distrito estar inserido em uma área de forte influência do estuário do rio Subaé, onde se observa o desenvolvimento de amplos bosques de mangues em razoável estado de conservação” (SOUTO, 2004, p. 31).

O distrito de Acupe, segundo o Censo Demográfico do IBGE (2010), possui um total de 7.451 mil habitantes destes, mais de 6 mil residem na área urbana. Segundo os dados consultados, esse quantitativo inclui o subdistrito de Itapema, o Assentamento Santa Catarina e alguns vilarejos. Essa inclusão seria feita a partir das proximidades territoriais desses lugares com o distrito de Acupe.

Porém, segundo estimativas da administração do distrito, do posto de saúde, da Colônia e da Associação de pescadores existentes no mesmo, esse número é superior. Segundos estas, somente Acupe possui, atualmente, mais de 10 mil habitantes.

A população local é constituída, principalmente, por pescadores artesanais e marisqueiras, que têm a atividade da pesca artesanal como sua principal e muitas vezes única fonte de renda familiar. Alguns pescadores, a minoria, complementam sua renda com a atividade da agricultura, porém segundo os mesmos,

O que a gente sabe mesmo fazer é pescar e é da pesca que a gente tira o sustento da família, que cria e educa os nossos filhos e garante o pão de cada dia... tem gente, pescador, até que planta, mas não vive disso não! Nossa vida é isso aqui, você vê a gente concertando as redes, os barcos, a gente saindo e chegando da pescaria, os peixes secando nas rodas nas ruas, as mulheres catando os mariscos nas calçadas das casas, indo pro mangue para mariscar. (Entrevista com Pescador de Acupe – Trabalho de Campo, 2011).

O relato desse pescador acima revela algumas características do distrito, típicas das comunidades pesqueiras e que são observadas na produção do espaço local e na construção de suas territorialidades.

Compreendemos, a partir da discussão exposta do primeiro capítulo, o espaço dessas comunidades como espaço geográfico, onde se dão as relações sociais e onde são construídas suas territorialidades. Assim, a forma com que essa comunidade se apropria e controla o espaço local, a partir da atividade da pesca artesanal a caracteriza enquanto uma comunidade tradicional pesqueira e constitui a base da construção e manutenção dos seus territórios.

Aprendi a arte da pesca com meus pais e ensino para meus filhos, uma coisa é certa, pescador não passa fome e nem fica desempregado, tendo nosso mar e nosso mangue – que é nosso território – e nossas artes, a gente sai e volta de barco cheio. Dependendo da maré, muda a arte de pesca, muda o lugar, a gente pesca em muitos lugares, aqui tem vários tipos de peixe e marisco. É meu trabalho e eu sempre faço muito bem feito, respeito o mar, sei até onde vou, o tempo e tudo mais (Entrevista com Pescador - Pesquisa de Campo, 2011).

Tal relato ressalta a importância dos territórios pesqueiros para a sobrevivência dessas comunidades locais. Assim como a importância cultural da atividade, do conhecimento tradicional que é passado de geração em geração que atualmente, dentro da produção que a sociedade vem desenvolvendo, muitas vezes é negligenciado. Em Acupe, observamos que a inserção da atividade da carcinicultura trouxe algumas modificações no desenvolvimento da pesca artesanal. As atividades e o espaço utilizado para o desenvolvimento desta pelos pescadores e marisqueiras são muitas vezes invisíveis aos olhos dos carcinicultores.

Nesse sentido buscamos resgatar a história da comunidade pesqueira de Acupe, a fim de compreender, inicialmente, como se deu a produção espacial do distrito, suas relações sociais, suas tradições culturais, dentre outros. Posteriormente analisamos como esta se apropria do espaço e, ao se desenvolver, constrói suas territorialidades.

5.1 O DISTRITO DE ACUPE “UMA COMUNIDADE TRADICIONAL DE PESCADORES (AS) ARTESANAIS”

AÇU

*Iniciais velhos currais
De Mem de Sá.
Coloniais terras calorais
Do século XVI
Canaviais engenhosos
De São Gonçalo do Poço
Catedrais Jesuítas, abatiras, Patativas
Sensuais Marias, Isauras, Esmeraldas, Escravizadas
Reais alforriais
Dos negos fugidos.*

(Poema de Domingos Fiaz, 2003)³⁰

A história de Acupe remete à época dos engenhos existentes no Recôncavo Baiano. Como diz o poema acima, o espaço onde está situado o distrito de Acupe fazia parte das terras de Mem de Sá, que, após passar por doações e heranças, encontravam-se nas mãos de outros proprietários e com a presença de alguns engenhos.

³⁰ Poema retirado do Livro: “Acupe Minha Terra” de autoria de Domingos Fiaz (2003).

[...] a área onde está situado o distrito foi efetivamente conquistada em 1560, com a finalização da guerra do Paraguaçu, comandada por Mem de Sá, terceiro governador geral do Brasil [...] Em 28 de julho de 1569, a região é citada no testamento do governador, como local de criação de gado sob a denominação de “Açu que está em terras de Seregipe”, engenho construído por Mem de Sá, às margens do rio de mesmo nome, na região do atual município de São Francisco do Conde (RAMOS, 1996, p. 26).

Segundo a autora, no século XIX, nas terras citadas no testamento de Men de Sá, existia em São Gonçalo do Poço um engenho do Barão de Saubara, o senhor José Joaquim Barreto. Posteriormente, surgiu também o engenho Acupe, pertencente à família Gonçalves, localizado na área chamada atualmente de Acupe Velho, nome dado ao local anteriormente chamado de Fazenda Acupe, que possivelmente deu o nome ao atual distrito (RAMOS, 1996).

Assim, segundo os moradores mais antigos, as primeiras casas de Acupe foram construídas em São Gonçalo e depois no Acupe Velho. Nas histórias contadas por estes e em algumas pesquisas feitas sobre a comunidade, os relatos sempre abordam os engenhos que ali existiram como as principais origens do distrito atual.

Nessa época, algumas casas foram construídas nas proximidades da fazenda e no caminho direto que ligava o engenho Acupe ao engenho São Gonçalo. Outras construções do período relatadas pelos moradores são: uma espécie de capela que existia no Acupe Velho ao qual chamavam de Milagre de São Pedro e uma capela na área de um antigo cemitério que, posteriormente, foi transformada na Igreja Católica Nossa Senhora da Soledade (em homenagem à santa encontrada no século XIX no mar, na rede dos pescadores).

Cabe destacar que, no entorno da antiga capela (atual Igreja Nossa Senhora da Soledade), também foram construídas algumas casas no início do povoamento da sede do distrito. Estas pertenciam às pessoas que tinham melhores condições e compravam dos donos, ou então a parentes e amigos desses que ganharam terras para construir suas residências no local. O arrendamento também foi umas das formas predominantes no povoamento de Acupe.

As histórias sobre o período dos engenhos abordam sempre a forma com que os senhores tratavam os escravos: os castigos, as lendas, as fugas, os costumes dos negros, a cultura herdada, dentre outras. De acordo com os relatos da comunidade Acupe permaneceu nesse cenário até o ano de 1888, quando foi assinada a Lei Áurea e assim é abolida a escravatura.

A partir desse momento, de acordo com relatos da população, os senhores dos engenhos começaram a entrar em crise, pois a maioria dos escravos abandonaram as fazendas, deixando as mesmas sem funcionar, conseqüentemente obrigando os proprietários a colocá-las à venda.

No que tange ao engenho de São Gonçalo, este ainda funcionou até meados do século XX, “com produção singular, pois a maior parte da plantação era destinada aos engenhos centrais da região, às usinas” (RAMOS, 1996, p. 28). Posteriormente, essas terras também foram vendidas.

Nesse período, os ex-escravos do engenho de Acupe e de São Gonçalo passaram a construir suas casas no espaço onde atualmente se encontra a sede do distrito. Passaram assim a constituir algumas ruas, a exemplo da Rua do Vai-quem-quer, atual Rua da Liberdade. Segundo Ramos, o nome Vai-quem-quer,

[...] sugere que havia um acordo entre senhor e ex-escravos. Provavelmente existia a possibilidade do ex-escravo ficar no engenho se assim o quisesse. Para fora dos limites do engenho “vai quem quer”, deve ter sugerido o senhor. Considerando que houve o empobrecimento do senhor, é bem provável que sua opção tenha sido a de conservar a população para o trabalho, mas que essa tendo no manguezal uma opção de sobrevivência, tenha preferido ficar fora do engenho (RAMOS, 1996, p. 29).

Muitos negros diziam que desde os nativos – os índios, primeiros habitantes da região – a maré sempre foi uma grande fonte de recursos, que era possível tirar do mar e do mangue o necessário para sobreviver sem a necessidade de estar mais sob o poder dos senhores do engenho. Dessa forma, eles “preferiam se embrenhar na lama a serem cativos de branco”. Assim, “da população escrava do engenho surgiu uma pequena comunidade que tirou 'da maré', do manguezal e da baía grande parte do seu sustento” (RAMOS, 1996, p. 2). Para os pescadores(as) atuais do distrito, é a partir desse período, segundo as histórias contadas por seus pais e avós, que começa a surgir Acupe enquanto uma vila de pescadores artesanais.

Nesse contexto, com a recusa dos ex-escravos a permanecerem no engenho Acupe, várias partes das terras que pertenciam aos senhores foram vendidas para outros proprietários, incluindo negros. Alguns moradores do distrito também ressaltam que algumas terras foram doadas pelos senhores a alguns trabalhadores das fazendas.

Atualmente, ainda existem algumas lembranças vivas desse período. A exemplo de São Gonçalo, onde ainda existem as ruínas do antigo engenho, como partes da casa grande e de alguns utensílios que eram usados pelos escravos (Figura 20).

No caminho até o engenho, são facilmente encontrados vestígios do passado, a exemplo de partes de grandes bacias de barro que provavelmente eram utilizadas pelos escravos para cozinhar e algumas pedras espalhadas que faziam parte das casas do engenho. Podemos observar na figura 20a que a estrutura das paredes chama atenção por sua resistência, segundo os moradores feitas com a utilização de óleo de baleia. Antigamente,

ainda era possível encontrar, no interior da ruína da casa grande, peças de cerâmica que integravam a sua estrutura interna.

Figura 20. Ruínas do engenho São Gonçalo.



a) Estrutura das paredes feitas com a utilização de óleo de baleia.
Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo, 2012.

Do engenho Acupe, segundo os moradores locais, ainda existem uma capela e uma pequena casa. As demais foram modificadas pelos herdeiros e/ou destruídas no decorrer dos anos para dar lugar a outras propriedades. Assim como também foram destruídas algumas áreas de plantação de cana, manga, caju e coco que caracterizavam o lugar, que hoje apesar de ainda existir em alguns lugares, muitas áreas deram espaço a pastos e novas propriedades (Figura 21).

Figura 21. Imagem das Terras (caminhos) do Acupe Velho atualmente.



Fonte: Kássia Rios, Pesquisa de campo, 2011.

O início do século XX é marcado, em Acupe, pela presença de novos proprietários das terras dos senhores do engenho, a exemplo de José Antônio Torres, proprietário de algumas terras da família Gonçalves que foram vendidas durante a crise sofrida após a abolição da escravatura.

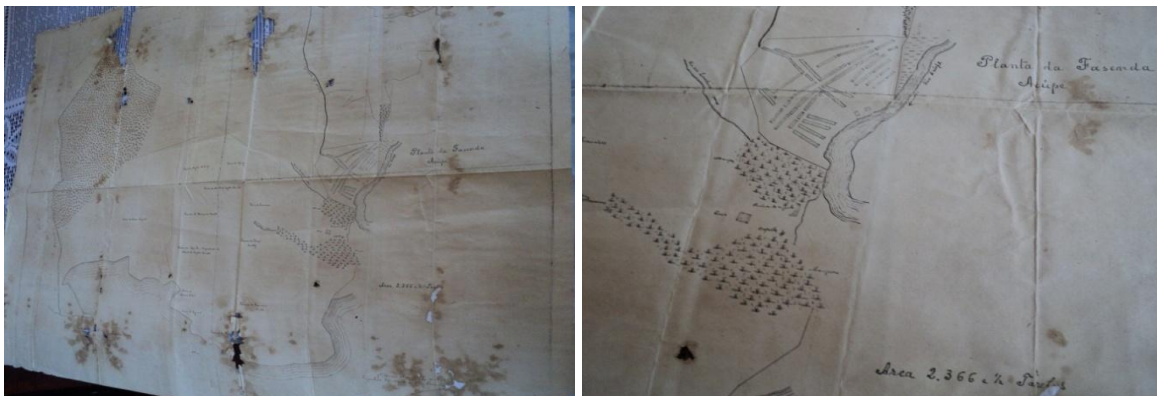
Nesse período, tem-se no distrito a presença de algumas salinas e, no ano de 1916, é concedida ao Coronel Torres, por parte do Conselho Municipal de Santo Amaro, a isenção de impostos para a exportação da Salina Oruabo, incentivando o desenvolvimento da atividade no distrito (RAMOS, 1996).

Além das terras da Fazenda Oruabo, onde existia a salina, o coronel Torres era proprietário de outras terras no entorno da Fazenda, “pois foi da família Torres que alguns comerciantes compraram terras onde hoje está localizada a sede do Distrito, e algumas fazendas a sua volta” (RAMOS, 1996, p. 31). No que tange a existência de salinas em Acupe, Maia et al explicam que

Até as primeiras décadas do século XX, os manguezais eram explorados de maneira pouco intensa pela pesca, construção de viveiros para aquicultura extensiva, extração para construções caiçaras e marambaias e construção civil. Nesse período, extensas áreas de manguezais no Nordeste começaram a ser substituídas por salinas (MAIA et al, 2005, p. 21).

Ainda nas primeiras décadas do século XX, a Fazenda Acupe, assim como era chamada, já possuía suas terras espalhadas nas mãos de vários proprietários. A vila já possuía várias casas construídas no decorrer dos anos e, principalmente, após a libertação dos escravos, como podemos observar na Planta da Fazenda Acupe, de 1925 (Figura 22).

Figura 22. Planta da Fazenda Acupe (esquerda) e área da Vila (direita) representada na Planta da Fazenda Acupe – 1925.



Fonte: Agnaldo Barreto. Arquivo Pessoal – Pesquisa de Campo. 2012.

Outra questão importante no povoamento do distrito durante a década de 30, período de seca no Nordeste, foi que alguns donos doaram partes de suas terras para amigos/parentes para que eles pudessem construir e residir nestas. Nesse período, em todo o Recôncavo, o deslocamento de pessoas e mercadorias era feito através de saveiros. Os alimentos trazidos de Salvador, Santo Amaro eram comercializados através da troca, pois em Acupe se plantava fumo, arroz, cana (esses cultivos atualmente quase não existem mais), banana, mandioca, dendê, dentre outros.

Aqui até 1974 não tinha estrada, tinha um caminho de barro que era usado pelos “carros de boi”, as coisas de fora vinham tudo nos saveiros e daí a gente trocava com as daqui. Quando a gente precisava sair daqui, ía nos saveiros, até que construíram as estradas e a gente passou a usar elas. Na época da fazenda Acupe a maioria das casas eram de palha, até tinham algumas de alvenaria, do pessoal que tinha mais condição, mas a maioria mesmo era de palha (Pescador de Acupe – pesquisa de campo, 2011).

Como observado no relato do pescador, até 1974 não havia estradas em Acupe, somente em 1976, que começa a circular no distrito o primeiro ônibus que fazia o transporte para Salvador, chamado 24. Na década de 1970, também destacamos a chegada da fábrica de tijolos, aumentando a quantidade de casas de alvenaria, a existência de diversas “bibocas” (pequenos comércios) que vendiam alimentos e produtos de limpeza para a população local e a instalação da segunda salina no distrito, de propriedade do senhor Germano, que havia comprado algumas terras próximas a São Gonçalo.

Além da pesca e da mariscagem, outras atividades eram desenvolvidas nesse período, como a produção da farinha de mandioca nas casas de farinha existentes, a agricultura desenvolvida por alguns moradores locais e alguns proprietários de terras e a produção de sal em três salinas espalhadas pelo distrito e nas comunidades vizinhas.

Em relação a essas últimas, cabe destacar que a intensificação da atividade no país fez com que algumas áreas de mangue fossem substituídas por salinas. De acordo com Diegues, nesse período observava-se o início de algumas contradições que, posteriormente, iriam ocasionar conflitos entre as comunidades tradicionais pesqueiras e os empresários.

A construção de salinas, no entanto, é feita por empresas salineiras e foge ao que se poderia qualificar de “usos tradicionais”, que não implicam na destruição física da vegetação do mangue [...] Esses usos tradicionais ainda representam uma importante fonte de produção de alimento, de material de construção, sobretudo para as pequenas comunidades de pescadores artesanais espalhadas pelas centenas de estuários ao longo do litoral brasileiro (DIEGUES, 2001, p. 189).

Ainda nesse processo de expansão de substituição de áreas de mangue para implantação de empreendimentos Maia et al nos revelam que,

A partir da década de 50 este ecossistema começou a ser submetido à intensa pressão ambiental oriunda da expansão imobiliária e industrial. Grandes superfícies foram degradadas para facilitar a construção de polígonos minero-metalúrgicos e industriais [...] A partir da década de 70 a queda do preço do sal fez com que as áreas com menores produções fossem abandonadas, e com o passar dos anos alcançou a maior parte dos empreendimentos existentes no nordeste, particularmente nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte (MAIA et al, 2005, p. 21).

Com a crise na atividade e falência de vários empreendimentos de extração de sal, a atividade da carcinicultura surge no estado do Rio Grande do Norte como estratégia para substituir a extração de sal, tendo sido o primeiro empreendimento instalado em salinas desativadas.

Ainda nesta década, as áreas abandonadas e que já estavam preparadas foram prioritariamente ocupadas pela atividade da carcinicultura, que se iniciou no Rio Grande do Norte durante o governo de Cortez Pereira. Outros estados como Pernambuco, Ceará, Paraíba e Bahia implantaram viveiros para cultivos de camarões marinhos (MAIA et al, 2005, p. 21).

Tal fato também é observado em Acupe, com a inserção de um empreendimento de cultivo de camarão na área de uma antiga salina existente na Fazenda Oruabo. Segundo os moradores locais, essa salina produziu sal em grandes quantidades, chegando a comercializar além de na região em outros estados e países. Porém, destaca-se que seu proprietário, senhor Luis Torres – herdeiro do coronel Torres –, em um dos empréstimos feitos para a Fazenda, colocou a mesma como garantia de pagamento. Como este não foi quitado em tempo hábil, a Fazenda foi desapropriada e incorporada à propriedade do Estado.

O senhor Luis e Dona Maroca produziram bastante sal por aqui, teve época que vinham balsas aqui buscar o produto. Mas eles se empolgaram com a atividade, fizeram um monte de empréstimo e colocaram a fazenda como garantia, daí na década de 80 os donos morreram e daí virou terra do Estado (Pescador de Acupe – pesquisa de campo, 2011).

Após a incorporação das terras da Fazenda Oruabo à propriedade do Estado, surge a primeira fazenda de cultivo de camarão em cativeiro no distrito, que analisaremos posteriormente.

Em relação às outras salinas, com o processo de crise na atividade na década 1970, estas foram sendo desativadas e/ou compradas por outros proprietários para o desenvolvimento de novas atividades. Além das salinas, conforme já mencionado, havia também diversas casas de farinha. De acordo com alguns pescadores e agricultores, o distrito chegou a possuir mais de 6 casas de farinha em atividade que vendiam principalmente para o distrito e para algumas comunidades vizinhas. Atualmente, o mesmo possui três casas de farinha, porém somente duas delas encontram-se ativas.

Cabe destacar que, mesmo existindo essas atividades, a pesca artesanal já era considerada como a principal atividade econômica da população local, pois as demais eram desenvolvidas por proprietários de grandes extensões de terras em Acupe e/ou de forma complementar pelos pescadores artesanais.

Nesse contexto percebemos que, segundo os moradores, a origem do povoamento do distrito se deu basicamente pelos engenhos de Acupe e de São Gonçalo e dentre as atividades e culturas herdadas dos negros estavam a prática da pesca artesanal e da mariscagem como forma de garantir sua sobrevivência (RAMOS, 1996). Assim, a partir desses engenhos, a vila se formou e se caracterizou enquanto uma comunidade tradicional pesqueira. De acordo com Ramos, Acupe

[...] teve sua população formada por pescadores, marisqueiras, pequenos comerciantes dos derivados da pesca. Uma pequena parte ainda se dedicando ao plantio da cana, mandioca, dendê, coco e frutas como o caju e a manga que são comercializados na própria comunidade ou em feiras livres nos municípios vizinhos ou na capital (RAMOS, 1996, p. 31).

Dessa forma, a população que ali se desenvolvia passou a encontrar no mar e no manguezal as condições necessárias para sua sobrevivência e de sua família, passando a praticar a atividade da pesca artesanal enquanto sua profissão. Essa arte foi sendo passada de geração a geração. Todos os saberes e práticas da atividade os pais ensinavam aos filhos desde pequenos, as filhas acompanhando as mães na mariscagem e os filhos acompanhando os pais no mar/estuário.

Essa tradição foi sendo mantida e o distrito foi crescendo, tendo como sua principal atividade econômica a pesca artesanal e a mariscagem, principalmente por estar situado em uma área rica em estoques pesqueiros, o que garante a sobrevivência dos pescadores(as) artesanais.

A partir das décadas de 1980 e 1990, outros serviços foram inseridos no distrito: novas escolas, postos de saúde, outras linhas de transporte começaram a passar pelo distrito, algumas pessoas com melhores condições foram abrindo pequenos comércios, frigoríficos, lojas de vestuário, entre outros serviços.

Os produtos capturados pelos pescadores e marisqueiras passaram a ser comercializados em outros lugares, por meio de intermediários locais e/ou de outros municípios vizinhos, feirantes e comerciantes locais.

Podemos observar que o espaço local de Acupe foi crescendo e se formando tendo como principal atividade econômica a pesca artesanal e suas atividades diárias no entorno do

porto, nas ruas e calçadas, nas áreas de mangue, ambas caracterizando-o enquanto uma comunidade tradicional de pescadores(as) artesanais.

Nesse sentido, passamos a analisar como se dá a atual organização espacial do distrito, sua infraestrutura e suas atividades, a fim de compreender como se dá a produção do espaço local e a importância da atividade da pesca artesanal nesse processo.

5.1.1 A produção do espaço em Acupe hoje: aspectos sociais, econômicos e culturais

O distrito de Acupe considerado como uma das maiores comunidades pesqueiras do estado demonstra no seu cotidiano a importância da atividade da pesca artesanal para o mesmo.

A rotina diária dos pescadores e marisqueiras é percebida nas ruas e “becos” do distrito, desde a saída e a chegada dos pescadores no porto; o amanhecer das marisqueiras caminhando para maré e ao meio-dia o retorno para casa com seus balaios cheios de mariscos; as tardes nas calçadas a catar ostras, bebe fumo; os peixes secando ao sol nas rodas de cipó, alguns pescadores a consertar suas redes e canoas; o comércio do pescado (Figuras 23). Essas atividades caracterizam a maioria das comunidades pesqueiras do Recôncavo Baiano que têm na pesca sua única fonte de renda econômica familiar.

Figura 23. Pescadores artesanais e seu cotidiano em Acupe.



a) retornando da mariscagem b) chegando da pescaria c) suas casas d) trabalho nas redes de pesca.
Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo 2011.

A infraestrutura de Acupe é simples; embora possua os serviços de educação, saúde, energia elétrica, água encanada, dentre outros. Estes são considerados ainda insuficientes ao suprimento das necessidades da população local, principalmente no que tange ao saneamento básico, pois apesar da maioria das residências terem fossas sépticas em seus quintais, há esgotos espalhados nas ruas a céu aberto.

Sua organização espacial atual possui fortes características de seu período inicial de povoamento. A existência de algumas ruas principais, a exemplo da Rua da Liberdade (antiga rua do Vai Quem Quer), Rua da Cruz, Rua Edvaldo Barreto (principal de entrada no distrito), Rua dos Ferreiros, dentre outras, trazem lembranças da formação inicial do distrito.

Algumas construções também trazem essa lembrança, a exemplo da Igreja Nossa Senhora da Soledade, onde existia antigamente uma capela e um cemitério. Segundo os moradores mais antigos, foi um dos pontos iniciais de povoamento de Acupe, como também algumas residências antigas que guardam as lembranças dos antigos moradores (Figura 24).

Figura 24. a) Entrada da sede do Distrito (rua principal), b) Igreja Nossa Senhora da Soledade c) uma das casas mais antigas do Distrito.



Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo, 2011.

O distrito de Acupe possui atualmente mais de 1000 mil famílias que contam com serviços de saúde distribuídos em duas Unidades de Planejamento da Saúde Familiar (PSF) e um Posto de Atendimento (PA).

Há dois anos, está sendo construído o hospital de Acupe no espaço onde funcionava o antigo posto de saúde. “O que a gente espera é que problemas de falta de remédio, a capacidade de atender melhore com esse hospital, porque só os PSF e o PA, não dá conta não, às vezes tem que ir para Santo Amaro ou outro lugar mais distante” (Morador de Acupe, pesquisa de campo, 2011).

Na educação, existem atualmente 7 escolas, sendo 1 estadual, o Colégio Estadual Castro Alves; 5 municipais, a exemplo da Escola Municipal Coronel José Antônio Torres (nome em homenagem à família Torres, antigamente proprietária de grandes extensões de terra em Acupe); o Centro Educacional Municipal de Acupe, dentre outros da rede municipal e 1 particular, a Instituição de Ensino Ouro do Mar, criada pela Associação de Pescadores e Marisqueiras de Acupe (Figura 25).

No que tange à rede pública, os moradores questionam a falta de estrutura de algumas escolas para a demanda existente no distrito, o que ocasiona muitas vezes o desinteresse de pais e/ou alunos a buscar matrículas nas mesmas, visto que a maioria da população não tem condições de pagar para seus filhos estudarem nas escolas particulares e/ou já estão em séries mais avançadas.

Uma característica importante no distrito é a atuação das Obras Assistenciais Comunitárias da Vila de Acupe, que foi criada em 1988 e tem como principal objetivo:

A tarefa de promover a melhoria das condições sócio-culturais da população, em especial das crianças, adolescentes e jovens, através do processo de oferta e ampliação de novas aprendizagens interdisciplinares, que privilegiam a escuta sensível, os valores humanitários a solidariedade e o compromisso com o exercício da cidadania (OACVA, 2009, pág 1).³¹

As Obras Assistenciais são uma sociedade civil, sem fins lucrativos, pertencente à diocese de Salvador³² e com apoio da Igreja Católica Italiana. O processo de atuação em Acupe iniciou, no ano de 1983, quando a missionária italiana Anna Sironi visitou o distrito, porém a mesma já desenvolvia trabalhos em Salvador, desde 1965, quando veio morar no Brasil.

Em 1983, a missionária leiga visitou Acupe, a 120 quilômetros de Salvador, e logo se enamorou daquele lugar feito de ruas de terra e areia, casas pobres e sem eletricidade. << Mas, sobretudo, me tocou a feição das pessoas e sua forma de caminhar>>, explica Anna, << [...] Em sua maioria, os homens são pescadores,

³¹Citação retirada do Relatório de Atividades do ano de 2009, das Obras Assistenciais Comunitária da Vila de Acupe, abreviada por nós como OACVA, cedido pela diretoria.

³²As Obras Sociais de Acupe agora pertencem à diocese de Salvador, porque antes de morrer Anna Sironi doou a sua casa e a escola materna “Santa Rita” à Fundação “Dom Avelar Brandão Vivala”.

poucos agricultores; enquanto as mulheres são marisqueiras, isto é recolhem pequenos frutos do mar>> (BOVE, 2005, p. 109).

Anna Sironi atuou em Acupe até seu falecimento em 1990. Conseguiu importantes conquistas iniciais e trabalhos na comunidade, a exemplo da Escola Infantil Santa Rita, em 1985, dentre outros trabalhos realizados. Atualmente as Obras Assistenciais encontram-se dirigidas por outros responsáveis, incluindo a senhora Ernestina Cornacchia, que vem desempenhando um importante papel social junto aos demais dirigentes no distrito.

As Obras Assistenciais atuam no distrito em várias vertentes, desenvolvendo diversas atividades, dentre elas destacamos (figura 25):

- Escola Infantil Anna Sironi, que atende mais de 100 crianças em turno integral; Centro de Formação São Benedito, que oferece, dentre suas atividades, oficinas de dança clássica, capoeira e artes plásticas; Biblioteca Comunitária Anna Sironi, que funciona todos os dias da semana e conta com mais de 2000 títulos de livros e filmes; Telecentro Comunitário de Acupe, que possibilita a inclusão de jovens e adultos do distrito; Centro Cultural Dom Helder Câmara, que abrande um espaço onde são desenvolvidos encontros, apresentações culturais, dentre outros. Neste também há o Cineclube de Acupe, que promove todas as quartas-feiras amostra de filmes para a comunidade; Rádio Comunitária Esperança que funciona através de alto-falantes espalhados pelo distrito, levando informações atuais sobre diversos temas (educação, cidadania, política, cultura, dentre outros) à comunidade.

Figura 25. A) Biblioteca Comunitária, b) Rádio Comunitária e c) Centro de Formação São Benedito.



Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo, 2012.

No distrito de Acupe, também existe o Centro de Desenvolvimento Social de Acupe (CEDESA), que realiza cursos profissionalizantes gratuitos para jovens e adultos da comunidade (ex: cursos de Corte e Costura, Bijuteria). Neste, existe a Cooperativa Popular

dos Artesãos de Acupe formada, desde 2003, por um grupo de moradores de Acupe que tem como objetivo a geração de renda a partir de alternativas sustentáveis na criação de artesanato em geral, artigos de confecção e moda (ex: moda praia, tapetes) (Figura 26).

Um dos trabalhos desenvolvidos pela cooperativa é a confecção de diversos produtos através da papietagem, que se dá a partir da reciclagem de papel, sendo, portanto, considerado uma fonte de renda sustentável e criativa do grupo. Os produtos confeccionados são comercializados no distrito e em feiras de artesanato realizadas em outros municípios e estados.

Figura 26. Centro de Desenvolvimento Social de Acupe



Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo, 2012.

Segundo integrantes do CEDESA e da Cooperativa, as Obras Assistenciais têm grande importância no trabalho realizado por eles. Atuam como parceiros, trazendo cursos para o CEDESA, colaborando com o fortalecimento da Cooperativa, dentre outras ações.

Para os moradores locais que fizeram cursos no CEDESA, os aspectos culturais são bastante trabalhados. Os desenhos refletindo a atividade da pesca artesanal e da mariscagem, as artes construídas com o formato de espécies de pescado, as danças e manifestações culturais existentes retratadas nas telas são sempre explorados nos cursos. Para esses moradores, é uma forma importante de valorização e fortalecimento da cultura local, principalmente para os jovens.

Nesse sentido, observamos algumas importantes manifestações culturais em Acupe, a exemplo do Grupo Cultural Negro Fugido de Acupe, que se apresenta sempre durante os domingos do mês de julho no distrito. Nas apresentações são realizadas encenações sobre a perseguição dos escravos que fugiam dos engenhos, sua captura e o momento de sua libertação com a obtenção da carta de alforria.

O nego fugido é uma das mais importantes lembranças de nossa cultura, sempre nos preocupamos em resgatá-lo, valorizar e manter viva sua história, assim como das

outras manifestações que existem aqui, várias pessoas que vêm de fora se encantam com as apresentações, com toda a riqueza que é contada a história dos negros escravos (Entrevista, pesquisa de campo, 2012).

Diversos personagens compõem as apresentações, a exemplo das negras, que representam os escravos fujões, os caçadores em suas saias de folha de bananeira, o rei que representa os senhores do engenho, dentre outros (Figuras 27).

Figuras 27. Apresentação cultural do Nego em Acupe – 2012.



Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo, 2012.

Outro grupo existente é o Caretas de Acupe, popularmente conhecido como os mascarados. O grupo surgiu em 1850 ainda no engenho Acupe. Segundo o responsável pelo grupo, a origem está nos negros escravos que surgiram mascarados correndo em uma festa do Senhor. A partir de então foi passada a tradição de geração em geração, até os dias atuais (Figura 28).

Figuras 28. a) Apresentação dos Caretas, b) Mandús e Bombachas em Acupe – 2012.



Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo, 2012.

Podemos observar na figura 28b que existem também os Mandús, personagens históricos do Recôncavo Baiano, e os Bombachos,

Os mandús desfilavam vestidos com um paletó preto e calças compridas. Os braços amarrados eram substituídos por um cabo de vassoura, presos ao tronco. Na cabeça traziam uma urupemba revestida por um lençol branco, deixando-se apenas dois orifícios a altura dos olhos. Os bombachos, mulheres envoltas de lençóis estampados, eram as únicas máscaras femininas (RAMOS, 1996, p.102).

O samba de roda, também com forte participação na cultura de Acupe, é originário da época da escravidão, quando os escravos se reuniam à noite para se divertir. No distrito existe o grupo Samba de Roda Raízes de Acupe (Figura 29), organizado e registrado em 23 de junho de 2006.

O grupo de samba de roda de Acupe, segundo os integrantes, tem o papel de manter viva a cultura do samba de roda. Segundo a presidente do grupo,

O samba de roda é muito antigo, desde os negros escravos. Aqui em Acupe, ele começa quando os pescadores, marisqueiras se reuniam à noite para falar como foi seu dia e outras coisas, aí depois puxavam a chula (música típica daqui da região) e começava a roda de samba. Naquela época não tinha violão, era o pandeiro, o tamborim, o tambor. Quando foi em junho de 2006, o grupo foi organizado e registrado oficialmente e desde lá quando convidam a gente toca aqui, em outras cidades. A gente quer manter viva a cultura do samba de roda, que seja passada de geração a geração (Entrevista, pesquisa de campo, 2012).

Figura 29. Apresentação do grupo Samba de Roda Raízes de Acupe no Distrito – 2012.



Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo, 2012.

Outros exemplos de manifestações culturais no distrito é a Corrida de Canoa, realizada nas salinas, sempre no domingo de carnaval, em que diversos pescadores concorrem ao título, a Feira do Porto, que é um evento local realizado na semana santa, nas proximidades do porto, onde são montadas barracas para a comercialização dos pescados e comidas. A Feira conta também com a participação de bandas e blocos desfilando nas ruas, dentre outros.

No aspecto religioso, o distrito se divide entre o candomblé, o catolicismo e o protestantismo. Nesse contexto, podemos observar que Acupe tem uma cultura rica, que procura sempre manter viva sua história e de seus antepassados.

A economia local, conforme mencionado anteriormente, é baseada na pesca artesanal e na mariscagem. Apesar da existência de alguns moradores que possuem comércios, outros que se dedicam à agricultura como forma complementar à pesca artesanal ou que trabalham no setor público (escolas, prefeitura, administração), a pesca artesanal é considerada como a base econômica do distrito (Figuras 30).

Os produtos são comercializados nas peixarias existentes no distrito e através de atravessadores que compram das mãos dos pescadores artesanais e marisqueiras para revenderem em feiras, restaurantes em outros municípios.

Nesse contexto compreendemos, conforme mencionado no início do presente capítulo, que à medida que pescadores artesanais e marisqueiras se apropriam do espaço e ali desenvolvem suas atividades, eles estão construindo seus territórios, o território da pesca artesanal e da mariscagem.

Figuras 30. Atividade da Mariscagem e Pesca no distrito de Acupe (BA)



Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo, 2012.

Porém, também há no distrito, desde a década de 1980, a presença da atividade da carcinicultura. Atualmente esta se desenvolve em três fazendas (aqui consideramos os maiores empreendimentos) e em alguns viveiros particulares. Na carcinicultura, destacamos principalmente o espaço por estas apropriado para a prática de suas atividades, que na maioria das vezes é o mesmo espaço utilizado por pescadores artesanais e principalmente pelas marisqueiras. Assim, o espaço apropriado pela carcinicultura é, em síntese, expropriado dos pescadores.

O processo de desenvolvimento da carcinicultura é totalmente diferenciado da pesca artesanal, principalmente na utilização que as mesmas fazem da área de manguezal. Na pesca

artesanal, esse espaço é utilizado para a captura de diversos mariscos que garantem a renda econômica de inúmeras famílias, enquanto que na carcinicultura essa vegetação é retirada para dar lugar aos viveiros de cultivo de camarão.

Nessa perspectiva é que buscamos analisar como se dá a produção do espaço no distrito de Acupe, pelas atividades da pesca artesanal e da carcinicultura, desde a forma com que essa se apropria da natureza, como esta se desenvolve, sua estrutura produtiva e comercial, dentre outras. Para assim, podermos compreender como se dá a construção de seus territórios, seus limites e suas principais características.

5.2 PESCADORES E MARISQUEIRAS DE ACUPE (BA): SABERES E PRÁTICAS NA RELAÇÃO COM A NATUREZA

Desde pequeno meu pai me levava pro mar, eu ia e aprendia tudo que ele me ensinava. Ele dizia como pegar na rede, como saber onde tem peixe e a hora de puxar o pescado. No mangue, ele me ensinava como andar, por onde pisar e até mesmo desatolar, onde tinha caranguejo, onde o sururu estava e como pegar as ostras sem se cortar. Tudo isso eu aprendi com meus pais, da pesca a gente entende como ninguém, a gente pode até não saber os nomes chique e tudo mais, mas na hora de ir pro mar, a gente sabe o que faz!

(Pescador – Acupe³³)

A atividade da pesca artesanal em Acupe, conforme observado, tem suas origens desde a presença das populações indígenas litorâneas e se consolidou, principalmente, após a libertação dos escravos. Visto que na época a terra já se encontrava concentrada nas mãos de alguns proprietários, então, a única forma que os negros conseguiram para sobreviver foi o trabalho no manguezal e no mar. “Gabriel de Soares de Souza, no final do século XVI, registrou atividades de pesca em áreas de manguezal por populações indígenas litorâneas, notadamente dos Tupinambás que habitavam a área da BTS (SOUZA, 2000 apud SOUTO, 2004, pág. 27).

Desde então, todo o conhecimento da atividade passou a ser ensinado aos filhos, netos e assim sucessivamente, tornando-a até hoje a única fonte de renda de inúmeras famílias existentes no distrito.

De acordo com os dados do MPA-BA, o município de Santo Amaro possui 3.768 mil pescadores cadastrados no RGP referente ao ano de 2011. Porém, cabe destacar que, segundo

33 Depoimento de um pescador do distrito de Acupe (BA), em pesquisa de campo. Janeiro de 2012.

a Colônia de Pesca e as Associações de Pescadores existentes no Município, esse número é superior. Pois, o município de Santo Amaro possui três comunidades pesqueiras: o distrito de Acupe e os subdistritos de Itapema e São Brás, nessas ainda incluímos a comunidade do Bangala (onde está o Assentamento Santa Catarina) que também possui pessoas que se dedicam à mariscagem, dentre as suas atividades.

Além disso, conforme observado na discussão do terceiro capítulo, diversos pescadores não são cadastrados no RGP, o que reforça a afirmativa de que no município o quantitativo de pescadores (as) existentes é superior.

O distrito de Acupe possui atualmente, segundo dados obtidos junto à comunidade, cerca de 10 mil habitantes; destes mais de 5 mil são pescadores artesanais e marisqueiras. Apesar do quantitativo supracitado ser diferente do apresentado no Censo Demográfico do IBGE (2010), que é de 7.451 mil habitantes, a afirmativa da comunidade ganha significância quando analisamos os dados obtidos pela mesma junto ao sistema de saúde local, que indica a existência de 2.760 mil residências no distrito. Assim, multiplicando este pela média de 3 a 4 pessoas por casa, temos a média total de 8 a 11 mil habitantes.

Tal fato tem levado a população local a questionar os dados apresentados no Censo Demográfico do IBGE (2010), o que demonstra a necessidade da realização de um levantamento estatístico mais detalhado no distrito. Nesse caso, não deve se aplicar somente em termos de população, mas principalmente uma estatística pesqueira, visto a importância e necessidade desses dados para o planejamento e aplicação eficaz de políticas públicas voltadas à atividade.

5.2.1 Organização institucional da atividade

Os pescadores e marisqueiras de Acupe se encontram organizados na Colônia de Pesca Z-27 e na Associação de Pescadores e Marisqueiras Ouro do Mar, ambas situadas no distrito (Figura 31).

A Colônia de Pescadores Z-27, de acordo com a 1ª ata de reunião, foi criada em 1970 e possui, atualmente, aproximadamente 2.000 mil pescadores e marisqueiras cadastrados. Nesta, além dos pescadores de Acupe, há também pescadores de São Brás, Bangala e Santo Amaro cadastrados.

De acordo com o atual presidente, senhor Carlos Augusto, – que já está em seu segundo mandato –, a Colônia tem o papel de organizar e controlar a atividade pesqueira no

distrito. Os associados têm o direito ao “seguro defeso” e ao auxílio no processo de aposentadoria, dentre outros benefícios respectivos à pesca artesanal.

Figuras 31. a) Associação de Pescadores e b) Marisqueira Ouro do Mar e Colônia de Pescadores Z-27.



Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo, 2010.

A atuação das Colônias de pesca no Brasil e, conseqüentemente na Bahia, é bastante complexa, visto a forma com que estas foram criadas e seguiram atuando no decorrer dos anos. Muitas ainda possuem na presidência pessoas alheias à atividade da pesca, que acabam não lutando diretamente pelo que os pescadores necessitam e muitas vezes até indo contra aos interesses destes.

Para os pescadores (as) de Acupe, a Colônia poderia trabalhar de forma mais próxima dos mesmos, auxiliando-os em suas diversas lutas, na busca de novos projetos de melhoria social. Pois, o principal papel desta, além de representá-los, é ser um espaço onde possam discutir e reivindicar seus direitos, pensar estratégias de luta e defesa e debater assuntos relacionados à atividade.

A Associação de Pescadores e Marisqueiras Ouro do Mar foi fundada em 1996 e possui 1.163 mil pescadores e marisqueiras associados. De acordo com o atual presidente, senhor Nelson, que está no cargo há três anos, a Associação trabalha sempre na busca de novos projetos que auxiliem os pescadores em suas atividades.

Cabe destacar que assim como há pescadores de outras localidades cadastrados na Colônia e na Associação do distrito, há também pescadores que são cadastrados em outras Colônias e Associações, em Santo Amaro, Saubara, dentre outros.

No Distrito também há a atuação do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), através de um grupo que representa a organização local. Esse grupo também integra a Associação dos Remanescentes de Quilombos de Acupe.

No que tange à questão quilombola no distrito, de acordo com os integrantes da Associação, há bastante tempo os mesmos vinham tentando o reconhecimento da comunidade como Remanescentes de Quilombos, porém de forma ainda dispersa. Somente no ano de 2008, essa questão passou a ser trabalhada mais intensamente, até que, no ano de 2010, a comunidade foi certificada pela Fundação Cultural Palmares e alguns meses depois foi criada a Associação dos Remanescentes de Quilombo de Acupe.

Aqui, a gente sempre lutou para ser reconhecido como quilombola, por toda nossa história, nossas origens, a gente sabe que é remanescente de quilombo. Na época de construir o relatório, nós fizemos uma pesquisa enorme, fomos atrás de fotografias antigas, atrás das ruínas dos engenhos, entrevistamos os moradores mais antigos, fomos de casa em casa conversando com a comunidade, explicando, foi um trabalho! O processo mesmo de reconhecimento nosso, durou quase dois anos, até que a comunidade compreendeu e começou a se reconhecer. Essa questão tá começando a se fortalecer por aqui, porque como disse o reconhecimento da maioria ainda é recente (Quilombola de Acupe – entrevista, 2012).

A Associação Quilombola, assim chamada pela comunidade, vem desenvolvendo um trabalho bem próximo à mesma. Em poucos anos de existência, já conseguiu importantes projetos, a exemplo do projeto das carroças entregues em março deste ano (2012) (Figura 32).

Figuras 32. Entrega das Carroças as marisqueiras de Acupe – 2012.



Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo, 2012.

O projeto das carroças foi enviado, em agosto de 2011, para a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE). Esse projeto visava à aquisição de três carroças com os respectivos animais para fazer o transporte dos mariscos da área de capturas até a residência das marisqueiras, visto que estas têm de percorrer mais de 6 km com balaios cheios de marisco na cabeça. Além das carroças, o projeto ganhou também a realização de um seminário sobre doenças ocupacionais, voltadas à atividade da mariscagem, que será realizado posteriormente.

Dessa forma, podemos observar que a Associação Quilombola tem buscado trabalhar de forma próxima à comunidade, buscando projetos e ações que auxiliem e/ou melhorem as condições de trabalho dos pescadores artesanais e marisqueiras do distrito. Frequentemente, há reuniões com os pescadores e marisqueiras para discutir o desenvolvimento da atividade no distrito, expor as dificuldades e problemas existentes e pensar juntos novas estratégias e ações.

5.2.2 Estrutura produtiva e comercial da pesca artesanal

A atividade da pesca artesanal e da mariscagem em Acupe se caracteriza, principalmente, pela forma como esta desenvolve suas atividades. As relações estabelecidas entre estes e o ambiente, os instrumentos e as técnicas utilizadas, as relações de produção e o cabedal de conhecimento que os mesmos possuem sobre o mar e a arte da pesca caracteriza-os enquanto pescadores (as) artesanais tradicionais (DIEGUES, 2004; MALDONADO 1986).

Para Diegues, esse conhecimento “é empírico e prático, combinando informações sobre o comportamento dos peixes, taxonomias e classificações de espécies e *habitat*, assegurando capturas regulares e, muitas vezes, a sustentabilidade, a longo prazo, das atividades pesqueiras” (DIEGUES, 2004, p. 31). No que tange à tradição, a mesma está relacionada com

[...] cerne da própria pesca artesanal: o domínio do saber-fazer e do conhecer que forma o cerne da “profissão”. Esta é entendida como o domínio de um conjunto de conhecimentos e técnicas que permitem ao pescador se reproduzir enquanto tal. Esse controle da arte da pesca se aprende com “os mais velhos” e com a experiência (DIEGUES, 2004, p. 87).

Todo esse conhecimento e tradição, podemos observar no desenvolvimento da pesca e da mariscagem em Acupe. Desde o reconhecimento das espécies de pescados, da identificação de lugares pesqueiros através da cor e/ou movimento das águas, dos melhores horários e dias para as pescarias de determinadas espécies, dentre outros. Nesse sentido, outra característica local importante é a existência de diversos pescadores mais velhos, alguns já aposentados, mas que mantêm viva a tradição de passar o conhecimento aos mais novos.

Olhe, eu pesco desde pequeno, meu pai me levava pra pescaria e me ensinava como jogar a rede...eu já pesquei muito por aqui, já ensinei a muita gente...hoje eu não pesco mais, mas não consigo largar a pesca, fico aqui trabalhando consertando as redes. Hoje o povo tá inventando um monte de coisa nova para saber onde os peixes tão, onde é fundo, raso e um monte de coisa...mas isso eu aprendi foi na prática, só

basta olhar pro mar e a gente sabe onde vai achar nossos pesqueiros, nunca precisei disso não! (Pescador de Acupe – entrevista, 2011).

No distrito, conforme já citado, há atualmente mais de 5 mil pescadores artesanais, que desenvolvem tanto a pesca em alto mar, quanto a mariscagem nas áreas de manguezal e no seu entorno. A maioria destes vive diretamente da pesca artesanal, com exceção de alguns que desenvolvem a atividade da agricultura de maneira complementar a sua renda.

Na classificação por gênero, cerca de 2 mil são mulheres e os demais homens, ambos com faixa etária entre 18 e 65 anos. Cabe destacar que, na prática da atividade, apesar do predomínio de homens na pesca realizada em alto mar e nos rios, há várias mulheres que praticam a atividade com seus esposos. Como, também, há grupos de mulheres que pescam nos rios, algumas delas com idade superior a 50 anos (Figura 33).

Figura 33. Mulheres na atividade da pesca no rio.



Fonte: Kássia Rios, 2012.

A frota pesqueira de Acupe é composta principalmente por canoas a remo. Estas são “movidadas a remo ou a vela, confeccionadas de madeira (jaqueira ou marmeleiro), com comprimento variando entre 3 e 11 metros” (SEAP *et al*, 2006, pág. 342).

Outro tipo de embarcação utilizada no distrito são os barcos de fibra movidos a motor ou a remo (Figura 34), além da presença de algumas catraias (popularmente conhecida como bote a remo) e algumas lanchas. No total, de acordo com os pescadores (as) locais, há em Acupe mais de 200 embarcações. Estas ficam guardadas no porto e nas áreas próximas a este.

Podemos observar, através do quantitativo de embarcações, que muitos pescadores não possuem seus próprios barcos, dessa forma há no distrito pessoas que alugam seus barcos aos pescadores que não possuem o mesmo. O valor cobrado pelo aluguel é de cinco reais o dia.

Figura 34. Tipos de embarcações utilizadas no distrito de Acupe – Santo Amaro (BA)



a) canoa a remo b) barco de fibra motorizado c) barco de fibra a remo

Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo, 2011.

Tal fato nos remete às considerações apontadas por Diegues no segundo capítulo, em que a pesca artesanal se caracteriza dentre outras pela diferença na propriedade dos meios de produção, pois estes agora, em sua maioria, são individuais. Nesse cenário, observamos a criação de uma estratificação social em que a mais valia gerada pelos pescadores é entregue aos donos dos meios de produção.

Aquí tem muito pescador que não tem barco, enquanto tem pessoas aqui que têm uma frota, 5, 6 canoas e daí eles alugam para gente, 5 reais por dia. Quando o barco é a motor a gente compra o óleo na mão de um atravessador, que traz de Santo Amaro e de outros lugares para vender pra gente, porque aqui não tem posto nenhum perto (Pescador de Acupe – entrevista, 2012).

A compra das embarcações de madeira é realizada principalmente nos municípios de Cachoeira, Maragogipe e Santo Estevão enquanto que as de casco de fibra são compradas nos municípios de Salvador, Feira de Santana e Candeias. A média de preço das embarcações de acordo com os pescadores entrevistados é de R\$ 3.500,00 mil, as canoas a remo e de 6.000,00 mil, os barcos motorizados.

De acordo com o Boletim Estatístico da Pesca Marítima e Estuarina do Nordeste do Brasil (2006), “no estado da Bahia cinquenta e cinco aparelhos de pesca são utilizados nas pescarias realizadas nos 347 locais de desembarque existentes no estado” (SEAP *et al*, 2006,

pág. 344). Em Acupe, os pescadores utilizam diversas artes para pesca: linha, rede de espera, redinha, camomona, ressa, calão, arraiera, camarãozeira, grozeira, munzuá, caçoeira, caça e pesca, dentre outras (Figuras 35).

Segundo os pescadores entrevistados, a redinha (rede de arrasto de médio porte) é bastante utilizada pelos pescadores para pesca de camarão e alguns peixes, assim como a ressa, sendo que essa última é mais utilizada para camarões graúdos, além dos peixes.

Na pesca de redinha, a gente vai de canoa a remo ou motor, vai umas 4 a 5 pessoas, uma delas é o mestre, ele que é o responsável pela rede...chegando lá a gente desce, começa a soltar a redinha. Primeiro nós cerca o lance, depois quando tá apertado a gente começa a puxar a rede para dentro da canoa e tira os camarão e os peixe. Já na ressa essa aí é mais fácil, vai duas, três, tem pescador que vai até sozinho, essa aí a gente joga a rede lá e espera o camarão emalhar, até que a gente puxa o fundo da rede e vai tirando os camarão tudo emalhado (Pescador de Acupe - entrevista, 2012).

Podemos observar, no relato do pescador, a presença do “mestre”. Este segundo é o responsável pela rede, pela pescaria. Possui ampla experiência, possui o conhecimento dos lugares de pesca (muitos deles guardados em segredo), as melhores rotas, a forma de jogar a arte, dentre outros. O principal papel do mestre durante a pescaria é garantir o sucesso e a segurança da mesma.

Figura 35. Artes de pesca utilizada em Acupe: a) redinha, b) ressa, c) muzuzá, d) linha).



Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo, 2012.

Outra arte também utilizada é o munzuá, uma espécie de armadilha para captura de siri. Nessa arte, são colocadas iscas no centro, que servem para atrair os siris, que acabam ficando presos dentro da mesma. Os pescadores deixam em média de 8 a 10 gaiolas, num

período de 6 a 8 horas de espera até irem retirá-las. Porém há alguns que deixam os munzuás de um dia para o outro. Quando “a isca é boa” uma gaiola chega a pegar mais de 50 siris.

A pesca de linha, embora em proporções menores que as demais, também é uma modalidade desenvolvida no distrito por alguns pescadores para a pesca, por exemplo, da espécie robalo.

No que tange à propriedade das redes de pesca, cerca de 40% dos pescadores possuem suas redes, os que não possuem utilizam as redes dos outros no sistema de “acordo”. Esse acordo se dá com a inserção “da rede” na divisão do valor adquirido com a pescaria, por exemplo, na pesca de redinha (com 4 pescadores), em que o valor é dividido em 50% para o mestre e para a rede e 50% para os outros 3 pescadores. Se o mestre for também o dono da rede (o que acontece na maioria das vezes) este receberá os 50% sozinho.

Cabe destacar que essa divisão é feita somente após retirar o valor gasto com o aluguel do barco (se for o caso), a isca (na grozeira) e o óleo (no caso de barcos a motor), como também essa se diferencia de acordo com a arte utilizada. Quando a pescaria é realizada entre familiares e/ou grupos, podem existir outras formas de divisão.

Ainda em relação às artes de pesca utilizadas, algumas são compradas prontas e outras são fabricadas no próprio distrito. As redes são compradas principalmente nos municípios de Salvador, Feira de Santana, Candeias e Santo Amaro. Já os materiais para a sua confecção e/ou conserto das redes e de outras artes (nylon, cordas, anzóis) são adquiridos em Salvador e Feira de Santana.

Podemos observar, diariamente, pescadores confeccionando/consertando suas artes nas ruas e principalmente nas proximidades do porto, onde há a “casa das redes”, um pequeno galpão coberto, onde pescadores apoiam estas para secar, para consertá-las, dentre outras (figuras 36). Outro local existente são os chamados “tijupás”, que são pequenas casas que servem para guardar as artes de pesca (Figura 36c).

Figuras 36. a) Casa das redes, b) pescadores trabalhando nas artes de pesca e c) tijupás.



Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo, 2012.

Em Acupe, as espécies mais capturadas pelos pescadores são: robalo, pescada branca, bagre branco, corvina, tainha, sardinha, tainha, xangó, arraia, carapeba, sortera, xaréu, camarão branco e camarão rajado, dentre outras. Dentre essas, a espécie mais cara é o robalo. Este, a depender da época, chega a custar 20 reais o quilo, assim como a pescada e o camarão.

Figura 37. Espécies de peixes capturadas em Acupe. Da esquerda para direita: bagre branco, dentão, mirocaia, tainha, solteira, robalo, xaréu, cabeçudo, carapeba, barbudo.



Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo, 2012.

Cabe destacar que há meses em que se tem uma maior quantidade e variedade de espécies, enquanto em outros essa quantidade é inferior. No inverno, de acordo com os pescadores entrevistados, a pesca é mais interna (estuário/rios), devido às condições da maré e aos riscos que a pescaria apresenta, diferentemente do verão quando a pesca se dá mais distante.

No verão tem peixe que a gente pega mais, curvina, a arraia, o robalo. O camarão também dá mais no verão, porque no inverno ele se esconde no fundo. No inverno dá sardinha, xangó...no verão a gente ganha mais dinheiro, no inverno diminui, mas a gente se vira, muda a arte, muda o lugar, a gente só vive da pesca, então não pode ficar parado! (Pescador de Acupe – entrevista, 2011).

A comercialização dos produtos se dá na própria comunidade (moradores, peixarias, restaurantes) (Figuras 38) e principalmente através dos atravessadores que revendem os pescados para as feiras, restaurantes, mercados, dentre outros.

Figura 38. Comercialização do pescado para as peixarias, a comunidade e os atravessadores.



Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo, 2012.

A maioria dos pescadores tem compradores certos, estes que vêm dos municípios de Salvador, Santo Amaro, Feira de Santana, Saubara e São Brás.

De acordo com os pescadores entrevistados, os atravessadores têm um lucro de mais de 50% do valor pago aos pescadores. Como os pescadores não têm condições de armazenamento dos produtos por muito tempo, estes acabam vendendo os peixes por preços significativamente inferiores aos atravessadores. Segundo Kuhn,

É nesse jogo de intermediação que boa parte da renda obtida pelos pescadores artesanais com a produção do pescado é apropriada por outros. É nesse embate com o mercado que o pescador é expropriado da riqueza que produziu com a sua força de trabalho e com o seu conhecimento (KUHNS, 2009, p. 104).

Nesse contexto, cabe destacar a presença de compradores (atravessadores) do próprio distrito. Estes, assim como os atravessadores que vêm de fora, compram os produtos das mãos dos pescadores e ambos comercializam principalmente em Salvador (na feira de São Joaquim, Lagoa do Abaeté, restaurantes), nas feiras de Santo Amaro, Candeias e São Sebastião do Passé, em Alagoinhas, Feira de Santana, Oliveira dos Campinhos, dentre outros.

Dessa forma, podemos observar que a atividade da pesca artesanal possui características específicas em sua forma de se apropriar da natureza e desenvolver suas atividades. A pesca artesanal, mesmo estando inserida no modo de produção capitalista, possui uma forma diferenciada de se desenvolver, em que as relações estabelecidas entre o homem e a natureza produzem um espaço caracterizado por seus costumes, suas tradições, que definem seu modo de vida.

Nesse espaço são desenvolvidas suas territorialidades que vão desde a prática das atividades produtivas pesqueiras até sua reprodução física, social, cultural, econômica, dentre outras. É nesse processo que observamos a construção dos territórios pesqueiros, nessa relação inseparável dos territórios terra e água.

Em Acupe, o espaço na água utilizado pelos pescadores artesanais para o desenvolvimento de suas atividades é bastante amplo, este não se restringe aos limites do distrito, nem do município ao qual pertence. Nas oficinas de geografia e cartografia realizadas, buscamos trabalhar através de mapas e cartas topográficas o reconhecimento do território, suas características e uma possível delimitação.

Inicialmente, foram reconhecidos os limites até onde os pescadores desenvolvem suas atividades, para assim termos uma dimensão da área apropriada. Em seguida foram identificadas suas principais características, como as principais áreas de pesca (identificadas

como áreas fortes), as ilhas, coroas, enseadas, rios, ilhotes, canal e as espécies capturadas, dentre outros (Figura 39).

Figuras 39. Imagens do Território da pesca artesanal de Acupe.



Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo, 2012.

Com base nos dados acima, passamos para o georreferenciamento (através da coleta de pontos com a utilização do GPS) das áreas pesqueiras utilizadas pelos pescadores e identificadas no mapa. O resultado obtido foi a demarcação do território da pesca artesanal – o espaço utilizado pelos pescadores em água para o desenvolvimento das atividades – (figuras 39 e 40).

Na figura 40, podemos observar que o território da pesca artesanal de Acupe, tomando como ponto referencial a vila de Acupe (porto), estende-se ao Norte até o subdistrito de São Brás, dando a volta em toda a Ilha da Cajaíba, chegando a leste próximo ao município de São Francisco do Conde. A seguir passa ao lado da Ilha das Fontes, iniciando certo recuo a sudoeste, em direção ao município de Saubara, onde se estende até o distrito de Bom Jesus dos Pobres.

Cabe destacar a mancha em azul escuro no mapa considerada a área mais forte pelos pescadores em termos de estoques pesqueiros, parte desta denominada de Matanego. Nem todos os pescadores utilizam essa área para a captura dos pescados, devido à distância da mesma em relação à comunidade. “Para ir ao Matanego a gente demora às vezes mais de 3 horas de canoa a remo e o caminho é complicado. Lá a pescaria é boa, mas a maioria dos pescadores fica pelo outro lado mesmo, indo pra Saubara, Santo Amaro e outros lugares.” (Entrevista – Pesquisa de Campo, 2012).

FIGURA 40



5.2.3 A mariscagem e a importância do ecossistema manguezal

A atividade da mariscagem, assim como a pesca, é desenvolvida em Acupe por inúmeras famílias. Ao total, aproximadamente 2.000 mil pessoas vivem diretamente/indiretamente da captura de marisco que é realizada nas áreas de manguezal e no seu entorno. Apesar da atividade ser predominantemente feminina, há presença de vários homens na mesma, principalmente na captura de siri, caranguejo, dentre outros.

Assim como os pescadores, as marisqueiras são cadastradas na Associação de Pescadores e Marisqueiras Ouro do Mar, na Colônia Z-27 e em outras Associações localizadas em municípios e/ou distritos vizinhos. De acordo com as mesmas, o número de marisqueiras não cadastradas é significativo, outras encontram-se em processo de cadastramento.

A maioria das marisqueiras de Acupe desenvolve a atividade seguindo a tradição familiar. A faixa etária predominante é dos 18 aos 65 anos, porém há a presença de algumas crianças que acompanham as mães e outras maiores que auxiliam catando os mariscos. Segundo as mesmas,

Às vezes a gente tem que trazer as crianças, porque não tem com quem ficar, principalmente nas férias da escola. Mas elas ficam mais brincando, ajuda aqui, pega um marisco ali, mas levam na brincadeira. A minha filha mais velha me ajuda na mariscagem, às vezes ela vem, outras vezes ajuda em casa, catando o marisco comigo, ou às vezes cata tudo, quando chego muito cansada e tenho que fazer ainda as coisas da casa (Marisqueira de Acupe - entrevista, 2011).

De acordo com as entrevistas realizadas, os filhos dos pescadores e marisqueiras vêm seguindo a tradição, porém somente nos horários que não atrapalham os estudos. Segundo estes, o seu maior desejo é ver seus filhos alfabetizados, visto que muitos pais não possuem tal formação.

As principais espécies capturadas são: ostra, sururu, aribi, tarioba, bebe fumo, lambreta, caranguejo, siri de mangue, siri mole, aratu, rala coco, rochela, dentre outros que são capturados nas áreas de mangue, nas coroas e nos rios. As espécies mais caras são siri e caranguejo catados, siri mole e aratu. Dependendo da época, o siri catado chega a custar mais de R\$ 20,00 reais e o siri mole R\$ 16,00 a R\$ 18,00 reais.

A rotina das marisqueiras depende sempre da maré. Preferencialmente saem de suas casas às 5, 6 horas da manhã e ficam até às 12, 13 horas, quando a maré começa a encher. A maioria vai a pé, outras vão de canoa devido à distância de algumas áreas de mariscagem.

Figura 41. Algumas espécies de marisco capturadas em Acupe. Da esquerda para direita: aratu, siri de mangue, carangueijo, bebe-fumo, peguari, sururu, tarioba e ostra.



Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo, 2012.

Os instrumentos utilizados para a captura dos mariscos são artesanais, confeccionados por elas mesmas e variam desde pequenos facões (retirar ostra), ganchos (retirar sururu), colher (retirar bebe fumo); para outros, as marisqueiras utilizam as mãos ou os pés (tarioba).

Após a captura, os mariscos são transportados para casa em balaio de cipó, baldes, canecos de alumínio e sacos de linha. Como as áreas de mariscagem são em sua maioria distantes da sede do distrito, as marisqueiras sempre retornam caminhando com o peso dos mariscos nos ombros ou na cabeça. Há também algumas carroças que fazem o transporte dos mariscos até as suas residências, mediante pagamento de uma taxa que é acordada previamente. Após chegar em casa, as marisqueiras lavam os mariscos, cozinham e catam (a exemplo do bebe fumo), para realizar sua comercialização.

Os mariscos, assim como os peixes, são vendidos principalmente aos atravessadores, que vão de porta em porta. Alguns atravessadores são do próprio distrito que compram o marisco e revendem em feiras, outros vêm de fora, dos municípios de Santo Amaro, Salvador, Feira de Santana, Saubara, dentre outros.

De acordo com as marisqueiras, há dois tipos de atravessadores no distrito: os que estão todos os dias comprando, que possuem freezer particular para armazenar o produto e outros que só vêm dia de quarta e sexta.

Os produtos vendidos são comercializados principalmente nas feiras de Santo Amaro, Candeias e Salvador, assim como nos municípios de Madre de Deus e Alagoinhas, dentre outros.

Figuras 42. Prática da atividade da mariscagem em Acupe.



Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo, 2012.

Cabe destacar que nem sempre os mariscos são vendidos no dia. Muitas vezes as marisqueiras têm que armazenar o mesmo, principalmente no inverno, quando, além de armazenar, elas têm que sair procurando compradores. Nesse sentido, ressaltamos os diversos pedidos da comunidade para que seja construído um centro de beneficiamento de mariscos no distrito.

De acordo com as entrevistas realizadas, no inverno a venda cai mais de 60% e a quantidade capturada chega a 1/3 do normal por causa das chuvas. Dentre os motivos apontados para a queda na renda familiar, destacamos a falta de turistas, o que faz as praias ficarem vazias e conseqüentemente diminui a quantidade e frequência dos atravessadores.

No verão a gente pega a média de 2 quilos de bebe fumo por dia, se for ostra, uns 5 quilos e o sururu uns 3 quilos. No verão a gente vende até de 10 reais o bebe fumo, a ostra de 14 e o sururu de 13. Então se viver só da mariscagem dá pra tirar uns 25 a 60 reais por dia dependendo do tipo de marisco e do preço vendido. Agora no inverno, a renda cai bastante (Marisqueira de Acupe – entrevista, 2012).

Nesse contexto, podemos observar a importância da área de manguezal existente no distrito para a sobrevivência de inúmeras famílias. O termo mangue se refere às diferentes espécies de árvores encontradas no ecossistema manguezal.

Para os pescadores e marisqueiras de Acupe, “mangue, além de ser utilizado para identificar os tipos de árvore [...], pode ser também utilizado para se referir ao conjunto delas, ou seja, a vegetação como um todo [...] ou também para designar a associação entre a vegetação e a lama” (SOUTO, 2004, p. 40).

As regiões costeiras do estado da Bahia “apresentam condições muito favoráveis ao desenvolvimento de manguezais, que apresentam maior expansão em toda a região do

Recôncavo e constituem-se de *Rhizophora mangle*, *Laguncularia racemosa* e *Avicennia schaueriana*” (DIEGUES, 2001, p. 188).

Souto (2004) destaca, dentre as áreas com existência do ecossistema manguezal no estado, a BTS que, “por se tratar de um sistema estuarino-lagunar, favorece de forma acentuada o desenvolvimento de densos bosques de mangues” (BRITO, 1997 *apud* SOUTO, 2004, p. 25).

O autor também destaca que apesar do processo de degradação que a Baía vem passando nos últimos anos, através de desmatamentos, contaminação por produtos químicos, ações antrópicas, a mesma ainda representa uma importante fonte de recursos naturais, principalmente para as comunidades tradicionais pesqueiras que vivem em seu entorno (SOUTO, 2004). Nesse sentido Diegues nos ressalta que

A maior concentração de manguezais se dá no litoral dos Estados do Amapá, Pará e Maranhão, mas há também ocorrências importantes nos estuários do Nordeste, especialmente na Bahia [...] Todavia vastas áreas desse ecossistema, notadamente associadas a estuários, estão sofrendo rápidos e progressivos processos de degradação devidos principalmente a ocupações industriais, urbanas e portuária (DIEGUES, 2001 p. 185-186).

Em Acupe, as espécies de manguê identificadas foram: manguê vermelho (*Rhizophora mangle*), manguê branco (*Laguncularia racemosa*) e siriúba (*Avicennia schaueriana*).

O manguê vermelho ou manguê verdadeiro, gênero *Rhizophora*, é uma árvore de casca lisa e clara, que ao ser raspada mostra a cor vermelha [...] a siriúba, gênero *Avicennia*, é uma árvore com casca lisa castanho-claro, quando raspada mostra cor amarelada. A siriúba tem folhas esbranquiçadas por baixo devido a presença de minúsculas escamas [...] O manguê branco, manguê manso ou tinteira, gênero *Laguncularia*, é comumente uma árvore pequena (SCHAEFFER-NOVELLI, 1995, p. 17 - 18).

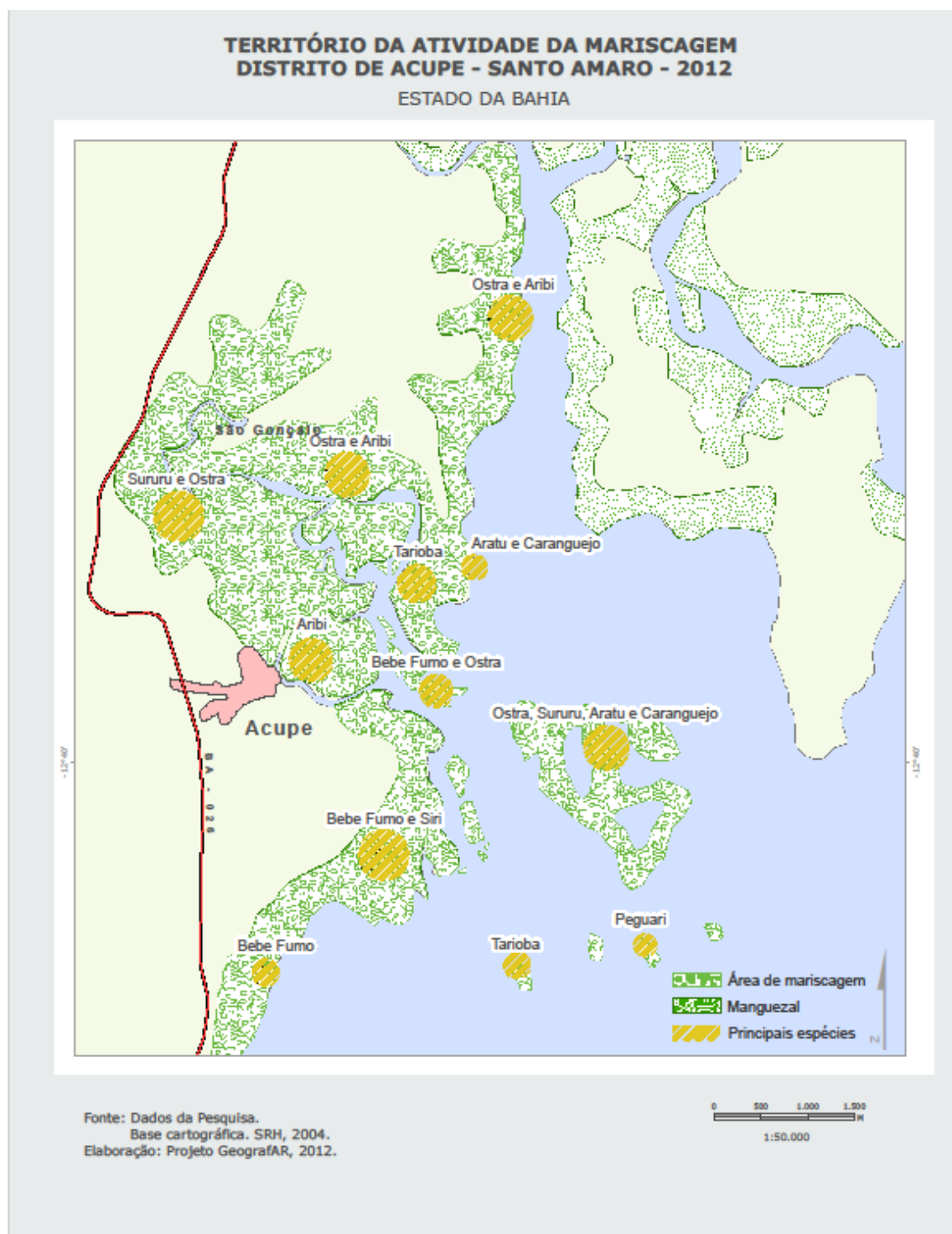
Figura 43. Ecossistema manguezal existente em Acupe.



Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo, 2012.

Através das oficinas de geografia e trabalhos com mapas e cartas topográficas, foi possível identificar o espaço utilizado pelas marisqueiras de Acupe, seus limites, suas características, predomínio de espécies capturadas em pontos específicos e principalmente as condições naturais e de acessibilidade aos mesmos (Figura 44).

FIGURA 44



Com base nesses dados, foi possível realizar a demarcação do espaço utilizado para o desenvolvimento da mariscagem, denominado na presente pesquisa de território da mariscagem de Acupe (Figura 44).

É nesse espaço – manguezal – onde diversas marisqueiras retiram o sustento de suas famílias, através da comercialização de diferentes espécies de mariscos que são capturados. O espaço utilizado para o desenvolvimento da atividade, assim como da pesca artesanal, é bastante amplo, abrange tanto as áreas de manguezais existentes no distrito como outras mais afastadas.

Dentre essas, destacamos os manguezais próximos ao Rio Pardo, o São Gonçalo (mangue), a Saraíba, a Coroa Branca, a Coroa da Tarioba, a Boa do Rio, Enseada Grande, dentre outras denominações dadas pela população aos recortes espaciais utilizados pelas mesmas para o desenvolvimento da atividade.

Nesse sentido, compreendemos que é nesse espaço onde se desenvolvem as relações de produção, pertencimento, identificação e poder, compreendidas na presente pesquisa como o desenvolvimento de suas territorialidades, a sociedade se apropriando e controlando o espaço.

5.2.4 A agricultura e o extrativismo vegetal em Acupe

A atividade agrícola e o extrativismo vegetal são praticados em Acupe por diversos pescadores como forma complementar à renda econômica familiar. De acordo com os moradores do distrito, a maioria das terras utilizadas para agricultura fica em áreas longe da sede do distrito, algumas em outros subdistritos e/ou vilarejos, a exemplo da Baixa Fria, do Murundu e do Bangala.

Esta última trata-se de um pequeno vilarejo onde está localizado o Assentamento de Reforma Agrária Santa Catarina. De acordo com os dados do Projeto Geografar (2010), o assentamento foi criado em 1992, porém este só foi regularizado em 1997 e possui 51 famílias assentadas em uma área de 620 hectares.

Os principais produtos cultivados são a mandioca, aipim, milho, quiabo, banana, cana, dentre outros. Esses são comercializados no distrito e através de atravessadores (milho, farinha, quiabo).

Aqui o aipim e a farinha é bem vendido, o milho também é, mas depende da chuva. O quiabo, o cento já custou 10 reais, hoje tá de 4 reais porque varia o preço com a época. A mandioca aqui a gente vende já a farinha e o beiju, mas há 6 meses a casa de farinha tá parada, mas ela precisa voltar a funcionar, muita gente usa ela (Agricultor – pesquisa de campo, 2012).

Conforme o relato do agricultor, a mandioca é comercializada depois de transformada em farinha e/ou beiju. Em Acupe, de acordo com os moradores mais antigos, existiam diversas casas de farinha, atualmente só existem três, sendo que uma delas, localizada no Bangala, está sem funcionar há mais de seis meses, devido à existência de problemas com a infraestrutura e débitos de energia elétrica.

Atualmente, a saca de farinha custa em média 50 a 60 reais. O produto é comercializado principalmente no distrito (supermercados e comunidade), com exceção de alguns compradores que levam para as comunidades próximas. Visto que a farinha é um dos principais produtos que compõem a dieta alimentar da comunidade.

O processo desenvolvido na casa de farinha existente no distrito de Acupe é 90% manual, pois há na mesma além do forno de “braço” para torrar a farinha, um forno elétrico. A produção se divide em quatro principais etapas: primeiro passa por uma máquina que faz a moagem da mandioca, depois vai para prensa (enxugar a mandioca), em seguida é peneirada e depois torrada no forno manual ou elétrico.

Figuras 45. Etapas da produção da farinha de mandioca na casa de farinha em Acupe.



Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo, 2012.

Outra atividade também desenvolvida pela comunidade de Acupe é o extrativismo vegetal, que é realizado em algumas áreas do distrito e em outras mais distantes. Os principais produtos extraídos são: a piaçava, o cipó e o dendê.

A piaçava é extraída principalmente na Baixa Fria e no Caibongo (áreas mais distantes do distrito) e sua comercialização se dá tanto pela piaçava pura como através pela confecção de vassouras e estopas.

De acordo com os extrativistas que comercializam a piaçava pura, a arroba (medida utilizada para sua comercialização, que corresponde a 15 quilos) da mesma custa em média de 40 a 50 reais. Estas são vendidas para as comunidades próximas ao distrito e para alguns compradores dos municípios de Feira de Santana, Cruz das Almas, dentre outros.

Figura 46. a) Arroba de piaçava e b) produção de vassoura



Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo, 2012.

A outra forma de comercialização da piaçava é através da confecção de vassouras que são vendidas no próprio distrito (diretamente às pessoas da comunidade e em mercadinhos) assim como em algumas comunidades próximas e/ou a pessoas que passam na BR. A madeira utilizada para confecção da vassoura é adquirida principalmente em Feira de Santana.

O cipó é também outro vegetal extraído pelos moradores de Acupe, principalmente nas localidades da Baixa Fria e da Ilha de Cajaíba. Com o cipó, são fabricados cestos e balaios que muitos pescadores e marisqueiras usam para carregar seus peixes e mariscos, além das conhecidas rodas de secar peixes.

Os produtos são confeccionados nas próprias casas dos extrativistas e a comercialização se dá principalmente no próprio distrito. Alguns chegam a ser vendidos nas comunidades próximas e a alguns compradores de fora.

Figura 47. Produtos confeccionados com o cipó: a) Cestas, b) balaios e c) roda de secar peixe.



Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo, 2012.

O dendê é extraído em algumas áreas do distrito (Saraíba, próximo ao Rio Pavão, dentre outros) e na Ilha de Cajaíba. Antigamente, de acordo com os moradores, havia uma fábrica de azeite que comprava o dendê extraído pela comunidade. Atualmente, o mesmo é feito pelas moradoras de Acupe em suas próprias casas, utilizando um pilão de madeira para esmagá-lo.

Figura 48. a) Plantação de dendê em Acupe e b) pilão usado na fabricação do azeite.

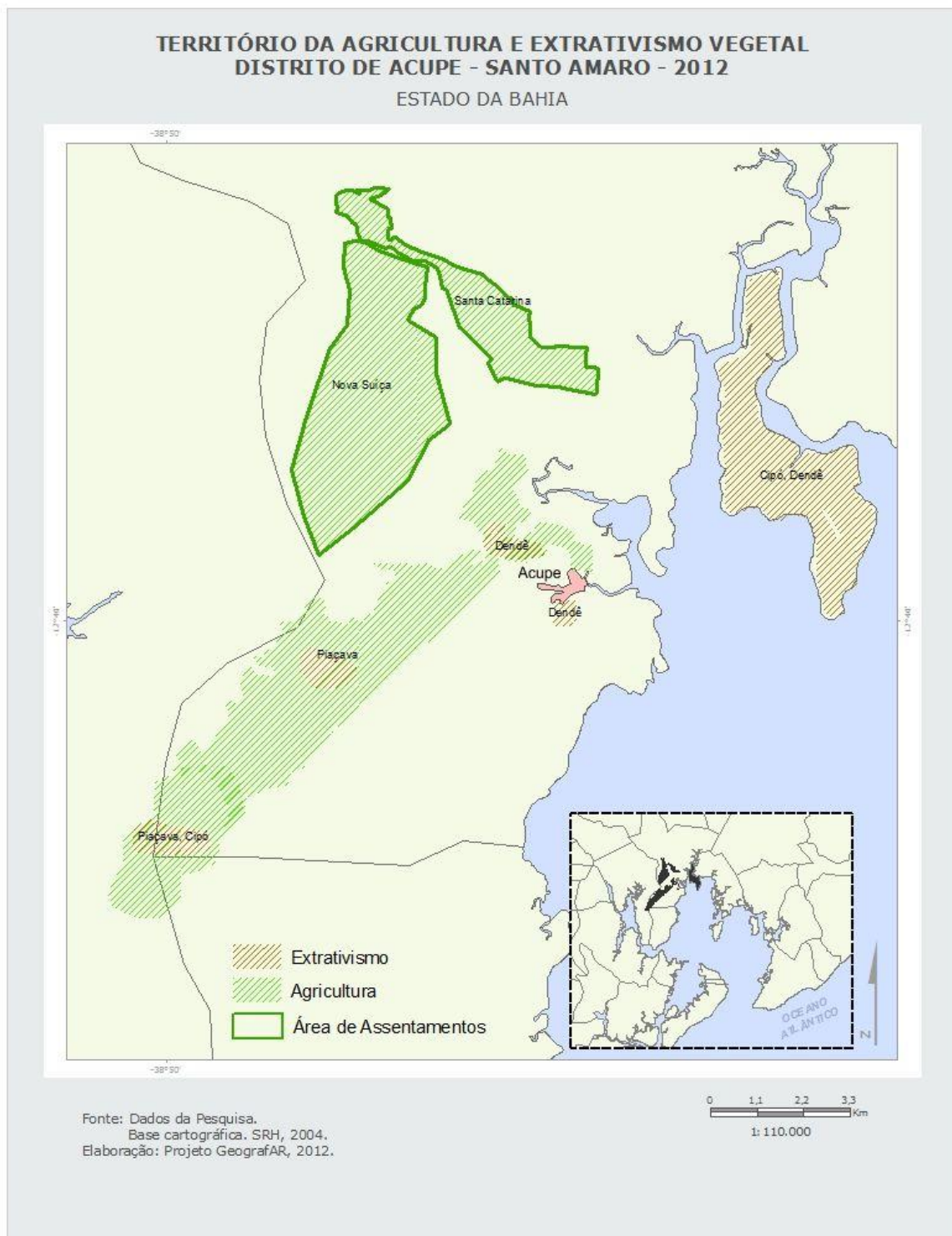


Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo, 2012.

A comercialização é feita principalmente na comunidade e para algumas pessoas de Santo Amaro, Saubara, dentre outras. “A gente usa muito azeite, para fazer os peixes, moquecas e nos restaurantes. A gente vende também as garrafinhas, em média custa 5 reais” (Entrevista, pesquisa de campo, 2012).

Assim como na pesca artesanal e na mariscagem, buscamos trabalhar com a comunidade a localização dos espaços utilizados pelas mesmas para o desenvolvimento das atividades da agricultura e extração vegetal. O resultado foi a demarcação do espaço apropriado para a prática das atividades supracitadas, denominado nesta de território da agricultura e do extrativismo vegetal de Acupe (Figura 49).

FIGURA 49



5.3 TERRITÓRIOS PESQUEIROS E AS CONTRADIÇÕES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Na realidade a gente tem medo dessa moda da aquicultura, de transformar as atividades das comunidades pesqueiras, é o camarão, é a ostra, um monte de coisa que vem sendo colocado nas comunidade da Bahia, dos outros Estados

(Pescador – Bahia³⁴)

A produção do espaço pesqueiro no distrito de Acupe se desenvolve a partir das atividades realizadas pelos pescadores artesanais. Podemos observar que, além da pesca artesanal e da mariscagem, estes desenvolvem outras atividades, como a agricultura e o extrativismo vegetal.

O conjunto dessas atividades é compreendido na presente pesquisa como o território produtivo dos pescadores artesanais (TPPA), visto que é o desenvolvimento dessas atividades nesse respectivo espaço que garante a renda econômica da maioria das famílias existentes do distrito.

Cabe ressaltar que essas atividades abrangem tanto o espaço marítimo como terrestre, tendo em sua interface o ecossistema manguezal, ambiente este de suma importância para a manutenção dos estoques pesqueiros locais e também onde está localizada grande parte dos territórios produtivos dos pescadores artesanais locais.

As áreas de mangue foram utilizadas pelos indígenas mesmo antes da chegada dos colonizadores portugueses, como atestam os depósitos conchíferos, os sambaquis, espalhados pelo litoral brasileiro [...] No período colonial, os manguezais principalmente do Nordeste e do Sudoeste foram utilizados pelas populações humanas que viviam no litoral para diversas finalidades como a extração de madeira para as construções, para a lenha, para a preparação do tantino com que se tingem as redes, para a extração de ostras, para a pesca, etc (DIEGUES, 2001, p. 189).

Nesse contexto, ressaltamos a importância da preservação desse ecossistema e de suas condições naturais, principalmente em um período histórico em que o modo de produção capitalista vem se apropriando cada vez mais das áreas litorâneas para diversos fins industriais, a exemplo da atividade da carcinicultura.

Em Acupe, a atividade da carcinicultura foi implantada na década de 1980, desde então foram construídos diversos viveiros de cultivo de camarão, alguns de porte mais industrial e outros mais artesanais. Porém, o que se destaca é que, assim como a pesca

34 Relato de um pescador do estado da Bahia em pesquisa de campo. Janeiro de 2012.

artesanal, a carcinicultura também constrói suas territorialidades ao se apropriar do espaço para construção dos viveiros e para a prática de suas atividades. Nesse sentido, Vasconcelos contribui quando diz que,

[...] a população litorânea disputa um mesmo espaço geográfico para as mais diversas atividades e finalidades, entre elas, a habitação, a indústria, o comércio, o transporte, a agricultura, a pesca, a aquíicultura, o lazer e o turismo. Torna-se natural que, em um espaço restrito pelo adensamento populacional, grupos distintos disputem uma mesma área para atividades diferentes, muitas vezes conflitantes e até mesmo antagônicas. A ocupação desse espaço concorrido está entre as principais causas de riscos ambientais na zona costeira (VASCONCELOS, 2005, p.16).

Podemos observar que o histórico da atividade pesqueira no país demonstra algumas crises sofridas pelo setor em decorrência de políticas aplicadas sem considerar as condições naturais dos recursos pesqueiros e as consequências destas para a pesca artesanal. Como exemplo, citamos a política da SUDENE que, ao incentivar a pesca industrial, ocasionou a sobrepesca de diversos estoques pesqueiros.

Atualmente, as ações da política pesqueira existente no país e, conseqüentemente, no estado da Bahia, na maioria das vezes estão direcionadas à atividade da aquíicultura. Nas últimas décadas, observamos a constante inserção de empreendimentos industriais das mais diferentes especificidades em áreas de uso das comunidades tradicionais, modificando seu território e principalmente os ambientes naturais utilizados pelas mesmas. Tal fato leva à necessidade de novas ações e políticas voltadas à proteção e preservação desse espaço, compreendido como o território das comunidades tradicionais pesqueiras.

Cabe destacar que não estamos nos referindo somente à existência e ao acesso a esses territórios, mas principalmente às condições naturais para que o mesmo possa existir e garantir a sobrevivência das comunidades tradicionais pesqueiras que ali existe, visto que, muitas vezes, tem-se o acesso garantido, mas as condições naturais estão alteradas de tal forma que o desenvolvimento da atividade fica comprometido.

Partimos da compreensão de que a atividade da carcinicultura, ao se apropriar da natureza, inserir seus viveiros e ali desenvolver suas atividades, está produzindo espaço, que por sua vez terá características diferentes do espaço produzido pela pesca artesanal. Essas diferenças permitem compreender as contradições existentes entre ambas as atividades.

Nessa perspectiva passamos a analisar como se dá a produção do espaço de Acupec a partir da atividade da carcinicultura, sua forma de apropriação da natureza, sua estrutura produtiva, comercial, dentre outras.

5.3.1 A inserção da atividade carcinicultura no distrito

A inserção da carcinicultura em Acupe se deu através da utilização da estrutura de uma antiga salina existente no mesmo. Conforme já observado, na década de 1970, existiam algumas salinas no distrito, a exemplo as salinas da família Torres. Devido a algumas dívidas existentes, a fazenda foi desapropriada e incorporada à propriedade do Estado.

Nesse período, a atividade da carcinicultura estava iniciando o processo de expansão nos estados e, como ocorrido inicialmente no Rio Grande do Norte, as primeiras fazendas foram instaladas utilizando as estruturas das salinas que haviam sido desativadas com a crise da atividade salineira. Na Bahia, a carcinicultura já demonstrava ser uma atividade lucrativa e muitos projetos estavam sendo construídos para a implantação de novas fazendas.

Nesse contexto, durante o governo de João Durval, com a iniciativa de João Henrique – filho do governador e um dos dirigentes da Bahia Pesca na época – e outros, sabendo que em Acupe existiam terras de propriedade do Estado e com uma estrutura que vinha sendo utilizada para instalação dos viveiros, foi decidido instalar uma fazenda de carcinicultura.

As obras de instalação da mesma iniciaram no ano de 1982 e, três anos após – 1985 –, foi inaugurada a Fazenda Experimental Oruabo. De acordo com um dos responsáveis pela atividade da carcinicultura da Bahia Pesca (BP), a empresa inicia suas atividades no estado a partir da Fazenda Oruabo, (figura 50) com o objetivo principal de fomentar a atividade da pesca e aquicultura na Bahia.

De acordo com a BP, até o ano de 2006, a Fazenda Oruabo se dedicou somente ao cultivo do camarão. Depois, com a expansão de suas atividades, a mesma passou a trabalhar com a piscicultura marinha, com a reprodução e alevinagem da espécie bijupirá.

Figura 50. Fazenda Experimental Oruabo – Bahia Pesca no distrito de Acupe.



Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo, 2011.

Além destas atividades, a Fazenda Oruabo também desenvolve um projeto de reprodução e repovoamento de manguezais com o caranguejo Uçá. Esse projeto, segundo a BP, tem dentre seus objetivos a minimização dos impactos ocasionados pela atividade no ecossistema manguezal e nas espécies existentes neste.

A implantação da segunda fazenda de cultivo de camarão em viveiro no distrito ocorre, na década de 90, nas terras da Fazenda Campo Grande. De acordo com os moradores, nesta também existia uma salina, porém a mesma já havia sido desativada há muitos anos.

Na década de 1990, um grupo de chineses comprou parte da Fazenda Campo Grande e instalou os viveiros de cultivo de camarão. Alguns anos após, os mesmos venderam suas terras a outros donos que continuaram o desenvolvimento da atividade. Antigamente, a mesma era conhecida pela população local como “Chinesa”, devido aos antigos donos, porém, de acordo com os dados obtidos atualmente, a mesma chama-se Fazenda Sinorama e está ligada ao grupo MPE, que atua no desenvolvimento da carcinicultura no município de Valença.

Figura 51. Fazenda Sinorama no distrito de Acupe.



Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo, 2011.

No final da década de 1990, início dos anos 2000, é instalado em Acupe o terceiro empreendimento de carcinicultura, de acordo com o Censo da Carcinicultura de 2004, chamada de Fazenda Santo Antônio. Localmente esta é conhecida como Beto Pesca, devido ao nome do proprietário e se encontra instalada próximo às fazendas Oruabo e Bahia Pesca.

Figura 52. Viveiro da fazenda Santo Antônio (Beto Pesca)



Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo, 2012.

Os viveiros que compõem os três empreendimentos citados formam um conjunto de polígonos contínuos no litoral do distrito, conforme podemos observar na imagem de satélite a seguir (Figura 53). A área circulada em vermelho são os viveiros da Fazenda Oruabo da Bahia Pesca; em verde, os da Fazenda Santo Antônio (Beto Pesca) e, em azul, os da Fazenda Sinorama.

Figura 53. Imagem de satélite dos empreendimentos de carcinicultura em Acupe



Fonte: Google earth, 2012. Adaptação: Kássia Rios, 2012.

Cabe destacar que, em Acupe, estamos considerando a existência de dois tipos de cultivo de camarão em viveiro. O primeiro, o qual denominamos de “empreendimentos industriais”, possui dimensão física maior, maior quantidade de viveiros, maior produtividade.

Domina outras etapas do desenvolvimento da atividade além da engorda, e possui uma estrutura física mais industrial, a exemplo das três fazendas supracitadas.

O segundo tipo de cultivo de camarão em viveiro refere-se a alguns viveiros que vêm sendo instalados no distrito, que denominamos de “viveiros artesanais”. Estes são em sua maioria menores, cerca dois ou três viveiros por proprietário com pequena produtividade e desenvolvem somente a etapa de engorda. Na maioria dos viveiros, a estrutura restringe-se à área de cultivo do camarão.

Figura 54. Viveiros artesanais em Acupe.



Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo, 2012.

De acordo com alguns moradores antigos do distrito, na década de 1960, existia no mesmo a cultura de construir pequenos viveiros para cultivo de peixes. Atualmente, ainda há alguns destes, porém o que destacamos é a expansão de alguns viveiros artesanais de cultivo de camarão. De acordo com as entrevistas realizadas, desde o final da década de 1990, alguns viveiros foram construídos e outros vêm ampliando suas áreas de cultivo.

5.3.2 Estrutura produtiva e comercial dos empreendimentos de cultivo de camarão em viveiro

A estrutura produtiva das fazendas de carcinicultura em Acupe difere principalmente pelo porte do empreendimento e pelas etapas de produção do camarão que o mesmo realiza.

A Fazenda Oruabo possui uma área total de aproximadamente 200 hectares, sendo 82 de lâmina d’água, e comporta 12 viveiros de cultivo de camarão. A instalação da fazenda foi baseada na estrutura herdada pela salina, fator esse que demonstra a existência de viveiros com extensão significativamente superior ao padrão utilizado nas demais.

Essa fazenda foi criada desenvolvendo, especificamente, a atividade da carcinicultura, sendo responsável por todas as suas etapas de cultivo: reprodução, larvicultura e engorda.

A reprodução das larvas do camarão se dá, inicialmente, nos plantéis reprodutores. De acordo com a BP, como há uma fiscalização da entrada de espécies exóticas no país, a reprodução se dá seguindo alguns procedimentos: alguns dias antes da despesca ser realizada, são retirados cerca de dois mil camarões e colocados em um viveiro menor, onde passarão em média 3 meses, até atingir a maturidade reprodutiva, quando os mesmos serão colocados nos plantéis reprodutores, iniciando o processo de reprodução da espécie.

Nestes são manipulados fatores como a salinidade da água, o oxigênio e a luminosidade. Os plantéis ficam em produção no período de 4 a 5 meses, quando há substituição dos camarões.

A segunda etapa desenvolvida na fazenda é a larvicultura. Nesta os náuplios (fase do camarão após a eclosão dos ovos) são colocados nos tanques de larvicultura até atingirem o estágio de pós-larvas.

Figura 55. Etapas de produção das pós-larvas do camarão.



a) Plantéis reprodutores b) tanques de larvicultura c) berçários de adaptação
Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo, 2012.

Na época de implantação da Fazenda, a etapa da larvicultura se dava em uma área externa das demais, em um laboratório construído após os viveiros. Porém, após alguns anos, foi observado a inviabilidade do mesmo, devido às alagações por estar próximo à maré, ao salitre, a distância para levar os náuplios até os tanques de larvicultura, fatores que ocasionaram a desativação do mesmo. Até hoje ainda existem as ruínas do primeiro laboratório de larvicultura da BP.

Figura 56. Ruínas do primeiro laboratório de larvicultura da Fazenda Oruabo, em Acupe (BA).



Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo, 2012.

Após atingir essa fase, os mesmos são colocados numa espécie de berçário a fim de que estes se adaptem às condições naturais de luz, temperatura, dentre outros. A etapa seguinte se dá nos viveiros de engorda, que consistem em tanques cavados no solo com pequenas aberturas por onde entra a água dos viveiros vinda através de bombas de sucção colocadas no estuário/mar. Dos 12 viveiros existentes na Fazenda, 6 são viveiros de pequeno porte (1 hectare) e 6 de grande porte (10 a 15 hectares), como podemos observar na figura 57. Nesses são colocadas as pós-larvas até atingirem o tamanho e peso adequado para comercialização.

Figura 57. Distribuição dos viveiros da Fazenda Oruabo



Fonte: Bahia Pesca, 2011.

Após o período de engorda do camarão, acontece a despesca, que é realizada, inicialmente, com o esvaziamento de parte do viveiro através de uma abertura existente no mesmo. Nessa abertura, é colocada uma espécie de rede onde os camarões ficam presos. Após sua retirada dá-se início ao processo de beneficiamento. O processo total de cultivo dura de 90 a 110 dias.

Figura 58. Despesca dos viveiros na Fazenda Oruabo



Fonte: Fazenda Oruabo - Bahia Pesca, 2012.

O sistema de cultivo adotado na Fazenda é considerado como semi-intensivo, visto que a mesma cultiva de 5 a 10 camarões por m² que são alimentados com ração balanceada, comprada no município de Salvador, em Recife, dentre outros.

Em relação ao abastecimento de água dos viveiros, conforme já citado, dá-se através de bombas no mar e no estuário que puxam a água para os mesmos e após a despesca esta retorna para o ambiente.

Figura 59. a) Tubulação para sucção de água do mar e b) canal de abastecimento



Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo, 2012.

De acordo com a BP, a produção da Fazenda é em média de 2 milhões de pós-larvas por mês e 5 toneladas de camarão por despesca. A comercialização destes se dá, principalmente, para os municípios do Recôncavo Baiano. A venda das pós-larvas se dá para as fazendas que desenvolvem somente o processo de engorda e, no caso dos camarões, para compradores diversos, incluindo moradores do próprio distrito.

A Fazenda Oruabo possui um quadro de 30 funcionários, composto por moradores do distrito/comunidades próximas que trabalham como auxiliar dos viveiros, do laboratório e pelos engenheiros, técnicos, estagiários, dentre outros.

Cabe destacar que, desde 2006, a Fazenda Oruabo vem desenvolvendo outras atividades/projetos além do cultivo do camarão, que são: a reprodução da espécie de peixe bijupirá, a reprodução do caranguejo uçá (que é utilizado para o repovoamento dos manguezais) e a criação do Centro de Desenvolvimento em Tecnologia de Pesca e Qualificação Profissional.

O processo de cultivo do bijupirá encontra-se, atualmente, em desenvolvimento (Figura 60). Porém, a previsão é que no segundo semestre de 2012 novas etapas sejam implantadas/concluídas.

Figura 60. Estrutura de reprodução do bijupirá na Fazenda Oruabo



Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo, 2012.

A criação do Centro de Desenvolvimento em Tecnologia de Pescado e Qualificação Profissional tem dentre seus objetivos o fomento da atividade pesqueira no estado e a qualificação profissional para o desenvolvimento de novas pesquisas. Neste está previsto uma estrutura com auditório, laboratório, unidades de beneficiamento e alojamento (para receber pessoas de diversos municípios) (figura 61).

Figura 60. Obras da construção do Centro de Desenvolvimento em Tecnologia de Pescado e Qualificação Profissional na Fazenda Oruabo.



Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo, 2012.

O projeto de repovoamento dos manguezais com o caranguejo uçá ocorre desde 2008. Ao total, mais de 5 mil megalopas de caranguejo foram liberadas no distrito de Acupe e cerca de 2 mil megalopas em Camamu (BAHIA PESCA, 2011). De acordo com a BP, a perspectiva é que outras comunidades também sejam beneficiadas com o projeto.

A segunda fazenda existente é a Sinorama, esta possui uma estrutura, de acordo com os dados do Censo da Carcinicultura de 2004, de aproximadamente 28 hectares de lâmina d'água que comportam 10 viveiros de cultivo de camarão de pequeno a médio porte. De acordo com os dados obtidos, o empreendimento é ligado ao grupo que atua no desenvolvimento da carcinicultura no município de Valença.

Figura 62. Fazenda Sinorama no distrito de Acupe



Fonte: Bahia Pesca, 2011.

A fazenda Sinorama se dedica, principalmente, ao desenvolvimento da etapa de engorda do camarão. As pós-larvas vêm principalmente do laboratório de Valença, porém cabe destacar que, há algum tempo, a mesma está implantando um pequeno laboratório de larvicultura, para produção de suas próprias pós-larvas.

No que tange à comercialização, a informação obtida foi de que a mesma vende os camarões principalmente para os municípios do Recôncavo.

O outro empreendimento existente em Acupe, conforme já citado, é a Fazenda Santo Antônio. Esta possui uma área total de aproximadamente 14 hectares, sendo 10 de espelho d'água que comportam 4 viveiros de cultivo de camarão.

Na Fazenda é desenvolvida exclusivamente a engorda do camarão. As pós-larvas são adquiridas na Fazenda Oruabo (localizada também no distrito) e em alguns laboratórios do Estado, a exemplo de Ilhéus.

A comercialização dos camarões, assim como das demais fazendas é feita no próprio distrito e principalmente para os municípios do Recôncavo.

Figura 63. a) Viveiro da fazenda e b) Distribuidora de Camarão Beto Pesca



Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo, 2011.

O outro tipo de cultivo existente em Acupe são os “viveiros artesanais”, cuja estrutura restringe-se à fase de engorda. A maioria dos proprietários possui de 2 a 3 viveiros de pequeno porte que variam de 1 a 5 hectares, com exceção de alguns construídos em antigas salinas, que possuem extensão maior devido à própria estrutura herdada.

Na maioria das vezes, esses viveiros são construídos em áreas próximas aos rios e/ou braços de rio que quando enchem têm suas águas represadas nos mesmos. Alguns possuem, além das cercas de arame em sua volta, pequenas casinhas de vigias e/ou materiais para o desenvolvimento da atividade.

O tipo de alimentação utilizado no cultivo é a ração balanceada comercial. Essa compra se dá de forma coletiva, os produtores artesanais dividem o valor da compra e a quantidade de ração para cada um, a fim de viabilizar a aquisição e o frete do produto.

Figura 64. Estrutura dos viveiros artesanais



Fonte: Kássia Rios, pesquisa de campo, 2012.

As pós-larvas utilizadas nos viveiros são adquiridas, segundo as informações obtidas, junto a alguns laboratórios do Estado. A comercialização do camarão se dá principalmente para a região, em restaurantes, feiras e para alguns compradores que vêm de outros municípios.

5.3.3 Território da carcinicultura

Nesse contexto, podemos observar que o espaço produzido em Acupe pela atividade da carcinicultura difere do espaço criado pela pesca artesanal. A primeira tem uma estrutura produtiva com características industriais, enquanto na segunda verificamos uma produção tradicional/artesanal.

O território da carcinicultura compreende toda área utilizada pela mesma para o desenvolvimento de suas atividades. Em Acupe, este é constituído pelos empreendimentos industriais e pelos viveiros artesanais (Figura 65).

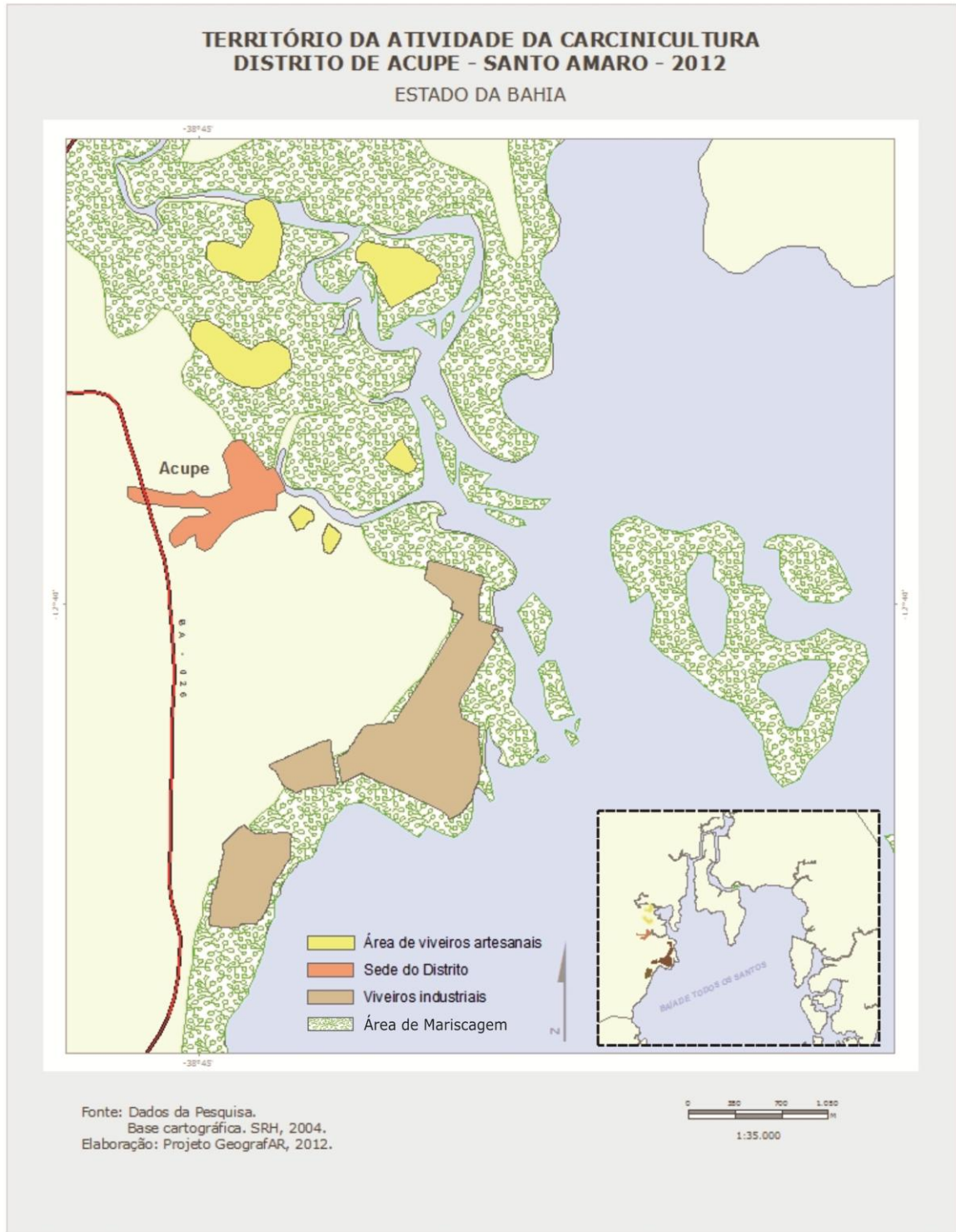
Através das oficinas de geografia realizadas com os pescadores (as), foi possível identificar, demarcar e caracterizar o espaço utilizado pela atividade carcinicultura. A partir do resultado obtido (Mapa do território da carcinicultura), verificamos que as territorialidades desenvolvidas pela pesca artesanal e pela carcinicultura se contradizem no momento em que há a apropriação de um espaço em comum pelas mesmas, onde a prática de uma atividade traz implicações/mudanças a outra.

Esse espaço, como podemos observar na figura 65, tem como principal componente o ecossistema manguezal. A construção do território dos pescadores (as) artesanais de Acupe, conforme observado a partir de suas atividades produtivas, dá-se através da articulação dos territórios terra e água, tendo nessa interface o ecossistema manguezal, este que é utilizado por diversas famílias para a prática da mariscagem e é de suma importância para a manutenção/reprodução de diversas espécies.

De acordo com o IBAMA, quase 100% dos empreendimentos de carcinicultura do estado estão inseridos em áreas de manguezal, tal fato é um dos condicionantes que mantém suspensa a emissão de licenciamentos para implantação/funcionamento das fazendas.

Nesse cenário é que observamos as contradições na produção do espaço local de Acupe e passamos a analisar no próximo capítulo as mudanças territoriais ocorridas a partir da inserção da carcinicultura no mesmo.

FIGURA 65



6 TERRITÓRIOS TERRA E ÁGUA: DAS CONTRADIÇÕES À LUTA PELA PERMANÊNCIA NOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS

O nosso território não é só água nem só terra...eu entendo que é tudo o que a gente usa para pescar, mariscar, morar, fazer nossas oferenda, nossas danças, onde a gente vive e trabalha...e é por isso que a gente tem que lutar por ele...para garantir nosso direitos sobre ele...porque sem ele a gente não vive!

(Pescador – Bahia³⁵)

As contradições existentes no distrito de Acupe em relação à atividade pesqueira ocorrem pela existência de duas atividades que se diferem quanto a sua forma de apropriação da natureza, sua lógica de desenvolvimento, sua estrutura produtiva, e comercial, dentre outras. Essas contradições iniciam-se no momento em que há utilização de um espaço em comum no desenvolvimento de ambas as atividades, sendo que a prática de uma muitas vezes interfere direta/indiretamente no desenvolvimento da outra.

O distrito de Acupe, conforme observamos no capítulo anterior, tem na sua história as marcas de uma comunidade que foi sendo construída tendo como base econômica o desenvolvimento da pesca artesanal e da mariscagem.

Naquele período, o mar e o mangue eram vistos pelos habitantes – os negros – como símbolo de liberdade, o único lugar onde poderiam praticar suas atividades e suas manifestações culturais, sem depender ou serem proibidos pelos senhores do engenho que se encontravam no poder das grandes extensões de terra ali existentes.

Esses ambientes possibilitaram aos ex-escravos do Distrito, através da pesca e da captura de mariscos no mangue, novas formas de sobrevivência e trabalho, livrando-os da necessidade de continuar a viver nos engenhos. Dessa forma a atividade foi sendo desenvolvida e passada de geração a geração, estabelecendo no tempo histórico as suas territorialidades.

Assim, o território dos pescadores artesanais de Acupe foi sendo construindo à medida que a população se apropriava da natureza para retirar os recursos necessários a sua sobrevivência. Todos os espaços apropriados e utilizados pelos mesmos, seja para a prática de suas atividades produtivas, seja para manifestações culturais, moradia, foram se constituindo enquanto parte integrante deste. Nessa perspectiva observamos a relação dos territórios terra e água no desenvolvimento das atividades dos pescadores (as) artesanais de Acupe.

35 Depoimento de um pescador do estado da Bahia.Março de 2012.

Dessa forma, a inserção de novas atividades em qualquer um desses ambientes, principalmente se estas possuem formas diferenciadas de apropriação da natureza, que por sua vez podem interferir no desenvolvimento da pesca artesanal, constitui-se enquanto ameaça à existência e preservação desses territórios.

Em Acupe, podemos observar que a inserção da atividade da carcinicultura configurou-se enquanto uma forma diferenciada de produção do espaço, que revela no desenvolvimento de suas territorialidades as contradições existentes entre as mesmas. Essas contradições se iniciam, conforme já citado, na ocupação de um espaço até então utilizado pelos pescadores, no caso o ecossistema manguezal, onde os viveiros de cultivo de camarão são construídos.

Podemos observar no mapa da atividade da carcinicultura (Figura 65) que a maioria dos viveiros existentes no distrito encontra-se em áreas de manguezal, que também compõem o território da atividade da mariscagem (Figura 44 – p. 187). Assim, o espaço, que durante muitos anos era apropriado principalmente pela pesca artesanal, passou a ser dividido com outra atividade, cujas relações estabelecidas com a natureza podem comprometer o equilíbrio necessário para a prática da primeira.

Tal exposição nos leva a compreender que, apesar de existir leis, decretos, dentre outros instrumentos jurídicos que afirmem que a inserção da atividade não pode interferir no desenvolvimento das comunidades tradicionais ali existentes, a realidade é que no Brasil a maioria das fazendas de cultivo de camarão encontra-se localizada em áreas de manguezais. A inserção da atividade nesse espaço, além de trazer mudanças significativas ao território dos pescadores artesanais, revela, na construção de seu território produtivo, as contradições existentes entre os mesmos.

Nesse contexto, partindo da compreensão de que o território dos pescadores artesanais de Acupe não está restrito à área de manguezais e/ou de mar e rios onde a pesca e mariscagem são desenvolvidas, torna-se fundamental conhecer como se dá a relação dos mesmos com os territórios terra e água, assim como a importância desses para a manutenção da atividade da pesca artesanal.

6.1 OS TERRITÓRIOS TERRA E ÁGUA EM ACUPE

Ainda hoje vejo gente falando que pescador só precisa do mar para viver...que tendo acesso ao mar, ele tá bem...como se a gente não tivesse casa, não tivesse família, amigo, nossos templos, nossa diversão! Quando a gente luta a gente luta por tudo que a gente precisa para viver e vai desde a casa para morar até o mar pra gente pescar, é como vocês dizem a terra e a água. Se tirar qualquer um deles a gente não vive!

(Pescador – Sergipe³⁶)

As principais atividades econômicas desenvolvidas pelos moradores de Acupe, conforme apontado, são a pesca artesanal e a mariscagem. A primeira que é realizada no ambiente marítimo e se estende para além dos limites do distrito e até mesmo do município de Santo Amaro e a segunda que é praticada nas áreas de manguezais e no seu entorno.

Além dessas, alguns pescadores artesanais desenvolvem as atividades da agricultura e do extrativismo vegetal como forma de complementar a renda familiar. Estas são praticadas, na maioria das vezes, em áreas distantes da sede do distrito, em pequenas extensões de terras próprias e/ou arrendadas. Cabe destacar, na atividade da agricultura, os Assentamentos Santa Catarina e Nova Suíça, onde alguns pescadores de Acupe desenvolvem a atividade.

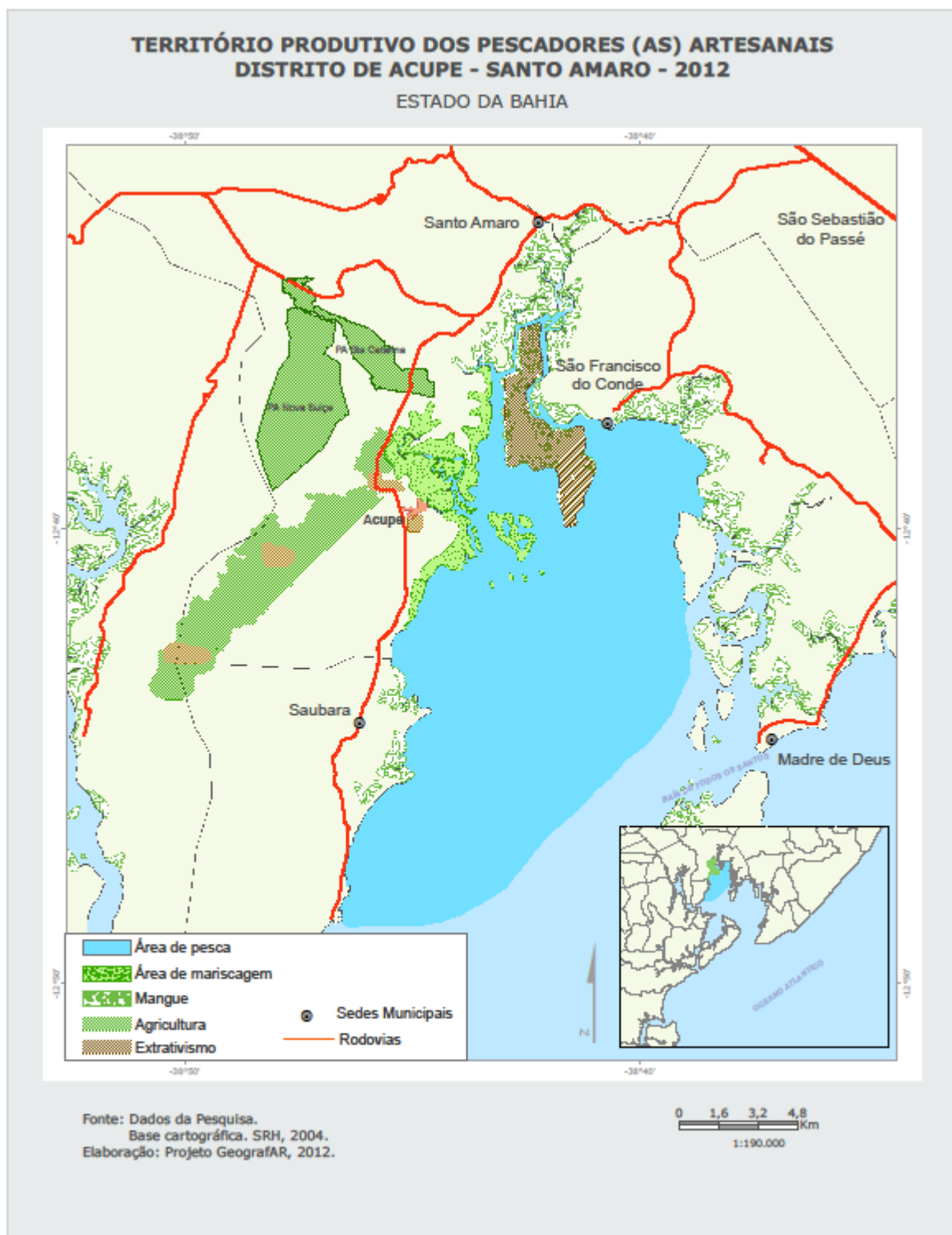
Todas essas atividades são consideradas as responsáveis pelo sustento econômico das inúmeras famílias que compõem a comunidade pesqueira de Acupe. Portanto, os espaços onde as mesmas são praticadas constituem-se enquanto estrutura produtiva dos pescadores artesanais locais.

Na presente pesquisa, partimos da compreensão de que, à medida que os pescadores locais se apropriam do espaço e ali desenvolvem suas atividades, estão construindo território, nesse caso o território produtivo dos pescadores artesanais locais (Figura 66).

Através da realização das oficinas de Geografia e dos trabalhos de campo realizados com a comunidade pesqueira, foi possível identificar os territórios produtivos dos pescadores artesanais locais, assim como seus possíveis limites.

36 Depoimento de um pescador de Sergipe. Março de 2012.

FIGURA 66



Podemos observar na figura 66 que esse território abrange tanto os espaços marítimos como terrestres. Nesse sentido, chamamos a atenção para a relação dos territórios terra e água, não somente no sentido de utilização prática dos ambientes para o desenvolvimento de suas atividades, mas também pelas diversas relações estabelecidas entre estes e a comunidade.

Esse é o resultado da tentativa de delimitar o território dos pescadores artesanais de Acupe, que de acordo com Diegues (1983), Maldonado (1986), são territórios que possuem características de apropriação específicas e necessitam de uma atenção especial frente a sua importância ambiental e social.

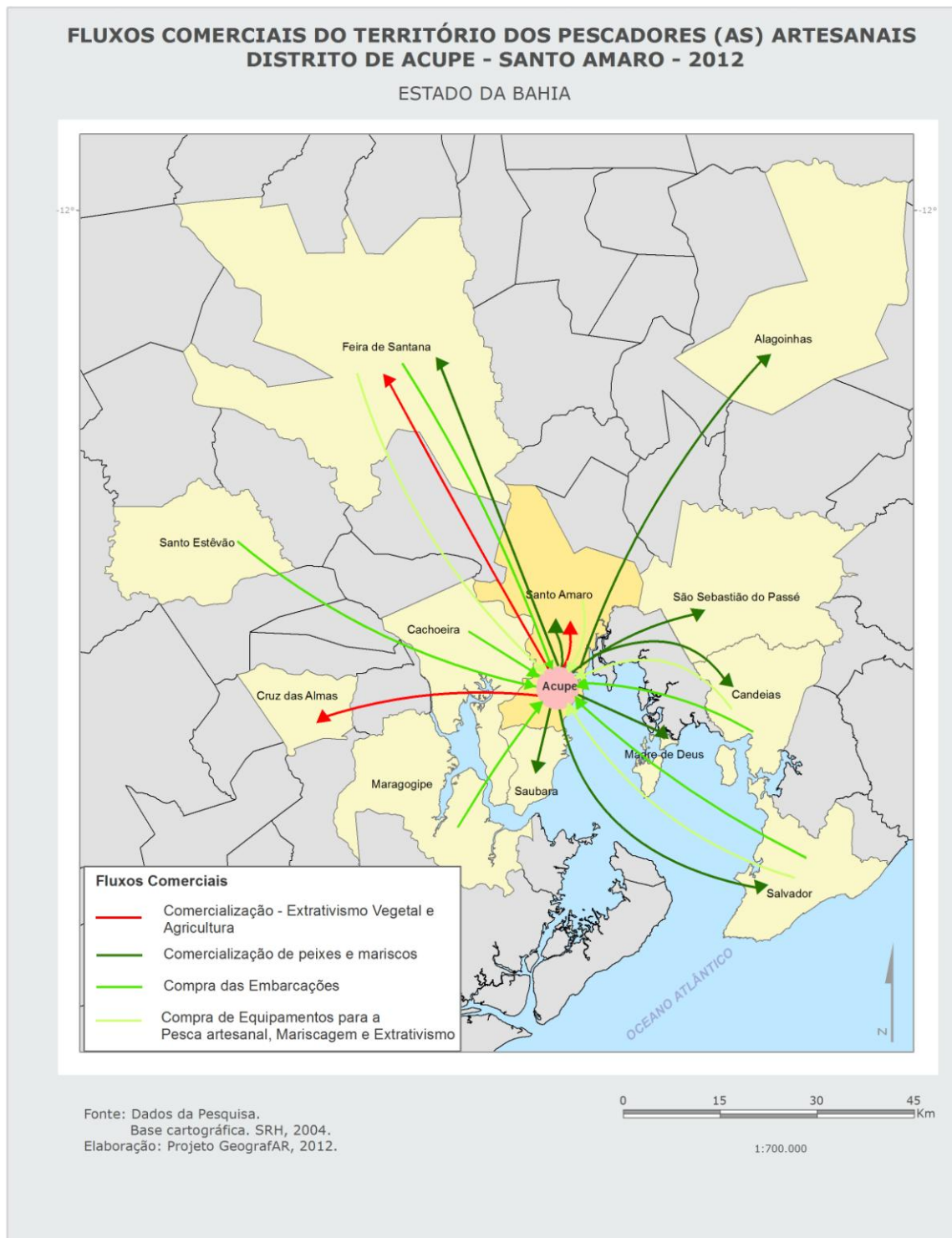
O território da pesca artesanal é uma articulação de vários territórios onde os pescadores artesanais desenvolvem suas atividades de pesca e de vida. Nesse sentido, reforçamos a necessidade de compreender a articulação dos territórios terra e água das comunidades tradicionais pesqueiras, principalmente, no processo de defesa e regularização dos territórios.

Nesse contexto, pensar a importância dos territórios terra e água na vida dos pescadores artesanais de Acupe, para além da apropriação destes no desenvolvimento de suas atividades, torna-se necessário para compreender as múltiplas relações advindas dessa apropriação. É sabida a importância desses territórios enquanto espaços produtivos que garantem a sobrevivência da comunidade, pois a partir da comercialização desses produtos os pescadores têm acesso a outros recursos básicos necessários a sua sobrevivência (alimentação, energia elétrica, vestuário, dentre outros).

Nesse caso, torna-se de suma importância que os pescadores artesanais tenham livre acesso a esses territórios, bem como preservadas as suas condições naturais que permitem o desenvolvimento das atividades praticadas. Além disso, essa relação produtiva também é parte responsável pela comunicação do distrito com outros municípios/distritos/comunidades, através da compra/venda de diversos produtos pesqueiros e/ou instrumentos utilizados na atividade (figura 67).

Embora essa comercialização seja feita principalmente através dos atravessadores, a mesma insere indiretamente os pescadores artesanais de Acupe em uma cadeia de comercialização com outras localidades, movimentando a economia do distrito.

FIGURA 67



Se observarmos os fluxos comerciais do território dos pescadores artesanais, apresentados na figura 67, observaremos que os mesmos abrangem diversos municípios, principalmente no que tange à venda de peixes e mariscos. Destacamos a presença dos atravessadores que são responsáveis pelo destino dos produtos até os municípios sinalizados na figura.

Assim como na venda dos produtos da extração vegetal, apesar da maioria ser comercializada no próprio distrito e nas comunidades próximas pertencentes ao município de Santo Amaro, há alguns produtos que têm comerciantes certos e/ou atravessadores que os levam para vender em outros municípios.

Outro fluxo também desenvolvido pela atividade pesqueira local é a compra das embarcações e dos equipamentos utilizados para o desenvolvimento da atividade (redes, óleo diesel, linhas, anzóis). Nesse caso, também há presença de alguns atravessadores, a exemplo da compra do óleo diesel utilizado nas embarcações a motor que vêm de Santo Amaro e/ou Saubara através dos atravessadores.

Podemos observar que os territórios terra e água são de suma importância para a sobrevivência da população e a movimentação da economia local, porém destacamos, para além de seu uso produtivo, as múltiplas relações existentes entre os pescadores artesanais e esses territórios.

No relato do pescador apresentado no início desse tópico, observamos que o mesmo aborda a importância de algumas relações desenvolvidas com o seu território, dentre elas a moradia, as manifestações culturais e as relações sociais, estas que muitas vezes passam despercebidas dos olhares do Estado e dos órgãos responsáveis pela criação das políticas públicas.

O acesso à terra, assim como à água é condição indispensável para a sobrevivência dos pescadores artesanais de Acupe, tanto pelo lado produtivo desse ambiente como pelas relações citadas. Pois é neste onde se dá o processo de desenvolvimento dos pescadores artesanais enquanto seres humanos nas suas relações sociais, culturais, econômicas, dentre outras.

No capítulo 5, buscamos caracterizar o processo de formação do distrito enquanto comunidade tradicional de pescadores artesanais. Neste, observamos as fortes relações estabelecidas entre a comunidade e a história do povoamento local. Por se tratar de uma área de vários engenhos e escravos, há ainda hoje vários lugares, casas, ruas, nome de ruas onde são preservadas as heranças do passado.

Não obstante, a cultura herdada dos negros da região é fortemente preservada pela comunidade através das diversas manifestações culturais praticadas pelos mesmos. As apresentações pelas ruas do distrito do nego fugido, do samba de roda, das caretas, dentre outras, trazem nas suas encenações a história da formação da comunidade. Segundo os moradores mais antigos

Cada lugar de Acupe tem um pouco da história de sua formação, dos barões, dos negros escravos. A forma com que a vila se formou e cresceu é muito em consequência das condições das terras disponíveis naquela época, dos donos, das heranças. A libertação dos escravos, as terras que foram vendidas/doadas pelas famílias dos barões, tudo isso vai implicar na criação das ruas que hoje vemos aqui. Eu costumo falar que a gente olha para Acupe e vê o filme da história que nossos avós, nossos pais nos contaram de como surgiu tudo isso aqui (Morador de Acupe, entrevista, 2011).

Nesse contexto, observamos que o ambiente terrestre é o espaço onde essas relações são materializadas e observadas, com toda sua herança histórica que é passada de geração a geração. Sem este, toda a cultura, o conhecimento e as características típicas de uma comunidade tradicional pesqueira tornam-se impossibilitadas de serem mantidas e reproduzidas.

Durante a presente pesquisa, buscamos analisar como essa comunidade pesqueira observa o seu território, a fim de compreender quais as relações existentes com o mesmo e de que forma a inserção da carcinicultura ocasionou mudanças neste. Para tal, através da realização das oficinas de Geografia foram trabalhadas a caracterização desse território e, posteriormente, sua representação através da confecção de mapas mentais.

A partir de uma divisão aleatória em grupos, os pescadores expuseram a forma com que os mesmos veem o distrito de Acupe, o crescimento do mesmo, os territórios produtivos, os pontos históricos, a inserção dos viveiros de cultivo de camarão, dentre outros aspectos, cujo resultado podemos observar na figura 68.

Figura 69. Mapa mental do Distrito de Acupe – Grupo 2 – Santo Amaro (BA)



Fonte: Pescadores(as) artesanais do Distrito de Acupe – Oficinas de Geografia, 2012.

O terceiro grupo, responsável pela construção da figura 70, optou por trazer dois períodos históricos da comunidade, o primeiro (à esquerda) no início do povoamento da vila e o segundo (à direita) o distrito atualmente. Neste podemos observar o crescimento da área urbana do distrito, a instalação de serviços públicos e a inserção dos empreendimentos de carcinicultura.

Nessa perspectiva, a partir das considerações e representações apresentadas, compreendemos que os ambientes marítimos e terrestres que compõem o território dos pescadores artesanais se configuram enquanto espaços essenciais para a sobrevivência da comunidade. Na água, estes tiram os pescados, que, através da comercialização, garantem a renda econômica da família. Na terra, além de exercer a agricultura e o extrativismo vegetal, residem, relacionam-se e se reproduzem socialmente, culturalmente, dentre outras.

Como resultado dessa inserção, tem-se a produção de um espaço local contraditório em decorrência das diferenças existentes entre as duas atividades. O território que antes se configurava como característico e de uso da comunidade tradicional pesqueira passa a ter novas funções e atividades que fogem ao controle dos pescadores artesanais, além de trazer mudanças significativas ao mesmo.

No distrito de Acupe, de acordo com as informações representadas na figura 65, podemos observar que a atividade da carcinicultura está inserida diretamente no território dos pescadores artesanais, ocupando uma extensa área do ecossistema manguezal, um dos principais espaços produtivos da comunidade utilizados na prática da atividade da mariscagem.

Segundo as informações obtidas em campo e nas pesquisas institucionais, a inserção dos empreendimentos industriais e dos viveiros artesanais (modelo adotado na presente pesquisa para diferenciar as formas de desenvolvimento da atividade no distrito) neste espaço trouxeram diversas modificações aos territórios terra e água. Nesse cenário, passamos a analisar no próximo tópico as mudanças territoriais ocorridas a partir da inserção da carcinicultura no mesmo.

6.2 MUDANÇAS TERRITORIAIS OCORRIDAS A PARTIR DA INSERÇÃO DA CARCINICULTURA

Cortar manguezais para aquicultura intensiva ou para qualquer outra finalidade é cortar o cordão umbilical entre a terra e o mar.
(Sergio Ramos)³⁸

Os diversos estudos e pesquisas realizadas acerca do desenvolvimento da atividade da carcinicultura no Brasil apontam que a maioria dos empreendimentos encontram-se situados em áreas de manguezais. Uma vez que no país existem cadastrados no RGP mais de 800 mil pescadores (as) artesanais que utilizam essas áreas para prática de suas atividades, a inserção dos empreendimentos nestas ocasionam, conseqüentemente, diversos conflitos entre os empresários e as comunidades pesqueiras locais. De acordo com Meireles e Queiroz,

Nos países do hemisfério sul, a carcinicultura tem provocado alterações profundas nas funções e serviços socioambientais prestados pelo ecossistema manguezal. Os recursos marinhos costeiros de relevante importância para a sociedade e, em primeiro lugar, para a vida comunitária, foram amplamente afetados por esta

³⁸Citação retirada do livro de Sergio Ramos intitulado *Manguezais da Bahia: breves considerações*, cuja referência encontra-se disponível na bibliografia desta pesquisa.

atividade industrial. Comunidades de pescadores, marisqueiras, índios, ribeirinhos, quilombolas e camponeses que ancestralmente desenvolviam suas relações de subsistência vinculadas à diversidade de paisagens e sistemas ambientais de usufruto tradicional foram desproporcionalmente afetadas pelos impactos desencadeados. Extensas áreas foram degradadas, águas das bacias hidrográficas e áreas úmidas litorâneas foram contaminadas e a biodiversidade alterada (MEIRELES; QUEIROZ, 2010, p. 224).

No Brasil, mais de 55% da área ocupada pela atividade encontra-se na mão dos grandes produtores (5,44%) com empreendimentos de acima de 50 hectares; 15,88 % com os médios produtores (19,2%), com empreendimentos de 10 a 50 hectares e 18,8 % com os pequenos produtores (75,44%), com áreas de menores de 10 hectares (CARVALHO *et al.*, 2004). Tais dados nos revelam que uma pequena parcela de produtores encontra-se com mais de 50% da área total utilizada no país, visto que é nos grandes empreendimentos que é observada com maior frequência a existência de diversos conflitos e impactos socioambientais.

No distrito de Acupe, conforme abordado no capítulo 5, a atividade da carcinicultura é desenvolvida mediante duas formas de produção, uma pelos empreendimentos industriais e a outra através dos “viveirinhos” artesanais. Essas formas por sua vez ocasionam mudanças significativas ao território dos pescadores artesanais.

A primeira transformação ocorrida com a inserção da carcinicultura é a retirada da vegetação de mangue para dar lugar aos viveiros de cultivo do camarão, uma vez que a maioria dos empreendimentos do distrito encontra-se inserida em áreas de manguezais. Cabe destacar que essas áreas são consideradas, de acordo com a Lei Federal nº 4.771 que institui o Novo Código Florestal, como Área de Preservação Permanente. O que coloca o seu desmatamento como irregular.

Nessa discussão, acrescentamos em Acupe a inserção de viveiros também em área de apicum que

faz parte da sucessão natural do manguezal para outras comunidades vegetais, sendo resultado da deposição de areias finas por ocasião da preamar. Manguezais são, geralmente, sistemas jovens uma vez que a dinâmica das marés nas áreas onde se localizam produz constante modificação na topografia desses terrenos, resultando numa seqüência de avanços e recuos da cobertura vegetal (BIGARELLA, 1947 *apud* SCHAEFFER-NOVELLI, 2012, p. 8).

Dessa forma, a carcinicultura ao ser “implantada em ecossistemas de preservação permanente segundo a legislação ambiental brasileira, ameaça a existência das comunidades usuárias ancestrais, contribuindo diretamente para a desorganização das atividades tradicionais, criando outras relações de trabalho e mercantilização de seus territórios” (MEIRELES; QUEIROZ, 2010, pág. 225).

O ecossistema manguezal é caracterizado por prestar diversas funções e serviços ambientais, econômicos e sociais. Algumas destas podemos observar no quadro 2.

Nesse contexto, podemos observar que a retirada da vegetação de mangue para dar lugar aos viveiros constitui-se em um rompimento das funções ambientais que o mesmo possui. Além disso, interfere no desenvolvimento econômico dos pescadores artesanais, uma vez que os mesmos utilizam-se desse ambiente para a prática de suas atividades. Não obstante, a expansão da atividade poderá proporcionar a perda de uma cultura tradicional das populações pesqueiras litorâneas que há décadas vem sendo mantida e repassada às novas gerações.

Quadro 2. Funções e serviços prestados pelos manguezais	
1.	Fonte de matéria orgânica particulada e dissolvida para as águas costeiras adjacentes, constituindo a base da cadeia trófica com espécies de importância econômica e/ou ecológica;
2.	Área de abrigo, reprodução, desenvolvimento e alimentação de espécies marinhas, estuarinas, límnicas e terrestres, além de pousio de aves migratórias;
3.	Proteção da linha de costa contra erosão, assoreamento dos corpos d'água adjacentes, prevenção de inundações e proteção contra tempestades;
4.	Manutenção da biodiversidade da região costeira;
5.	Absorção e imobilização de produtos químicos (por exemplo, metais pesados), filtro de poluentes e sedimentos, além de tratamento de efluentes em seus diferentes níveis;
6.	Fonte de recreação e lazer, associada a seu apelo paisagístico e alto valor cênico;
7.	Fonte de proteína e produtos diversos, associados à subsistência de comunidades tradicionais que vivem em áreas vizinhas aos manguezais.

Fonte: COELHO JUNIOR e SCHAEFFER-NOVELLI, 2000 *apud* MEIRELES et al, 2007.
Adaptação: Kássia Rios, 2012.

Em Acupec, os empreendimentos de carcinicultura industriais foram inseridos em sua maioria em áreas de antigas salinas. De acordo com as informações obtidas junto à comunidade local, mesmo utilizando a estrutura herdada das salinas, estes expandiram suas áreas para os manguezais, desmatando-os para a construção dos viveiros.

Cabe destacar, também, que em algumas destas as salinas já se encontravam desativadas há bastante tempo e em processo de regeneração, o que reforça o fato de áreas de manguezais terem sido desmatadas para a inserção dos empreendimentos. Além disso, outras áreas que não eram ocupadas anteriormente pela atividade salineira foram desmatadas para o desenvolvimento da carcinicultura.

Com a inserção dos empreendimentos nas áreas de manguezais, houve, conseqüentemente, uma redução das áreas de mariscagem utilizadas pela comunidade

pesqueira local. Além disso, os empreendimentos ocasionaram também modificações e/ou restrições no acesso da comunidade pesqueira as suas áreas de captura.

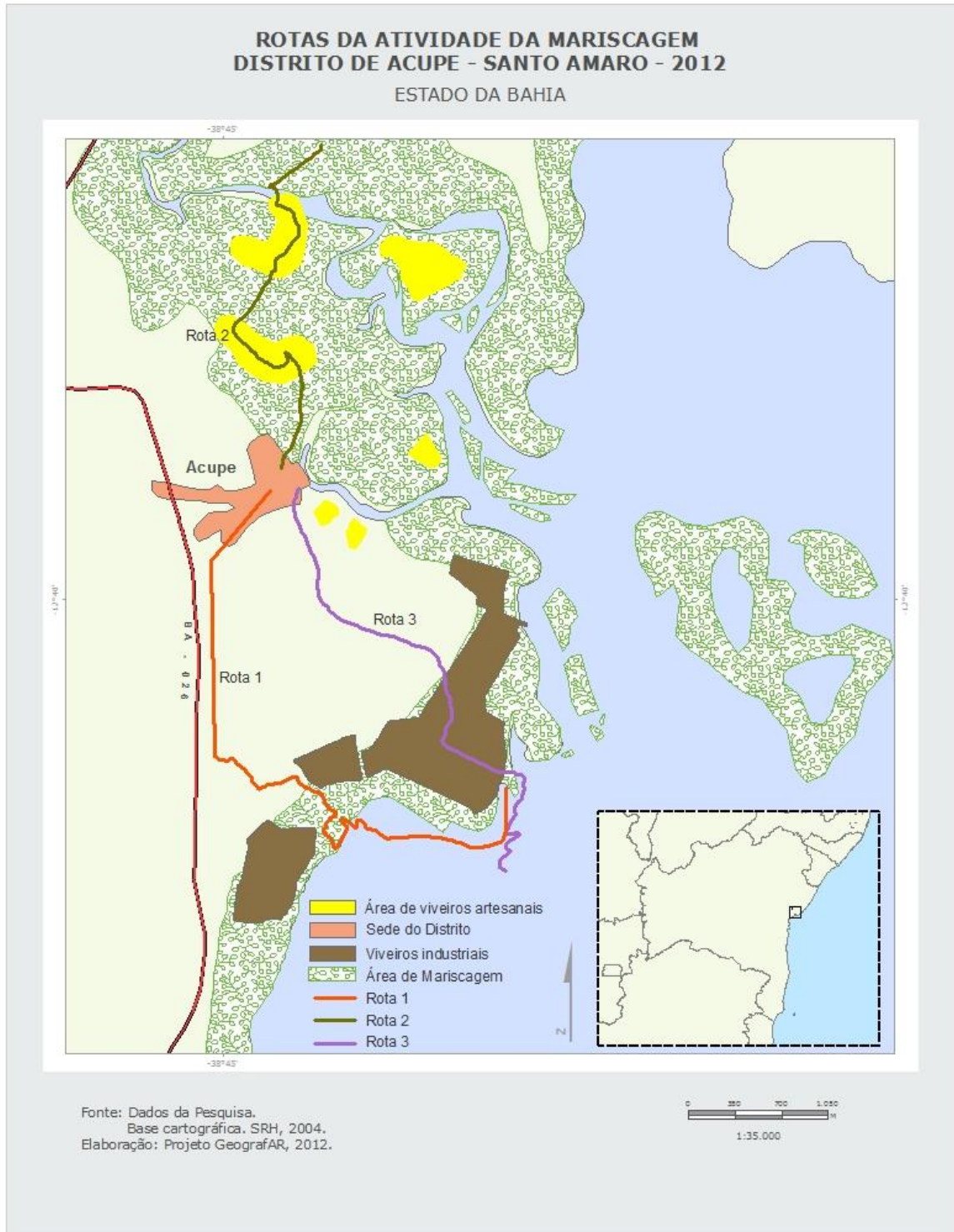
Durante a pesquisa em campo, de acordo com as informações obtidas junto aos pescadores e marisqueiras, foram identificadas três principais rotas percorridas pelos mesmos, da sede do distrito até as áreas de mariscagem. Posteriormente, através da captura de pontos georreferenciados do caminho, foi possível traçá-las na figura 71.

Se observarmos as três rotas georreferenciadas (rota 1, 2 e 3), as rotas 2 e 3 passam diretamente dentro do território da carcinicultura, enquanto a rota 1 passa entre os dois empreendimentos, que por sua vez encontram-se inseridos na área de mariscagem, demonstrando a invasão realizada pela atividade no território produtivo dos pescadores artesanais.

A rota número 1 refere-se ao caminho percorrido pelas marisqueiras desde a sede do distrito até a área de mariscagem que fica situada próximo às fazendas Sinorama e Santo Antônio (Beto Pesca). De acordo com os pescadores (as) mais antigos, o caminho que dá acesso às áreas de mariscagem antigamente passava por algumas fazendas que ali existiam, neste havia muitas plantações de cajueiros, coqueiros, dentre outros.

Com a inserção das fazendas de carcinicultura, grande parte dessas plantações foi retirada e hoje o acesso se dá por um caminho entre as cercas dos dois empreendimentos, visto que estes além da área dos viveiros possuem extensões de terra onde são desenvolvidas outras atividades e/ou existem outras construções. O espaço observado entre os viveiros dos empreendimentos em que a rota 1 passa refere-se à área de terra dos mesmos e de algumas propriedades ali existentes.

FIGURA 71



Estes trajetos têm sido ainda mais dificultados nos últimos anos, visto que as áreas cercadas se expandiram uma em direção à outra, estreitando o acesso e dificultando a passagem, como podemos observar na figura 72.

Figura 72. Imagens dos caminhos percorrido na rota 1 pelas marisqueiras entre as cercas.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Cabe destacar que a distância percorrida até as áreas de captura, na maioria das vezes, é longa e as marisqueiras muitas vezes contam com o auxílio de carroças e/ou bicicletas para trazer os mariscos capturados. Porém, com o estreitamento do caminho, não há condições destas passarem. Além disso, como as cercas contêm arames presos às madeiras, os pescadores (as) correm o risco de se machucar.

A gente tem que ir com cuidado, porque quando tá com água no caminho a gente pode escorregar e se machucar nas cercas, principalmente quando a gente tá voltando com o peso dos mariscos na cabeça. Tem lugar ali que uma pessoa mais cheinha só passa exprimido, porque se não se machuca (Entrevista com Marisqueira de Acupe - pesquisa de campo, 2012).

Outra questão importante é que essas cercas se expandem até as áreas de vegetação de mangue, ocasionando uma privatização da área que compõe o território dos pescadores artesanais locais, uma vez que restringe o acesso destes aos mesmos. Algumas marisqueiras relatam que antigas áreas de mariscagem hoje não possuem mais acesso e/ou não existem mais devido à inserção dos empreendimentos.

Figura 73. Imagens das cercas construídas em áreas de manguezais



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

A rota número 2 refere-se ao caminho percorrido pelas marisqueiras da sede do distrito até a área do São Gonçalo (ponto de mariscagem). Nesta observamos em amarelo as áreas referentes aos “viveirinhos” artesanais, em que as marisqueiras passam pelos mesmos para ter acesso a áreas de captura.

No que tange aos “viveirinhos” artesanais, algumas discussões têm sido levantadas, visto que a inserção destes vem ocasionando diversas mudanças territoriais em Acupe. De acordo com a comunidade pesqueira, esses viveirinhos vêm se expandido em decorrência da influência dos empreendimentos de carcinicultura industriais existentes no distrito.

Como a maioria dos viveirinhos é de propriedade de moradores, comerciantes, dentre outros do próprio distrito, a comunidade pesqueira vem se preocupando com a constante inserção dos mesmos. É sabido que antigamente em Acupe existiram viveiros de criação de peixes e até alguns mistos (peixes e camarão), porém o cultivo que era realizado se dava de forma diferenciada da praticada atualmente.

O que se destaca é que diversas áreas de manguezais e apicuns vêm sendo desmatadas para a inserção dos viveiros de criação de camarão, tanto por novos proprietários como pela ampliação dos já existentes. E a forma com que a produção vem sendo desenvolvida nestes segue os moldes (em menores proporções) dos empreendimentos industriais, com o uso de rações para engorda e de produtos químicos para limpeza dos viveiros, dentre outros.

Figura 74. Áreas desmatadas para implantação de viveiros e canais de desvio dos fluxos das águas.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Apesar de só desenvolverem a etapa de engorda e terem áreas significativamente menores, esses viveiros artesanais, se não tiverem pessoas que dominem os conhecimentos necessários para o desenvolvimento da atividade, podem ocasionar impactos socioambientais mais fortes que os empreendimentos industriais, a exemplo da contaminação das áreas de manguezais e das águas estuarinas, rompimento dos viveiros e fuga das espécies exóticas para o ecossistema e a extinção de setores de apicuns.

Podemos observar na figura 74 a retirada da vegetação de mangue em diversas áreas para a inserção dos viveiros artesanais, áreas essas que compõem o território da mariscagem e são de suma importância para o equilíbrio do ecossistema. Tais fatos fazem com que pescadores e marisqueiras tenham a expansão dos mesmos nas áreas de manguezais, o que para estes já se configura como uma descaracterização de seu território.

A terceira rota refere-se ao caminho percorrido pelos pescadores e marisqueiras da sede do distrito até as áreas conhecidas como salina, enseada do Oruabo. Nesse caminho, as marisqueiras passam por dentro da Fazenda Oruabo da BP, esta que foi inserida, conforme abordado anteriormente, a partir da estrutura herdada de uma salina.

Porém, de acordo com os moradores mais antigos da comunidade, no período de sua construção, houve áreas de manguezais que foram desmatadas para a construção dos viveiros e o acesso das marisqueiras às áreas de captura foi restrito; hoje se dá por dentro do empreendimento. Cabe destacar que atualmente esse acesso é liberado e as marisqueiras podem passar por dentro da fazenda diariamente para a prática de suas atividades.

As principais mudanças apontadas pelas marisqueiras em relação a essa rota são as ocasionadas no decorrer do desenvolvimento das atividades nos empreendimentos. Por exemplo: a construção de canais para desvios de fluxos de água para os viveiros e a contaminação dos manguezais e das águas estuarinas com substâncias químicas, resíduos

alimentares, dentre outros efluentes lançados pelos viveiros e laboratórios, sem tratamento necessário, direto no ecossistema.

Figura 75. Canalização de abastecimento dos viveiros e/ou laboratórios e saída dos efluentes diretos no ambiente.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

Os empreendimentos industriais de carcinicultura, conforme abordado no capítulo 4, possuem bombas que capturam água dos estuários e do mar diretamente para os canais de abastecimento dos viveiros e laboratórios. No caso dos viveirinhos, na maioria são criados canais que desviam água da maré para os mesmos. Essas obras podem ocasionar “alterações na dinâmica de produção, distribuição e exportação de nutrientes, interferência na produtividade primária do ecossistema”, dentre outros (MEIRELES; QUEIROZ, 2010, pág. 230).

As águas utilizadas nos viveiros (tanto nos empreendimentos industriais como nos viveirinhos artesanais) e nos laboratórios são lançadas diretamente na maré, no estuário ou no mar sem nenhum tratamento.

De acordo com as pesquisas e a legislação existente, essas águas devem ser tratadas antes de retornar ao ambiente, passando por bacias de sedimentação ou até mesmo sendo utilizadas no sistema de recirculação, visto que tais lançamentos podem ocasionar diversas alterações no ecossistema, uma vez que estas serão refletidas (positivamente e/ou negativamente) diretamente na fauna e na flora ali existente.³⁹

Outras transformações apontadas pelos pescadores e marisqueiras de Acupe é a redução dos tipos de espécies capturadas, bem como a mortandade de algumas destas. De

³⁹ Os efluentes de carcinicultura são ricos em nutrientes (nitrogênio e fósforo), bactérias, clorofila “a” e sólidos em suspensão oriundos das fezes e da ração que não é consumida, bem como, dos sedimentos que são assoreados para os viveiros. A fertilização artificial, o manejo e o metabolismo dos organismos presentes na água dos viveiros, também, são responsáveis pelo enriquecimento dos nutrientes (BOYD, 2000 *apud* FERNANDES *et al*, 2007, p. 101). Dessa forma as alterações podem se dar positivamente, uma vez que há o aumento no aporte de nutrientes devido aos efluentes dos viveiros, ocasionará o incremento no crescimento do mangue e negativamente, uma vez que estes em excesso podem causar a mortandade de espécies vegetais e eutrofização da coluna d’água (COELHO JUNIOR e SCHAEFFER-NOVELLI, 2000 *apud* MEIRELES *et al*, 2007).

acordo com os mesmos, a BTS vem sofrendo nos últimos anos diversos impactos devido a atividades industriais: Petrobrás, Votorantim, Plumbum (fábrica de chumbo), carcinicultura, dentre outros. Dessa forma, para a comunidade, a redução e/ou mortandade de algumas espécies se dá em decorrência do acúmulo de diversos impactos ambientais provocados pelas indústrias e a carcinicultura vem contribuindo para esse quadro.

A quantidade de espécies capturadas e a qualidade destas também diminuíram. “Antes aqui na salina tinha um monte de miroró, hoje quando dá é bem pouco e os bebe fumo antes tinha mais e era maior, eu tirava eles de monte, hoje eles nem sempre tão grande e eu tenho que ficar mais tempo na maré” (Entrevista com Marisqueira de Acupe, pesquisa de campo, 2012).

O distrito de Acupe possui um estoque pesqueiro amplo que garante a sobrevivência de inúmeras famílias. A maioria delas sobrevive diretamente da pesca e da mariscagem que é realizada nas áreas de manguezal e no seu entorno. Dessa forma, qualquer alteração nesse ecossistema, e conseqüentemente na quantidade e/ou qualidade das espécies capturadas, afeta diretamente a renda econômica da comunidade pesqueira local.

Ainda em relação ao lançamento de efluentes no ecossistema decorrentes da atividade da carcinicultura, algumas marisqueiras apontaram que frequentemente estão tendo problemas de pele e coceiras. Outras relataram que em algumas épocas o mangue fica com o cheiro forte, dificultando o desenvolvimento de suas atividades devido à respiração. Segundo as mesmas, tais fatos passaram a ocorrer após a inserção dos empreendimentos de carcinicultura.

Nesse contexto, podemos observar que a inserção da atividade da carcinicultura ocasionou diversas mudanças territoriais em Acupe, uma vez que a área em que esta foi/vem sendo inserida integra o território dos pescadores artesanais.

Na maioria dos estados onde há o desenvolvimento da atividade em áreas de uso de comunidades tradicionais pesqueiras, é constante a ocorrência de conflitos entre pescadores e carcinicultores locais. Os motivos, apesar de terem como embrião a ocupação de um espaço até então utilizado pelos pescadores para a inserção dos viveiros de cultivo de camarão, diferenciam-se entre os lugares, uma vez que a intensidade das transformações dependerá da forma com que os empreendimentos estão se apropriando da natureza e desenvolvendo suas atividades.

Em Acupe, de acordo com as entrevistas realizadas com os pescadores artesanais e as marisqueiras, não há um conflito explícito. É sabido que a atividade da carcinicultura trouxe mudanças territoriais significativas à comunidade e que o conflito se estabelece à medida que há o desenvolvimento de duas atividades contraditórias em um mesmo espaço. Porém, o que

se destaca na relação entre pescadores e carcinicultores é uma relação de poder que torna estratégico para ambos que o conflito não aconteça. A estratégia parte da compreensão de que, ao se estabelecer o conflito, tanto pescadores quanto carcinicultores poderiam vir a ser prejudicados, principalmente os pescadores artesanais.

Esse cenário é resultado das relações de poder e da comutação de forças desiguais. Em que o lado mais “frágil” sabe que no enfrentamento não terá a mesma força e oportunidades que o outro. De fato, conforme abordado no segundo capítulo, a trajetória da atividade pesqueira no Brasil sempre tem privilegiado a pesca industrial e a aquicultura, deixando a pesca artesanal em segundo plano na destinação de incentivos, na criação de políticas públicas, dentre outros.

Nesse sentido, o quadro observado em Acupe é de certa forma resultante do histórico de invisibilidade da pesca artesanal no setor pesqueiro brasileiro. Pois, apesar de não existir um conflito explícito, segundo os moradores, a inserção dos empreendimentos de carcinicultura incentivou a criação de novos viveiros, principalmente os viveirinhos artesanais. Cabe destacar que, assim como os empreendimentos industriais, os viveirinhos artesanais também não possuem licenciamento ambiental.

Em relação à existência dos viveirinhos, de acordo com os funcionários da Empresa Bahia Pesca, proprietária da Fazenda Oruabo, a mesma se posiciona contra a sua criação, pois a forma com que estes vêm sendo inseridos e têm desenvolvido suas atividades, sem o acompanhamento de um profissional da área, pode prejudicar o ambiente. Essa postura, segundo os funcionários da empresa, é mantida quando há a negação na comercialização das pós-larvas de camarão produzidas na Fazenda Oruabo para os produtores artesanais, fato que leva os mesmos a comprarem em produtores de outros municípios⁴⁰.

Porém, o que se destaca é que a inserção da carcinicultura no distrito vem ocasionando uma descaracterização do território dos pescadores artesanais. Os manguezais, lugares históricos na formação do distrito, os caminhos tradicionais percorridos até os territórios produtivos, a apropriação privada destes são características que vêm sendo observadas pela comunidade pesqueira local. A imagem dos pescadores e marisqueiras passando entre os viveiros com seus balaios cheios de mariscos nos permite visualizar um pouco desse processo de descaracterização.

⁴⁰ Depoimentos de funcionários da empresa Bahia Pesca, durante a pesquisa de campo, 2011. Em relação à postura dos proprietários dos outros empreendimentos industriais existentes do distrito, não foi possível obter informações dos mesmos em relação à inserção dos “viveirinhos artesanais”.

Figura 76. Pescadores e Marisqueiras passando entre os viveiros à caminho dos territórios produtivos.

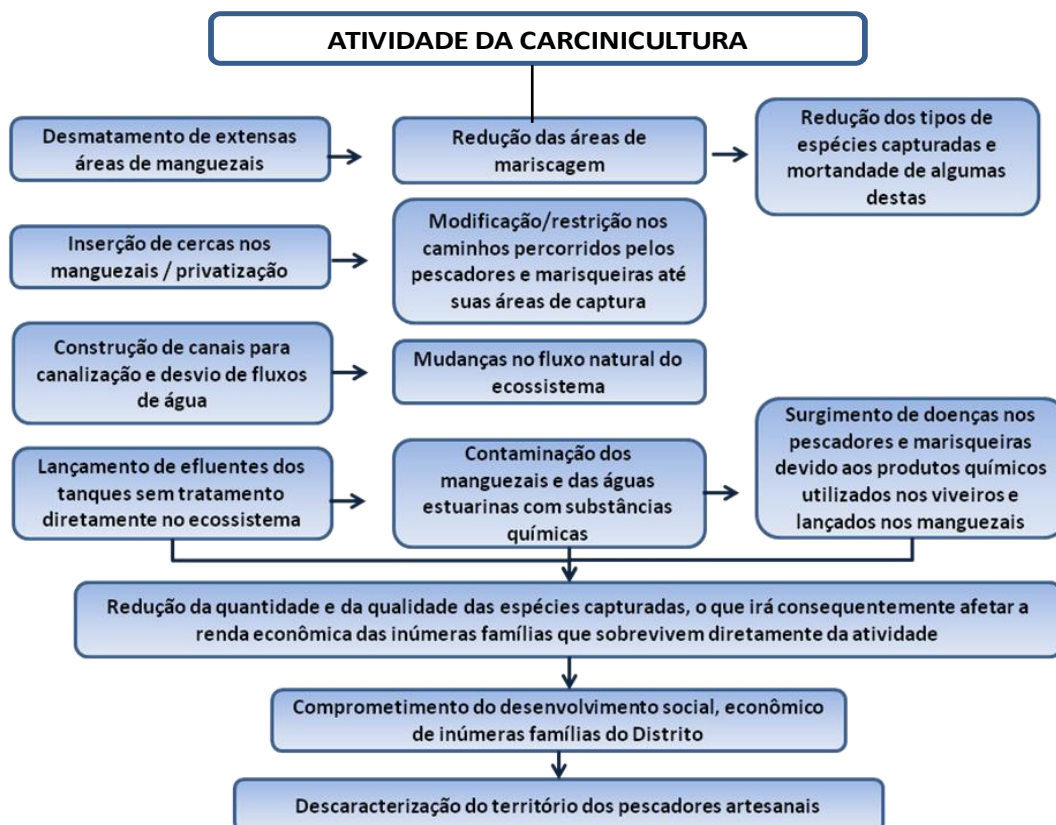


Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Dessa forma, a expansão dos viveirinhos artesanais e/ou dos empreendimentos industriais, além de propiciarem a descaracterização do território pesqueiro local, pode comprometer o desenvolvimento social, econômico e cultural de inúmeras famílias do distrito, além de constituir-se enquanto uma ameaça à manutenção da cultura tradicional pesqueira típica do distrito e, conseqüentemente, das comunidades litorâneas do estado que sobrevivem há décadas do desenvolvimento da pesca artesanal e da mariscagem.

Para uma melhor compreensão das principais mudanças ocorridas nos territórios pesqueiros de Acupe, buscamos sistematizá-las no esquema apresentado na figura 77.

Figura 77. Sistematização das principais mudanças ocorridas no território dos pescadores (as) de Acupe após a inserção da atividade da carcinicultura.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Nessa perspectiva, com base nas considerações apontadas, observamos a necessidade dos pescadores artesanais de Acupe terem seus territórios garantidos e defendidos, para que assim possam ser preservadas as atividades produtivas realizadas no mesmo, assim como todas as relações existentes entre este e a comunidade local.

A partir dessa necessidade é que passamos a analisar quais estratégias vêm sendo utilizadas para a defesa desses territórios. Na presente pesquisa nos restringimos à análise das contradições existentes no distrito a partir do setor pesqueiro, porém essas contradições não se restringem a este. Tal fato faz com que os pescadores artesanais e marisqueiras de Acupe estejam em constante luta na defesa de seus territórios.

6.3 A LUTA DOS PESCADORES(AS) ARTESANAIS DE ACUPE NA DEFESA DE SEUS TERRITÓRIOS

Os conflitos existentes na maioria das comunidades pesqueiras do estado da Bahia se dão pela inserção de atividades industriais nas áreas de uso das comunidades. Como essas indústrias, na maioria das vezes, possuem lógicas de apropriação da natureza diferenciadas das comunidades e seu desenvolvimento, acabam comprometendo a própria existência destas. Então há conseqüentemente, a ocorrência de diversos conflitos.

Nas últimas décadas, observamos diversas comunidades do estado perdendo e/ou sofrendo modificações direta/indiretamente em seus territórios para diversos fins: barragens, portos, turismo, aquicultura, indústrias químicas contaminando as águas, dentre outros.

No distrito de Acupe, observamos as contradições existentes entre a atividade da pesca artesanal e da carcinicultura, assim como as transformações territoriais ocorridas após a inserção desta última. Tais mudanças têm colocado a comunidade em constante alerta sobre as condições sociais, ambientais, culturais e econômicas de seu território.

Porém, o que se destaca é que essas contradições existentes não se restringem ao setor pesqueiro. Nos últimos tempos, o território dos pescadores artesanais do distrito tem passado por constantes pressões por parte da indústria turística, por exemplo.

Há mais de três anos, investidores estrangeiros vêm tentando instalar um complexo turístico na Ilha de Cajaíba, situada no município de São Francisco do Conde. O grupo espanhol *PropertyLogic* foi um dos primeiros investidores e seu projeto estava avaliado em mais de 1 bilhão de reais.

Porém, a Ilha de Cajaíba está inserida, de acordo com as comunidades pesqueiras e quilombolas, em seus territórios. Tal fato fez com que a comunidade de Acupe e outras vizinhas se mobilizassem através de denúncias, pedidos de audiências públicas e ocupações para impedir e reivindicar o seus direitos sobre a ilha.

Essas mobilizações, junto às questões socioambientais levantadas, fizeram com que o processo de licenciamento para a construção do empreendimento que vinha caminhando fosse atrasado. Posteriormente, segundo os dados obtidos, a *PropertyLogic* passou o processo de licenciamento do empreendimento para a empresa italiana Missoni que tem em seus planos a construção de mais de sete hotéis de luxo, campos de golfe, dentre outras infraestruturas.

Em abril de 2011, mais de 500 pescadores ocuparam o casarão histórico da Ilha de Cajaíba. No ato os mesmos manifestaram seu repúdio à construção do complexo turístico na ilha, uma vez que esta integra o território quilombola de quatro comunidades registradas na Fundação Cultural Palmares, além de constituir-se enquanto território produtivo de diversas outras comunidades pesqueiras existentes na região.

Após alguns meses dessa ocupação e no seguimento das mobilizações, a comunidade pesqueira da região obteve a notícia de que a empresa *PropertyLogic* havia desistido da instalação do complexo. Mesmo a empresa Missoni tendo assumido o processo de licenciamento, a notícia pública veio por meio do grupo anterior. Nesse contexto, destaca-se que, embora esta tenha manifestado sua desistência, há o medo de que a Missoni ainda esteja planejando a construção do complexo.

De acordo com os pescadores e marisqueiras de Acupe, a inserção do complexo turístico na ilha impactaria diretamente a sobrevivência da comunidade local, assim como nas demais existentes na região. Como podemos observar no território produtivo de Acupe (Figura 66), o espaço onde a ilha está inserida integra diretamente o território pesqueiro de Acupe.

Nesta área, está um dos estoques pesqueiros mais ricos da região. Além disso, inúmeras famílias realizam o extrativismo vegetal do dendê e de outras frutas existentes (cajá, jenipapo, manga, banana, dentre outros).

Com a inserção do complexo turístico, haveria uma privatização das áreas até então utilizadas por diversos pescadores e marisqueiras. Além disso, os impactos ambientais previstos decorrentes do desenvolvimento das atividades colocariam em risco um dos estoques pesqueiros mais ricos do estado (Entrevista – Pesquisa de Campo, 2011).

Figura 78. Construção de muros ao redor nos ilhotes e da coroa branca, cimentos deixados no local por empresários do setor turístico.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Não obstante, segundo a comunidade local, mesmo o complexo não tendo sido inserido, o mesmo já atraiu novos investidores para a região, visto que após o conhecimento da criação dos empreendimentos na Ilha, algumas ilhotas e coroas que ficam próximas à mesma foram ocupadas irregularmente. Nestas foram construídos muros e áreas de manguezais foram retiradas, impedindo o acesso dos pescadores e marisqueiras aos seus territórios produtivos. Além disso, alguns materiais deixados pelos empresários como cimentos acabaram sendo derramados no ambiente.

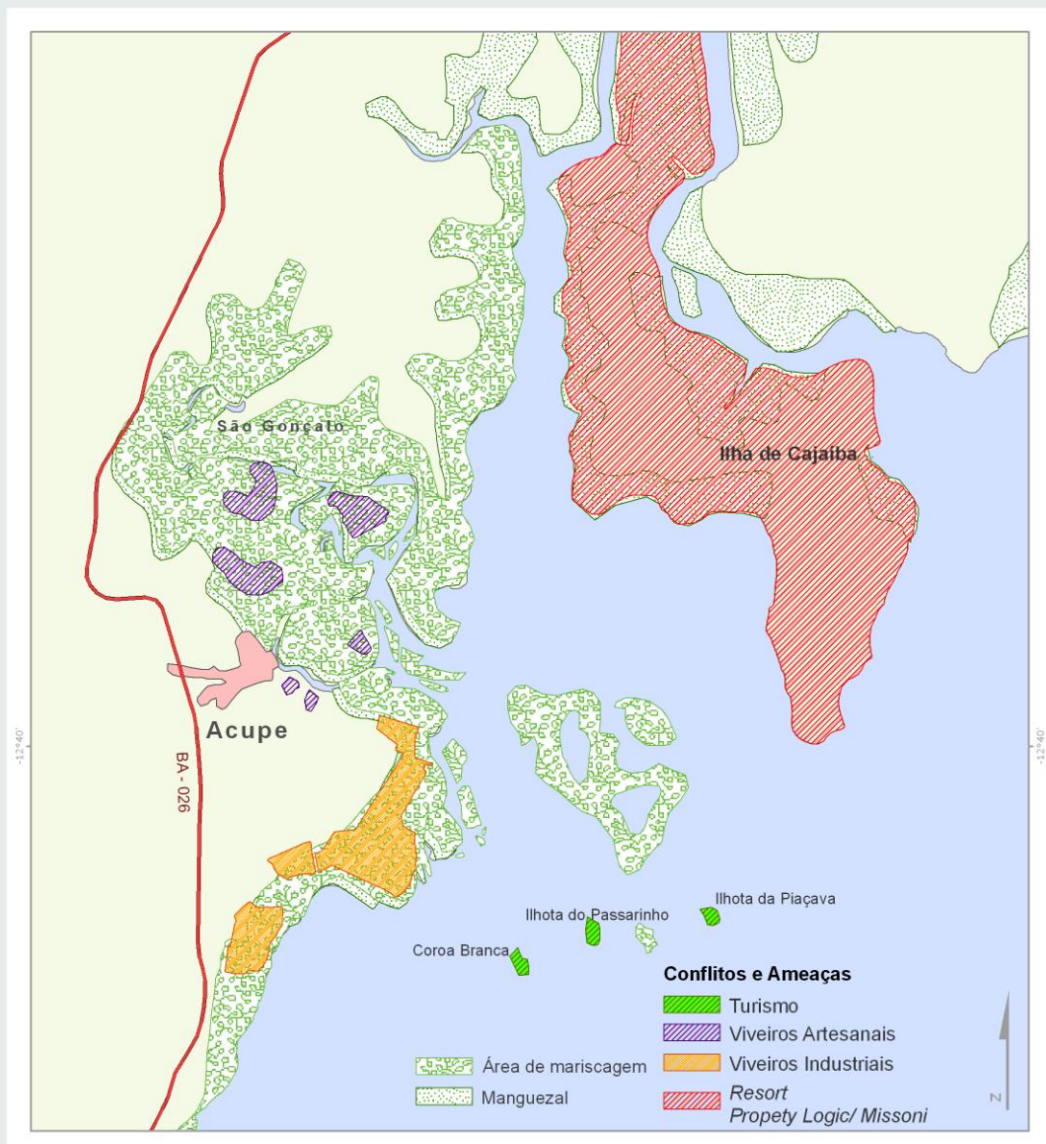
Esses espaços integram o território dos pescadores artesanais de Acupe e são ricos em diversas espécies de mariscos que são capturadas pelas marisqueiras locais. Além disso, servem de abrigo para diversos pescadores em épocas de tempestades.

Assim como ocorrido na Ilha de Cajaíba, as comunidades pesqueiras locais se mobilizaram e através de denúncias, reuniões, dentre outras conseguiram embargar o processo de construção iniciado. Atualmente, o mesmo encontra-se parado e algumas partes dos muros foram destruídas pela comunidade.

A partir das considerações apresentadas, podemos observar que o território dos pescadores artesanais de Acupe, além de possuir inserido no mesmo o desenvolvimento da atividade da carcinicultura que vem ocasionando diversas mudanças territoriais, ainda encontra-se em constante ameaça por parte do setor turístico, que vem tentando privatizar parte de seus territórios para a construção de empreendimentos (Figura 79).

FIGURA 79

**MAPEAMENTO DOS CONFLITOS E AMEAÇAS EXISTENTES NO TERRITÓRIO
DOS PESCADORES(AS) ARTESANAIS
DISTRITO DE ACUPE - SANTO AMARO - 2012
ESTADO DA BAHIA**



Fonte: Dados da Pesquisa.
Base cartográfica: SRH, 2004.
Elaboração: Projeto GeografAR, 2012.

0 600 1.200 1.800 2.400
1:60.000
m

Nesse cenário, destacamos a mobilização da comunidade tradicional pesqueira de Acupe e das demais comunidades vizinhas que, unidas, conseguiram dar andamento ao processo de demarcação e titulação do território das comunidades quilombolas.

Atualmente, algumas comunidades quilombolas, a exemplo da comunidade de São Braz – que também é uma comunidade de pescadores artesanais –, estão tendo o seus territórios demarcados pelo INCRA⁴¹. Com essa demarcação, espera-se que as comunidades de remanescentes de quilombos tenham seus direitos assegurados contra os diversos empreendimentos planejados para a região.

O processo de mobilização contra a inserção do complexo na Ilha de Cajaíba, além de ter contribuído no andamento da demarcação e titulação dos territórios quilombolas, conseguiu, principalmente, fortalecer as comunidades no âmbito de luta e defesa de seus territórios. Foi uma conquista importante e necessária vista a necessidade cada vez maior da conscientização dos direitos por parte dos pescadores (as) artesanais na luta e defesa de seus territórios.

Podemos observar nesse cenário a existência de um território em disputa, em que as comunidades tradicionais têm sido frequentemente ameaçadas pelos diversos segmentos dos empreendimentos industriais. Para Chagas, isso revela um quadro crítico de injustiças ambientais,

Tem-se percebido que as denominadas populações tradicionais vêm sendo colocadas em situação de risco e de grande vulnerabilidade, diante dos grandes empreendimentos que chegam a seus territórios, expulsando-as e modificando suas vidas. Instauram-se aí conflitos, que são compreendidos como situações de Injustiça Ambiental, tendo em vista a forma como tais comunidades têm sido desqualificadas, por meio de um discurso fundamentado em concepções preconceituosas, segundo as quais essas populações seriam inferiores, por não deterem tecnologias elaboradas e imporem óbices à realização daquilo que hegemonicamente vem sendo compreendido como progresso e desenvolvimento (CHAGAS, 2008, p. 29).

As novas formas de apropriação e desenvolvimento impostas por esses empreendimentos impedem e/ou alteram as práticas tradicionais que vinham sendo desenvolvidas pelas comunidades, a exemplo das fazendas de carcinicultura, que se inserem nos territórios das comunidades pesqueiras modificando-o e, muitas vezes, comprometendo as suas condições de vida. Para Herculano, o conceito de justiça ambiental nos auxilia na discussão sobre a necessidade de garantir o direito aos territórios, assim como as tradicionalidades que nele são desenvolvidas.

⁴¹ O INCRA está elaborando o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do Território da Comunidade Quilombola de São Braz, peça necessária para o início do longo processo de sua regularização.

Por Justiça Ambiental entenda-se o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas. Dito de outra forma, trata-se da espacialização da justiça distributiva, uma vez que diz respeito à distribuição do meio ambiente para os seres humanos (HERCULANO, 2002, p. 2).

O conceito de justiça ambiental surge enquanto campo teórico,

na Sociologia norte-americana, depois do relato do caso de contaminação química em Love Canal, em Niagara Falls, estado de Nova York, quando, a partir de 1978, moradores de um conjunto habitacional de classe média baixa descobriram que suas casas estavam erguidas sobre um canal que havia sido aterrado com dejetos químicos industriais e bélicos. Foi a socióloga Adeline Levine quem primeiro historiou e analisou o caso (HERCULANO, 2001 *apud* CHAGAS, 2008, p. 19).

No Brasil, “o marco inicial de sistematização e divulgação da problemática referente à justiça ambiental foi a coleção intitulada “Sindicalismo e Justiça Ambiental” publicada em 2000” (HERCULANO, 2002, p. 7). Esta publicação tinha o objetivo de conscientizar a população de que o modelo de desenvolvimento atual vem se apropriando de maneira desordenada dos recursos ambientais, uma vez que se trata de um bem coletivo, sua apropriação não deve ser particularizada à classe dominante.

Em 2001, foi realizado o Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania na Universidade Federal Fluminense que teve como objetivo discutir a temática de justiça ambiental, analisar o quadro brasileiro e propor medidas de solução às questões apontadas. Neste também foi criada a Rede Brasileira de Justiça Ambiental⁴² (HERCULANO, 2002).

Na declaração de lançamento da Rede supracitada, são apontados os seus principais objetivos, dentre eles destacamos o “Desenvolvimento de instrumentos de promoção de justiça ambiental”, no caso das comunidades tradicionais pesqueiras que têm seus territórios ocupados por empreendimentos industriais. A criação desses instrumentos pode ser uma das formas de garantia sobre seus territórios.

Nesse contexto, pensar o histórico de injustiças ambientais, os constantes conflitos e ameaças sofridas pelas comunidades pesqueiras, revela-nos a necessidade da regularização de seus territórios. Nesse contexto, surge através do MPP e do auxílio de diversos parceiros a

⁴² A Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) consolidou-se, desde 2002, como um espaço de identificação, solidarização e fortalecimento dos princípios de Justiça Ambiental — marco conceitual que aproxima as lutas populares pelos direitos sociais e humanos, a qualidade coletiva de vida e a sustentabilidade ambiental. Constituiu-se como um fórum de discussões, de denúncias, de mobilizações estratégicas e de articulação política, com o objetivo de formulação de alternativas e potencialização das ações de resistência desenvolvidas por seus membros — movimentos sociais, entidades ambientalistas, ONGs, associações de moradores, sindicatos, pesquisadores universitários e núcleos de instituições de pesquisa/ensino (RBJA, 2012, p.1).

realização da Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras.

6.3.1. A realização da Campanha como forma de reconhecimento, mobilização e luta pelos direitos das comunidades tradicionais pesqueiras

A Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras surge a partir da mobilização de diversos pescadores (as) de todo o país que dentre outros objetivos lutam pelo reconhecimento e regularização de seus direitos sobre os territórios tradicionais pesqueiros. Durante os últimos anos, o MPP, com o auxílio de diversos parceiros, vem desenvolvendo,

um intenso trabalho de base com o propósito de animar os pescadores e pescadoras em todo Brasil para o enfrentamento de grandes projetos. Paralelamente vem reunindo forças e agregando parceiros para construir instrumentos legais que garantam a permanência das comunidades em seus territórios (MPP, 2011, p.1).

Além desse trabalho, foram realizados diversos encontros com representantes dos estados e parceiros, onde temas como território e identidade dos pescadores artesanais, direitos sociais, foram amplamente discutidos. Assim, a partir dessas reflexões, o MPP propôs a realização da Campanha como

Uma estratégia importante para envolver o conjunto da sociedade nesse debate e ao mesmo tempo construir instrumentos legais, que aliado à resistência e articulação das comunidades sirva como instrumento de luta para a preservação do território e para efetivação dos direitos dos pescadores e pescadoras artesanais do Brasil (MPP, 2011, p. 1).

Durante os meses que antecederam o lançamento da Campanha, foram realizados Seminários Estaduais, Caravanas Estaduais e Nacionais, dentre outras formas de mobilização com o objetivo de mobilizar as comunidades pesqueiras do país para os objetivos esperados com a Campanha, assim como o trabalho a ser realizado durante esta.

Assim, com o lema “Território pesqueiro: Biodiversidade, Cultura e Soberania Alimentar do povo Brasileiro” e com a proposta de uma Lei de Iniciativa Popular que regulamente os direitos territoriais das comunidades pesqueiras tradicionais, a Campanha teve seu lançamento em Brasília (DF), nos dias 05 e 06 de junho deste ano. Ao todo estiveram presentes cerca de 2 mil pescadores (as) artesanais e parceiros de 16 estados brasileiros (Alagoas, Ceará, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Pernambuco, Sergipe e Piauí).

No ato foram realizadas mesas, audiência pública, dentre outras mobilizações que contaram com a presença de deputados, do Ministro da Pesca e Aquicultura, Marcelo Crivella, dos representantes da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Meio Ambiente, da Procuradoria Federal, dos movimentos sociais e parceiros, dentre outros. Nestas foram expostas as problemáticas que esses territórios vêm sofrendo, assim como o papel econômico, social, cultural e ambiental destes para inúmeras famílias de pescadores (as) artesanais do país.

Além disso, conforme supracitado, a Campanha tem dentre seus objetivos a proposição de uma Lei de Iniciativa Popular. Para tal, os pescadores precisaram da assinatura de 1% do eleitorado brasileiro (1.385.000). Durante o lançamento em Brasília foi dado início ao recolhimento das assinaturas (Figura 80).

Outro momento importante foi a caminhada realizada pelos 2 mil pescadores do Parque da Cidade em direção à Esplanada dos Ministérios e ao Congresso Nacional. No local um grupo de pescadores entregou uma cópia da Proposta de Lei que até 2015 deverá ter as assinaturas necessárias para atingir sua aprovação.

Figura 80. Lançamento da Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras em Brasília.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

Nesse contexto, podemos observar a organização dos pescadores na luta pela defesa de seus territórios pesqueiros. A realização da Campanha pode ser considerada um marco na história da pesca artesanal, uma vez que há anos vêm-se buscando a mobilização de todos os pescadores (as) do país para o enfrentamento dos grandes projetos impostos pelo capitalismo.

Pois, tão importante quanto a aprovação da Lei é a conscientização de seus direitos por parte das comunidades pesqueiras tradicionais e a mobilização conjunta destas na defesa de seus territórios. Nessa perspectiva, reforçamos a necessidade da articulação dessas comunidades, a exemplo da comunidade pesqueira de Acupe na defesa de seus territórios e também a necessidade da conscientização por parte do Estado brasileiro da regularização dos territórios das comunidades tradicionais pesqueiras.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade pesqueira no Brasil, mais especificamente a pesca artesanal, é desenvolvida como forma de garantir a sobrevivência e reprodução social de inúmeras comunidades pesqueiras espalhadas pelo litoral do país e ao longo dos rios. A principal característica dessas comunidades é a forma com que se apropriam da natureza para o desenvolvimento de suas atividades. As relações estabelecidas se dão para além do uso produtivo dos recursos naturais. Há nesse processo a identificação e o sentimento de pertencimento que caracterizam a construção de uma relação cultural com a profissão de pescador (a) artesanal.

Para os pescadores, a pesca artesanal é compreendida como uma profissão, em que os conhecimentos e as experiências são passadas de geração a geração, “o domínio de um conjunto de conhecimentos e técnicas que permitem ao produtor subsistir e se reproduzir enquanto pescador” (DIEGUES, 1983, p. 197).

O que caracteriza o pescador artesanal “não é somente o viver da pesca, mas é sobretudo a apropriação real dos meios de produção; o controle de como pescar e o que pescar, em suma o controle da arte da pesca” (DIEGUES, 1983, p. 1970). Essas características irão diferenciar a pesca artesanal das demais atividades que compõem o setor pesqueiro (pesca industrial, aquicultura, piscicultura), assim como serão refletidas na forma com que os pescadores se relacionam com a natureza e na construção de suas territorialidades.

Pois, as comunidades pesqueiras, apesar de estarem inseridas no modo de produção capitalista, desenvolvem-se de maneira diferenciada dentro desse sistema. Estas representam exemplos de formas sociais de produção que, por não se inserirem no sistema produtivo dominante, são muitas vezes desarticuladas e obrigadas a dividir seu espaço de uso com empreendimentos econômicos, comprometendo o desenvolvimento de suas atividades.

As análises realizadas revelaram que a expansão do modelo urbano-industrial nas zonas pesqueiras de característica artesanal tem levado ao aumento relativo da degradação dos recursos naturais – base de sobrevivência das comunidades tradicionais –, além da inserção de diferenciadas formas de produção social que se instalam e materializam-se no espaço dessas comunidades.

Na presente pesquisa, compreendemos os territórios pesqueiros como os espaços utilizados e apropriados pelos pescadores artesanais para o desenvolvimento de suas atividades produtivas, sociais e culturais. Cabe destacar que esse território abrange tanto os

espaços marítimos como terrestres. O acesso à terra, assim como à água é condição indispensável para reprodução dos pescadores artesanais, tanto pelo seu lado produtivo como pelas múltiplas relações existentes entre a comunidade e os mesmos.

Porém, o que observamos é que apesar da pesca artesanal possuir grande importância na soberania alimentar do país – contribui com mais de 60% do pescado produzido – e ser responsável pela renda econômica de inúmeras comunidades tradicionais pesqueiras, a mesma sempre vem sendo colocada em segundo plano pelos órgãos gestores do setor.

A história da organização institucional da atividade pesqueira no Brasil foi marcada pela criação de diversos órgãos e instrumentos normativos que regiam a organização da atividade no país e visava, diretamente, atender aos interesses do Estado e das classes dominantes que estavam voltados à pesca industrial. Enquanto a pesca industrial e os interesses dos empresários delineavam os objetivos das políticas públicas e a destinação dos incentivos fiscais, os interesses dos pescadores artesanais eram esquecidos.

Um exemplo é a política de atuação da SUDEPE que tinha, dentre seus objetivos, a transformação da pesca artesanal em pesca industrial e que foi considerada de forma insustentável tanto no que se refere aos processos econômicos, quanto aos socioambientais. Outro exemplo clássico de representação dos interesses do Estado frente aos interesses da pesca artesanal foi à criação das Colônias de pesca. Longe de ser um órgão representativo profissional dos interesses da atividade, a criação das Colônias foi apenas mais uma forma do Estado ter o controle sobre a atividade pesqueira, e, até os dias atuais, algumas ainda são o palco de contradições de interesses entre pescadores e dirigentes.

Essas contradições se dão porque a presidência das Colônias, na maioria das vezes, está na mão de pessoas alheias ao desenvolvimento da atividade, o que ocasiona conflitos de ideias e interesses. A insatisfação por parte dos pescadores artesanais se dá principalmente por verem as Colônias atuando mais como representantes dos interesses do Estado do que dos de quem em princípio deveriam representar.

Tais fatos têm feito com que os pescadores artesanais busquem, através das organizações sociais e de assessoria e apoio, suprir as inúmeras demandas não atendidas pelas organizações institucionais e de representatividade profissional; a exemplo das Associações, do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), dentre outros.

Em relação à organização institucional do setor pesqueiro, atualmente sob a responsabilidade pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), observamos em seu desenvolvimento que novamente a pesca artesanal vem sendo colocada em segundo plano. A

criação de políticas públicas continua a privilegiar a pesca industrial, a aquicultura e os grandes empreendimentos capitalistas que por sua vez vêm sendo inseridos nos territórios dos pescadores artesanais sem maiores intervenções/manifestações do MPA e demais órgãos responsáveis pela fiscalização da atividade.

Como exemplo há a atividade da carcinicultura, que integra as atividades visadas pelas políticas públicas e que desde sua expansão no Brasil, na década de 1990, vem sendo inserida em diversos territórios das comunidades tradicionais pesqueiras do país, ocasionando significantes mudanças nos mesmos, chegando, em alguns casos, a comprometer a sobrevivência da comunidade.

Tais considerações expõem a dimensão política desses territórios, uma vez que seu uso, apropriação e controle, por exemplo, é de interesse de diferentes grupos sociais e atividades produtivas. Essa dimensão faz com que se explicitem disputas políticas das quais emergem novas disputas territoriais.

Esse é o cenário brasileiro de inúmeras comunidades tradicionais pesqueiras, principalmente, após a expansão das atividades industriais no país. Os territórios terra e água passaram a ser vistos como espaços de interesse estratégico ao desenvolvimento do capital, o que por sua vez faz com que estes estejam atualmente em constantes ameaças, ocasionando conflitos entre as comunidades tradicionais pesqueiras e os empresários.

A esse cenário acrescentamos a análise realizada das comunidades pesqueiras do estado da Bahia, mais especificamente a comunidade pesqueira do distrito de Acupe – Santo Amaro (BA), recorte espacial desta pesquisa.

O estado da Bahia é caracterizado por possuir um extenso litoral que abriga importantes estuários e áreas de manguezais. Nestas áreas, mais de 113.377 mil pescadores artesanais que compõem as inúmeras comunidades pesqueiras existentes no estado desenvolvem das atividades da pesca e da mariscagem, como forma de garantir sua sobrevivência e reprodução social. Cabe destacar ainda que, no desenvolvimento da pesca extrativa, o estado se destaca como o terceiro maior produtor do país, desenvolvendo exclusivamente a pesca artesanal.

Nesse momento, ao tratar dos dados referentes à estatística pesqueira do estado, torna-se de suma importância destacar a imensa fragilidade e imprecisão dos dados disponíveis em escala nacional, estadual e local, percebida durante a pesquisa. Destaca-se a fragilidade existente na metodologia utilizada para contabilização dos pescadores, que é baseada no cadastro destes no Registro Geral da Pesca (RGP), uma vez que a maioria dos pescadores não possui esse cadastro.

Em relação à frota pesqueira, o quadro é ainda mais deficitário, uma vez que a contabilização se dá a partir da vinda dos pescadores para cadastramento dos barcos/canoas diretamente no MPA. Em 2011, de acordo com os dados do MPA, existiam apenas 3.431 mil embarcações cadastradas, destas mais de 75% motorizadas e/ou de maior porte (MPA, 2012). Porém de acordo com o IBAMA e com as organizações sociais, a frota pesqueira baiana é significativamente superior e composta em mais de 60% por canoas a remo, tais considerações nos levam a observar que a estatística realizada pelo MPA não aponta a realidade do estado.

Essa fragilidade existente na estatística pesqueira do país e do estado, de certa forma, exime e camufla os impactos que as atividades industriais têm ocasionado nas comunidades tradicionais em que são inseridas. Tal fato nos induz ao questionamento de que até que ponto há uma incapacidade/incompetência metodológica e não uma intencionalidade em não se ter uma estatística pesqueira mais próxima da realidade. Pois a análise da estatística pesqueira revela, dentre outras, a importância do desenvolvimento da atividade para o município/comunidade, a necessidade e o direcionamento da criação de políticas públicas e gestão da atividade, e principalmente o quanto a inserção de um empreendimento industrial irá impactar nestas, a exemplo da carcinicultura, presente no estado, desde a década de 1970.

Atualmente, o estado da Bahia é considerado o 3º maior produtor de camarão em cativeiro do país. Ao todo existem 52 fazendas de cultivo de camarão em viveiro cadastradas no estado, porém destaca-se a existência de outros empreendimentos em funcionamento que não se encontram cadastrados nos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento e fiscalização da atividade no estado.

Outro fator importante é que essas fazendas encontram-se, em sua maioria, inseridas em áreas de manguezais que por sua vez integram os territórios das comunidades tradicionais pesqueiras. Não obstante, esses empreendimentos, mesmo estando com seu licenciamento suspenso desde 2007 – devido à decisão por liminar na justiça –, encontram-se desenvolvendo normalmente suas atividades de produção.

O que nos leva a concluir que, mesmo existindo instrumentos jurídicos que regem a proteção e preservação das áreas de manguezais e que definem que a inserção dos empreendimentos de carcinicultura não pode interferir no desenvolvimento das atividades das comunidades tradicionais ali existentes, a realidade observada no estado é contrária, uma vez que inúmeras comunidades pesqueiras têm sofrido significantes mudanças em seus territórios após a inserção da carcinicultura e têm visto o desenvolvimento de suas atividades comprometidas.

Uma dessas comunidades, já citada, é a comunidade tradicional pesqueira de Acupe, localizada no município de Santo Amaro no Recôncavo Baiano. Caracterizado por ter uma das maiores comunidades pesqueiras do estado, o distrito de Acupe possui, de acordo com as organizações locais, cerca de 10 mil habitantes, destes mais de 5 mil são pescadores artesanais e marisqueiras que sobrevivem direta/indiretamente da pesca artesanal.

A história de Acupe remete aos antigos engenhos existentes no Recôncavo Baiano e dentre as atividades e culturas herdadas dos negros escravos estava a prática da pesca artesanal e da mariscagem como forma de garantir sua sobrevivência e reprodução social. Destaca-se, também, a forte relação cultural existente e mantida no decorrer da história entre a comunidade e os espaços utilizados por esta para o desenvolvimento de suas atividades sociais, econômicas e culturais.

O desenvolvimento das atividades da pesca artesanal e da mariscagem em Acupe se caracteriza, principalmente, pela forma com que os pescadores e as marisqueiras se relacionam com a natureza. Há, nesta relação, um processo de identificação, respeito e pertencimento que combinado com as técnicas e os instrumentos utilizados para o desenvolvimento da atividade, com o conhecimento que é passado de geração a geração, dentre outras, caracteriza-os como pescadores (as) artesanais. A forte presença das mulheres no desenvolvimento da pesca é outra característica da comunidade, tanto na pesca em alto mar quanto na mariscagem nas áreas de manguezal e no seu entorno. Estas muitas vezes são responsáveis pela renda econômica da família e trabalham, diariamente, na captura dos mariscos.

Além das atividades da pesca e mariscagem, alguns pescadores desenvolvem também as atividades da agricultura e do extrativismo vegetal como forma complementar à renda econômica da família. No extrativismo vegetal, destaca-se a confecção de instrumentos de pesca que são utilizados pelos pescadores na pesca e na mariscagem, a exemplo das cestas, balaios e rodas de secar peixe.

Tais características, atreladas a outras trabalhadas no decorrer da pesquisa, levam-nos a observar que a tradicionalidade dessas comunidades pode ser compreendida a partir das múltiplas relações estabelecidas com a atividade e com o espaço apropriado. Os espaços onde as atividades mencionadas são desenvolvidas integram o território denominado por nós, como “territórios produtivos dos pescadores artesanais de Acupe”. Destaca-se que esse território não restringe-se ao espaço marítimo, engloba também o espaço terrestre, onde se desenvolvem além de parte das atividades econômicas da comunidade, também e principalmente as suas atividades sociais e culturais.

Esse cenário nos leva a compreender que os territórios produtivos dos pescadores artesanais de Acupe constituem-se enquanto uma articulação dos espaços marítimos e terrestres – territórios terra e água –, em que os pescadores artesanais necessitam do acesso livre para a prática de suas atividades sociais, econômicas e culturais. O acesso ao território e todas as relações estabelecidas com este é condição preliminar para o desenvolvimento da comunidade.

Porém, o que se destaca é que, nas últimas décadas, os territórios pesqueiros de Acupe têm sido frequentemente apropriados por empreendimentos relacionados à atividade da carcinicultura, alguns destes em áreas de antigas salinas.

O desenvolvimento da carcinicultura no distrito se iniciou a partir da inserção da Fazenda Oruabo – empreendimento da Bahia Pesca –, na década de 1980. Desde então, mais dois empreendimentos foram instalados no distrito – a Fazenda Sinorama e a Fazenda Santo Antônio (Beto Pesca). Destaca-se que esses empreendimentos, além de se encontrarem sem licenciamento – devido à suspensão na emissão de licenças, desde 2007 – e estarem inseridos em áreas de manguezais, têm ocasionado mudanças significativas nos territórios pesqueiros da comunidade.

Não obstante, após a inserção das fazendas, alguns moradores locais e/ou comerciantes passaram a construir seus próprios viveiros de cultivo de camarão, denominados na presente pesquisa de “viveirinhos artesanais”.

Atualmente, existem no distrito mais de dez “viveirinhos artesanais”. A preocupação se dá principalmente porque estes, além de se encontrarem também sem licenciamento e inseridos em áreas de manguezais, estão frequentemente retirando a vegetação de mangue para a construção de novos viveiros e/ou expansão das áreas já ocupadas. Tal fato, além de ser uma ameaça à existência e manutenção do território, constitui-se para os pescadores enquanto uma descaracterização da comunidade tradicional pesqueira de Acupe.

Pois, assim como os pescadores artesanais, à medida que os carcinicultores se apropriam do espaço, constroem seus empreendimentos e desenvolvem ali suas atividades, estão construindo seus territórios – território da carcinicultura –. Destaca-se nesta construção um processo de apropriação da natureza contraditório ao realizado pelos pescadores artesanais, o que nos leva a compreender que a inserção da atividade da carcinicultura em Acupe configurou-se como uma forma diferenciada de produção do espaço, que revela, no desenvolvimento de suas territorialidades, as contradições existentes entre as mesmas.

A inserção da atividade da carcinicultura no distrito ocasionou/ocasiona significantes mudanças territoriais à comunidade, uma vez que todos os empreendimentos encontram-se

inseridos em áreas de manguezais que, por sua vez, compõem o território produtivo dos pescadores artesanais. A inserção de cercas nos manguezais, a retirada da vegetação de mangue, a privatização desses espaços por parte das fazendas, a redução do território da mariscagem, as mudanças no equilíbrio natural do ecossistema manguezal e a diminuição da quantidade e da qualidade dos peixes e mariscos capturados são consequências do desenvolvimento da carcinicultura que interferem diretamente no desenvolvimento da atividade pesca artesanal e refletem na renda econômica das inúmeras famílias que sobrevivem diretamente do desenvolvimento da atividade.

Além disso, contribuem para a descaracterização de um território tradicional pesqueiro que vem sendo construído/mantido durante anos por gerações e gerações e representa a principal fonte de renda econômica do distrito. Assim, a inserção de novas atividades nesses espaços, a exemplo da carcinicultura, constitui-se uma ameaça à existência e ao desenvolvimento da pesca artesanal.

Outro fator importante observado é que as contradições existentes em Acupe não se restringem ao setor pesqueiro. Nos últimos anos, o distrito tem sido o cenário de grande atração a diversos empreendimentos turísticos que vêm tentando aí se instalar. Os espaços utilizados pela comunidade, a exemplo da Ilha de Cajaíba, os Ilhotes do Passarinho, da Piaçava e a Coroa Branca têm despertado interesses ao setor turístico que pretende instalar Resorts/ Pousadas no local. Esse sido o principal motivo de diversos conflitos ocorridos nos últimos meses entre empresários e pescadores. Destaca-se ainda que esses espaços também integram o território pesqueiro de Acupe, assim a inserção desses empreendimentos impactaria diretamente no desenvolvimento das atividades realizadas pela comunidade.

Tais fatos fazem com que estes territórios estejam atualmente em um cenário de constantes ameaças e conflitos. Nesse sentido, tornam-se cada vez mais necessárias as ações, por parte do Estado brasileiro, para a regularização destes territórios, pois somente com a segurança do direito sobre seus territórios, os pescadores artesanais poderão continuar a desenvolver suas atividades e a se reproduzir socialmente e culturalmente.

Assim, a organização realizada pelos pescadores não é somente uma necessidade de articulação e fortalecimento das comunidades frente às constantes ameaças que seus territórios vêm sofrendo, mas principalmente uma forma de garantir sua territorialização, dentro de um modo de produção que não reconhece a importância social, econômica e ambiental da pesca artesanal.

Dessa forma, o esforço realizado na presente pesquisa de identificar e demarcar o território produtivo dos pescadores artesanais de Acupe, além de ter constituído um

importante instrumento de análise que possibilitou a espacialização dos conflitos existentes com a atividade da carcinicultura e das mudanças territoriais ocorridas em decorrência da inserção desta, também reforçou o cenário que revela a existência de um território em disputa, que, por sua vez, justifica a necessidade de sua regularização e demonstra os desafios existentes nesse processo.

Por fim, destacamos, a partir do cenário e das discussões aqui apresentadas sobre a necessidade de regularização dos territórios pesqueiros, a preocupação em se construir um diálogo a partir das contribuições do conceito de território na ciência geográfica e da cartografia enquanto instrumento/técnica de representação do espaço geográfico.

O mapeamento dos territórios das comunidades tradicionais pesqueiras pode ser compreendido, a partir das discussões realizadas acerca da ciência geográfica e da cartografia, como um processo que possibilita o fortalecimento da identidade cultural das comunidades, a compreensão da importância dos territórios pesqueiros na relação terra e água e a espacialização dos conflitos existentes nestes.

Nessa perspectiva, o mesmo também é um processo de construção, mobilização e reconhecimento da comunidade local para enfrentar o desafio traçado nos próximos três anos – período da Campanha Nacional pela Regularização dos Territórios das Comunidades Tradicionais Pesqueiras –, além de se constituir enquanto um instrumento estratégico a ser utilizado na mediação de conflitos, na luta e defesa dos territórios pesqueiros.

REFERÊNCIAS

ABCC. Associação Brasileira de Criadores de Camarão. **Quadro Geral da Carcinicultura Brasileira por Estado em 2004.** Disponível em: http://www.abccam.com.br/abcc/images/stories/publicacoes/TABELAS_CENSO_SITE.pdf. Acesso em outubro de 2011.

ABCC. Associação Brasileira de Criadores de Camarão. **História da Carcinicultura no Brasil.** Disponível em: <http://www.abccam.com.br/historico2.html>. Acesso em 21 de setembro de 2009.

ABDALLAH, Patrícia Raggi; BACHA, Carlos José Caetano. Evolução da Atividade Pesqueira no Brasil: 1960 - 1994. **Revista Teórica e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 7, n. 13, 1- 16, maio de 1999.

ALBUQUERQUE, Liana Filgueira. **Estudo da oxidação do metabissulfito de sódio no efluente da carcinicultura.** 2005.85f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Química) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

ANDRADE, M.C. C. de. **Lutas camponesas no Nordeste.** São Paulo, Ed. Ática, 1989 2ª edição.

BAHIA PESCA, **Macrodiagnóstico do potencial da Bahia para a carcinicultura marinha.** Salvador: Governo da Bahia, 2003. 1 CD-ROM

BAHIA PESCA. **Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina.** Salvador: Bahia Pesca, 2003.

BIGARELLA, J.J. Contribuição ao estudo da planície litorânea do Estado do Paraná. **B.Geogr.**, 55: 747-779,1947.

BOVE, Luisa. **Anna Sironi: Uma vida pelo Brasil.** BCC Inzago. 2005.

BRASIL. Resolução nº. 237, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. In: **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. CONAMA.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/>>. Acesso em 2012.

BRASIL. Resolução nº. 312, de 10 de outubro de 2002. Dispõe sobre licenciamento ambiental dos empreendimentos de carcinicultura na zona costeira. In: **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. CONAMA.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/>>. Acesso em 2012.

CAMARGO, Sabrina G. O. de; POUEY, Juvêncio L. O. F. Aqüicultura - um Mercado em Expansão. In: **R. bras. Agrociência**, Pelotas, v. 11, n. 4, 393-396, out-dez, 2005.

CARDOSO, Eduardo S. **Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social.** 2001. Tese de doutorado - Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia, São Paulo, 2001.

CARDOSO, Eduardo S. Da apropriação da natureza à construção de territórios pesqueiros. In **GEOUSP- Espaço e tempo**. São Paulo. Nº14 pp.119-125, 2003.

CARDOSO, Eduardo S.; RAUBER, Karine R.; BERWALDT, Vivian M. B. Pescadores do Rio Uruguai: caracterização da atividade pesqueira em Pirapó e Roque Gonzales – RS. In: **Ciência e Natura**, UFSM, 28 (2): 43 - 54, 2006.

CARDOSO, Eduardo S.. Trabalho e Pesca: Apontamentos para a Investigação. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, vol. 10, n. 2, 31 dezembro 2009. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada102/05eduardo1002.pdf>>. Acesso em março, 2011.

CARLOS, Ana Fani A. Da “geografia abstrata” à “geografia concreta” In: **Espaço e tempo**. Complexidades e desafios do pensar e do ser geográfico. Curitiba: ADEMAN, 2009, p348-370.

CARVALHO, Marcia Eliane Silva. **A carcinicultura na zona costeira do Estado de Sergipe**. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

CASTELLO, J. **Manejo da pesca e a interdisciplinaridade**. Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curitiba: Editora UFPR, 2004, n. 10, 163-168.

CHAGAS, Gabriela C. de O. **Fundamentos constitucionais para as reivindicações do movimento pela justiça ambiental, no brasil**. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

CNISO. Comissão nacional Independente sobre os oceanos. O Brasil e o Mar no século XXI: **Relatório aos Tomadores de Decisão do país**. CNISO, Rio de Janeiro: 1998.

CORRÊA, Roberto L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CORREA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 2002.

CPP. Conselho Pastoral dos Pescadores. **Assembléia de Fundação. Relatório**. Salvador. Bahia, 2001.

CPP. Conselho Pastoral dos Pescadores. **Entrevista - Pesquisa de Campo**. Salvador (BA), 2010.

CPP. Conselho Pastoral dos Pescadores – Nacional. **40 anos de caminhada aos lados dos pescadores e pescadoras artesanais em defesa da vida**. 2011. Disponível em: <http://www.cppnac.org.br/>. Acesso em: Dezembro de 2011.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, A. C. **Povos e Mares: leituras em sócio-antropologia marítima**. São Paulo: NAPAUB, 1995.

DIEGUES, A. C. **Ecologia Humana e planejamento em áreas costeiras**. São Paulo: NAPAUB, 2001.

DIEGUES, A. C. **Comunidades Litorâneas e Unidades de Proteção Ambiental: Convivência e Conflitos**. O caso de Guaraqueçaba, Paraná. São Paulo: NUPAUB - USP, 2004.

DIEGUES, A. C. Para uma aquíicultura sustentável do Brasil. Banco Mundial / FAO. **NUPAUB – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras** – USP Artigos n.º 3. São Paulo, 2006.

FERNANDES, Denise et al. Caracterização de amônia, nitrato, nitrito, fosfato(orto)dissolvido e clorofila “a” em uma fazenda de cultivo de camarão. In: **Revista de Geologia**, Vol. 20, nº 1, 99-117, 2007.

FIAZ, Domingos. **Acupe Minha Terra**. Feira de Santana: Universidades Federal de Feira de Santana, 2004.

FURTADO, Gilmar S.; LEITÃO, Maria do R. F. de A. **Pescador artesanal: Lançando rede terciada e retercida na esperança de garantir peixe e sonho na comunidade de pescadores no canal de santa cruz, município pernambucano de Itapissuma (1975-2009)**. Disponível em: <http://www.eventosufrpe.com.br/jepex2009/cd/resumos/R1049-2.pdf>. Acesso em Janeiro de 2012.

GeografAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. Colônias, Associações, Cooperativas e Sindicados de Pescadores do estado da Bahia. **Banco de Dados**. Grupo de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Geografia. IGEO/UFBA/CNPq. Salvador, 2008.

GEP. Grupo de Estudos Pesqueiros. **Espinhel de fundo e superfície**. Disponível em :http://siaiacad04.univali.br/?page=conheca_frotas_detalhes/espinhel-sup-fund. Acesso em 2011.

GERMANI, Guiomar. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário do Brasil. **Geotextos** (UFBA), V2, 2007, p1-23.

GERMANI, Guiomar. A questão Agrária na Bahia: Permanências e Mudanças. In: **Espaço e tempo**. Complexidades e desafios do pensar e do ser geográfico. Curitiba: ADEMAN, 2009, p348-370.

GESTEIRA, T. C. V.; PAIVA, M. 2003. Impactos ambientais dos cultivos de camarões marinhos no Nordeste do Brasil. In: **Arq. Ciên. Mar.**, Fortaleza, v. 36, n. 1, 23-28.

GODOY, Paulo. Uma reflexão sobre a produção do espaço. In: **Estudos Geográficos**. Rio Claro: 2004, p29-42.

HADLICH, Gisele M.; OLIVEIRA, Thiago L. de; YAMAGUCHI, Fernando Y.; UCHA, José M. Utilização de imagem CBERS e do programa Spring para identificação de manguezais na área norte da Baía de Todos os Santos, Bahia, Brasil. In: **Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Florianópolis, Brasil, 925-927, INPE, 2007.

HARVEY, David. **A produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HERCULANO, Selene. **Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil**. 2002. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/teoria_meio_ambiente/Selene%20Herculano.pdf. > acesso em: 27 jul. 2012.

HIJEN, Pe. João van der; FERREIRA; Sônia Maria Guerra. **A globalização e as consequências para os pescadores artesanais e as suas famílias**. In: XXI° CONGRESSO MUNDIAL DO APOSTOLADO DO MAR. Rio de Janeiro, 2002.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). **Estatística da pesca 2005**. Brasil: grandes regiões e unidades da federação. Brasília: Ibama, 2007.

IBAMA/MMA. Instituto Brasileiro do meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis / Ministério do Meio Ambiente. Estatística de desembarque pesqueiro. **Censo Estrutural da pesca 2006. Relatório Final**. IBAMA/MMA. Brasília, DF, 2008.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>> acesso em: 01 jun. 2012.

INEMA. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Institucional**. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/quem-som/institucional>. Acesso em: março de 2012.

KNOX, Winifred. Políticas Públicas e investimento no Setor Pesqueiro: Um estudo do caso brasileiro entre 1970 e 2007. **VI Congresso Português de Sociologia**, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa, 2008.

KUHN, Ednizia Ribeiro A. **Terra e água: Territórios dos Pescadores artesanais de São Francisco do Paraguaçu – Bahia**. 2009. 173f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MAIA et al. **Estudo das áreas de manguezais do nordeste do Brasil**. Fortaleza, 2005.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do Mar**. Editora Ática. São Paulo. 1986.

MALDONADO, S. C. **Mestre e Mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo: Annablume, 2ª edição, 1994.

MANGUEMAR BAHIA. **Mapeamento dos conflitos sócio-ambientais relativos à carcinicultura no Estado da Bahia**. 2007. Disponível em: <http://www.justicaambiental.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/17/File/mapeamento_portugues_final_25_03.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2008.

MARICULTURA, Valença da Bahia. **Valença da Bahia Maricultura**. Disponível em: <http://grupompe.com/valencamaricultura.htm>. Acesso em 2012.

MEIRELES, Antonio Jeovah de A. Impactos ambientais da carcinicultura no ecossistema manguezal do rio Jaguaribe. **Revista Zorós**, Orós/CE, 25-29, 2005.

MEIRELES, Antonio Jeovah de A. et al. Impactos ambientais decorrentes das atividades da carcinicultura ao longo do litoral cearense, nordeste do Brasil. In: **Mercator** – Revista de geografia da UFC, ano 06, n. 12, 2007.

MEIRELES, Antonio Jeovah de A. et al. **Manguezais X Carcinicultura**: lições aprendidas. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

MEIRELES, A. J. A.; QUEIROZ, L.S. . A monocultura do camarão: danos socioambientais à base da vida comunitária tradicional no litoral do Nordeste brasileiro. In: **DESENVOLVIMENTO E CONFLITOS AMBIENTAIS**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2010, v., 224-249.

MELLO, Cecília Campello do A. A luta por justiça ambiental e os grandes projetos de carcinicultura no Estado da Bahia. In: **Justiça pelas Águas**: Enfrentamento ao Racismo ambiental. SRH, 2008, p41-47.

MENDONÇA, Silva R. P. de. **Saberes e práticas etnomatemáticas na carcinicultura**: o caso da vila de rego moleiro – RN. 2005.137f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

MORAES, Antônio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica: A valorização do espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

MPA, Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura - 2008 e 2009**. 2010a. Disponível em :<http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Publicidade/anu%20C3%A1rio%20da%20pesca%20completo2.pdf> Acesso em 2011.

MPA, Ministério da Pesca e Aquicultura. **Balança Comercial do Pescado, 2009**. 2010b. Disponível em: ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/bal_comer_pesc09.pdf> Acesso em 10 janeiro de 2011.

MPA, Ministério da Pesca e Aquicultura. **Produção pesqueira e aquícola**. 2010c Disponível em: <http://www.slideshare.net/BlogDoPlanalto/caderno-consolidadodadosestatisticosfinalparaweb>> Acesso em 20 outubro de 2010.

MPA, Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura - 2010**. MPA, 2012 Disponível em :http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes_e_Estatisticas/Boletim%20Estat%20C3%A1stico%20MPA%202010.pdf Acesso em 2012.

MPA, Ministério da Pesca e Aquicultura. **Dados do Registro Geral da Pesca** – Colônias, Associações, Sindicatos e Cooperativas. MPA, 2012.

MPP. Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. **Carta do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais**. 2010. Disponível em: <http://www.saofranciscovivo.com.br/node/499#attachments>. Acesso em: Outubro de 2011.

MPP. Movimentos dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. **Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras**. Folder de Divulgação. MPP Olinda. Pernambuco, 2012.

NASCIMENTO, Iracema Andrade. Cultivos de Camarões Marinhos no Brasil. **Boletim de Pós-Graduação e Pesquisa – PRPPG-UFBA**. Salvador, Bahia. V.02, n.1, p.05 -11, 1982.

NASCIMENTO, Iracema Andrade. Aquicultura Marinha e Ambiente: a Busca de Tecnologias Limpas para um Desenvolvimento Sustentado. **TECBAHIA – Revista Baiana de Tecnologia**. Salvador, Bahia. V. 13, n.3, 44 – 67, 1998.

NUNES, Rogério Pinheiro Leal. **A Nova Ericeira**. Blumenau: Nova Letra, 2009.

OACVA. Obras Assistenciais Comunitária da Vila de Acupe. **Relatório de Atividades**. Acupe, Bahia, 2009.

PAIM, Zilda. **Isto é Santo Amaro**. 2ª edição atualizada. 1994.

PAIVA, Itamar Rocha. Palestra "Perfil Tecnológico da Carcinicultura na Região Nordeste. **Câmara dos Deputados. Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior**, 2001. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/perm/cdui/notas/NT050901a.pdf>. Acesso: Fevereiro de 2012.

PASSOS, Andressa Lopes de Oliveira. **Carcinicultura Marinha: Caracterização e conflitos entre as esferas ambiental e produtiva no município de Jaguaripe, Bahia**. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

PORTUGAL, Marcelo S. As políticas brasileiras de comercio exterior – 1947- 88. In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, (1.5) 1, 234 -252, 1994.

PROST, C. Ecodesenvolvimento da pesca artesanal em região costeira - Estudos de caso no Norte e Nordeste do Brasil. **Geotextos** (UFBA), v. 23, 139-169, 2007.

PROST, C. **Populações em situação de risco e petróleo em região costeira – discussão sobre a costa norte**. Estratégias ambientais e territoriais. Salvador: Fast Design, 2006 213-228. Disponível em: <http://www.geoambiente.ufba.br/semin%C3%A1rio/Catharine%20Prost.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2008.

QUEIROZ, Antonio F. de Souza; CELINO, Joil José. Manguezais e Ecossistemas estuarinos na Baía de Todos os Santos. **Avaliação de ambientes na Baía de Todos os Santos: aspectos geoquímicos, geofísicos e biológicos**. Salvador: UFBA, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Atica, 1993.

RAMALHO, Cristiano Wellington N. **Ah, esse povo do mar!:** um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis: Campinas, SP: Ceres, 2006.

RAMOS, Ana Maria de A. R. **Nego-fugido, representação da liberdade escrava no recôncavo baiano.** 1996. 125f. Dissertação (Mestrado em História) – PUC / São Paulo, São Paulo, 1996.

RAMOS, Sergio. **Manguezais da Bahia:** breves considerações. Ilhéus: Editus, 2002.

RBJA. Rede Brasileira de Justiça Ambiental. **Sobre a RBJA.** Disponível em: http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/pagina.php?id=135> acesso em 27 de jul. 2012.

ROCHA, I. Desempenho da carcinicultura brasileira em 2007: desafios e oportunidades para 2008. **Revista da ABCC**, Recife, ano 10, mar. 2008.

ROCHA, Itamar de Paiva; ROCHA, Diego Maia. **Carcinicultura Marinha:** Realidade Mundial, Perspectivas e Oportunidades para o Brasil. 2009. Disponível em: < <http://www.abccam.com.br/download/Carcinicultura%20Marinha%202009%20Fevereiro2010%20.pdf>< . Acesso em: 20 outubro. 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova:** Da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** – 5. ed. - São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio; SOUZA, Edson Belo C. **Leituras do conceito de território e de processos espaciais.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SCHAEFFER-NOVELLI, Yara. Situação atual do grupo de ecossistemas: “manguezal, marisma e apicum” incluindo os principais vetores de pressão e as perspectivas para sua conservação e usos sustentável. **Grupo de Ecossistemas: Manguezal, Marisma e Apicum.** São Paulo, Brasil. Disponível em: http://www.anp.gov.br/brnd/round5/round5/guias/sismica/refere/manguezal_marisma_apicum.pdf Acesso em: Março de 2012.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Aquicultura e Pesca:** Tilápias. Relatório completo. Estudos de mercado SEBRAE/ESPM. SEBRAE, 2008.

SILVA, Anelino Francisco. A pesca artesanal como arte e como significado cultural: o caso potiguar. In: **Revista ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ano IV, n°8, pp.57-65. jul./dez. de 2010.

SILVA, Luiz Geraldo. **Os pescadores na história no Brasil**. Editora Vozes. CPP - Recife, PE, 1988.

SILVA, Rafael Monteiro da COSTA; SOAREZ, Maria do Carmo Figueiredo; SILVA, André Augusto Guimarães da; SANTOS, Amanda Caroline. Criação do Ministério da Pesca e Aquicultura: um avanço para o setor pesqueiro nacional. **X Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão – JEPEX**. UFRPE: Recife, 2010.

SOARES; Lucy S. H.; SALLES, Ana Carolina R.; LOPEZ, Juliana P.; MUTO, Elizabeti Y. Pesca e Produção Pesqueira. In: **Baía de Todos os Santos: aspectos oceanográficos** - Salvador : EDUFBA, 2009.

SOUTO, Francisco José B. **A ciência que veio da lama: uma abordagem etnoecológica abrangente das relações ser humano/manguezal na comunidade pesqueira de Acupe, Santo Amaro, Bahia**. 2004. 319f. Tese (Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2004.

VANNUCCI, Marta. **Os Manguezais e Nós: Uma Síntese de Percepções**. Versão em português Denise Navas-Pereira. 2. Ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **Gestão Integrada da Zona Costeira: ocupação antrópica desordenada, erosão, assoreamento e poluição ambiental do litoral**. Fortaleza: Premium, 2005.

WOORTMANN, Ellen F. Da Complementaridade a Dependência: a mulher e o ambiente em comunidades pesqueiras do Nordeste. **Série Antropologia**. Brasília, 1991.

ANEXOS

Anexo 1:

**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

LEI Nº 11.959, DE 29 DE JUNHO DE 2009.

Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

**NORMAS GERAIS DA POLÍTICA NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQUICULTURA E
DA PESCA**

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, formulada, coordenada e executada com o objetivo de promover:

I – o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura como fonte de alimentação, emprego, renda e lazer, garantindo-se o uso sustentável dos recursos pesqueiros, bem como a otimização dos benefícios econômicos decorrentes, em harmonia com a preservação e a conservação do meio ambiente e da biodiversidade;

II – o ordenamento, o fomento e a fiscalização da atividade pesqueira;

III – a preservação, a conservação e a recuperação dos recursos pesqueiros e dos ecossistemas aquáticos;

IV – o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades.

CAPÍTULO II

DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I – recursos pesqueiros: os animais e os vegetais hidróbios passíveis de exploração, estudo ou pesquisa pela pesca amadora, de subsistência, científica, comercial e pela aquicultura;

II – aquicultura: a atividade de cultivo de organismos cujo ciclo de vida em condições naturais se dá total ou parcialmente em meio aquático, implicando a propriedade do estoque sob cultivo, equiparada à atividade agropecuária e classificada nos termos do art. 20 desta Lei;

III – pesca: toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros;

IV – aquicultor: a pessoa física ou jurídica que, registrada e licenciada pelas autoridades competentes, exerce a aquicultura com fins comerciais;

V – armador de pesca: a pessoa física ou jurídica que, registrada e licenciada pelas autoridades competentes, apresta, em seu nome ou sob sua responsabilidade, embarcação para ser utilizada na atividade pesqueira pondo-a ou não a operar por sua conta;

VI – empresa pesqueira: a pessoa jurídica que, constituída de acordo com a legislação e devidamente registrada e licenciada pelas autoridades competentes, dedica-se, com fins comerciais, ao exercício da atividade pesqueira prevista nesta Lei;

VII – embarcação brasileira de pesca: a pertencente a pessoa natural residente e domiciliada no Brasil ou a pessoa jurídica constituída segundo as leis brasileiras, com sede e administração no País, bem como aquela sob contrato de arrendamento por empresa pesqueira brasileira;

VIII – embarcação estrangeira de pesca: a pertencente a pessoa natural residente e domiciliada no exterior ou a pessoa jurídica constituída segundo as leis de outro país, em que tenha sede e administração, ou, ainda, as embarcações brasileiras arrendadas a pessoa física ou jurídica estrangeira;

IX – transbordo do produto da pesca: fase da atividade pesqueira destinada à transferência do pescado e dos seus derivados de embarcação de pesca para outra embarcação;

X – áreas de exercício da atividade pesqueira: as águas continentais, interiores, o mar territorial, a plataforma continental, a zona econômica exclusiva brasileira, o alto-mar e outras áreas de pesca, conforme acordos e tratados internacionais firmados pelo Brasil, excetuando-se as áreas demarcadas como unidades de conservação da natureza de proteção integral ou como patrimônio histórico e aquelas definidas como áreas de exclusão para a segurança nacional e para o tráfego aquaviário;

XI – processamento: fase da atividade pesqueira destinada ao aproveitamento do pescado e de seus derivados, provenientes da pesca e da aquicultura;

XII – ordenamento pesqueiro: o conjunto de normas e ações que permitem administrar a atividade pesqueira, com base no conhecimento atualizado dos seus componentes biológico-pesqueiros, ecossistêmico, econômicos e sociais;

XIII – águas interiores: as baías, lagunas, braços de mar, canais, estuários, portos, angras, enseadas, ecossistemas de manguezais, ainda que a comunicação com o mar seja sazonal, e as águas compreendidas entre a costa e a linha de base reta, ressalvado o disposto em acordos e tratados de que o Brasil seja parte;

XIV – águas continentais: os rios, bacias, ribeirões, lagos, lagoas, açudes ou quaisquer depósitos de água não marinha, naturais ou artificiais, e os canais que não tenham ligação com o mar;

XV – alto-mar: a porção de água do mar não incluída na zona econômica exclusiva, no mar territorial ou nas águas interiores e continentais de outro Estado, nem nas águas arquipelágicas de Estado arquipélago;

XVI – mar territorial: faixa de 12 (doze) milhas marítimas de largura, medida a partir da linha de baixa-mar do litoral continental e insular brasileiro, tal como indicada nas cartas náuticas de grande escala, reconhecidas oficialmente pelo Brasil;

XVII – zona econômica exclusiva: faixa que se estende das 12 (doze) às 200 (duzentas) milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial;

XVIII – plataforma continental: o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do território terrestre, até o bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de 200 (duzentas) milhas marítimas das linhas de base, a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância;

XIX – defeso: a paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentais;

XX – (VETADO);

XXI – pescador amador: a pessoa física, brasileira ou estrangeira, que, licenciada pela autoridade competente, pratica a pesca sem fins econômicos;

XXII – pescador profissional: a pessoa física, brasileira ou estrangeira residente no País que, licenciada pelo órgão público competente, exerce a pesca com fins comerciais, atendidos os critérios estabelecidos em legislação específica.

CAPÍTULO III

DA SUSTENTABILIDADE DO USO DOS RECURSOS PESQUEIROS E DA ATIVIDADE DE PESCA

Seção I

Da Sustentabilidade do Uso dos Recursos Pesqueiros

Art. 3º Compete ao poder público a regulamentação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Atividade Pesqueira, conciliando o equilíbrio entre o princípio da sustentabilidade dos recursos pesqueiros e a obtenção de melhores resultados econômicos e sociais, calculando, autorizando ou estabelecendo, em cada caso:

I – os regimes de acesso;

II – a captura total permissível;

- III – o esforço de pesca sustentável;
- IV – os períodos de defeso;
- V – as temporadas de pesca;
- VI – os tamanhos de captura;
- VII – as áreas interditadas ou de reservas;
- VIII – as artes, os aparelhos, os métodos e os sistemas de pesca e cultivo;
- IX – a capacidade de suporte dos ambientes;
- X – as necessárias ações de monitoramento, controle e fiscalização da atividade;
- XI – a proteção de indivíduos em processo de reprodução ou recomposição de estoques.

§ 1º O ordenamento pesqueiro deve considerar as peculiaridades e as necessidades dos pescadores artesanais, de subsistência e da aquicultura familiar, visando a garantir sua permanência e sua continuidade.

§ 2º Compete aos Estados e ao Distrito Federal o ordenamento da pesca nas águas continentais de suas respectivas jurisdições, observada a legislação aplicável, podendo o exercício da atividade ser restrita a uma determinada bacia hidrográfica.

Seção II

Da Atividade Pesqueira

Art. 4º A atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros.

Parágrafo único. Consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal.

Art. 5º O exercício da atividade pesqueira somente poderá ser realizado mediante prévio ato autorizativo emitido pela autoridade competente, asseguradas:

- I – a proteção dos ecossistemas e a manutenção do equilíbrio ecológico, observados os princípios de preservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais;
- II – a busca de mecanismos para a garantia da proteção e da seguridade do trabalhador e das populações com saberes tradicionais;
- III – a busca da segurança alimentar e a sanidade dos alimentos produzidos.

Art. 6º O exercício da atividade pesqueira poderá ser proibido transitória, periódica ou permanentemente, nos termos das normas específicas, para proteção:

- I – de espécies, áreas ou ecossistemas ameaçados;
- II – do processo reprodutivo das espécies e de outros processos vitais para a manutenção e a recuperação dos estoques pesqueiros;
- III – da saúde pública;
- IV – do trabalhador.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, o exercício da atividade pesqueira é proibido:

- I – em épocas e nos locais definidos pelo órgão competente;
- II – em relação às espécies que devam ser preservadas ou espécimes com tamanhos não permitidos pelo órgão competente;
- III – sem licença, permissão, concessão, autorização ou registro expedido pelo órgão competente;
- IV – em quantidade superior à permitida pelo órgão competente;
- V – em locais próximos às áreas de lançamento de esgoto nas águas, com distância estabelecida em norma específica;
- VI – em locais que causem embaraço à navegação;
- VII – mediante a utilização de:
 - a) explosivos;
 - b) processos, técnicas ou substâncias que, em contato com a água, produzam efeito semelhante ao de explosivos;
 - c) substâncias tóxicas ou químicas que alterem as condições naturais da água;
 - d) petrechos, técnicas e métodos não permitidos ou predatórios.

§ 2º São vedados o transporte, a comercialização, o processamento e a industrialização de espécimes provenientes da atividade pesqueira proibida.

Art. 7º O desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira dar-se-á mediante:

- I – a gestão do acesso e uso dos recursos pesqueiros;
- II – a determinação de áreas especialmente protegidas;
- III – a participação social;
- IV – a capacitação da mão de obra do setor pesqueiro;

- V – a educação ambiental;
- VI – a construção e a modernização da infraestrutura portuária de terminais portuários, bem como a melhoria dos serviços portuários;
- VII – a pesquisa dos recursos, técnicas e métodos pertinentes à atividade pesqueira;
- VIII – o sistema de informações sobre a atividade pesqueira;
- IX – o controle e a fiscalização da atividade pesqueira;
- X – o crédito para fomento ao setor pesqueiro.

CAPÍTULO IV DA PESCA

Seção I Da Natureza da Pesca

Art. 8º Pesca, para os efeitos desta Lei, classifica-se como:

I – comercial:

a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte;

b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial;

II – não comercial:

a) científica: quando praticada por pessoa física ou jurídica, com a finalidade de pesquisa científica;

b) amadora: quando praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto;

c) de subsistência: quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica.

Seção II Das Embarcações de Pesca

Art. 9º Podem exercer a atividade pesqueira em áreas sob jurisdição brasileira:

I – as embarcações brasileiras de pesca;

II – as embarcações estrangeiras de pesca cobertas por acordos ou tratados internacionais firmados pelo Brasil, nas condições neles estabelecidas e na legislação específica;

III – as embarcações estrangeiras de pesca arrendadas por empresas, armadores e cooperativas brasileiras de produção de pesca, nos termos e condições estabelecidos em legislação específica.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, consideram-se equiparadas às embarcações brasileiras de pesca as embarcações estrangeiras de pesca arrendadas por pessoa física ou jurídica brasileira.

§ 2º A pesca amadora ou esportiva somente poderá utilizar embarcações classificadas pela autoridade marítima na categoria de esporte e recreio.

Art. 10. Embarcação de pesca, para os fins desta Lei, é aquela que, permissionada e registrada perante as autoridades competentes, na forma da legislação específica, opera, com exclusividade, em uma ou mais das seguintes atividades:

I – na pesca;

II – na aquicultura;

III – na conservação do pescado;

IV – no processamento do pescado;

V – no transporte do pescado;

VI – na pesquisa de recursos pesqueiros.

§ 1º As embarcações que operam na pesca comercial se classificam em:

I – de pequeno porte: quando possui arqueação bruta - AB igual ou menor que 20 (vinte);

II – de médio porte: quando possui arqueação bruta - AB maior que 20 (vinte) e menor que 100 (cem);

III – de grande porte: quando possui arqueação bruta - AB igual ou maior que 100 (cem).

§ 2º Para fins creditícios, são considerados bens de produção as embarcações, as redes e os demais petrechos utilizados na pesca ou na aquicultura comercial.

§ 3º Para fins creditícios, são considerados instrumentos de trabalho as embarcações, as redes e os demais petrechos e equipamentos utilizados na pesca artesanal.

§ 4º A embarcação utilizada na pesca artesanal, quando não estiver envolvida na atividade pesqueira, poderá transportar as famílias dos pescadores, os produtos da pequena lavoura e da indústria doméstica, observadas as normas da autoridade marítima aplicáveis ao tipo de embarcação.

§ 5º É permitida a admissão, em embarcações pesqueiras, de menores a partir de 14 (catorze) anos de idade, na condição de aprendizes de pesca, observadas as legislações trabalhista, previdenciária e de proteção à criança e ao adolescente, bem como as normas da autoridade marítima.

Art. 11. As embarcações brasileiras de pesca terão, no curso normal de suas atividades, prioridades no acesso aos portos e aos terminais pesqueiros nacionais, sem prejuízo da exigência de prévia autorização, podendo a descarga de pescado ser feita pela tripulação da embarcação de pesca.

Parágrafo único. Não se aplicam à embarcação brasileira de pesca ou estrangeira de pesca arrendada por empresa brasileira as normas reguladoras do tráfego de cabotagem e as referentes à praticagem.

Art. 12. O transbordo do produto da pesca, desde que previamente autorizado, poderá ser feito nos termos da regulamentação específica.

§ 1º O transbordo será permitido, independentemente de autorização, em caso de acidente ou defeito mecânico que implique o risco de perda do produto da pesca ou seu derivado.

§ 2º O transbordo de pescado em área portuária, para embarcação de transporte, poderá ser realizado mediante autorização da autoridade competente, nas condições nela estabelecidas.

§ 3º As embarcações pesqueiras brasileiras poderão desembarcar o produto da pesca em portos de países que mantenham acordo com o Brasil e que permitam tais operações na forma do regulamento desta Lei.

§ 4º O produto pesqueiro ou seu derivado oriundo de embarcação brasileira ou de embarcação estrangeira de pesca arrendada à pessoa jurídica brasileira é considerado produto brasileiro.

Art. 13. A construção e a transformação de embarcação brasileira de pesca, assim como a importação ou arrendamento de embarcação estrangeira de pesca, dependem de autorização prévia das autoridades competentes, observados os critérios definidos na regulamentação pertinente.

§ 1º A autoridade competente poderá dispensar, nos termos da legislação específica, a exigência de que trata o caput deste artigo para a construção e transformação de embarcação utilizada nas pescas artesanal e de subsistência, atendidas as diretrizes relativas à gestão dos recursos pesqueiros.

§ 2º A licença de construção, de alteração ou de reclassificação da embarcação de pesca expedida pela autoridade marítima está condicionada à apresentação da Permissão Prévia de Pesca expedida pelo órgão federal competente, conforme parâmetros mínimos definidos em regulamento conjunto desses órgãos.

Anexo 2:**CARTA DO MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS**

Somos 65 homens e mulheres de 11 estados brasileiros, pertencemos ao Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais, estivemos reunidos em assembléia, de 05 a 09 de abril de 2010, em Acupe de Santo Amaro, Recôncavo Baiano, e redefinimos os princípios, objetivos e estratégias para o fortalecimento da luta dos pescadores e pescadoras artesanais no Brasil. Decidimos assumir um novo nome para o movimento com objetivo de simbolizar o rompimento com um modelo institucional e representativo que não foi capaz de acolher as lutas e sonhos dos povos das águas. Assim, não estamos vinculados a qualquer instituição.

A base do movimento são os grupos de pescadores e pescadoras artesanais nas comunidades que assumem os objetivos do movimento de forma organizada e que se fortalecem a partir de coordenações locais, regionais, estaduais e nacional. A participação efetiva de mulheres e jovens marca este novo momento da organização dos pescadores e pescadoras. A presença negra e indígena marca profundamente a nossa identidade. Acreditamos no poder popular e assumimos a missão de organizar e formar os lutadores do povo nas águas, como contribuição histórica para a construção de uma sociedade justa.

Ressaltamos que esta Assembléia foi uma deliberação da I Conferencia da Pesca Artesanal realizada em Brasília, entre os dias 28 e 30 de setembro de 2009. Pescadores e pescadoras artesanais de todo o Brasil construíram esse momento que reuniu cerca de mil pessoas para avaliar as conquistas, desafios para a pesca artesanal no Brasil e traçar perspectivas para o fortalecimento da luta.

Afirmamos como nossas principais bandeiras de luta: defesa do território e do meio ambiente em que vivemos. Lutamos pelo respeito aos direitos e igualdade para as mulheres pescadoras; pela garantia de direitos sociais; por condições adequadas para produzir e viver com dignidade. Resistimos ao modelo de desenvolvimento que esmaga as comunidades pesqueiras e se concretiza a partir de grandes projetos que concentram a riqueza e degradam o meio ambiente. Queremos combater o capitalismo e sua lógica excludente. Pretendemos construir um projeto popular para o Brasil e contribuir para as transformações mais amplas da sociedade. Para cumprir nossa missão estamos articulados com outros movimentos camponeses no Brasil. Integramos a Via Campesina e a Assembléia Popular.

Temos como perspectiva: intensificar o processo de formação nas bases, fortalecer a organização interna para melhor planejar e desenvolver as ações em todas as esferas de atuação do movimento. Ampliar os laços de solidariedade e cooperação entre os movimentos sociais no Brasil e na América Latina; defender o meio ambiente e o território tradicional dos pescadores; conquistar a implantação de uma política pesqueira voltada para a soberania do povo brasileiro.

No rio e no mar: pescador na luta!!!

No açude e na barragem: pescando a liberdade!!!

Hidronegócio: Resistir!!!

Cerca nas águas: Derrubar!!!

Anexo 3:

Embarcações cadastradas no Ministério da Pesca e Aquicultura - BA por município em 2011.

Município	Embarcações cadastradas no MPA – BA em 2011				
	Remo	Motor	Vela	Outros	Total
Adustina	19	0	0	0	19
Alcobaça	0	270	0	0	270
Aratuípe	0	1	0	0	1
Barra	381	10	0	0	391
Belmonte	0	11	0	0	11
Cairú	0	50	0	0	50
Camaçari	0	40	0	1	41
Camamu	0	15	0	0	15
Canavieiras	0	123	0	0	123
Caravelas	0	231	0	0	231
Cariranha	148	0	0	0	148
Entre Rios	0	26	0	0	26
Igrapiúna	4	19	0	0	23
Ilheus	0	144	0	0	144
Itacaré	0	44	0	0	44
Itamarajú	140	1	0	0	141
Ituberá	0	39	0	0	39
Jaguaripe	0	21	0	0	21
Juazeiro	0	2	2	0	4
Lauro de Freitas	4	8	0	0	12
Madre de Deus	0	4	0	0	4
Maraú	0	6	0	0	6
Mata de São João	0	8	0	0	8
Morpará	93	0	0	0	93
Mucuri	0	21	0	0	21
Nilo Peçanha	0	83	0	0	83
Nova Viçosa	14	167	0	1	182
Paratinga	95	0	0	0	95
Porto Seguro	0	249	0	0	249
Prado	7	160	2	1	170
Remanso	21	69	0	0	90
Salinas da Margarida	1	1	0	0	2
Salvador	3	144	0	3	150
Santa Cruz de Cabrália	0	70	0	0	70
Santo Amaro	1	8	0	0	9
São Francisco do Conde	1	2	0	0	3
Saubara	2	1	0	0	3
Sítio do Conde	0	19	0	0	19
Sobradinho	126	12	0	0	138
Taperoá	35	13	0	0	48
Valença	1	223	0	0	224
Xique-xique	4	6	0	0	10
Total	1100	2321	4	6	3431

Fonte: MPA, 2010. Adaptação:
Kássia Rios, 2011.

Anexo 4:**RESOLUÇÃO Nº 237 , DE 19 DE dezembro DE 1997**

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentadas pelo Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, e

Considerando a necessidade de revisão dos procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental, de forma a efetivar a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental, instituído pela Política Nacional do Meio Ambiente;

Considerando a necessidade de se incorporar ao sistema de licenciamento ambiental os instrumentos de gestão ambiental, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria contínua;

Considerando as diretrizes estabelecidas na Resolução CONAMA nº 011/94, que determina a necessidade de revisão no sistema de licenciamento ambiental;

Considerando a necessidade de regulamentação de aspectos do licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional de Meio Ambiente que ainda não foram definidos;

Considerando a necessidade de ser estabelecido critério para exercício da competência para o licenciamento a que se refere o artigo 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;

Considerando a necessidade de se integrar a atuação dos órgãos competentes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA na execução da Política Nacional do Meio Ambiente, em conformidade com as respectivas competências, resolve:

Art. 1º - Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

I - Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

II - Licença Ambiental: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

III - Estudos Ambientais: são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a análise da licença requerida, tais como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco.

IV – Impacto Ambiental Regional: é todo e qualquer impacto ambiental que afete diretamente (área de influência direta do projeto), no todo ou em parte, o território de dois ou mais Estados.

Art. 2º- A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

§ 1º- Estão sujeitos ao licenciamento ambiental os empreendimentos e as atividades relacionadas no Anexo 1, parte integrante desta Resolução.

§ 2º – Caberá ao órgão ambiental competente definir os critérios de exigibilidade, o detalhamento e a complementação do Anexo 1, levando em consideração as especificidades, os riscos ambientais, o porte e outras características do empreendimento ou atividade.

Art. 3º- A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA), ao qual dar-se-á publicidade, garantida a realização de audiências públicas, quando couber, de acordo com a regulamentação.

Parágrafo único. O órgão ambiental competente, verificando que a atividade ou empreendimento não é potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente, definirá os estudos ambientais pertinentes ao respectivo processo de licenciamento.

Art. 4º - Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, órgão executor do SISNAMA, o licenciamento ambiental, a que se refere o artigo 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, de empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental de âmbito nacional ou regional, a saber:

I - localizadas ou desenvolvidas conjuntamente no Brasil e em país limítrofe; no mar territorial; na plataforma continental; na zona econômica exclusiva; em terras indígenas ou em unidades de conservação do domínio da União.

II - localizadas ou desenvolvidas em dois ou mais Estados;

III - cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais do País ou de um ou mais Estados;

IV - destinados a pesquisar, lavrar, produzir, beneficiar, transportar, armazenar e dispor material radioativo, em qualquer estágio, ou que utilizem energia nuclear em qualquer de suas formas e aplicações, mediante parecer da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN;

V- bases ou empreendimentos militares, quando couber, observada a legislação específica.

§ 1º - O IBAMA fará o licenciamento de que trata este artigo após considerar o exame técnico procedido pelos órgãos ambientais dos Estados e Municípios em que se localizar a atividade ou empreendimento, bem como, quando couber, o parecer dos demais órgãos competentes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, envolvidos no procedimento de licenciamento.

§ 2º - O IBAMA, ressalvada sua competência supletiva, poderá delegar aos Estados o licenciamento de atividade com significativo impacto ambiental de âmbito regional, uniformizando, quando possível, as exigências.

Art. 5º - Compete ao órgão ambiental estadual ou do Distrito Federal o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades:

I - localizados ou desenvolvidos em mais de um Município ou em unidades de conservação de domínio estadual ou do Distrito Federal;

II - localizados ou desenvolvidos nas florestas e demais formas de vegetação natural de preservação permanente relacionadas no artigo 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e em todas as que assim forem consideradas por normas federais, estaduais ou municipais;

III - cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais de um ou mais Municípios;

IV – delegados pela União aos Estados ou ao Distrito Federal, por instrumento legal ou convênio.

Parágrafo único. O órgão ambiental estadual ou do Distrito Federal fará o licenciamento de que trata este artigo após considerar o exame técnico procedido pelos órgãos ambientais dos Municípios em que se localizar a atividade ou empreendimento, bem como, quando couber, o parecer dos demais órgãos competentes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, envolvidos no procedimento de licenciamento.

Art. 6º - Compete ao órgão ambiental municipal, ouvidos os órgãos competentes da União, dos Estados e do Distrito Federal, quando couber, o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local e daquelas que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio.

Art. 7º - Os empreendimentos e atividades serão licenciados em um único nível de competência, conforme estabelecido nos artigos anteriores.

Art. 8º - O Poder Público, no exercício de sua competência de controle, expedirá as seguintes licenças:

I - Licença Prévia (LP) - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

II - Licença de Instalação (LI) - autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;

III - Licença de Operação (LO) - autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

Parágrafo único - As licenças ambientais poderão ser expedidas isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade.

Art. 9º - O CONAMA definirá, quando necessário, licenças ambientais específicas, observadas a natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação.

Art. 10 - O procedimento de licenciamento ambiental obedecerá às seguintes etapas:

I - Definição pelo órgão ambiental competente, com a participação do empreendedor, dos documentos, projetos e estudos ambientais, necessários ao início do processo de licenciamento correspondente à licença a ser requerida;

II - Requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, acompanhado dos documentos, projetos e estudos ambientais pertinentes, dando-se a devida publicidade;

III - Análise pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados e a realização de vistorias técnicas, quando necessárias;

IV - Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, uma única vez, em decorrência da análise dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados, quando couber, podendo haver a reiteração da mesma solicitação caso os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;

V - Audiência pública, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente;

VI - Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, decorrentes de audiências públicas, quando couber, podendo haver reiteração da solicitação quando os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;

VII - Emissão de parecer técnico conclusivo e, quando couber, parecer jurídico;

VIII - Deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se a devida publicidade.

§ 1º - No procedimento de licenciamento ambiental deverá constar, obrigatoriamente, a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo e, quando for o caso, a autorização para supressão de vegetação e a outorga para o uso da água, emitidas pelos órgãos competentes.

§ 2º - No caso de empreendimentos e atividades sujeitos ao estudo de impacto ambiental - EIA, se verificada a necessidade de nova complementação em decorrência de esclarecimentos já prestados, conforme incisos IV e VI, o órgão ambiental competente, mediante decisão motivada e com a participação do empreendedor, poderá formular novo pedido de complementação.

Art. 11 - Os estudos necessários ao processo de licenciamento deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, às expensas do empreendedor.

Parágrafo único - O empreendedor e os profissionais que subscrevem os estudos previstos no caput deste artigo serão responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais.

Art. 12 - O órgão ambiental competente definirá, se necessário, procedimentos específicos para as licenças ambientais, observadas a natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação.

§ 1º - Poderão ser estabelecidos procedimentos simplificados para as atividades e empreendimentos de pequeno potencial de impacto ambiental, que deverão ser aprovados pelos respectivos Conselhos de Meio Ambiente.

§ 2º - Poderá ser admitido um único processo de licenciamento ambiental para pequenos empreendimentos e atividades similares e vizinhos ou para aqueles integrantes de planos de desenvolvimento aprovados, previamente, pelo órgão governamental competente, desde que definida a responsabilidade legal pelo conjunto de empreendimentos ou atividades.

§ 3º - Deverão ser estabelecidos critérios para agilizar e simplificar os procedimentos de licenciamento ambiental das atividades e empreendimentos que implementem planos e programas voluntários de gestão ambiental, visando a melhoria contínua e o aprimoramento do desempenho ambiental.

Art. 13 - O custo de análise para a obtenção da licença ambiental deverá ser estabelecido por dispositivo legal, visando o ressarcimento, pelo empreendedor, das despesas realizadas pelo órgão ambiental competente.

Parágrafo único. Facultar-se-á ao empreendedor acesso à planilha de custos realizados pelo órgão ambiental para a análise da licença.

Art. 14 - O órgão ambiental competente poderá estabelecer prazos de análise diferenciados para cada modalidade de licença (LP, LI e LO), em função das peculiaridades da atividade ou empreendimento, bem como para a formulação de exigências complementares, desde que observado o prazo máximo de 6 (seis) meses a contar do ato de protocolar o requerimento até seu deferimento ou indeferimento, ressalvados os casos em que houver EIA/RIMA e/ou audiência pública, quando o prazo será de até 12 (doze) meses.

§ 1º - A contagem do prazo previsto no caput deste artigo será suspensa durante a elaboração dos estudos ambientais complementares ou preparação de esclarecimentos pelo empreendedor.

§ 2º - Os prazos estipulados no caput poderão ser alterados, desde que justificados e com a concordância do empreendedor e do órgão ambiental competente.

Art. 15 - O empreendedor deverá atender à solicitação de esclarecimentos e complementações, formuladas pelo órgão ambiental competente, dentro do prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do recebimento da respectiva notificação

Parágrafo Único - O prazo estipulado no caput poderá ser prorrogado, desde que justificado e com a concordância do empreendedor e do órgão ambiental competente.

Art. 16 - O não cumprimento dos prazos estipulados nos artigos 14 e 15, respectivamente, sujeitará o licenciamento à ação do órgão que detenha competência para atuar supletivamente e o empreendedor ao arquivamento de seu pedido de licença.

Art. 17 - O arquivamento do processo de licenciamento não impedirá a apresentação de novo requerimento de licença, que deverá obedecer aos procedimentos estabelecidos no artigo 10, mediante novo pagamento de custo de análise.

Art. 18 - O órgão ambiental competente estabelecerá os prazos de validade de cada tipo de licença, especificando-os no respectivo documento, levando em consideração os seguintes aspectos:

I - O prazo de validade da Licença Prévia (LP) deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos relativos ao empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 5 (cinco) anos.

II - O prazo de validade da Licença de Instalação (LI) deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 6 (seis) anos.

III - O prazo de validade da Licença de Operação (LO) deverá considerar os planos de controle ambiental e será de, no mínimo, 4 (quatro) anos e, no máximo, 10 (dez) anos.

§ 1º - A Licença Prévia (LP) e a Licença de Instalação (LI) poderão ter os prazos de validade prorrogados, desde que não ultrapassem os prazos máximos estabelecidos nos incisos I e II

§ 2º - O órgão ambiental competente poderá estabelecer prazos de validade específicos para a Licença de Operação (LO) de empreendimentos ou atividades que, por sua natureza e peculiaridades, estejam sujeitos a encerramento ou modificação em prazos inferiores.

§ 3º - Na renovação da Licença de Operação (LO) de uma atividade ou empreendimento, o órgão ambiental competente poderá, mediante decisão motivada, aumentar ou diminuir o seu prazo de validade, após avaliação do desempenho ambiental da atividade ou empreendimento no período de vigência anterior, respeitados os limites estabelecidos no inciso III.

§ 4º - A renovação da Licença de Operação (LO) de uma atividade ou empreendimento deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

Art. 19 - O órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer:

I - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.

II - Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença.

III - superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

Art. 20 - Os entes federados, para exercerem suas competências licenciatórias, deverão ter implementados os Conselhos de Meio Ambiente, com caráter deliberativo e participação social e, ainda, possuir em seus quadros ou a sua disposição profissionais legalmente habilitados.

Art. 21 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, aplicando seus efeitos aos processos de licenciamento em tramitação nos órgãos ambientais competentes, revogadas as disposições em contrário, em especial os artigos 3º e 7º da Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986.

Anexo 5:**NORMA TÉCNICA NT - 001/99
LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DE AQUICULTURA****1.0 OBJETIVO**

Esta Norma estabelece os critérios e procedimentos para subsidiar a análise do processo de Licenciamento das Atividades de Aquicultura, no Estado da Bahia.

2.0 APLICAÇÃO

Aplica-se às atividades econômicas que cultivem e produzam organismos que tenham na água o seu normal ou mais freqüente meio de vida.

3.0 SUPORTE LEGAL

Esta Norma tem como suporte legal o §2º do Art. 100 e o Art. 114 do Decreto nº 7.639 de 28/07/99, que regulamenta a Lei Estadual 3.858/80.

4.0 LEGISLAÇÃO FUNDAMENTAL

Deverão ser cumpridas as legislações a seguir, bem como as demais pertinentes ao assunto:

- 4.1 Decreto-Lei nº 221, de 28/06/67;
- 4.2 Decreto nº 2.869, de 09/12/98;
- 4.3 Portaria IBAMA nº 145-N, de 29/10/98;
- 4.4 Portaria IBAMA nº 136, de 14/10/98;
- 4.5 Resolução CONAMA nº 20, de 18/06/86;

5.0 DEFINIÇÕES

Os termos utilizados nesta Norma descritos a seguir, significam:

5.1 Sistema Estadual de Administração dos Recursos Ambientais - SEARA : Sistema Estadual destinado a promover, dentro da política de desenvolvimento integral do Estado, a conservação, defesa e melhoria do ambiente, em benefício da qualidade de vida.

5.2 Conselho Estadual de Meio Ambiente - CEPRAM: Órgão de caráter normativo e deliberativo do SEARA.

5.3 Centro de Recursos Ambientais – CRA: Órgão executor do SEARA .

5.4 Órgão Setorial: Todos os órgãos centralizados e entidades descentralizadas da administração estadual, cujas atividades estejam, total ou parcialmente, associadas às de conservação, defesa e melhoria do ambiente.

5.5 BAHIA PESCA S.A : Órgão setorial do SEARA , vinculada à Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, que tem como competência promover e executar e fomentar a política do desenvolvimento no setor pesqueiro e aquícola, no âmbito do Estado.

5.6 Aquicultor: Pessoa física ou jurídica que se dedique ao cultivo de organismos cujo ciclo de vida ocorre inteiramente em meio aquático.

5.7 Pesque-paquet: Pessoa física ou jurídica que mantém estabelecimento constituído de tanques ou viveiros com peixes para exploração da pesca amadora.

5.8 Aquicultura: o cultivo de organismos que tenham na água o seu normal ou mais freqüente meio de vida.

5.9 Sementes: formas jovens de organismos aquáticos destinados a cultivo, tais como “spats”, pós-larvas, alevinos e ovos.

5.10 Piscicultura: cultivo de peixes.

5.11 Carcinicultura: cultivo de crustáceos, a exemplo de camarões.

5.12 Ranicultura: cultivo de rãs.

5.13 Algacultura: cultivo de micro e macroalgas.

5.14 Mitilicultura: cultivo de mexilhões.

5.15 Ostreicultura: cultivo de ostras.

5.16 Licença Ambiental: Ato administrativo pelo qual o CEPRAM estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, implantar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

5.17 Autorização Ambiental: Ato administrativo pelo qual o CRA autoriza a localização, implantação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, enquadradas como de porte micro ou outros, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

5.18 Parecer Técnico: Documento elaborado pelo CRA ou pelo Órgão Setorial, para concluir sobre o potencial de impacto ambiental da atividade em análise, devendo ser considerado para tanto: análise de toda a documentação apresentada pela empresa; verificações durante as inspeções realizadas à atividade; análise dos sistemas de controle ambiental propostos; conclusões do diagnóstico ambiental da área de influência do empreendimento.

5.19 Impacto significativo: Potenciais alterações, adversas ou benéficas, de relevância ambiental, identificadas durante o processo de análise.

5.20 Nível de Poluição: Indica o potencial de poluição que é atribuído à atividade: (p) pequeno, (m) médio ou (a) alto.

5.21 Atividades de Aquicultura : As atividades de aquicultura classificam-se em **extensiva, semi-intensiva, intensiva ou super-intensiva**, a depender das estruturas, manejo e técnicas utilizadas para o cultivo, conforme descrito a seguir:

ATIVIDADES DE AQUICULTURA	NÍVEL DE POLUIÇÃO
Piscicultura extensiva – caracterizada pela não utilização de formas de incremento da produtividade primária.	p
Piscicultura semi-intensiva – caracterizada pela utilização de produtos para incrementar a produtividade primária, a exemplo de adubação e/ou alimentação suplementar.	m
Piscicultura intensiva – caracterizada pelo uso de aeração, rações	m
ATIVIDADES DE AQUICULTURA	NÍVEL DE POLUIÇÃO
balanceadas e incremento da produtividade primária.	
Piscicultura super-intensiva – caracterizada pelo uso de estruturas tais como: raceway e/ou tanques-rede, rações balanceadas como única fonte de alimentação.	m
Carcinicultura extensiva – caracterizada pelo não uso de rações balanceadas.	p
Carcinicultura semi-intensiva - caracterizada pelo uso de rações balanceadas e incremento da produtividade primária.	m
Carcinicultura intensiva – caracterizada pelo uso de aeração, rações balanceadas e incremento da produtividade primária.	m
Carcinicultura super-intensiva – caracterizada pelo uso de estruturas tais como: raceway e/ou tanques-rede, rações balanceadas como única fonte de alimentação.	m
Produção de sementes - produção de formas jovens de organismos aquáticos destinados ao cultivo, tais como “spats”, larvas, pós-larvas, alevinos, girinos e ovos.	m
Produção de matrizes - produção de reprodutores selecionados para formação de plantéis nas unidades de produção de sementes.	p
Ranicultura – cultivo de rãs para abate.	p
Ostreicultura – cultivo de ostras.	p
Mitilicultura – cultivo de mexilhões para abate.	p
Algacultura – cultivo de algas para consumo humano, animal, industrial.	p

6.0 DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 As atividades de aquicultura ficam classificadas segundo o porte, de acordo com os parâmetros estabelecidos a seguir.

QUADRO 01 - Classificação de empreendimentos de piscicultura extensiva, semi-intensiva e intensiva.

PORTE	ÁREA (Ha)
MICRO	< 2
PEQUENO	≥ 2 < 10
MÉDIO	≥ 10 < 50
GRANDE	≥ 50 < 100
EXCEPCIONAL	≥ 100

QUADRO 02 - Classificação de empreendimentos de piscicultura super-intensiva.

PORTE	VOLUME (m ³)
MICRO	< 500
PEQUENO	≥ 500 < 1.000
MÉDIO	≥ 1.000

	< 2.000
GRANDE	≥ 2.000 < 5.000
EXCEPCIONAL	≥ 5.000

QUADRO 03 - Classificação de empreendimentos de carcinicultura extensiva, semi-intensiva e intensiva.

PORTE	ÁREA (Ha)
MICRO	< 10
PEQUENO	≥ 10 < 50
MÉDIO	≥ 50 < 200
GRANDE	≥ 200 < 500
EXCEPCIONAL	≥ 500

QUADRO 04 - Classificação de empreendimentos de carcinicultura super-intensiva.

PORTE	ÁREA (m ²)
MICRO	< 600
PEQUENO	≥ 600 < 3000
MÉDIO	≥ 3000 < 6000
GRANDE	≥ 6000 < 12000
EXCEPCIONAL	≥ 12000

QUADRO 04 - Classificação de empreendimentos de carcinicultura super-intensiva.

PORTE	ÁREA (m ²)
MICRO	< 600
PEQUENO	≥ 600 < 3000
MÉDIO	≥3000 < 6000
GRANDE	≥ 6000 < 12000
EXCEPCIONAL	≥ 12000

QUADRO 05 - Classificação de empreendimentos de ranicultura .

PORTE	ÁREA (m ²)
MICRO	< 50
PEQUENO	≥ 50 < 300
MÉDIO	≥ 300 < 1000
GRANDE	≥ 1000 < 5000
EXCEPCIONAL	≥ 5000

QUADRO 06 - Classificação de empreendimentos de ostreicultura.

PORTE	ÁREA (m ²)
MICRO	< 2000
PEQUENO	≥ 2000 < 5000
MÉDIO	≥5000 < 20.000
GRANDE	≥ 20.000 < 50.000
EXCEPCIONAL	≥ 50.000

6.2 A BAHIA PESCA S.A, como **Órgão Setorial do SEARA**, emitirá o **Parecer Técnico**, conforme previsto no Art. 94 e no § 6º do Art. 100, do Decreto 7.639/99, para a expedição de Autorização Ambiental para Atividades de Aquicultura **nos projetos elaborados e ou assistidos pela Empresa**. Nos demais projetos caberá ao CRA a emissão do respectivo Parecer Técnico.

6.3 O empreendedor requererá junto a BAHIA PESCA S.A, a emissão do Parecer Técnico para a sua atividade, mediante apresentação do Roteiro de Caracterização do Empreendimento - RCE, especificado no Anexo I desta Norma.

6.4 A BAHIA PESCA S.A expedirá o Parecer Técnico, após a inspeção no local para a análise do empreendimento, considerando a sustentabilidade ambiental, social e econômica.

7.0 DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

7.1 As Atividades de Aquicultura que se desdobrem em: produção de sementes; produção de matrizes e produção para abate, classificadas como de **micro ou pequeno porte**, de acordo com o estabelecido nesta Norma, serão objeto de procedimento de **Autorização Ambiental** emitida pelo CRA com base no Parecer Técnico expedido pela BAHIA PESCA S.A ou pelo próprio CRA no caso dos Projetos não assistidos pela BAHIA PESCA..

7.2 O Parecer Técnico, emitido pela BAHIA PESCA S.A, constitui **pré-requisito** para o Requerimento de Autorização Ambiental, junto ao CRA.

7.3 Para o Requerimento da **Autorização Ambiental**, o interessado apresentará ao CRA:

I. **requerimento**, através de formulário próprio do CRA, devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da Empresa;

II. **Parecer Técnico, expedido pela BAHIA PESCA S.A;**

III. **certidão da Prefeitura Municipal Local**, declarando que a atividade está em conformidade com a legislação municipal;

IV. **anuência prévia do Gestor da APA**, quando couber

V. **outorga de uso da água** expedida pelo órgão competente, quando for o caso ;

VI. **anuência prévia de órgãos e entidades federais, estaduais e municipais pertinentes**, quando for o caso;

VII. **Roteiro de Caracterização do Empreendimento – RCE**, conforme Anexo I, desta Norma.

VIII. **comprovante do pagamento de remuneração de análise**;

IX. **outras informações** e ou memoriais complementares exigidos pelo CRA, quando for o caso.

7.4 As Atividades de Aquicultura que se desdobrem em produção de sementes, produção de matrizes e produção para abate, classificadas como de **médio, grande ou excepcional** porte, serão objeto de procedimento de **Licença Ambiental** expedida pelo **CEPRAM**, com base no Parecer Técnico emitido pelo CRA.

7.5 As atividades enquadradas como de porte **grande ou excepcional** serão submetidas ao procedimento de **Avaliação de Impacto Ambiental – AIA**, obedecendo o disposto no Capítulo I do Decreto nº 7.639/99 e as Resoluções Normativas do CONAMA e do CEPRAM.

7.6 Para o requerimento da **Licença Ambiental**, o interessado apresentará ao CRA:

I. **Requerimento**, através de formulário próprio CRA, devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da empresa;

II. **certidão da Prefeitura Municipal**, declarando que a atividade está em conformidade com a legislação municipal pertinente;

III. **anuência prévia do Gestor da APA**, quando couber;

IV. **outorga de uso da água** expedida pelo órgão competente, quando for o caso;

V. **anuência prévia de órgãos e entidades federais, estaduais e municipais pertinentes**, quando for o caso;

VI. **original da publicação do Pedido da Licença em jornal de grande circulação**, conforme modelo aprovado pelo CRA;

VII. **Roteiro de Caracterização do Empreendimento - RCE**; conforme Anexo I, desta Norma.

VIII. **comprovante do pagamento de remuneração de análise**;

IX. Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental

EIA/RIMA, quando couber.

X. outras Informações e ou memoriais complementares, exigidos pelo CRA.

7.7 O **CRA** , com base nas informações constantes do Roteiro de Caracterização do Empreendimento – RCE, estabelecido no ANEXO I desta Norma e na inspeção local, realizará o Parecer Técnico, que subsidiará a deliberação da **Licença Ambiental**, através do **CEPRAM**.

ANEXO I ROTEIRO DE CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO – RCE ATIVIDADES DE AQUICULTURA

1.0 INFORMAÇÕES GERAIS DO EMPREENDIMENTO

1.1 Razão Social ou Nome completo, no caso de pessoa física.

1.2 Atividade do empreendimento de acordo com a classificação da NT – 001/99.

1.3 Classificação do empreendimento segundo o Porte (micro, pequeno, médio, grande ou excepcional).

1.4 Autorização Ambiental ou Licença anterior, em caso de renovação.

1.5 Endereço (logradouro, bairro, cidade, CEP), telefone, fax e *e-mail*.

1.6 CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

1.7 Inscrição Estadual

1.8 Inscrição Municipal

1.9 Registro do IBAMA

1.10 Acesso - descrever as vias de acesso a partir da sede municipal e rodovias mais próximas (por exemplo BR-116, BA-093), indicando quilometragem, estado de conservação, tipo de pavimentação e facilidade de acesso.

2.0 REPRESENTANTE LEGAL

2.1 Nome

2.2 CPF

2.3 Endereço completo (rua, bairro, cidade, CEP, tel/fax e e-mail)

3.0 OBJETIVO DO EMPREENDIMENTO

Explicar todas as etapas do empreendimento, tais como: obtenção de matrizes, produção de sementes (larvas, pós-larvas, alevinos, outros.), cultivo, formas de armazenamento do produto e formas de comercialização.

4.0 CONCEPÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO:

Descrever o tipo de sistema utilizado (extensivo, semi-intensivo, intensivo, superintensivo).

5.0 AVALIAÇÃO DO MEIO FÍSICO

5.1 ÁGUA

5.1.1 Os itens abaixo deverão ser realizados pelo empreendedor, nos casos de atividades de porte **Médio, Grande ou Excepcional**

- Especificar a fonte (água superficial, subterrânea, vazão):
- Indicadores de qualidade da água da fonte: presença de organismos aquáticos , temperatura, transparência, pH, DBO, DQO, fosfatos, alcalinidade total, dureza total, nitrato, nitrito, condutividade, ferro e sulfatos.
- Vazão aduzida para o Projeto.
- Sistema de controle da descarga dos efluentes do Projeto (pré-tratamento , qualidade do efluente, vazão e o destino final).

5.1.2 Os itens abaixo deverão ser realizados pelo empreendedor, nos casos de atividades de porte **Micro ou Pequeno:**

- Especificar a fonte (água superficial, subterrânea, vazão):
- Indicadores de qualidade da fonte de água: presença de organismos aquáticos , temperatura, transparência, pH, alcalinidade total, dureza total, condutividade, ferro e sulfatos.
- Vazão aduzida para o Projeto:

5.2 SOLO

5.2.1 Os itens abaixo deverão ser realizados pelo empreendedor, nos casos de atividades de porte **Médio, Grande ou Excepcional**

- Levantamento da área: estudo planialtimétrico;
- Resultados das análises físico-químicas do solo: pH, nutrientes, granulometria, plasticidade e permeabilidade;
- Informações gerais sobre as condições climáticas;
- Descrever a vegetação natural (citando os tipos de ecossistemas);
- Técnicas utilizadas para o controle de erosão na área do Projeto;
- Recursos a serem preservados;

5.2.2 Os itens abaixo deverão ser realizados pelo empreendedor, nos casos de atividades de porte **Micro ou Pequeno:**

- Levantamento da área: estudo planialtimétrico;
- Resultados das análises físico-químicas do solo: pH, nutrientes, granulometria, plasticidade e permeabilidade;

6.0 CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

6.1 Tipo de instalação (viveiros de barragem, de derivação, alvenaria, tanques-rede, etc.);

6.2 Dimensionamento das instalações:

6.3 Área total ocupada pelo empreendimento (m²)

6.4 Área total de viveiros (m²) e/ou volume de tanque-rede/raceway (m³)

6.5 Investimento Total (R\$)

6.6 Pessoal – identificar o número de empregados próprios e de terceiros discriminando os envolvidos direta e indiretamente no empreendimento;

6.7 Número e área dos viveiros e/ou número e volume de tanques-rede/raceway;

6.8 Sistema de abastecimento: tomada da água da fonte: gravidade, bombeamento;

6.9 Sistema de drenagem;

6.10 Prédio e instalações;

6.11 Arborização;

6.12 Cronograma de execução das obras;

6.13 Manejo do sistema.

7.0 CARACTERIZAÇÃO DAS ESPÉCIES CULTIVADAS

Descrever sucintamente a biologia das espécies a serem cultivadas.

7.1 ALIMENTAÇÃO

Níveis de arraçoamento: projeção do fornecimento de alimento por dia e por período (ciclo).

7.2 ACOMPANHAMENTO DO CULTIVO

Monitoramento da qualidade de água: parâmetros físico-químicos: pH, temperatura, transparência, oxigênio e amônia.

7.3 PARÂMETROS DE CULTIVO

- densidade de estocagem;

- taxa de mortalidade;

- número de ciclos/ano;

- produção anual;

- tempo de cultivo;

- cronograma de cultivo.

8.0 ANÁLISE DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

Os itens descritos abaixo deverão ser realizados pelo empreendedor nos casos de atividades de porte **Médio, Grande ou Excepcional**. Para as atividades de porte **Micro ou Pequeno** os itens abaixo serão verificados pelo técnico responsável pela inspeção.

Descrever os possíveis impactos causados no meio físico na área do empreendimento e no seu entorno.

8.1 IMPACTOS NO SOLO

Descrever os impactos no solo caracterizando:

· As áreas afetadas pela atividade;

· Descrever a fisiografia e quantificar em hectares;

· As modificações do relevo e da paisagem;

· Descrever os impactos paisagísticos notáveis e as áreas sujeitas a erosão e assoreamento em consequência da atividade, se for o caso.

· Avaliar o local escolhido para a disposição final dos resíduos.

8.2 IMPACTOS NOS RECURSOS HÍDRICOS

Caracterizar os impactos no meio hídrico causados pelos seguintes agentes:

· Lançamento de efluentes; caracterizar e quantificar

· Assoreamento de drenagens

· Desvio de drenagens

9.0 SOLUÇÕES PROPOSTAS

Listar as medidas de controle e respectivos prazos para o cumprimento.

10. ANEXAR OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

10.1 Laudo de análise de água e solo;

10.2 Laudo de análise de solo;

10.3 Pranchas descritivas do empreendimento

_ Lay-out geral

_ Detalhes (viveiros, estruturas de abastecimento e drenagem);

_ Prédios e instalações (arquitetônica, elétrica e hidráulica).